

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDIA STEPHAN

A FORMAÇÃO DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA DESIGUALDADE DA
CIDADANIA DOS PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL

CURITIBA
2020

CLAUDIA STEPHAN

A FORMAÇÃO DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA DESIGUALDADE DA
CIDADANIA DOS PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL

Tese apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Linha de Pesquisa: Instituições e Processos Decisórios.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira.

CURITIBA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Stephan, Claudia

A formação do Estado e seus reflexos na desigualdade da cidadania dos palestinos
cidadãos de Israel. / Claudia Stephan. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

1. Estado - Israel. 2. Direitos fundamentais - Israel. 3. Discriminação racial.
4. Palestinos – Israel. 5. Cidadania – Israel. 6. Nacionalismo. I. Pereira, Alexsandro
Eugênio, 1972-. II. Título.

CDD – 323.605694



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CLAUDIA STEPHAN** intitulada: **A formação do Estado e seus reflexos na desigualdade da cidadania dos palestinos cidadãos de Israel**, sob orientação do Prof. Dr. ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
21/12/2020 21:54:47.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/12/2020 12:56:18.0

ANDREW PATRICK TRAUMANN
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica
29/12/2020 11:27:23.0

JANIFFER TAMMY GUSO ZARPELON
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica
21/12/2020 22:57:49.0

RAMON BLANCO DE FREITAS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO AMERICANA)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira, pela disponibilidade, dedicação e (muita) paciência em mais uma aventura acadêmica na UFPR.

À CAPES, pelo apoio financeiro, viabilizando minha dedicação integral ao doutorado.

Aos colegas do NEPRI que contribuíram para o aperfeiçoamento do projeto de pesquisa nas reuniões do grupo, em especial ao Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas que contribuiu imensamente para a definição do projeto e do coração da tese – a teoria de Charles Tilly.

Ao Prof. Dr. Renato Perissinotto pela disciplina de Política Comparada/Método Histórico Comparativo (CPOL7119 – 1/2019), na qual tratou da metodologia qualitativa de *process tracing*, fundamental para a área das Relações Internacionais e estudos de caso.

Às amigas acadêmicas Silvana Simon, Fabiane Mesquita e a internacionalíssima Natália Zampieri, e também à amiga de uma vida toda, Cleide Stocco, que me apoiaram incondicionalmente nos momentos mais difíceis e, por isso, consegui reequilibrar as forças para terminar a tese.

À minha mãe e ao meu pai, pela torcida à distância, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis.

E, especialmente, ao meu amor, companheiro e amigo, Allan Aks Abade, pelo interesse em meu universo acadêmico, pela (imensa) paciência, pelas risadas e loucuras necessárias e pelo suporte incondicional nesses longos cinco anos, sem os quais eu certamente não conseguiria a façanha de terminar essa tese aos 45 do segundo tempo (risos). Obrigada!!!

“The colonization of Palestine proceeded always as a fact of repetition: the Jews were not supplanting, destroying, breaking up a native society. That society was itself the oddity that had broken the pattern of a sixty-year Jewish sovereignty over Palestine which had lapsed for two millennia. In Jewish hearts, however, Israel had always been there, an actuality difficult for the natives to perceive. Zionism therefore reclaimed, redeemed, repeated, replanted, realized Palestine, and Jewish hegemony over it. Israel was a return to a previous state of affairs, even if the new facts bore a far greater resemblance to the methods and successes of nineteenth century European colonialism than to some mysterious first-century forebears.”

“A colonização da Palestina procedeu sempre como um fato de repetição: os judeus não estavam suplantando, destruindo, acabando com uma sociedade nativa. Essa sociedade era ela mesma a singularidade que havia quebrado o padrão de uma soberania judaica de sessenta anos sobre a Palestina, após um lapso de dois milênios. Nos corações judaicos, no entanto, Israel sempre esteve lá, uma realidade difícil para os nativos perceberem. Portanto, o sionismo recuperou, redimiu, repetiu, replantou, realizou a Palestina e a hegemonia judaica sobre ela. Israel foi um retorno a uma situação anterior, mesmo que os novos fatos tivessem uma semelhança muito maior com os métodos e sucessos do colonialismo europeu do século XIX do que com alguns antepassados misteriosos do primeiro século.”

Edward Said (*The Question of Palestine*, 1979, p. 87)

RESUMO

Israel é um Estado fundamentado nas leis judaicas com um regime político democrático permeado por elementos controversos, como a disputa territorial com a Palestina, a consequente insegurança interna e regional e as disputas étnicas e religiosas entre seus cidadãos. Esses elementos são peças fundamentais para a compreensão dos processos políticos e da cidadania, uma vez que aspectos históricos étnicos e religiosos regem a política israelense, confrontando-se com certos princípios democráticos, como a igualdade de direitos, a participação e a contestação política e a liberdade de expressão. Há seletividade na cidadania israelense, uma vez que os princípios que regem o sistema político priorizam a maioria judaica e discriminam os árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI). Nesse sentido, o propósito da pesquisa é compreender como o processo de formação do Estado de Israel contribuiu para a desigualdade da cidadania dos árabes PCI. Quais as instituições e os mecanismos que foram responsáveis pela conquista e pela manutenção da maioria étnica judaica em detrimento da igualdade da cidadania dos árabes palestinos nativos, os quais habitavam o território disputado e dominado pelo movimento nacionalista judaico sionista para o estabelecimento de um Estado judaico? Argumenta-se que a reprodução de um modelo colonial europeu possibilitou ao movimento sionista a organização de instituições fundamentais no período pré-Estado que garantiram a supremacia judaica na Palestina e um regime democrático que privilegia a maioria judaica. O objetivo da tese é apresentar uma narrativa histórica interpretativa macropolítica institucional que revele o processo causal (e seus mecanismos) que explica a relação entre a variável independente (formação do Estado nacional) e a variável dependente (desigualdade da cidadania), a partir da análise das variáveis do modelo militarista de formação do Estado de Charles Tilly. A operacionalização das variáveis foi realizada por meio do delineamento de processos (*case-centric explaining outcome process-tracing*) para identificar as entidades (instituições), as atividades (ações/eventos) e os mecanismos (evidências) que explicam a discriminação dos árabes PCI – e também dos árabes palestinos de modo geral. Destacaram-se, fundamentalmente, o papel do *modus operandi settler colonialist* na construção do exclusivismo e da desigualdade da cidadania dos árabes PCI e a diferença entre o caso israelense e o modelo europeu, na medida em que o Estado de Israel é um projeto colonial e não um ‘efeito não intencional’ da organização e centralização da violência e da guerra. A solução de dois Estados permanece na retórica da comunidade internacional, contudo sua viabilidade está cada dia mais distante devido à falta de vontade política por parte do Estado de Israel. A manutenção de práticas coloniais e *settler-colonialists* apenas contribuem para a deterioração do *status* democrático de Israel e para o aprofundamento da discriminação e da violação dos direitos fundamentais dos árabes PCI e dos árabes palestinos que aguardam há décadas o retorno ao seu território de origem.

Palavras-chave: Israel; Formação do Estado; Nacionalismo; Colonialismo; Cidadania Democrática; Direitos Fundamentais; Discriminação de Minorias Étnicas; Árabes Palestinos Cidadãos de Israel.

ABSTRACT

Israel is a State based on Jewish laws with a democratic political regime permeated by controversial elements, such as the territorial dispute with Palestine, the resulting internal and regional insecurity and the ethnic and religious disputes among its citizens. These elements are the key to understand the political processes and citizenship, since historical ethnic and religious aspects rule Israeli politics, confronting certain democratic principles, such as equal rights, political participation and contestation and freedom of expression. There is selectivity in Israeli citizenship, since the principles that govern the political system prioritize the Jewish majority and discriminate against Arab Palestinian citizens of Israel (PCI). In this respect, the purpose of this research is to understand how the Israel process of State formation contributed to the inequality of citizenship among the Arab PCI. What institutions and mechanisms were responsible for the conquest and maintenance of the Jewish ethnic majority at the expense of the equality of citizenship of the native Arab Palestinians, who inhabited the disputed territory dominated by the Jewish Zionist nationalist movement for the establishment of a Jewish State? It is argued that the reproduction of a European colonial model made it possible for the Zionist movement to organize fundamental institutions in the pre-state period that guaranteed Jewish supremacy in Palestine and a democratic regime that privileges the Jewish majority. The objective of the thesis is to present an institutional macro-political interpretative historical narrative that reveals the causal process (and its mechanisms) that explains the relationship between the independent variable (formation of the national State) and the dependent variable (inequality of citizenship), through the analysis of Charles Tilly's variables of militaristic model of State formation. The operationalization of the variables was carried out by tracing the processes (case-centric explaining outcome process-tracing) to identify the entities (institutions), the activities (actions/events) and the mechanisms (evidence) that explain the discrimination of the Arabs PCI - and also of Arab Palestinians in general. It was highlighted, fundamentally, the role of the settler colonialist modus operandi in the construction of the Jewish exclusivism and the inequality of citizenship of Arab PCI, and the difference between the Israeli case and the European model, insofar as the State of Israel is a colonial project and not an 'unintended effect' of the organization and centralization of violence and war. The two-state solution remains on the international community rhetoric, however its viability is increasingly distant due to the lack of political will on the part of the State of Israel. The maintenance of colonial and settler-colonialist practices only contributes to the deterioration of Israel's democratic status and to the deepening of discrimination and violation of the fundamental rights of the Arab PCI and the Arab Palestinians who have been waiting for decades to return to their homeland.

Keywords: Israel; State Formation; Nationalism; Colonialism; Democratic Citizenship; Fundamental Rights; Discrimination Against Ethnic Minorities; Arab Palestinian Citizens of Israel.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - A EXPANSÃO DA DEMOCRACIA ELEITORAL (1974, 1990-2002)	57
TABELA 2 - NÍVEL DE LIBERDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES (1972-2000).....	59
TABELA 3 - NÚMERO DE DEMOCRACIAS VS DEMOCRACIAS LIBERAIS (1974, 1987, 1990-2002).....	60

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EXPANSÃO GLOBAL DA DEMOCRACIA I (1974-2015)	56
FIGURA 2 - MEMBROS DO SISTEMA DE ESTADOS, 1816-2000	63
FIGURA 3 - DINÂMICAS DE SURGIMENTO DO ESTADO, 1931-2000.....	64
FIGURA 4 - ESTRUTURA DO ESTADO DE ISRAEL	111
FIGURA 5 - SISTEMA POLÍTICO DO ESTADO DE ISRAEL.....	117
FIGURA 6 - CRISE IDENTITÁRIA: O SISTEMA ISRAELENSE DE IDENTIFICAÇÃO	152

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESQUEMA DA VISÃO DE TILLY SOBRE A HISTÓRIA EUROPEIA, 1500-2000	36
QUADRO 2 - PERÍODOS DE FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL	42
QUADRO 3 - RELAÇÃO CAPITAL VS COERÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, 990-1990	44
QUADRO 4 - ONDAS IMIGRATÓRIAS (<i>ALIYOT</i>) PRÉ-ESTADO DE ISRAEL, 1897-1948	90
QUADRO 5 - 35º GOVERNO DE ISRAEL (MAIO, 2020)	120
QUADRO 6 - <i>BASIC LAWS</i> : LEIS BÁSICAS DE ISRAEL (1948 – 2018)	125
QUADRO 7 - PRINCIPAIS DIVISÕES DA SOCIEDADE ISRAELENSE	130
QUADRO 8 - “LEI DAS LEIS” DISCRIMINATÓRIAS DOS ÁRABES PALESTINOS	154
QUADRO 9 - INSTITUIÇÕES SIONISTAS DE DEFESA PRÉ-ESTADO DE ISRAEL (1897 -1947)	157
QUADRO 10 - ENFRENTAMENTOS ENTRE ÁRABES PALESTINOS E SIONISTAS	158
QUADRO 11 - ATAQUES SIONISTAS CONTRA OS BRITÂNICOS NA PALESTINA, 1944 – 1947	159
QUADRO 12 - OPERAÇÕES MILITARES ISRAELENSES E SIONISTAS DE LIMPEZA ÉTNICA NA PALESTINA (1946-1949)	160
QUADRO 13 - GUERRAS E OPERAÇÕES MILITARES DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL (1948-2018)	164
QUADRO 14 - INSTITUIÇÕES SIONISTAS PRÉ-ESTADO DE ISRAEL (1897 - 1947)	169
QUADRO 15 - ONDAS IMIGRATÓRIAS PARA ISRAEL (<i>ALIYOT</i> , 1948 – 2017)	171
QUADRO 16 - DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	173
QUADRO 17 - CONJUNTURAS CRÍTICAS DO CASO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	188
QUADRO 18 - PROCESSO CAUSAL DA DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS PCI	198
QUADRO 19 - OPERACIONALIZAÇÃO DO <i>CASE-CENTRIC EXPLAINING OUTCOME PROCESS-TRACING</i>	204

ANEXOS

ANEXO 1 - ORIGINAL BASEL PROGRAM (FIRST ZIONIST CONGRESS, 1897)	224
ANEXO 2 - BALFOUR DECLARATION (1917)	225
ANEXO 3 - MANDATE FOR PALESTINE (1922-1948)	226
ANEXO 4 - FUTURE GOVERNMENT OF PALESTINE (A/RES/181 (II), 1947)	233
ANEXO 5 - UN PARTITION PLAN – 1947	248
ANEXO 6 - DECLARATION OF THE ESTABLISHMENT OF THE STATE OF ISRAEL	249
ANEXO 7 - POPULATION, BY POPULATION GROUP (CBS, 2018)	251
ANEXO 8 - POPULATION, BY RELIGION (CBS(a), 2018)	253
ANEXO 9 - POPULATION DISTRIBUTION BY POPULATION GROUP AND RELIGION (CBS(b), 2018)	255
ANEXO 10 - AREA OF DISTRICTS, SUB-DISTRICTS, NATURAL REGIONS AND LAKES (CBS(c), 2018)	256
ANEXO 11 - LAND AREA, POPULATION AND POPULATION DENSITY - INTERNATIONAL COMPARISONS (CBS(d), 2018)	259
ANEXO 12 - TABELA 4 – GOVERNMENT: POLITICAL PARTIES IN ISRAEL (2019)	260
ANEXO 13 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PALESTINA POR DISTRITO EM 1946 (JUDEUS VS PALESTINOS)	261
ANEXO 14 - PROPRIEDADE DAS TERRAS NA PALESTINA POR DISTRITO EM 1946 (PROPRIETÁRIOS JUDEUS VS PALESTINOS)	262
ANEXO 15 - PERDA DE TERRAS PALESTINAS, 1946-2010	263
ANEXO 16 - NÚMERO DE REFUGIADOS REGISTRADOS (1950-2008)	264
ANEXO 17 – TIPOS DE OBSTÁCULOS IMPOSTOS POR ISRAEL NO TERRITÓRIO OCUPADO PALESTINO DA CISJORDÂNIA	265
ANEXO 18 – TEXTO ORIGINAL TRADUZIDO DA BASIC LAW: ISRAEL – THE NATION STATE OF THE JEWISH PEOPLE (KNESSET, 2018)	266
ANEXO 19 - QUADROS DAS LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS ÁRABES PCI POR CATEGORIA DE DIREITO VIOLADO	267

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	MÉTODO & METODOLOGIA	16
2	O MODELO DE FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS CONTEMPORÂNEOS	24
2.1	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ESTADO.....	26
2.1.1	A Formação dos Estados Modernos Europeus.....	32
2.2	DO SISTEMA EUROPEU AO SISTEMA INTERNACIONAL.....	39
2.2.1	A Democratização no Sistema Internacional	55
3	A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....	66
3.1	A ORIGEM DA MOBILIZAÇÃO NACIONALISTA JUDAICA	69
3.2	A MOBILIZAÇÃO NACIONALISTA SIONISTA.....	79
4	O ESTADO DEMOCRÁTICO DE ISRAEL	106
4.1	CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA POLÍTICO.....	109
4.2	CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE	129
5	A FORMAÇÃO DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS ÁRABES PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL.....	141
5.1	A DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS ÁRABES PCI EM ISRAEL	143
5.2	FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO JUDAICO	155
5.2.1	Condições e Características da Formação do Estado de Israel	181
5.2.2	Semelhanças e Diferenças entre o Modelo Tillyano e o Caso Israelense	185
5.2.3	Conjunturas Críticas.....	187
5.2.4	Processo Causal da Desigualdade da Cidadania dos Árabes PCI.....	197
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS	206
	ANEXOS	224

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação de um Estado nacional implica grande mobilização social, política, econômica e paramilitar fundamentais para seu estabelecimento, expansão e sobrevivência. As futuras características, a identidade nacional, o tipo de regime e de relação Estado-sociedade são forjados por esse processo de desenvolvimento político. Entretanto, esse processo não é pacífico ou isento de disputas pelos diversos grupos de interesse na formação do novo Estado, por países rivais e pelas nações com interesse no mesmo território. Do mesmo modo, uma vez que a relação entre a formação do Estado e da sociedade pode ser considerada mutuamente constitutiva (MIGDAL, 1996; BARNETT, 1996, p. 20), há disputa pelo domínio das instituições pelos diferentes grupos étnicos com consequências desestabilizadoras para o futuro regime político, como a hierarquia étnica, a desigualdade da cidadania e impasses políticos.

Identificar de que maneira aconteceu dado processo histórico é, portanto, essencial para compreender as disputas sociopolíticas domésticas históricas e contemporâneas de um Estado. A sequência e o modo como se dá a formação de um Estado diferem de caso para caso, mas os modelos dominantes de formação e de Estado que operam no sistema internacional contemporâneo foram inspirados no caso Europeu (TILLY, 1975, p. 601). Nesse sentido, é possível elucidar as consequências da reprodução de modelos coloniais na formação dos Estados não ocidentais e, conseqüentemente, em seus sistemas políticos e sociedades.

A maioria dos Estados nacionais contemporâneos denomina-se democrático, mas isso parece ser mais uma formalidade nos textos das declarações de independência do que a prática. Isso se deve, em grande medida, à necessidade de reconhecimento internacional de um novo Estado pelos demais, a fim de cumprir com as expectativas normativas e legais do sistema internacional por meio da diplomacia e do direito internacional. O compromisso *de jure* dos novos Estados, mas não necessariamente *de facto*, com o componente democrático pode abrir um precedente para que grupos de interesse majoritários desvirtuem a legislação em detrimento das minorias, desrespeitando (instrumentalizando) suas próprias declarações de independência e constituições.

O entendimento de não obrigatoriedade (*non-binding*) da legislação internacional aplicada aos Estados nacionais, uma vez que são guiados pelo princípio da soberania em suas decisões, facilita esse tipo de comportamento na política internacional. Além disso, a legitimação das democracias com base no processo eleitoral como condição suficiente para

que um Estado seja considerado democrático oculta frequentes práticas e políticas nacionais não democráticas.

Israel aparece como um caso interessante para analisar a relação formação do Estado nacional – desigualdade da minoria étnica palestina, a partir da identificação dos ‘mecanismos operacionais’ e dos ‘princípios historicamente contingentes’ da formação desse Estado (TILLY, 1990; KOOPMANS & SCHAEPDRIJVER, 1993). Estabelecido em 1948, após o Plano da Organização das Nações Unidas (ONU) de Partilha da Palestina (A/RES/181(II), 1947), é um caso extremo de formação de um Estado nacional em região já habitada por outro povo, os árabes palestinos, a partir da determinação de uma organização internacional. A ideia de um Estado judaico na Palestina, entretanto, é anterior à resolução da ONU. A escolha da Palestina está relacionada à história bíblica judaica e foi apropriada pelo movimento nacionalista sionista para a criação de uma identidade e narrativa etnonacionalista, com o objetivo de ‘reconstruir’ Israel naquela região.

Desde o I Congresso Mundial Sionista de 1897 (Basileia, Suíça), o Programa da Basileia (*Basel Program*) já estabelecia os passos a serem dados pela elite judaica europeia para a fundação de um ‘lar nacional’ para os judeus. “O objetivo do sionismo é criar para o povo judeu um lar em *Eretz Israel*¹ garantido pela lei [internacional]”² (ZIONIST CONGRESS..., 1897). Diversas instituições sionistas pré-Estado atuaram na comunidade judaica internacional e na Palestina, também por meio de práticas coloniais adaptadas (*settler-colonialism*), para realizar esse objetivo. A precursora foi a Organização Sionista fundada naquele congresso, mais tarde chamada de Organização Mundial Sionista (*World Zionist Organization*, 1960). A mobilização nacionalista sionista foi, gradualmente, construindo as condições necessárias para a formação do Estado judaico.

O Estado de Israel denomina-se uma democracia parlamentar, governada com base nas chamadas *Basic Laws* - um conjunto de leis que substituem, temporariamente, uma Constituição *per se*, nos princípios da regra da maioria, mas “com os direitos da minoria garantidos por lei”, da separação de poderes e da liberdade de imprensa (MFA, 2017). É um Estado fundamentado nas leis judaicas com um regime político democrático permeado por elementos controversos, como a disputa territorial com a Palestina, a consequente insegurança interna e regional e as disputas étnicas e religiosas entre seus cidadãos. Esses elementos são peças fundamentais para o entendimento dos processos políticos e da cidadania em Israel.

¹ Terra de Israel, a “terra prometida” no sentido bíblico.

² “*The aim of Zionism is to create for the Jewish people a home in Eretz Israel secured by law*”.

Aspectos históricos étnicos e religiosos regram a política israelense, confrontando-se com certos princípios democráticos, como a igualdade de direitos, a participação e a contestação política e a liberdade de expressão. Há seletividade na cidadania israelense, uma vez que os princípios que regem o sistema político priorizam a maioria judaica e discriminam os palestinos cidadãos de Israel (PCI). Nesse sentido, é importante revisar o processo de formação do Estado de Israel para compreender como e quais as instituições e os mecanismos que viabilizaram a conquista e a manutenção da supremacia judaica na Palestina.

Argumenta-se que a reprodução de um modelo colonial europeu na formação do Estado de Israel possibilitou ao movimento sionista a organização de instituições fundamentais para o futuro Estado no período anterior a 1948 – como capacidade fiscal, segurança, educação e alianças estratégicas, as quais garantiram a coesão social necessária para a supremacia judaica na Palestina e, posteriormente, um regime democrático que privilegia a maioria judaica. A reprodução do modelo colonial europeu implica em desigualdades estruturais no sistema político e na sociedade israelenses, as quais comprometem a realização da cidadania democrática e colocam em xeque o próprio *status* democrático do Estado de Israel.

1.1 MÉTODO & METODOLOGIA

O tema da tese é a formação do Estado de Israel e sua relação com a desigualdade de direitos da cidadania dos palestinos (maiorias *versus* minorias). O objeto de pesquisa é o Estado de Israel, desde os primórdios da sua formação (1897), passando pelo seu estabelecimento (1948) e culminando na aprovação da nova lei intitulada *Basic Law: Israel as the Nation-State of the Jewish People*³ pelo parlamento israelense (*Knesset*, 2018). A análise está relacionada às instituições, regras e leis formais do Estado.

A pesquisa enquadra-se no método qualitativo dedutivo de estudo de caso extremo (N=1), desenvolvendo análise diacrônica (histórica, continuidades e mudanças ao longo do tempo) que favorece a comparabilidade com outros casos e a descoberta do(s) mecanismo(s) que explicam o resultado em uma relação causal, bem como a constatação de variações (*within case*) nas instituições sociopolíticas (GERRING, 2001; BEACH&PEDERSEN, 2013). O caso de Israel enquadra-se como ‘extremo’, conforme citado anteriormente, devido a sua

³ Lei Básica: Israel como Estado-nação do povo judeu.

formação em território já habitado por outro povo a partir de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU).

Analiso o objeto a partir de uma abordagem macropolítica institucional e das variáveis teóricas de Tilly (1975/1985), com o propósito de identificar o(s) mecanismo(s) causais que explicam o resultado da relação causal entre a variável independente (formação do Estado de Israel) e a variável dependente (desigualdade da cidadania da minoria palestina). Utilizo as metodologias de análise histórica retrospectiva e delineamento de processos e mecanismos (*case-centric explaining outcome process-tracing*)⁴: “[e]sse tipo de rastreamento de processo pode ser pensado como um estudo de resultado único, definido como a busca das causas de um resultado específico em um único caso”⁵ (GERRING, 2006).

A pesquisa procurou: a) apresentar o modelo de formação dos Estados nacionais contemporâneos e sua progressão de um sistema europeu de Estados para um sistema internacional; b) revelar as características da mobilização nacionalista sionista para a formação de Israel, com suas singularidades e semelhanças em relação aos demais movimentos nacionalistas; c) discutir as particularidades de Israel como um Estado democrático e a discriminação formal dos palestinos cidadãos israelenses; e d) analisar como o processo de formação do Estado de Israel explica o desenvolvimento de uma democracia que privilegia a maioria judaica, a partir das variáveis do modelo militarista de Charles Tilly (1985).

O propósito não é apresentar uma mera descrição do caso, tampouco uma retrospectiva histórica detalhada ou uma discussão teórica exaustiva, como outros trabalhos já oferecem, mas sim uma narrativa histórica interpretativa macropolítica institucional. Apresento e discuto, portanto, os elementos teóricos e empíricos mais relevantes para a análise proposta, considerando que, apesar da limitação dos estudos de caso no que diz respeito ao seu alcance teórico, eles “contribuem para o avanço do conhecimento por meio da

⁴ “O *process tracing* (delineamento de processos) é um método de pesquisa para rastrear mecanismos causais usando análises empíricas detalhadas dentro do caso de como um processo causal se desenrola em um caso real. Pode ser usado tanto em estudos de caso que visam obter um entendimento maior da dinâmica causal que produziu o resultado de um caso histórico específico, como também lançar luz sobre mecanismos causais generalizáveis que vinculam causas e resultados em uma população de casos causalmente semelhantes. [...] O *explaining-outcome process tracing* (delineamento de processos de explicação de resultados) é uma estratégia de pesquisa iterativa que visa rastrear mecanismos causais, a fim de produzir uma explicação abrangente de um determinado resultado histórico. Em muitos aspectos, a pesquisa para explicar o delineamento de processos de resultados se assemelha à abdução [raciocínio abduutivo], onde há uma justaposição contínua e criativa entre material empírico e teorias (para mais, ver Peirce, 1955; Timmermans & Tavory, 2012). Os tipos de explicações teóricas construídas são frequentemente combinações ecléticas (para mais informações sobre esse tipo de explicação, consulte Sil & Katzenstein, 2010)” (BEACH, 2017, p. irreg.).

⁵ “[t]his type of process- tracing can be thought of as a single-outcome study, defined as seeking the causes of a specific outcome in a single case.”

observação e da interpretação rigorosas dos fatos” (PERISSINOTTO, 2013, p. 151). "A ontologia monista implica que, em vez de tentar o que é percebido como a missão impossível de construir e testar generalizações legais (pesquisa centrada na teoria), devemos adotar uma forma de instrumentalismo voltada para explicar os resultados em casos particulares [*case-centric explaining outcome process-tracing*]"⁶ (BEACH&PEDERSEN, 2013, p. 12).

A pesquisa justifica-se pela importância do aprofundamento acadêmico nas questões institucionais que permeiam e regem os sistemas políticos contemporâneos, uma vez que aspectos étnicos e religiosos podem contrapor-se aos princípios democráticos entendidos como fundamentais para a manutenção das democracias. Ademais, procura preencher a lacuna teórica deixada por Tilly ao relacionar os temas da formação do Estado (narrativa militarista), da política contenciosa (étnica) e da defesa dos direitos da cidadania (democrática) (TARROW, 2008). Do mesmo modo, a análise agrega tanto os fatores domésticos quanto os fatores internacionais que contribuíram significativamente para a formação do Estado, além de reforçar o debate acerca das consequências da reprodução de modelos coloniais para as democracias contemporâneas.

O caso de Israel justifica-se pela particularidade do contexto histórico e da formação do Estado a partir de uma proposta de partilha da Palestina pela ONU, que resultou em uma disputa territorial com os árabes palestinos nativos e no prolongado conflito Israel-Palestina. Também pela complexidade do caráter étnico-religioso do sistema político israelense que permite explorar questões subjacentes relevantes, como a relação entre o Estado e seus cidadãos (maioria *versus* minorias). “Israel frequentemente aparece na literatura como um dos melhores casos para estudar democracia em sociedades profundamente divididas. Divisões étnicas e religiosas dificultam a realização da democracia” (DOWTY, 1999, p. 6). Além disso, justifica-se pela possibilidade de normalização e desmistificação do caso de Israel como um caso atípico de mobilização nacionalista e desenvolvimento político que, apesar de suas especificidades e sua contingência histórica, pode ser analisado pela Ciência Política como os demais movimentos nacionalistas (BARNETT, 1996, p. 13-14).

O recorte temporal da tese é de 1897 a 2018, respectivamente, desde a fundação da Organização Sionista (*Zionist Organization*) no I Congresso Mundial Sionista (*First Zionist Congress*) na Basileia, Suíça, até a aprovação da nova lei *Basic Law: Israel as the Nation-State of the Jewish People* pelo parlamento israelense (*Knesset*). A pesquisa está delimitada

⁶ "The monist ontology implies that instead of attempting what is perceived to be the mission impossible of building and testing law- like generalizations (theory-centric research), we should instead adopt a form of instrumentalism aimed at accounting for outcomes in particular cases [*case-centric explaining outcome process-tracing*].".

tematicamente ao território internacionalmente reconhecido como Israel, porém Jerusalém (Ocidental e Oriental) e os territórios palestinos ocupados (Cisjordânia e a bloqueada Faixa de Gaza) são mencionados sempre que relevantes para a análise. O foco temático é a desigualdade da cidadania da minoria étnica palestina em Israel, ou seja, na legislação (regras e leis formais) relacionada aos árabes palestinos cidadãos israelenses (PCI). Outros grupos étnicos minoritários não serão discutidos em profundidade nesta tese, mas podem ser mencionados no texto caso sejam relevantes para a análise.

As perguntas que guiaram a pesquisa procuraram responder: como o processo de formação do Estado contribuiu para a desigualdade da cidadania dos palestinos em Israel? Quais as instituições e os mecanismos que, durante e após o processo de formação do Estado de Israel, viabilizaram a conquista, a manutenção e o privilégio da maioria étnica judaica? A hipótese é que a reprodução de um modelo colonial europeu de formação do Estado de Israel possibilitou ao movimento sionista a organização de instituições fundamentais para o futuro Estado no período anterior a 1948 – como capacidade fiscal, segurança, educação e alianças estratégicas, as quais garantiram a coesão social necessária para a supremacia judaica na Palestina e, posteriormente, um regime democrático que privilegia a maioria judaica.

A tese parte das premissas de que: a) a legitimação das democracias com base no processo eleitoral e na participação da maioria como condição suficiente para que um Estado seja considerado democrático pode ocultar desigualdades e violações de direitos fundamentais dos cidadãos de um Estado, as quais comprometem seu caráter democrático. Os sistemas de garantias políticas e liberdades mais abrangentes encontram-se em Estados democráticos, mas as condições desses direitos devem ser analisadas e questionadas - mesmo sendo parte integral do próprio conceito e necessários para as modernas instituições democráticas, as poliarquias (DAHL, 2002, p. 166-167); b) a existência de uma extensa legislação discriminatória dos árabes palestinos cidadãos de Israel compromete a realização da cidadania democrática nesse Estado; e c) a religião judaica é uma constante, uma vez que é a essência do sionismo e a base da democracia parlamentar israelense. É “[...] trat[ada como] uma condição ambiental que molda a interação entre os mecanismos causais e as estratégias, não uma ‘explicação alternativa’”⁷ (TIN-BOR-HUI, 2005, p. 53). “As leis civis, costumes, feriados nacionais, currículos de educação, direito de retorno e uma série de outras práticas culturais e políticas de Israel são todas explicitamente guiadas pela lei e pelo costume judaico” (BARNETT, 1996, p. 312).

⁷ “[...] religion as an environmental condition that shapes the interaction of causal mechanisms and strategies, rather than an ‘alternative explanation’ [...]”.

A análise empírica compara a formação do Estado de Israel com o modelo militarista de Charles Tilly em *War Making and State Making as Organized Crime* (1985, p.181-183). Nesse texto, o autor apresenta o caminho percorrido pelos Estados nacionais europeus para a conquista e a manutenção de seus territórios. Essas etapas complementam-se e acontecem simultaneamente durante o processo de formação de um Estado, mas podem variar em suas características fundamentais. Serão testadas as seguintes variáveis: I) Guerra; II) Estado/Território; III) Proteção; e IV) Extração. O propósito é identificar as entidades, as atividades e os mecanismos que garantem a manutenção da maioria étnica judaica e a discriminação dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI) (BEACH&PEDERSEN, 2019, p. 3-4).

Essa discriminação é evidenciada pela existência de uma extensa legislação discriminatória em Israel. As 62 principais leis discriminatórias selecionadas constam como ‘ativas’ no banco de dados da organização de direitos humanos Adalah (*The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel*) e incluem uma descrição precisa de como a legislação afeta a minoria árabe palestina em Israel. A categorização dessa legislação é dada pelo próprio banco de dados da Adalah, ‘*Discriminatory Laws Database*’. Essa legislação não é objeto da análise e sim uma premissa da pesquisa, portanto, serão apresentadas em anexo apenas para comprovação e documentação dessa discriminação.

A operacionalização das variáveis é realizada por meio do delineamento de processos (*case-centric explaining outcome process-tracing*) para identificar as entidades (instituições), as atividades (ações) e, conseqüentemente, os mecanismos (evidências) que explicam o resultado da relação entre as variáveis independente (formação do Estado de Israel) e dependente (desigualdade da cidadania dos PCI). As entidades que analiso são as instituições pré-Estado de Israel (1897-1947) nas quatro áreas de atividades previstas por Tilly. As atividades analisadas, conforme o nome coincide com as variáveis de Tilly, são as atividades praticadas pelas entidades (instituições) para realizar o objetivo de estabelecer um Estado judaico na Palestina. Essas atividades acontecem de diferentes maneiras e dão origem a variadas formas de organização, as quais variam de cada para caso.

Os mecanismos que identifico na análise são as evidências ou traços deixados pelas atividades das entidades sionistas durante a formação do Estado. Cada mecanismo identificado constitui uma parte do processo (ou mecanismo) causal que vincula a causa ao efeito (BEACH&PEDERSEN, 2013, p. 31; COLLIER, 2011). “A compreensão das partes de um mecanismo causal como individualmente necessárias requer que uma ontologia determinística de causalidade seja adotada, permitindo inferências causais sobre a existência

das partes individuais de um mecanismo causal”⁸ (BEACH&PEDERSEN, 2013, p. 31). Esses três elementos (entidades, atividades e mecanismos) constituem o ‘*causal process observation*’, ou seja, o processo causal que vincula a causa ao efeito (COLLIER, 2011).

A primeira variável de formação dos Estados nacionais, ‘Guerra’ (*War making*), observa o processo de “[...] eliminar ou neutralizar seus próprios rivais fora dos territórios em que eles têm clara e contínua prioridade como detentores da força”⁹ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização previstas por Tilly são os exércitos, a marinha e outros serviços de suporte à guerra e as atividades são as guerras e seu planejamento (TILLY, 1985, p. 181). São verificados empiricamente os elementos que fizeram parte desse processo na construção do Estado de Israel: instituições sionistas de defesa pré-Estado (entidades), enfrentamentos pré-Estado e guerras de formação do Estado (atividades).

A segunda variável de formação dos Estados nacionais, ‘Estado/Território’ (*State making*) observa o processo de “eliminar ou neutralizar seus rivais dentro do território”¹⁰. As formas de organização previstas por Tilly são os “[...] instrumentos duráveis de vigilância e controle dentro do território”¹¹ (TILLY, 1985, p. 181). As atividades, por sua vez, procuram “[...] reduzir a proteção dada a algumas classes”¹² (TILLY, 1985, p. 181). Os elementos verificados são: as instituições sionistas pré-Estado (entidades), as ondas imigratórias pré-Estado e para Israel (atividade) e os documentos fundamentais do *lobby* sionista nas relações internacionais (atividade).

A terceira variável de formação dos Estados nacionais, ‘Proteção’ (*Protection*), observa o processo de “eliminar ou neutralizar os inimigos de seus clientes”¹³ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização previstas por Tilly são os tribunais e as assembleias representativas (TILLY, 1985, p. 181) e as atividades são a defesa de modo geral e a legislação adequada ao propósito estatal (TILLY, 1985, p. 181). Os elementos verificados são: as entidades e as atividades de guerra (*war making*) e construção do Estado (*state making*) vinculadas à proteção, a legislação discriminatória dos árabes palestinos cidadãos de Israel (atividade) e o parlamento (*Knesset*) e tribunais israelenses (entidades).

⁸ “The understanding of the parts of a causal mechanism as individually necessary requires that a deterministic ontology of causality is adopted, enabling causal inferences about the existence of the individual parts of a causal mechanism.”

⁹ “[...] eliminating or neutralizing their own rivals outside the territories in which they have clear and continuous priority as wielders of force.”

¹⁰ “[...] eliminating or neutralizing their rivals inside those territories.”

¹¹ “[...] durable instruments of surveillance and control within the territory.”

¹² “[...] to reduce the protection given some classes.”

¹³ “[...] eliminating or neutralizing the enemies of their clients.”

A quarta, e última, variável de formação dos Estados nacionais, ‘Extração/Taxação’ (*Extraction*), observa o processo de “adquirir os meios para realizar as três primeiras atividades - guerra, construção estatal e proteção”¹⁴ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização extrativas previstas por Tilly são as estruturas fiscais e contábeis e as atividades “variam da pilhagem total ao tributo regular à tributação burocratizada”¹⁵ (TILLY, 1985, p. 181). Os elementos verificados são: instituições sionistas de *fundraising* (entidades) e impostos e taxaço de qualquer natureza (atividades).

A tese está estruturada em seis capítulos, incluindo esse primeiro capítulo introdutório e metodológico. O capítulo 2 está dividido em duas partes que discutem aspectos teóricos e empíricos relevantes para a análise da relação causal entre a ‘formação do Estado de Israel’ e a ‘desigualdade da cidadania dos palestinos em Israel’. A primeira parte (subcapítulos 2.1 e 2.1.1) apresenta os conceitos fundamentais relacionados ao Estado e delineia a teoria de formação dos Estados nacionais europeus, com foco na perspectiva militarista de Charles Tilly (1975/1985). A segunda parte (subcapítulos 2.2 e 2.2.1) traça uma breve narrativa histórico-teórica da trajetória de formação e democratização do sistema internacional, com as continuidades e mudanças da ordem internacional, principalmente a partir do século XIX.

O capítulo 3 está dividido em duas partes nas quais traço um panorama histórico da mobilização sionista para a formação de um Estado nacional para os judeus. A primeira parte (subcapítulo 3.1) apresenta a origem da mobilização nacionalista judaica e as divergências dentro do próprio movimento sionista, bem como as oposições árabes palestinas e judaicas, a partir do conceito de sionismo e suas vertentes ideológicas. A segunda parte (subcapítulo 3.2) apresenta as características fundamentais e o *modus operandi* da mobilização nacionalista sionista até a formação de Israel em 1948, com suas particularidades e semelhanças com os demais movimentos nacionalistas do tipo *settler-colonialist* (colonialismo de povoamento).

O capítulo 4 está dividido em duas partes nas quais discuto as particularidades de Israel como um Estado democrático. A primeira parte (subcapítulo 4.1) apresenta as características fundamentais do sistema político e da sociedade israelenses, como as Leis Básicas e as divisões nacionais, étnicas e religiosas, e suas principais controvérsias domésticas. A segunda parte (subcapítulo 4.2) examina a desigualdade da cidadania dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI), a partir de uma reflexão teórica sobre a relação conflito-desigualdade em um Estado democrático.

¹⁴ “[...] *acquiring the means of carrying out the first three activities – war making, state making, and protection.*”

¹⁵ “[...] *range [...] from outright plunder to regular tribute to bureaucratized taxation.*”

O capítulo 5 conclui a tese com a análise da relação causal existente entre a formação do Estado de Israel e a desigualdade da cidadania da minoria palestina. Analisa como o processo de formação do Estado de Israel explica o desenvolvimento de uma democracia que privilegia a maioria judaica e discrimina seus cidadãos árabes palestinos, a partir da comparação com o modelo militarista de Charles Tilly (1985). E, finalmente, o capítulo 6 apresenta as considerações finais da tese.

2 O MODELO DE FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

A moderna noção de Estado teve origem na Europa entre os séculos XV e XIX, especialmente ao final da Idade Média, e desde então vem sofrendo transformações que resultaram no modelo de Estado que hoje conhecemos como Estados nacionais. Essa mutabilidade é característica do processo de desenvolvimento das instituições políticas, que envolve mudanças graduais internas e externas, simultaneamente, e de maneira não linear. “[...] nossas reflexões históricas levantaram a possibilidade distinta de que os processos de formação do Estado eram muito mais contingentes, transitórios e reversíveis do que supunham os analistas de desenvolvimento político”¹⁶ (TILLY, 2011, p. 3).

Revelar os processos e os mecanismos históricos necessários para essas transformações é imprescindível para comparar ao processo de formação dos Estados nacionais contemporâneos – e, neste caso, com o desenvolvimento do Estado de Israel. Em primeiro lugar, para compreender esse dinâmico processo histórico; em segundo lugar, para buscar semelhanças e diferenças entre o contexto moderno e o contemporâneo; e, em terceiro lugar, para evidenciar as condições iniciais de formação do Estado que possibilitaram sua manutenção e resultaram em uma relação Estado-sociedade desigual entre seus cidadãos.

O Estado não é a única forma de governo resultante das transformações políticas, econômicas e sociais ao longo da História, conforme os exemplos das cidades-estados, dos impérios, das monarquias absolutistas, das teocracias etc. Hintze (1962) afirma que os Estados podem assumir diferentes formas: a) poder soberano, conforme os Estados do sistema Europeu; b) Estado comercial capitalista relativamente fechado; c) ordem constitucional-legal liberal com ênfase nos direitos e liberdades individuais; e d) Estado-nação democrático (DUSZA, 1989, p. 71).

Diferentes processos de desenvolvimento, quando bem sucedidos, resultaram em diferentes tipos de Estados. Não há leis universais pelas quais todos os Estados passaram (ou passarão), apenas tendências na organização das regras políticas que constituem as diferentes fases do processo de formação de um Estado (DUSZA, 1989). Alguns Estados ainda oscilam entre as fases de formação, outros nem mesmo as completam e deixam de existir ou são incorporados por Estados mais fortes.

¹⁶ “[...] our historical reflections raised the distinct possibility that the processes of state formation were far more contingent, transitory, and reversible than analysts of political development then supposed.”

O Estado é o resultado não intencional das contendas políticas e sociais, não um “produto acabado”, portanto, “[...] está sempre em formação. A autoridade política é (re) produzida através de seu exercício bem-sucedido sobre uma questão importante em relação aos atores sociais envolvidos”¹⁷ (LUND, 2017, p. 2). E, apesar de todas as mudanças ao longo dos séculos, os “estados continuam sendo as formas proeminentes de autoridade política no [...] mundo”¹⁸ (PAINTER&JEFFREY, 2009, p. 21). “A partir de 1648, o fim das guerras proporcionou as principais ocasiões em que a criação de novos estados ocorreu”¹⁹ (TILLY, 1975, p. 636).

As características particulares de cada processo de desenvolvimento político dependem do modo de aquisição ou demarcação territorial, dos grupos sociais em contenda e suas ideologias, das elites que dominam o processo desde o início e dos acordos entre elas e os demais grupos, dos Estados aliados e rivais e do posicionamento do futuro Estado no sistema internacional. Do mesmo modo, o tipo de regime político de um novo Estado depende das características do processo de formação. Por essa razão, é preciso pesquisar cada caso de formação do Estado para compreender as questões históricas e seus reflexos contemporâneos. “O estudo da formação do estado [...] cai na conexão entre as arenas políticas nacional e internacional. Entender [sua] formação [...] envolve, inicialmente, afrouxar os limites que demarcam esses campos”²⁰ (SAOULI, 2011, p. 10).

Vale lembrar que, embora o modelo europeu de Estado nacional não seja o único possível, nem o melhor, é o único modelo legitimado e disseminado mundialmente. “[...] o estudo da formação dos estados na Europa tem pelo menos um ponto de relevância para a política do mundo contemporâneo: os europeus desempenharam um papel crucial na criação do sistema estatal internacional contemporâneo e, presumivelmente, deixaram as impressões de suas peculiares instituições políticas nele”²¹ (TILLY, 1975, p. 637-638). A história do sistema internacional, bem como a própria história da disciplina de Relações Internacionais, é majoritariamente eurocêntrica. Isso significa dizer que o SI é uma evolução do sistema europeu, porém não devem ser excluídas dessa ideia as interações com outros continentes e

¹⁷ “[...] is always in the making. Political authority is (re-)produced through its successful exercise over an important issue in relation to the social actors concerned.”

¹⁸ “[...] states remain the pre-eminent form of political authority in the [...] world.”

¹⁹ “From 1648 onward, the ends of wars provided the principal occasions on which the creation of new states occurred.”

²⁰ “The study of state formation [...] falls [...] at the nexus of international and domestic political arenas. Understanding [its] formation initially involves loosening the boundaries that demarcate these fields.”

²¹ “[...] the study of European state-making has at least one point of relevance to the politics of the contemporary world: Europeans played the major part in creating the contemporary international state-system, and presumably left the imprints of their peculiar political institutions on it.”

povos que influenciaram as transformações globais (BUZAN & LAWSON, 2013). Nesse sentido, antes de apresentar o caso de Israel, é imprescindível apresentar alguns conceitos sobre o Estado, a teoria que orienta esta pesquisa e a história da formação dos Estados nacionais e do próprio sistema internacional. Utilizo a denominação ‘Estado nacional contemporâneo’ para designar o objeto teórico deste capítulo, ou seja, o modelo “final” de Estado ainda vigente na ordem internacional. A denominação ‘Estado moderno europeu’ é utilizada para designar o Estado desde sua origem no século XV até sua forma “final” no século XIX-XX.

Este capítulo está dividido em duas partes que discutem aspectos teóricos e empíricos relevantes para a análise da relação causal entre a ‘formação do Estado de Israel’ e a ‘desigualdade da cidadania dos palestinos em Israel’. Nesta primeira parte (subcapítulos 2.1 e 2.1.1) apresento os conceitos fundamentais relacionados ao Estado e delinheiro a teoria de formação dos Estados nacionais europeus, com foco na perspectiva militarista de Charles Tilly (1975/1985). Na segunda parte (subcapítulos 2.2 e 2.2.1) traço uma breve narrativa histórico-teórica da trajetória de formação e democratização do sistema internacional, com as continuidades e mudanças da ordem internacional, principalmente a partir do século XIX.

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ESTADO

O conceito de Estado é bastante debatido na Ciência Política. Por isso o foco aqui não é discutir as diferentes definições e sim apresentar a definição que melhor cabe nesta análise institucional macropolítica. A escolha do conceito Weberiano reflete o alinhamento com o modelo Tillyano de formação dos Estados nacionais europeus, o qual atribui esse processo de desenvolvimento político às guerras ou à organização da segurança e da violência – o monopólio do uso legítimo da força em Weber. Nesse sentido, é preciso esclarecer que uma entidade ou organização torna-se política “na medida em que sua existência e ordem sejam continuamente protegidas dentro de uma determinada área territorial pela ameaça e aplicação de força física por parte do pessoal administrativo”²² (WEBER, 1978, p. 54). Dada organização é entendida como uma instituição política propriamente dita quando suas operações são contínuas e compulsórias, podendo ser considerada como um Estado

na medida em que sua equipe administrativa sustente com êxito a reivindicação ao monopólio do uso legítimo da força física na execução de sua ordem. A ação social,

²² “[...] insofar as its existence and order is continuously safeguarded within a given territorial area by the threat and application of physical force on the part of the administrative staff.”

especialmente a ação organizada, será mencionada como "orientada politicamente" se pretender exercer influência sobre o governo de uma organização política; especialmente na apropriação, expropriação, redistribuição ou alocação dos poderes do governo²³ (WEBER, 1978, p. 54).

Na visão de Weber (1978, p. 53), poder é a probabilidade de um ator impor sua vontade em uma relação social mesmo encontrando resistência. Bobbio (1983) distingue três tipos de poder social: o poder econômico (controle sobre recursos materiais cruciais), o poder ideológico (controle sobre crenças sociais, valores e normas) e o poder político (controle material e estrutural para sustentar a coerção). Mas, apesar de operarem em diferentes esferas, todos objetivam “a capacidade de controlar e direcionar o uso e o desenvolvimento do recurso final de uma sociedade - as atividades dos indivíduos que compõem sua população”²⁴ (POGGI, 1990, p. 8). O poder político, por sua vez, é obtido a partir do monopólio da ação institucional (WEBER, 1978, p. 902). A validade das reivindicações de legitimidade do poder político pode ter razões racionais (autoridade legal), razões tradicionais (autoridade tradicional) e/ou razões carismáticas (autoridade carismática) (WEBER, 1978, p. 215).

A modernidade do conceito de Estado assenta-se no valor social atribuído à ideia de legitimidade da ação política que os membros de uma comunidade política oferecem consensualmente, apesar de muitas das ações sociais “envolve[rem] coerção física, incluindo o poder de dispor sobre a vida e a morte”²⁵ (WEBER, 1978, p. 903-904). A especificidade histórica do Estado Weberiano consiste no modo como as regras políticas são organizadas e não na sua existência *per se* (DUSZA, 1989, p. 75). A centralização e o monopólio da violência, portanto, distinguem o Estado de outros tipos de entidades políticas: o acúmulo de coerção e de capital, por meio da desapropriação dos meios de coerção privados e dos dispersos meios administrativos, dão forma ao Estado (WEBER, 1978).

O Estado é a manifestação moderna do poder político e “[...] constitui apenas uma modalidade de um fenômeno um pouco mais amplo - a institucionalização do poder político”²⁶ (POGGI, 1990, p. 18). Essa institucionalização, segundo Popitz (1986), envolve a despersonalização das relações de poder, a formalização das regras, processos e rituais e a

²³ “[...] insofar as its administrative staff successfully upholds the claim to the monopoly of the legitimate use of physical force in the enforcement of its order. Social action, especially organized action, will be spoken of as “politically oriented” if it aims at exerting influence on the government of a political organization; especially at the appropriation, expropriation, redistribution or allocation of the powers of government.”

²⁴ “[...] the ability to control and direct the use and development of a society’s ultimate resource – the activities of the individuals making up its population.”

²⁵ “[...] comprises physical coercion, including the power to dispose over life and death.”

²⁶ “[...] constitutes only one modality of a somewhat wider phenomenon – the institutionalisation of political power.”

integração dessas relações de poder em uma ordem mais abrangente. “[...] o poder político é um fenômeno importante, universal e crucial. Juntamente com outras formas de poder social, constitui um meio indispensável para construir e moldar realidades sociais mais amplas, para estabelecer, moldar e manter todas as coletividades mais amplas e duráveis”²⁷ (POGGI, 1990, p. 18).

[...] cada vez mais o Estado passa a empregar instrumentos jurídicos (da carta constitucional ao estatuto, da decisão administrativa à sentença judicial), a fim de desempenhar as mais diversas tarefas políticas. É por meio da lei que o Estado articula sua própria organização em órgãos, agências, autoridades; confere competências, instalações e faculdades diferentes; estabelece controles sobre as atividades resultantes; atribui aos indivíduos as capacidades, direitos e obrigações da cidadania; extrai dos processos econômicos os recursos com os quais financiar suas próprias atividades, e assim por diante. “Direito público” é o termo (de origem romana) empregado na Europa Continental para se referir ao crescente corpo de legislação e regulamentação que trata desses assuntos, que às vezes é preocupação de tribunais especializados. O estado, portanto, ‘fala a lei’ em quase todos os aspectos de seu funcionamento. Uma implicação disso é que [...] as atividades do Estado, para serem imputáveis a ele e produzir os efeitos pretendidos, devem, por sua vez, constituir a execução obediente dos comandos legais, embora alguns deles sejam abstratos e gerais o suficiente para deixar espaço para julgamento discricionário e iniciativa política. De qualquer maneira, nessa perspectiva, a formação de comandos legais válidos constitui a mais alta manifestação de soberania²⁸ (POGGI, 1990 p. 29-30).

É preciso enfatizar que uma comunidade política deve ser mais do que um agrupamento econômico e, necessariamente, possuir um “sistema de valores ordenando outras questões além da disposição econômica direta de bens e serviços [e] [...] [ser] capaz de atribuir para si todos os valores possíveis pelos quais a conduta associativa pode ser orientada [...]” (WEBER, 1978, p. 902). A capacidade simbólica que o Estado adquire com o seu ‘sistema de valores’ é particularmente importante na constituição da narrativa nacionalista, antes e durante a formação dos Estados nacionais, uma vez que sustenta a mobilização e a luta

²⁷ “[...] political power is a momentous, pervasive, critical phenomenon. Together with other forms of social power, it constitutes an indispensable medium for constructing and shaping larger social realities, for establishing, shaping and maintaining all broader and more durable collectivities.”

²⁸ “[...] increasingly the state comes to employ juridical instruments (from the constitutional charter to the statute to the administrative ruling to the judicial sentence) in order to perform the most diverse political tasks. It is by means of law that the state articulates its own organisation into organs, agencies, authorities; confers upon each different competences, facilities, faculties; establishes controls over the resultant activities; attributes to individuals the capacities, entitlements and obligations of citizenship; extracts from economic processes the resources with which to finance its own activities, and so on. ‘Public law’ is the term (of Roman origin) employed in Continental Europe to refer to the growing body of legislation and regulation dealing with such matters, which is sometimes the concern of specialised courts. The state, thus, ‘speaks the law’ in almost all aspects of its functioning. An implication of this [...] is that the state’s activities, in order to be imputable to it, and to produce the intended effects, must in turn constitute the dutiful execution of legal commands, although some of these are abstract and general enough to leave space to discretionary judgement and political initiative. In any case, in this perspective, the formation of valid legal commands constitutes the highest manifestation of sovereignty.”

armada contra grupos rivais dentro e/ou fora do território. É a “comunidade de memórias” ou o destino político comum para além dos laços étnicos, linguísticos e culturais que “constitui [...] o elemento decisivo da ‘consciência nacional’”²⁹ (WEBER, 1978, p. 903 – grifo original). Nesse sentido, conforme será apresentado na próxima seção, o século XIX possibilitou a expansão dessa capacidade simbólica, a partir de uma racionalidade liberal, identitária e nacionalista que promoveu o surgimento de novos Estados com a noção de autodeterminação dos povos. O sionismo, conforme apresentarei no capítulo 3, constitui o sistema de valores ou a comunidade de memórias que possibilitou a mobilização nacionalista judaica em prol do Estado de Israel.

Como configuração social, o estado é uma expressão de diferentes níveis de interdependência humana; como ator social, o estado desempenha um papel influente na ordem e desordem social doméstica e nas guerras internacionais e na paz; como organização social, o estado forma a arena na qual (e através da qual) grupos sociais negociam seus conflitos. Dados os diversos papéis, funções e identidades que moldam o caráter do estado em diferentes contextos, não deve surpreender que as teorias do estado tenham oferecido relatos e definições divergentes do estado³⁰ (SAOULI, 2011, p. 9).

Os Estados modernos possuem algumas características fundamentais: I) Uma ordem administrativa e legal, contínua e racional, sujeita a mudanças pela legislação, a qual regulamenta tanto as atividades executadas quanto os próprios funcionários; II) Um sistema de ordem hierárquico que reclama autoridade impessoal e compulsória tanto sobre seus membros (cidadãos) quanto sobre todas as ações em seu território; e III) O monopólio do uso legítimo da força enquanto prescrito ou permitido pelo Estado (WEBER, 1978, p. 56).

As funções essenciais de um Estado são: a) legislativa; b) polícia (segurança interna); c) administração da justiça; d) interesses sanitários, educacionais, de bem-estar social e culturais (ramos da administração); e e) administração militar (segurança externa) (WEBER, 1978, p. 905). Todas essas funções demandam a criação de instituições altamente especializadas e funcionários tecnicamente dedicados à melhor execução possível de suas atividades públicas, ou seja, demandam a implantação de uma burocracia. Essa burocratização não é impulsionada pelo aumento quantitativo, mas sim pela intensa e qualitativa expansão das atividades administrativas. A direção e a motivação desse processo variam desde a

²⁹ “[...] constitutes the [...] decisive element of ‘national consciousness’.”

³⁰ “As a social configuration, the state is an expression of varying levels of human interdependence; as a social actor, the state plays an influential role in domestic social order and disorder, and in international wars and peace; as a social organisation, the state forms the arena in (and through) which social groups negotiate their conflicts. Given the varying roles, functions, and identities that shape state character in different contexts, it should not come as a surprise that state theories have offered divergent accounts and definitions of the state.”

necessidade - a partir da criação de exércitos regulares, até a própria política de poder, o desenvolvimento das finanças públicas e, no caso do Estado moderno, também pela maior demanda advinda do aumento da complexidade da civilização.

Outros fatores como a cultura, a segurança e a comunicação também influenciam qualitativamente na burocratização, além da própria superioridade técnica da organização burocrática sobre outras formas de organização (WEBER, 1978, p. 972-973). “A burocratização oferece, acima de tudo, a possibilidade ideal de realizar o princípio da especialização das funções administrativas de acordo com considerações puramente objetivas [regras calculáveis e sem considerar influências pessoais]”³¹ (WEBER, 1978, p. 975).

Uma burocracia no sentido Weberiano deve ser constituída por: I) áreas de jurisdição oficiais com atividades regulares e contínuas, ordenadas por regras, leis ou regulamentos administrativos; II) autoridade hierárquica; III) administração baseada em documentação escrita; IV) áreas especializadas de atuação; V) dedicação exclusiva dos funcionários; VI) regras gerais (e formais) como conhecimento técnico especial (WEBER, 1978, p. 956-958). Além disso, uma burocracia depende da existência de um sistema de taxaço para arrecadar os recursos necessários para sua manutenção (WEBER, 1978, p. 968). Em suma, a burocracia é a estrutura da dominação legítima (WEBER, 1978, p. 215) e um aspecto da racionalização da sociedade (RITZER, 1975, p. 627). É também “[...] *o meio* de transformar a ação social em ação racionalmente organizada. Portanto, como instrumento de organização racional das relações de autoridade, a burocracia era e é um instrumento de poder de primeira ordem para quem controla o aparato burocrático”³² (WEBER, 1978, p. 987 – grifo original).

Esse desenvolvimento político do Estado pode ser definido como “[...] o processo pelo qual os estados são criados e depois estabelecem e consolidam seu monopólio da violência legítima sobre um determinado território, construindo um aparato administrativo, financeiro, judicial e militar durável”³³ (ERTMAN, 2005, p. 367). “[...] a extensão completa com que o poder político se institucionalizou no estado é [...] o produto de processos históricos prolongados, complexos e diversos”³⁴ (POGGI, 1990, p. 33), os quais constituem o

³¹ “*Burocratization offers above all the optimum possibility for carrying through the principle of specializing administrative functions [calculable rules and without regard for persons].*”

³² “[...] *the means* of transforming social action into rationally organized action. Therefore, as an instrument of rationally organizing authority relations, bureaucracy was and is a power instrument of the first order for one who controls the bureaucratic apparatus.”

³³ “[...] *the process* by which states are created and then establish and consolidate their monopoly of legitimate violence over a given territory by constructing a durable administrative, financial, judicial, and military apparatus.”

³⁴ “[...] *the thorough extent* to which political power has become institutionalized in the state is [...] *the product* of protracted, complex and diverse historical processes.”

processo de formação de um Estado. Essa breve caracterização é essencial para a compreensão do próximo tópico desta primeira parte do capítulo: a origem dos Estados nacionais contemporâneos.

Há diferentes sistematizações sobre a origem dos Estados modernos europeus, mas aqui utilizo a sistematização simplificada de Poggi (2012), que interpreta as diferentes perspectivas teóricas sobre a formação dos Estados como complementares e não mutuamente exclusivas. Poggi enfatiza três perspectivas sobre a formação dos Estados modernos na Europa: a econômica, a administrativa e a militar (2012, p. 97), as quais inspiraram-se nas teorias de Karl Marx, Max Weber e Otto Hintze (ERTMAN, 2005, p. 367). “Essas narrativas, em vez de abordagens isoladas, devem ser vistas como [...] reciprocamente influentes e interdependentes que, coletivamente, fazem um relato refinado do processo de formação do estado na Europa Ocidental”³⁵ (BLANCO, 2013, p. 172).

A perspectiva econômica tem clara influência de Karl Marx e entende a formação dos Estados como resultado da luta de classes no modo capitalista de produção, procurando explicar as assimetrias na distribuição da riqueza (produtores vs exploradores) e na alocação de capacidade coercitiva entre produtores e exploradores, as quais produzem diferentes tipos de Estado a partir de diferentes condições de desenvolvimento econômico (POGGI, 2012). A perspectiva administrativa tem influência de Max Weber e entende a formação dos Estados como resultado da institucionalização e burocratização das atividades administrativas e legais, procurando explicar a competição interna entre os grupos rivais por recursos e financiamentos públicos, os quais viabilizam a conquista da autoridade e o domínio da máquina do Estado (POGGI, 2012).

A perspectiva militar tem influência de Otto Hintze e entende a formação dos Estados como resultado das guerras e de sua constante ameaça, procurando explicar a organização da violência como estímulo para a institucionalização das atividades militares e administrativas, as quais demandam recursos que, por sua vez, serão coletados daqueles indivíduos sujeitos à autoridade e à proteção do Estado (POGGI, 2012).

A narrativa militar está essencialmente preocupada com o papel da violência nos processos de formação do estado europeu. Considera esse processo a organização e, conseqüentemente, a institucionalização do uso interno e externo da violência. O primeiro diz respeito à supressão de ameaças à ordem pública interna por meio da polícia e da aplicação da lei. O último diz respeito à influência da guerra e à sua preparação para o processo de formação do estado. [...] o estado moderno foi

³⁵ “These narratives, rather than isolated approaches, they should be viewed as reciprocally influential and interdependent [...] which, collectively, make a refined account of the state formation process in Western Europe.”

moldado desde o início pela guerra e pela preocupação de estabelecer, manter e reforçar uma capacidade militar. Além disso, também foi muito influenciado pelas grandes receitas da guerra (POGGI, 2004), estimulando a economia interna ou pela simples assimilação de fortunas³⁶ (BLANCO, 2013, p. 177-178).

Ao olharmos para a História, podemos perceber a importância das três perspectivas de formação dos Estados modernos europeus e a necessidade de agregá-las à análise - ainda que parcialmente - tanto da origem dos Estados quanto do próprio sistema internacional. Não apenas as guerras, mas também "[...] redes econômicas autônomas e concorrência geopolítica [contribuíram] para a expansão e a especialização interna de cada um dos estados europeus"³⁷ (ERTMAN, 1997, p. 19). O subcapítulo seguinte apresentará esse panorama mais abrangente do tema, porém, para os fins aqui propostos, é preciso focar em uma das perspectivas, dentre tantas outras possíveis. Nesse sentido, a ênfase deste capítulo está na perspectiva militarista de Charles Tilly (1975/1985), uma vez que a organização para a guerra e sua constante ameaça cumpriu um papel histórico fundamental para a formação dos Estados modernos europeus.

2.1.1 A Formação dos Estados Modernos Europeus

A emergência dos Estados nacionais na Europa não foi um processo planejado, mas sim um efeito não intencional da organização da violência (guerras), que demandou cada vez mais a extração de recursos e o acúmulo de capitais. Essas atividades, por sua vez, promoveram centralização, diferenciação, autonomia e extensa organização política. As variações no grau de dificuldade, custos e duração para realizar essas atividades “causaram as principais variações nas formas dos Estados europeus”. Este ciclo “iniciou-se com o esforço para monopolizar o uso da violência dentro de um território delimitado [...]" (TILLY, 1982, p. 3-4). As guerras, ao contrário, tinham o propósito de conter competidores, rivais, hegemonias e de garantir a segurança ou mesmo a expansão territorial, sem pretensões racionais de construção do Estado (TILLY, 1982, p. 4).

³⁶ “*The military narrative is essentially concerned about the role of violence in the European state formation processes. It sees this process as the organization, and consequently institutionalization, of internal and external use of violence. The former relates to the suppression of threats to the internal public order through the police and law enforcement. The latter relates to the influence of war, and the preparation to it, to the process of state formation. [...] the modern state was from the beginning shaped by war making and by the concern of establishing, maintaining and reinforcing a military capacity. Furthermore, it was also very much influenced by the great revenues of war (POGGI, 2004), either stimulating the internal economy, or by the simple assimilation of fortunes.*”

³⁷ “[...] *both autonomous economic networks and geopolitical competition [contributed] to the expansion and internal specialization of the individual European states.*”

A estrutura que se tornou dominante na Europa depois de 1500, o estado nacional, diferia das [...] possibilidades alternativas de várias maneiras significativas: (1) controlava um território contínuo e bem definido; (2) era relativamente centralizada; (3) era diferenciada de outras organizações; (4) reforçou suas reivindicações por meio da tendência de adquirir o monopólio dos meios de coerção física concentrados em seu território. Então, de certa forma, explicar como o estado nacional venceu equivale a dar conta da consolidação territorial, centralização, diferenciação dos instrumentos de governo de outros tipos de organização e monopolização (mais concentração) dos meios de coerção³⁸ (TILLY, 1975, p. 27).

A formação dos Estados europeus teve um alto custo em perdas de vidas, direitos, propriedades, bens e trabalho devido à sua origem em uma estrutura social descentralizada e basicamente rural, a qual teve que ser destruída para aumentar o poder das potências europeias. "A construção de organizações diferenciadas, autônomas e centralizadas, com controle efetivo dos territórios, implicou a eliminação ou subordinação de milhares de autoridades semi-autônomas"³⁹ (TILLY, 1975, p. 71). O alto custo das operações militares para conter os rivais demandou a extração de recursos dessas comunidades rurais, que resistiam com determinação e violência a cada fase de formação dos Estados mais fortes. "A prevalência de rebeliões fiscais, motins por alimentos, movimentos contra o recrutamento e outras formas de protesto durante os grandes períodos de criação do Estado ajudam a medir a quantidade de coerção necessária para colocar as pessoas sob o controle efetivo do estado"⁴⁰ (TILLY, 1975, p. 71). A formação de exércitos para a guerra foi o maior incentivo para a taxa da população e também o principal meio de coerção usado pelos Estados europeus (TILLY, 1975, p. 73).

[...] aumentos dramáticos nos orçamentos nacionais, dívidas nacionais, número de funcionários governamentais ou qualquer outro indicador de escala governamental nos países europeus ocorreram quase exclusivamente como consequência dos preparativos para a guerra. Além disso, a regra geral é que ocorra alguma contração em escala governamental após uma guerra - mas quase nunca um retorno à escala anterior à guerra. A preparação para a guerra tem sido a grande atividade de

³⁸ "The structure which became dominant in Europe after 1500, the national state, differed from [...] alternative possibilities in several significant ways: (1) it controlled a well-defined, continuous territory; (2) it was relatively centralized; (3) it was differentiated from other organizations; (4) it reinforced its claims through a tendency to acquire a monopoly over the concentrated means of physical coercion within its territory. So, in a sense, explaining how the national state won out amounts to accounting for territorial consolidation, centralization, differentiation of the instruments of government from other sorts of organization, and monopolization (plus concentration) of the means of coercion."

³⁹ "Building differentiated, autonomous, centralized organizations with effective control of territories entailed eliminating or subordinating thousands of semiautonomous authorities."

⁴⁰ "The prevalence of tax rebellions, food riots, movements against conscription, and related forms of protest during the great periods of state-making help gauge the amount of coercion it took to bring people under the state's effective control."

construção do estado. O processo vem ocorrendo continuamente há pelo menos quinhentos anos⁴¹ (TILLY, 1975, p. 74).

A perspectiva militarista de Tilly apresenta o seguinte mecanismo causal: I) mudança ou expansão em exércitos terrestres; II) novos esforços para a extração de recursos da população; III) desenvolvimento de novas burocracias e inovações administrativas; IV) resistência da população; V) renovada coerção; e VI) aumentos duráveis no volume ou capacidade de extração do estado (1975, p. 73). Um aspecto importante na formação dos Estados modernos europeus foi a "[...] minimiz[ação] da variação cultural *dentro* dos estados e a maximiz[ação] da variação *entre* os estados. Daí a plausibilidade das doutrinas de autodeterminação nacional para os europeus do século XIX - desde que eles não estivessem lidando com suas próprias minorias étnicas/religiosas"⁴² (TILLY, 1975, p. 79 – grifo original).

A homogeneidade da população contribui para a lealdade ao regime, o maior sucesso contra tentativas de dominação externa e um menor número de políticas públicas de taxaço que possam agregar os interesses da maior parte desta população (FISCHER& LUNDGREEN, 1975; ROKKAN; 1975). Essa argumentação pode ser estendida para o tema da formação da nação, lembrando que os incentivos fiscais podem promover uma maior participação política da população para além da formação estrutural/institucional do Estado – o chamado *nation-building* (ARDANT, 1975).

Assim, se o passado europeu tiver uma lição primordial para os construtores estatais de hoje, seria a seguinte: é a combinação desde o início de um centro forte e localidades fortes e participativas que, a longo prazo, permitirão melhor aos estados equilibrar as demandas de expansão da infraestrutura, participação política, crescimento econômico e competição geopolítica. Talvez tenha sido essa a mensagem que Tocqueville estava tentando comunicar ao antigo continente há mais de um século e meio⁴³ (ERTMAN, 1997, p. 324).

⁴¹ "[...] increases in national budgets, national debts, numbers of governmental employees or any other indicator of governmental scale in European countries have occurred almost exclusively as a consequence of preparations for war. The general rule, furthermore, has been for some contraction in governmental scale to occur after a war – but almost never a return to the prewar scale. Preparation for war has been the great state-building activity. The process has been going on more or less continuously for at least five hundred years."

⁴² "[...] minimized the cultural variation within states and maximized the variation among states. Hence the plausibility of doctrines of national self-determination to nineteenth-century Europeans - just so long as they were not dealing with their own ethnic/religious minorities."

⁴³ "Thus if the European past holds one overriding lesson for today's statebuilders, it would be this: it is the combination right from the start of a strong center and strong, participatory localities which, over the long run, will best permit states to balance the demands of infrastructural expansion, political participation, economic growth, and geopolitical competition. Perhaps this was the message that Tocqueville was attempting to communicate to the old continent itself over a century and a half ago."

Tilly descreve as condições necessárias para a formação e a sobrevivência dos Estados modernos europeus: I) disponibilidade de recursos extraíveis; II) posição relativamente protegida; III) financiamento por parte dos empreendedores políticos; IV) sucesso na guerra; V) homogeneidade e homogeneização da população; VI) fortes coalizões do poder central com os principais segmentos da elite agrária; VII) alto custo da formação do Estado; VIII) conexão entre a condução da guerra, a construção dos exércitos, a extensão e regularização dos impostos e o crescimento da estrutura estatal; IX) papel das coalizões alternadas entre o poder central e as principais classes sociais na determinação das formas de governo; e X) efeito adicional da homogeneização - ou sua ausência - na estrutura e na eficácia do governo (1975, p. 632-633).

Essas condições podem compensar umas às outras, ou seja, “[u]ma posição alta em um dos fatores pode compensar a baixa posição em outro”⁴⁴ (TILLY, 1975, p. 40) e representam “[...] os principais processos que levam os estados nacionais a uma posição dominante como coercitivos e extrativistas”⁴⁵ (TILLY, 1975, p. 633). Essa possibilidade de compensação reforça a viabilidade da perspectiva militarista na análise de um caso contemporâneo, uma vez que cada processo de formação é único e possui características e trajetórias contingentes que variam de acordo com o contexto local e internacional no qual o novo Estado está inserido. “[...] os elementos de variação da trajetória são os pesos relativos do capital e da coerção na mobilização de recursos para a guerra” (BORBA, 2014, p. 84). Estão em jogo também os interesses políticos, comerciais, financeiros etc. daqueles que deram suporte à guerra (TILLY, 1990).

A preparação para a guerra, atividade mais custosa para uma entidade política, envolvia “a construção de uma máquina militar efetiva [que] produziu arranjos, processos e instituições que permaneceram ao longo do tempo e poderiam ser usadas para outros fins do Estado”⁴⁶ (BLANCO, 2013, p. 179). O processo de organização da guerra “promove[u] consolidação territorial, centralização, diferenciação dos instrumentos de governo e monopolização dos meios de coerção, todos processos fundamentais para a formação do Estado. A guerra fez o estado e o estado fez a guerra”⁴⁷ (TILLY, 1975, p. 42).

⁴⁴ “A high standing on one of the factors can make up for a low standing on another.”

⁴⁵ “[...] the main processes which bring the national states to a dominant position as coercive and extractive.”

⁴⁶ “[...] constructing an effective military machine produced arrangements, processes and institutions that remained over time and could be used for other state purposes.”

⁴⁷ “[...] to promote territorial consolidation, centralization, differentiation, of the instruments of government and monopolization of the means of coercion, all the fundamental state-making processes. War made the state, and the state made war.”

Esses processos e estratégias resultaram no surgimento de instituições estatais a partir das quais os estados modernos se desenvolveram. Entre as principais instituições envolvidas estavam tesourarias, bancos estaduais, departamentos tributários, corpo diplomático, administração militar, academias militares, exércitos e marinhas e, como produto da negociação com outros grupos sociais, instituições (parcialmente) representativas, como o parlamento”⁴⁸(PAINTER&JEFFREY, 2009, p. 36).

Van Der Linden (2009) esquematizou um resumo da visão de Tilly sobre a história europeia entre os anos de 1500 a 2000, no qual apresenta a divisão desse intervalo em dois períodos e suas distintas características em relação à formação dos Estados e do capital, à proletarianização, à mobilidade geográfica, à reivindicação coletiva e à condição política da população naqueles momentos históricos (Quadro 1).

QUADRO 1 – ESQUEMA DA VISÃO DE TILLY SOBRE A HISTÓRIA EUROPEIA, 1500-2000.

	DE 1500 a 1750-1850	DE 1750-1850 a 2000
Formação do Estado¹	Governo indireto Exércitos mercenários e milícias urbanas	Governo direto Forças armadas recrutadas e voluntárias
Formação do Capital²	Unidades de produção pequenas e dispersas Capital muda para localização do trabalho Pouca intervenção de capital no processo de trabalho	Expansão e concentração da produção Trabalho muda para localização do capital Capital reformula processo de trabalho
Proletarianização³	Principalmente nas áreas rurais (agricultura e indústrias caseiras)	Progressivamente em áreas urbanas
Mobilidade Geográfica³	Migração de curta distância	Viagem diária de curta distância Migração de longa distância (extracontinental)
Reivindicação Coletiva⁴	Repertórios contenciosos paroquiais, particulares e bifurcados	Repertórios contenciosos cosmopolitas, modulares e autônomos
Condição Política da População⁵	Súditos	Cidadãos do estado-nação

FONTE: VAN DER LINDEN (2009, p. 265, traduzido e editado pela autora).

⁴⁸ “These processes and strategies resulted in the emergence of state institutions from which developed modern states. Among the key institutions involved were treasuries, state banks, taxation departments, diplomatic corps, military administration, military academies, armies and navies, and, as a product of bargaining with other social groups, (partially) representative institutions, such as parliament.”

O quadro 1 facilita a visualização e a compreensão dos processos fundamentais de formação dos Estados modernos europeus e sua transição ao modelo contemporâneo de Estado nacional. Nele é possível destacar as transformações fundamentais para o surgimento dos Estados nacionais ao final do século XVIII e a partir da segunda metade do século XIX (de 1750-1850 a 2000): 1) a centralização das instituições e o acúmulo de coerção¹ (governo direto e forças armadas nacionais); 2) o acúmulo de capital e a reformulação da dinâmica trabalho-capital (concentração da produção em grandes centros capitalistas)²; 3) a urbanização (concentração do trabalho/trabalhadores nos grandes centros capitalistas)³; 4) a participação política (novas demandas políticas e sociais)⁴; e 5) a consolidação de direitos políticos (cidadania e legislação nacional)⁵. “Os estados racionais foram sustentados, portanto, pelo surgimento da industrialização, da política de massa, do desenvolvimento de infraestrutura e do nacionalismo. Eles também cresceram por meio do imperialismo [...]”⁴⁹ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 628-629). Nesse sentido, não apenas fatores domésticos, mas também fatores internacionais influenciaram o surgimento dos Estados nacionais.

O surgimento do Estado é uma dinâmica essencial do sistema internacional, mas os estudiosos de relações internacionais prestam pouca atenção. O descuido deles é ainda mais lamentável porque a política internacional determina, em última instância, quais aspirantes membros do sistema conseguirão se tornar novos estados. Os modelos existentes da origem do estado dependem exclusivamente de explicações internas ou domésticas. [...] a política externa tem efeitos importantes e subestimados na emergência do estado. Além disso, admitir a centralidade da política do reconhecimento para o nascimento do estado altera nossa compreensão da dinâmica e resolução de conflitos civis e sugere implicações importantes para a estabilidade em todo o sistema⁵⁰ (COGGINS, 2011, p. 433).

A emergência de novos Estados no século XX coincidiu com a expansão do sistema europeu para o sistema internacional, logo suas diferentes trajetórias foram moldadas por contingentes fatores domésticos e internacionais. “[...] o sistema internacional é inerentemente social, portanto, qualquer estado aspirante a membro também depende da aceitação de seus pares. [...] o estado é inerentemente social e [...] a política externa, não apenas os fatos no

⁴⁹ “Rational states were sustained, therefore, by the emergence of industrialization, mass politics, infrastructural developments, and nationalism. They also grew through imperialism [...]”

⁵⁰ “State emergence is an essential dynamic of the international system, yet international relations scholars pay it little attention. Their oversight is all the more unfortunate because international politics ultimately determine which aspiring system members will succeed in becoming new states. Existing models of state emergence rely exclusively on internal or domestic-level explanations. [...] external politics have important, underappreciated effects on state emergence. Furthermore, acknowledging the politics of recognition's centrality to state birth alters our understanding of civil conflict dynamics and conflict resolution and suggests important implications for system-wide stability.”

terreno, determinam o nascimento do estado"⁵¹ (COGGINS, 2011, p. 433, 435). A Convenção de Montevideu (*Convention on the Rights and Duties of States*, 1933) é o tratado internacional que regula os direitos e as responsabilidades dos Estados no âmbito internacional.

Os critérios estabelecidos pela Convenção qualificam um Estado como sujeito de direito internacional e para ser considerado um Estado soberano no SI este deve possuir: I) população permanente; II) território definido; III) governo; e IV) capacidade para manter relações com outros Estados (CONVENTION..., 1933, p. irreg.). Entretanto, a Convenção expressa em seu Artigo 3 que “a existência política de um Estado é independente do reconhecimento pelos outros Estados”⁵² (CONVENTION..., 1933, p. irreg.), relegando o reconhecimento a um mero instrumento político. E, apesar de expressar no Artigo 8 que “nenhum Estado tem o direito de interferir nos assuntos domésticos ou internacionais de outro”⁵³ (CONVENTION..., 1933, p. irreg.), como os demais regramentos internacionais, também padece do problema da não obrigatoriedade entre seus signatários.

A comunidade internacional questiona frequentemente a legitimidade de certos Estados, especialmente os novos, mas também os velhos Estados quando os interesses das grandes potências estão em jogo. Isso é quase uma constante no Oriente Médio, onde as potências ocidentais interferem direta ou indiretamente, de tempos em tempos, para manter sua influência na região e favorecer tanto os seus interesses como os de seus aliados estratégicos. “A definição de Estado fornecida por Montevideu não é irracional. No entanto, seus padrões permanecem ambíguos e facilmente manipuláveis para servir segundas intenções dos estados”⁵⁴ (COGGINS, 2014, p. 30).

O reconhecimento de um Estado pela comunidade internacional implica possíveis benefícios materiais e influência política, a participação em organizações internacionais (como a ONU, o FMI, a CIJ etc.), bem como em acordos de cooperação econômica, militar, humanitária etc. (COGGINS, 2014, p. 34).

Porque a ordem de Vestfália baseia-se nos princípios gêmeos do controle territorial exclusivo e não-intervenção, estados que reconhecem a jurisdição de diferentes autoridades sobre o mesmo território e população são inerentemente desestabilizadores. Casos de múltipla soberania, Caxemira e Israel-Palestina entre

⁵¹ “[...] *the international system is inherently social; therefore any aspiring state's membership also depends on the acceptance of its peers. [...] statehood is inherently social and [...] external politics, not only the facts on the ground, determine state birth.*”

⁵² “*The political existence of the state is independent of recognition by the other states.*”

⁵³ “*No state has the right to intervene in the internal or external affairs of another.*”

⁵⁴ “*The definition of statehood provided by Montevideo is not unreasonable. However, its standards remain ambiguous and too easily manipulable to serve states' ulterior motives.*”

eles, constituem alguns dos conflitos mais precários do mundo⁵⁵ (COGGINS, 2014, p. 38).

A compreensão da emergência dos Estados nacionais, bem como do próprio modelo Tillyano de formação dos Estados modernos europeus, deve então ser complementada pelos processos e dinâmicas internacionais que ocasionaram sua origem e posterior consolidação no SI. Nesse sentido, o próximo subcapítulo traça uma narrativa histórico-teórica da trajetória de formação e democratização do sistema internacional.

2.2 DO SISTEMA EUROPEU AO SISTEMA INTERNACIONAL

A origem dos Estados nacionais coincide com a origem do próprio sistema internacional (SI). Esses processos de transformação foram impulsionados pelas novas demandas políticas e econômicas internas, por pressões externas e, principalmente, pelas guerras. Os diversos tratados e conferências de paz resultantes dessas guerras, por sua vez, introduziram novos princípios, valores e práticas no sistema europeu, os quais foram, mais tarde, estendidos ao restante do mundo. Entre os séculos XV e XIX, as transformações na Europa possibilitaram o surgimento gradual de novas formas de governo e, conseqüentemente, de novas relações com os governados. Do mesmo modo, as relações entre as entidades políticas autônomas adquiriram novas dinâmicas de poder até atingirem a configuração do SI e do Estado como os conhecemos contemporaneamente.

As transformações trazidas pelo século XIX, no entanto, foram fundamentais para a reestruturação do SI, configurando-se as condições necessárias para o surgimento do tipo de Estado que se tornaria o padrão mundial – o Estado nacional europeu. Todas essas transformações foram possíveis devido a certos eventos históricos internacionais, como as guerras e os subsequentes acordos negociados para restaurar a ordem no sistema de Estados.

Em nível internacional, as guerras e as negociações de guerra têm sido os grandes formadores do sistema estatal europeu como um todo. A Paz de Vestfália (1648), o Congresso de Viena (1815), o Tratado de Versalhes (1919) e os acordos provisórios que terminaram a II Guerra Mundial produziram alinhamentos das identidades,

⁵⁵ “Because the Westphalian order relies on the twin principles of exclusive territorial control and nonintervention, states recognizing different authorities’ jurisdiction over the same territory and population are inherently destabilizing. Cases of multiple sovereignty, Kashmir and Israel-Palestine among them, constitute some of the world’s most precarious conflicts.”

relações e forças relativas dos estados europeus incomparavelmente maiores do que qualquer outro período de mudança incremental entre eles⁵⁶ (TILLY, 1975, p. 75).

A Paz de Vestfália (1648) é frequentemente entendida pela literatura estadocêntrica de Relações Internacionais (Realismo, Liberalismo, Institucionalismo etc.) como o marco histórico da formação do SI de Estados soberanos, entretanto, as mudanças mais relevantes *de facto* aconteceram durante o século XIX. Osiander (2001, p. 270) considera esse marco como “o mito vestfaliano”, sugerindo que “a Paz de Vestfália não estabeleceu o ‘sistema vestfaliano’ baseado no Estado soberano. Ao contrário, confirmou e aperfeiçoou algo distinto: um sistema de relações mútuas entre unidades políticas autônomas que eram precisamente não baseadas no conceito de soberania”⁵⁷, mas sim na lei constitucional do Sacro Império Romano-Germânico. Os tratados não trouxeram mudanças significativas além da introdução de direitos religiosos, mantendo o equilíbrio nas relações entre os Estados do Império e o Imperador⁵⁸ (OSIANDER, 2001, p. 270). Até a I Guerra Mundial, os impérios detiveram bastante poder político (BURBANK & COOPER, 2010, p. 20-21).

A noção de soberania⁵⁹ contemporânea é, portanto, resultante das dinâmicas do século XIX e não do século XVII, uma vez que o tipo de autonomia e de relações entre esses

⁵⁶ “At an international level wars and war settlements have been the great shapers of the European state system at a whole. The Peace of Westphalia (1648), the Congress of Vienna (1815), the Treaty of Versailles (1919) and the provisional settlements ending World War II produced incomparably greater alignments of the identities, relations, and relative strengths of European states than any long periods of incremental change between them.”

⁵⁷ “The Peace of Westphalia did not establish the ‘Westphalian system’ based on the sovereign state. Instead, it confirmed and perfected something else: a system of mutual relations among autonomous political units that was precisely not based on the concept of sovereignty”.

⁵⁸ “Comparado ao impasse político-religioso que paralisou o império durante uma ou duas décadas anteriores à guerra, emergiu do congresso de paz inalterado em sua concepção, mas em melhores condições de trabalho. A maneira como a Paz de Vestfália é discutida em grande parte da literatura [de Relações Internacionais] tende a sugerir que o império estava mais dividido depois de 1648 do que antes de 1618 e que o papel do imperador foi muito reduzido pela paz. Mas, mesmo antes de 1618, o império não era um estado unitário e a constituição limitava o papel do imperador. Ao contrário, o império pós-1648 não era o conjunto de territórios basicamente soberanos freqüentemente representados por estudiosos, e análises recentes da posição do imperador após 1648 concordam que ele permaneceu mais forte do que a literatura anterior sugere. O imperador exercia jurisdição direta apenas sobre suas próprias terras dinásticas, não sobre os súditos de outros estados do império. No entanto, ele manteve um papel central na política do império, mesmo depois de 1648. Ele exerceu considerável influência sobre o *Reichstag*. [...] O império não tinha governo central (antes ou depois de 1648): não era um estado, mas um regime, na terminologia de RI. As propriedades do império, isto é, seus príncipes e cidades livres, governavam em seus territórios. Esse direito, confirmado pela Paz da Vestfália, era conhecido como *landeshoheit*, literalmente ‘jurisdição territorial’ (OSIANDER, 2001, p. 270-272).

⁵⁹ O conceito de soberania trata-se, *grosso modo*, da autoridade política máxima do Estado em um delimitado território e também em relação aos demais Estados soberanos (sistema e política internacional). Pode ser entendida como um princípio organizacional, um processo ou uma instituição, mas sua complexidade teórica e prática dificulta a formulação de um conceito unânime nas Relações Internacionais, especialmente no que diz respeito à permeabilidade ou erosão da soberania estatal em relação às questões transnacionais e às organizações internacionais. “Em última análise, a soberania localiza e centraliza [as] funções de autoridade e policiamento em uma estrutura burocrática de base territorial - o estado - mas ao mesmo tempo os dispersa em uma multiplicidade de estados juridicamente iguais” (THOMSON, 1995). Enfim, a soberania é um dos princípios

Estados variavam consideravelmente conforme seus interesses locais (OSIANDER, 2001, p. 284). Entretanto, a base do que hoje entendemos como ‘sistema vestfaliano de Estados soberanos’ configurou-se antes mesmo dos tratados de Vestfália. Gradualmente, durante os anos de 1600 a 1800, entre guerras e competição econômica e hegemônica emergiram algumas das características que se tornariam padrão no SI: igualdade soberana, não interferência, exércitos permanentes, maior centralização do governo, taxaço das populaçoões para manutenção da segurança, economia capitalista e consequente aumento das capacidades estatais (MINGST & ARREGUÍN-TOFT, 2017, p. 23-24).

Neste subcapítulo traço uma narrativa histórico-teórica da trajetória de formação do sistema internacional, com suas mudanças e continuidades, principalmente a partir do século XIX. Nela delinheio os eventos e processos essenciais para a diversas (re)configuraçoões do SI, a fim de elucidar como o modelo de Estado nacional tornou-se dominante a partir do século XX e quais as impressões europeias que persistem na política internacional. Os eventos apresentados, obviamente, não representam a totalidade de eventos e processos internacionais do período entre os séculos XV e XIX, mas sim os que contribuíram necessariamente para a formação do sistema internacional contemporâneo.

Ao traçar essa trajetória, levo em consideração a complementaridade das três perspectivas sobre a origem dos Estados nacionais – discutida anteriormente, porém mantendo a ênfase na narrativa militar de Tilly. Essa contextualização é essencial para compreender o cenário macropolítico no qual tiveram origem o nacionalismo judaico e o Estado de Israel, bem como a possível presença de uma herança europeia no seu processo de formação.

Tilly apresenta cinco etapas de formação do sistema internacional: I) formação de alguns primeiros Estados nacionais em meio à diversidade de estruturas políticas na Europa; II) mapeamento da maior parte da Europa em distintos Estados nacionais por meio de guerras, alianças e outras estratégias; III) extensão do domínio político e econômico dessa base europeia para grande parte do mundo, principalmente por meio da criação de Estados clientes e colônias; IV) formação de Estados formalmente autônomos – apesar das rebeliões e mediante acordo internacional - correspondendo aproximadamente aos clientes e colônias; e V) extensão desse sistema estatal para o mundo inteiro - ainda em andamento (TILLY, 1975, p. 637). Essas etapas podem ser agrupadas em três grandes períodos de formação do SI, conforme apresentados no quadro 2, na próxima página:

constituintes dos Estados juntamente com a não interferência e a autodefesa, consagradas na Carta das Nações Unidas (1945), e o conjunto de Estados soberanos forma o sistema internacional.

QUADRO 2 – PERÍODOS DE FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

DE 1500 a 1700	DE 1650 a 1850	DE 1800 a 1950
Formação e consolidação dos primeiros grandes estados nacionais em competição comercial e militar entre si, acompanhados de sua penetração econômica no restante da Europa e em partes importantes do mundo fora da Europa.	Reagrupamento do restante da Europa em um sistema de estados, acompanhado da extensão do controle político europeu na maior parte do mundo não europeu, salvo as partes já dominadas por organizações políticas substanciais (por exemplo, China e Japão).	Extensão do sistema estatal para o resto do mundo, tanto pela aquisição da independência formal por colônias e clientes, como pela incorporação de potências existentes, como China e Japão, no sistema.

FONTE: TILLY (1975, p. 637, dados traduzidos e formatados pela autora).

O processo de transformação de uma sociedade medieval de autoridades políticas autônomas para Estados territoriais soberanos foi gradual, completando-se somente após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII. Do mesmo modo, “[a]s distinções entre ‘legítimo’ e ‘ilegítimo’ [uso] da violência só ficaram claras muito lentamente, no processo de tornar as forças armadas do estado relativamente unificadas e permanentes”⁶⁰ (TILLY, 1982, p. 5).

Os ideais, os valores e as práticas trazidos pelo século XIX foram os grandes responsáveis pelas mudanças estruturais do SI e dos Estados, sendo o nacionalismo um dos princípios mais relevantes para a unidade e a ideologia do novo tipo de entidade política – o Estado nacional (GELLNER, 1983; OSIANDER, 2001; BUZAN & LAWSON, 2013). Até então o sistema vestfaliano estava restrito à Europa, apesar das interações e influências externas facilitadas pelo mercantilismo e pelo colonialismo. O desenvolvimento do SI e do capitalismo na Europa deu-se a partir da interação simultânea dos processos de acumulação de coerção e de capital apresentados por Weber (BORBA, 2014). Esses dois processos coexistiram em duas esferas separadas, mas interdependentes: a coerção atuou na esfera da dominação e o capital na esfera da exploração (TILLY, 1990, p. 19), ambas fundamentais para a formação eventual dos Estados europeus modernos.

O sistema europeu surgiu progressivamente como um “sistema competitivo entre os poderes territoriais [...], heterogêneo - nele coabita[vam] casas dinásticas ‘transnacionais’, ligas de cidades, cidades-estado, reinos, potentados eclesiásticos e o império – [com] graus vari[ados] de consolidação” (BORBA, 2014, p. 84). Essas interações competitivas

⁶⁰ “The distinctions between ‘legitimate’ and ‘illegitimate’ udders of violence only came clear very slowly, in the process of making the state’s armed forces relatively unified and permanent.”

estratégicas e regulares “asseguraram a transmissão dos estímulos de um ponto aos demais, transformando a forma[ção] dos estados europeus em uma espécie de ‘reação em cadeia’” (HOLSTI, 2004, p. 44 *apud* BORBA, 2014, p. 84). Essa difusão aconteceu a partir da pressão sistêmica exercida por meio de dois processos: a já citada competição, que gera um aumento gradual das capacidades militares e tecnológicas e a emulação, que corresponde à adoção de comportamentos e técnicas similares a das grandes potências como resposta às pressões (WALTZ, 1979; SKOCPOL, 1979). “Combinadas, portanto, competição e emulação foram catalisadores decisivos da mudança, constituindo vias de difusão da assim chamada ‘revolução militar’ que teve lugar com o advento da pólvora e dos exércitos regulares” (BORBA, 2014, p. 85).

Uma transformação estrutural estava, pois, em curso na relação entre a guerra e a política. De forma sucinta, pode-se dizer que *as exigências logísticas, operacionais e estratégicas da guerra estavam se expandindo*, seja pela formação de grandes exércitos regulares, seja pela maior duração das campanhas militares, seja pela necessidade de preparação e treinamento dos soldados, ou ainda pelo componente tecnológico embutido no armamento. Esse novo tipo de guerra se tornou endêmica na Europa moderna, pressionando as organizações políticas (que quisessem acatar ao critério maquiaveliano de autonomia) a conseguir mais dinheiro e mais homens. Como ocorreria grosso modo até o século XIX, o orçamento e as atividades regulares dos estados europeus se dedicavam quase que exclusivamente a propósitos militares ou subsidiários (BORBA, 2014, p. 87 – grifo original).

O novo padrão militar de exército nacional do século XIX, uma consequência da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, transformou o *modus operandi* da guerra e o processo de formação dos Estados a partir da necessidade de criar um “aparato fiscal e administrativo compatível com a exigência de registrar, controlar, planejar e executar essas atividades de guerra” (BORBA, 2014, p. 90-91). Esse novo padrão de organizar a guerra pode ser resumido em quatro mudanças essenciais: I) criação de uma identidade simbólica comum a partir da ideia unificadora de ‘nação’, “ligada ao pertencimento e à devoção a pátria”, expandindo ideologicamente o Estado por meio de símbolos, bandeiras, hinos, feriados e festas nacionais, ícones culturais e uma história oficial; II) posicionamento da guerra como um esforço total da sociedade em prol de um objetivo comum, ampliando tanto o contingente mobilizado com o princípio da ‘nação em armas’ (conscrição compulsória) quanto a participação e a disponibilidade da população civil em caso de guerra; III) separação entre a hierarquia social, baseada no *status* e na hereditariedade, e a hierarquia militar, baseada no mérito; IV) a diferenciação entre cidadãos e estrangeiros com o reconhecimento de direitos nacionais (cidadania) e a subordinação do Estado à lei (BORBA, 2014, p. 91-92). “A

tendência geral de [...] mudança foi em direção aos aparatos político-burocráticos de tributação, controle social e mobilização militar que conhecemos no século XX. A relação entre estado e guerra oferece [...] o quadro geral das transformações políticas que redundam nos estados nacionais europeus”⁶¹ (BORBA, 2014, p. 92).

A expansão do Estado teve início no século XVIII, quando começa a adquirir, continuamente, maiores proporções com a especialização burocrática (MANN, 1993). Essa mudança no padrão militar pode ser mais facilmente compreendida a partir do quadro 3, que apresenta as mudanças na relação capital-coerção ao longo do tempo e seus efeitos na organização estatal.

QUADRO 3 – RELAÇÃO CAPITAL VS COERÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, 990-1990.

PATRIMONIALISMO	CORRETAGEM	NACIONALIZAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Uma época (até o século XV em grande parte da Europa) em que tribos, taxas feudais, milícias urbanas e similares forças consuetudinárias desempenharam o papel principal na guerra, e os monarcas geralmente extraíam o capital de que precisavam como tributo ou aluguel das terras e das populações que estavam sob seu controle imediato.	Uma era (aprox. entre os anos 1400 a 1700 em partes importantes da Europa) em que as forças mercenárias recrutadas pelos contratantes predominavam na atividade militar, e os governantes dependiam fortemente de capitalistas formalmente independentes para empréstimos, gerenciamento de empresas geradoras de receita, instalações e cobrança de impostos	Um período (esp. Entre os anos 1700 e 1850 em grande parte da Europa), em que os estados criaram exércitos e marinhas de massa cada vez mais recrutados de suas próprias populações nacionais, enquanto os soberanos absorviam as forças armadas diretamente na estrutura administrativa dos estados e assumiam o controle direto da operação do aparato fiscal, reduzindo drasticamente o envolvimento de contratantes independentes.	Uma era (de aprox. meados do século XIX ao passado recente) em que a força militar cresceu como um poderoso ramo especializado do governo nacional, aumentou a separação organizacional das atividades fiscal e militar, aumentou a divisão do trabalho entre os exércitos e a polícia, as instituições passaram a ter uma influência significativa sobre as despesas militares e os estados assumiram uma gama muito ampliada de atividades distributivas, regulatórias, compensatórias e adjudicativas.

FONTE: TILLY, 1990, p. 29 – traduzido e formatado pela autora).

⁶¹ “No período que vai do século XVI ao XVIII, a intensificação da pressão competitiva do sistema europeu de estados contribuiu para a confecção de aparatos seculares de administração robustos, hierárquicos e vinculados ao rei. Em essência, há um processo pelo qual as máquinas administrativas adquirem um funcionamento que independe da figura pessoal do monarca, embora esteja formalmente subordinada a ele. [...] A questão central é que, [naquele período], os reis europeus foram também guerreiros, quicá como nunca haviam sido, mas conduziam suas tropas de seus escritórios com papel e pena. [...] Da linha de frente os reis haviam migrado para a retaguarda, e dela para a corte, onde dependiam de conselheiros e ministros. De um centro, podiam irradiar decisões a serem implementadas através de arranjos hierárquicos de comando inspirados nas corporações militares em formação. [...] Michael Mann demonstra que, a despeito dos movimentos intelectuais urbanos advogando a reforma do estado (Iluminismo, Cameralismo, Utilitarismo, etc.), o princípio da burocratização, no período 1740-1815, tem como impulso a competição militar” (BORBA, 2014, p. 109-112).

Tilly (1990, p. 29) apresenta uma periodização que retrata as diferentes relações entre o capital e a coerção ao longo da história de formação dos Estados modernos europeus. É possível perceber claramente como a mudança no padrão militar⁶² exigiu, simultaneamente, a expansão do aparelho estatal. Essa evolução das atividades coercitivas demandou cada vez mais recursos para sua manutenção e, assim, quanto mais custosa a atividade estatal, maior o resíduo organizacional (TILLY, 1985, p. 181).

Mann (1993) destaca uma importante fusão no século XIX, a fusão entre capitalismo e militarismo que teve dois grandes momentos: o primeiro com o advento das ferrovias, que teve grande impacto logístico e o segundo com a corrida armamentista da década de 1880, que teve grande impacto na inovação tecnológica (BORBA, 2014, p. 103). Essa fusão modificou o foco do capitalismo para a indústria. O sistema capitalista industrial do século XIX superou em escala, intensidade, interatividade e diferenciação o sistema capitalista comercial dos séculos XV ao XVIII. Isso foi possível, principalmente, pela massiva marketização⁶³ das relações sociais que incrementou “o crescimento de um sistema de redes densamente conectadas, governadas pelo mecanismo de preços e estruturadas por meio de relações hierárquicas entre núcleo e periferia, estabelece[ndo] dependências em todo o mundo [...]”⁶⁴ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 626).

O século XIX também promoveu a fusão entre nação e Estado, a partir da “moderna instituição e ideologia da cidadania nacional” oriunda da Revolução Francesa (BRUBAKER, 1992, p. 35). “A predominância do privilégio na sociedade do *ancien-régime* não deixava espaço para os direitos e obrigações *comuns* que constituem a substância da cidadania moderna”⁶⁵ (BRUBAKER, 1992, p. 38-39 – grifo original). Os ideais da Revolução Francesa promoveram o desenvolvimento do Estado e, conseqüentemente, da cidadania nacional – ambos como uma evolução dos antigos regimes e relações Estado-sociedade (BRUBAKER, 1992). “[Os] processos de industrialização, de construção racional do Estado e as ideologias progressistas [liberalismo moderno, socialismo e nacionalismo] serviram para desestabilizar

⁶² “Historicamente, a burocratização do exército ocorreu em toda parte juntamente com a transferência do serviço militar dos ombros dos proprietários para os sem propriedade. Até que essa transferência ocorra, o serviço militar é um privilégio honroso dos homens proprietários. Essa transferência foi feita para os nativos não-proprietários, por exemplo, nos exércitos dos generais romanos do final da República e do Império, bem como nos exércitos modernos até o século XIX. [...] A burocratização da guerra organizada pode ser realizada na forma de empresas capitalistas privadas, como qualquer outro negócio. De fato, a aquisição de exércitos e sua administração por capitalistas privados tem sido a regra nos exércitos mercenários, especialmente os do Ocidente até a virada do século XVIII” (WEBER, 1978, p. 981-982).

⁶³ A transformação de uma economia em uma economia de mercado.

⁶⁴ “[...] *the growth of a system of densely connected networks, governed through the price mechanism and structured via hierarchical core-periphery relations [...], establish[ing] dependencies around the world [...].*”

⁶⁵ “*The pervasiveness of privilege in ancien-régime society left no room for the common rights and obligations that make up the substance of modern citizenship.*”

os tipos de ordem existentes e promover novas formações institucionais”⁶⁶ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 620).

O surgimento da instituição da cidadania [...] marca um momento crucial no desenvolvimento da infraestrutura do Estado moderno e do sistema de Estado. A dupla história do desenvolvimento [da instituição da cidadania e da formação do Estado moderno e do sistema estatal] reflete a dualidade intrínseca da cidadania moderna, um status ao mesmo tempo universal e particularista, internamente inclusivo e externamente exclusivo. A literatura sobre cidadania enfatizou sua universalidade e inclusão. Mas a cidadania é inerentemente limitada. A exclusão é essencial para ambas a ideologia da cidadania nacional [...] e a instituição legal [...]”⁶⁷ (BRUBAKER, 1992, p. 72).

Essa evolução possibilitou a delimitação formal da cidadania e a institucionalização dos direitos políticos no nível nacional, incorporando: a) igualdade civil; b) direitos e deveres compartilhados; c) distinção legal e ideológica entre cidadãos e estrangeiros; d) doutrina nacional da soberania; e) ligação entre cidadania e nacionalidade; e f) substituição das relações Estado-sociedade diretas pelas indiretas e mediadas (BRUBAKER, 1992, p. 35). “A cidadania é especial porque o acesso às suas prerrogativas [...] fica inteiramente a critério do Estado. [...] A política de cidadania hoje é, antes de tudo, uma política de nacionalidade. Como tal, é uma *política de identidade*, não uma *política de interesses* (no sentido materialista restrito)”⁶⁸ (BRUBAKER, 1992, p. 180, 182 – grifo original).

A Revolução moldou a instituição moderna de cidadania nacional em vários aspectos. Como revolução burguesa, criou um estatuto geral de adesão baseado na igualdade perante a lei. Como uma revolução democrática, ela reviveu a concepção clássica de cidadania política ativa, mas a transformou de um status especial para o que era, em princípio, se não na prática, um status geral. Como uma revolução nacional, ela realçou os limites - e os antagonismos - entre os membros de diferentes Estados-nação. E como uma revolução de fortalecimento do estado, ela “imediatizou” e codificou a filiação ao estado. A cidadania nacional como a conhecemos carrega a marca de todos esses desenvolvimentos”⁶⁹ (BRUBAKER, 1992, p. 49 – grifo original).

⁶⁶ “[...] processes of industrialization, rational state-building, and ideologies of progress served to destabilize existing forms of order and promote novel institutional formations.”

⁶⁷ “The emergence of the institution of citizenship therefore marks a crucial moment in the development of the infrastructure of the modern state and state system. The dual developmental history [of the institution of citizenship and the formation of the modern state and state system] reflects the intrinsic duality of modern citizenship, a status at once universal and particularistic, internally inclusive and externally exclusive. The literature on citizenship has emphasized its universality and inclusiveness. But citizenship is inherently bounded. Exclusion is essential both to the ideology of national citizenship [...] and to the legal institution [...].”

⁶⁸ “Citizenship is special because admission to its prerogatives [...] is entirely at the discretion of the state. [...] The politics of citizenship today is first and foremost a politics of nationhood. As such, it is a politics of identity, not a politics of interest (in the restricted, materialist sense).”

⁶⁹ “There are several respects in which the Revolution shaped the modern institution of national citizenship. As a bourgeois revolution, it created a general membership status based on equality before the law. As a democratic revolution, it revived the classical conception of active political citizenship but transformed it from a special into

A construção de uma identidade nacional é, portanto, necessária para a formação e a manutenção de um novo Estado, porém “[...] o pertencimento a esta identidade nem sempre se sobrepõe ao do corpo de cidadãos”⁷⁰ (KOOK, 1996, p. 208). Nesse sentido, o modo como a formação de um Estado aconteceu e o tipo de narrativa identitária utilizada pelos movimentos nacionalistas influenciam diretamente no regime político e nas relações Estado-sociedade.

O sentimento de comunidade despertado pela narrativa identitária nacional pode, por sua vez, facilitar a discriminação dos “outros” – como um mecanismo de inclusão/exclusão, “[...] apesar do princípio da igualdade que é tão central para a cidadania”⁷¹ (KOOK, 1996, p. 208). Para isso, é preciso que o próprio Estado canalize a produção simbólica e a legislação para regular a associação nacional. “A exclusão de indivíduos da associação dentro desta identidade corporativa, mantendo sua cidadania, é um meio democraticamente legítimo e politicamente eficaz de limitar o círculo de associação plena”⁷² (KOOK, 1996, p. 208).

Todas essas transformações não ocorreram de maneira pacífica, mas sim acompanhando os mecanismos de dominação e exploração do imperialismo e do colonialismo. A literatura de Relações Internacionais anterior ao século XXI costuma designar o século XIX como pacífico e estável, porém o *modus operandi* dos impérios não era de todo pacífico e sim exploratório e violento, apenas não entre as grandes potências da Europa. Desde o colonialismo dos séculos XV-XVIII ao imperialismo/neocolonialismo dos séculos XIX-XX, a Europa – e nesse último período também os Estados Unidos e o Japão – dominou e explorou territórios, assim como escravizou e dizimou povos nos continentes americano, africano e asiático. A prosperidade e a modernização europeia custaram a desigualdade e o atraso de quase todo o restante do mundo.

A percepção de um século XIX pacífico tem como base as transformações essencialmente europeias, como o Concerto Europeu e os demais tratados que garantiram às grandes potências: sobrevivência, segurança, *status* e interesses vitais; separação entre a política internacional da Europa e a competição colonial, marítima e comercial entre elas em territórios não europeus; e um amplo sistema de Estados menores que serviram de “amortecedores e esferas de influência” (SCHROEDER, 1986, p. 2, 12, 13).

what was, in principle if not yet in practice, a general status. As a national revolution, it sharpened boundaries—and antagonisms—between the members of different nation-states. And as a state-strengthening revolution, it ‘immediatized’ and codified state-membership. National citizenship as we know it bears the stamp of all these developments.”

⁷⁰ “[...] the membership of this identity does not always overlap with that of the body of citizens.”

⁷¹ “[...] despite the principle of equality which is so central to citizenship.”

⁷² “The exclusion of individuals from membership within this corporate identity, while maintaining their citizenship, is a democratically legitimate and politically effective means of limiting the circle of full membership.”

O conceito de colonialidade do poder apresentado por Quijano (2002) possibilitou uma nova percepção deste *modus operandi* colonial europeu, até então entendido como objetivo e científico⁷³. O modo discriminatório e exploratório das relações coloniais "[...] produziu discriminações sociais específicas que mais tarde foram codificadas como 'racial', 'étnica', 'antropológica' ou 'nacional', de acordo com os tempos, agentes e populações envolvidas"⁷⁴ (BLANCO&DELGADO, 2019, p. 603 – grifo original). Desse modo, criou-se uma matriz de poder colonial que opera a partir do conceito de raça como guia para a hierarquização dos povos e dos Estados no sistema internacional, “[...] fundamental para a cristalização da colonialidade na política internacional”⁷⁵ (BLANCO&DELGADO, 2019, p. 604, 613). Nesse sentido, os estudos de caso auxiliam no resgate das histórias “esquecidas” ou manipuladas, a fim de agregá-las à história do sistema internacional tipicamente eurocêntrica, ainda que isso represente revelar a continuidade da colonialidade nos processos de formação dos Estados nacionais contemporâneos.

[...] é justamente através da operacionalização desse duplo movimento que a colonialidade funciona na política internacional. Ou reconhece a diferença, mas a coloca em uma estrutura hierárquica de superioridade/inferioridade ou deixa de perceber a diferença, levando à assimilação. [...] Embora essas duas problematizações estruturantes pareçam ter apenas significado histórico, elas ainda são relevantes para o nosso cenário internacional contemporâneo. O duplo movimento [...] permanece incorporado na política internacional. Enquanto no passado a colonialidade, juntamente com seu duplo movimento, era operacionalizada pela retórica da conversão ao Cristianismo e ao argumento civilizador, hoje em dia é operacionalizada pelas noções de desenvolvimento, modernização, democratização e até construção da paz voltadas para a periferia do cenário internacional⁷⁶ (BLANCO&DELGADO, 2019, p. 613).

⁷³ “Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de ‘raça’. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou ‘racista’) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. [...] O ‘colonialismo’ não se refere à classificação social universalmente básica que existe no mundo há 500 anos, mas à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros e é milhares de anos anterior à colonialidade. Ambos os termos estão, obviamente, relacionados, já que a colonialidade do poder não teria sido possível historicamente sem o específico colonialismo imposto ao mundo a partir do final do século XV” (QUIJANO, 2002, p. 4, 26).

⁷⁴ “[...] produced the specific social discriminations that were later codified as ‘racial’, ‘ethnic’, ‘anthropological’ or ‘national’, according to the times, agents and populations involved.”

⁷⁵ “[...] fundamental to the cristallisation of coloniality in international politics.”

⁷⁶ “[...] it is precisely through the operationalisation of this double movement that coloniality functions in international politics. It either recognises difference, but places it in a hierarchical structure of superiority/inferiority, or fails to perceive difference, leading to assimilation. [...] Although these two structuring problematisations may seem to have historical significance only, they are still relevant to our contemporary international scenario. The double movement [...] remains embedded in international politics. Whereas in the past coloniality, along with its double movement, was operationalised through the rhetoric of conversion to

O Congresso de Viena (1814-1815) foi um dos eventos históricos fundamentais para o estabelecimento da colonialidade no SI, à época ainda como sistema europeu. O Congresso restabeleceu a ordem e o equilíbrio de poder do sistema de Estados europeu ao final das guerras napoleônicas. As cinco potências vencedoras – Áustria, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e França – formaram o chamado Concerto Europeu a fim de legitimar sua autoridade, evitar novas hegemonias e redistribuir os territórios conquistados pelo Império Napoleônico.

A herança das guerras napoleônicas foi essencial para o processo de desenvolvimento político dos novos Estados: a centralização legal e administrativa, a conscrição em massa, os custos crescentes da guerra e a disseminação de técnicas "científicas", como a cartografia e a estatística (MANN, 1993, p. 214-215, 435; BURBANK & COOPER, 2010, p. 229–235). Com o progresso veio a sistematização do conhecimento (inclusive acadêmico), da normatividade e das informações (GELLNER, 1988; GIDDENS, 1985), essenciais para os processos de centralização e burocratização dos Estados. A partir dessa nova dinâmica, emergiram também o princípio da legitimidade, a diplomacia e o fortalecimento das noções de nacionalismo e soberania popular, introduzidas pela Revolução Francesa (1789-1799) contra o absolutismo monárquico.

O século XIX não presenciou apenas a redistribuição de poder, mas também “a transformação do modo de poder iniciado pela industrialização, a emergência de Estados racionais e as novas ideologias associadas ao progresso histórico”⁷⁷ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 623). As novas ideologias estavam atreladas à ideia de melhores condições humanas e promoveram o progresso ao “relacionar industrialização à capacidade estatal, à mudança na infraestrutura e à pesquisa científica” no ambiente doméstico “e por meio de intervenções coercitivas no comércio, na produção, nos regimes financeiros e na aquisição de novos territórios”⁷⁸ no ambiente internacional (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 627).

Essa reconfiguração da Europa intensificou o processo de interdependência e, ao mesmo tempo, de distanciamento socioeconômico e de capacidades entre os Estados europeus e outros continentes, devido às práticas colonialistas e imperialistas que impulsionaram a industrialização e a inovação tecnológicas das grandes potências europeias. A desigualdade

Christianity and the civilising argument, nowadays they are rendered operational through the notions of development, modernisation, democratisation and even peacebuilding directed to the periphery of the international scenario.”

⁷⁷ “[...] the transformation of the mode of power initiated by industrialization, the emergence of rational states, and novel ideologies associated with historical progress.”

⁷⁸ “[...] linking industrialization with state capacity, infrastructural change, and scientific research, and [...] through coercive interventions in trade, production, and financial regimes, and [...] the acquisition of new territories.”

entre entidades políticas não era uma novidade (ROSENBERG, 2010), porém no século XIX significou “a emergência de uma ordem internacional hierárquica [...] que define a semelhança básica [com] o mundo contemporâneo”⁷⁹ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 621). A modernidade “gerou uma diferença de poder entre os Estados do centro e da periferia, e desestabilizou as relações entre as grandes potências por meio da corrida armamentista industrial” (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 629).

Até o início do século XIX, as potências europeias muitas vezes relacionavam-se como iguais com as potências asiáticas e as diferenças encontravam-se mais no ambiente doméstico desses Estados do que entre eles, uma vez que “Índia e China eram dominantes na manufatura e em diversas áreas da tecnologia” (DAVIS, 2002, p. 16). Mas, durante o restante do século, houve uma grande mudança no poder global (BUZAN & LAWSON, 2013): “[...] entre a primeira década do século XIX e o século XX, a participação da China na produção industrial global caiu de 33% para 6% e a da Índia, de 20% para 2%”⁸⁰ (CHRISTIAN, 2005, p. 435). As potências européias utilizavam os princípios de soberania e igualdade entre si, enquanto os outros Estados eram tratados com inferioridade (ANGHIE, 2004; SUZUKI, 2005). A desigualdade manifestava-se de diferentes maneiras, como em acordos desvantajosos, protetorados onde os Estados europeus dominavam os setores mais importantes política e economicamente e colonização formal (BLANNING, 2000).

Tornar-se um membro civilizado da sociedade internacional significava não apenas cumprir os marcos legais europeus, as regras diplomáticas e normas; também significava tornar-se uma potência imperial. O imperialismo, portanto, estava intimamente ligado a idéias de progresso que se entrelaçavam com a industrialização e o surgimento do estado racional. O resultado foi uma configuração poderosa que transformou as sociedades domésticas e a ordem internacional. O ponto central dessa configuração era a eficiência europeia em matar⁸¹ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 629).

Ao longo das décadas, as diferenças entre os próprios Estados europeus resultaram na volta dos conflitos na Europa. Destacam-se alguns eventos históricos que contribuíram para o acirramento das tensões entre as potências europeias no final do século XIX e

⁷⁹ “The resulting inequalities fostered the emergence of a hierarchical international order [...] which defines the basic commonality [with] the contemporary world.”

⁸⁰ “[...] between the first decade of nineteenth and twentieth century, China’s share of global industrial production dropped from 33% to 6%, and India’s from 20% to 2%.”

⁸¹ “Becoming a civilized member of international society meant not just abiding by European legal frameworks, diplomatic rules, and norms; it also meant becoming an imperial power. Imperialism, therefore, was closely bound up with ideas of progress that were themselves interwoven with industrialization and the emergence of the rational state. The result was a powerful configuration that transformed both domestic societies and international order. Central to this configuration was European efficiency at killing.”

culminaram na primeira grande guerra do século XX: a partilha neocolonialista da África e da Ásia, que deixou a Alemanha e a Itália fora dessa redistribuição territorial; a disputa por mercados consumidores, o protecionismo e as guerras alfandegárias trazidas pela expansão do capitalismo industrial; a intensificação dos nacionalismos (expansionista vs separatista); a unificação da Alemanha e da Itália; e a corrida armamentista tecnológico-industrial.

A crescente desigualdade e a competição por maiores capacidades estatais resultaram no enfraquecimento do equilíbrio de poder do Concerto Europeu e, conseqüentemente, em novas alianças políticas e militares. A partir de 1890, o sistema europeu polarizou-se em dois blocos: a Tríplice Aliança, formada pela fortalecida Alemanha, Itália e Áustria-Hungria, e a Tríplice Entente, formada pela Grã-Bretanha, França e Rússia para conter a nova semi-hegemonia alemã (DÖPCKE, 2008). “Por volta de 1914, a colonização por europeus ou por colonizadores de origem europeia cobriam 80% da superfície mundial (não incluindo a desabitada Antártica)”⁸² (BLANNING, 2000, p. 246). Apenas a Grã-Bretanha dominava aproximadamente um quarto desses territórios (ABERNETHY, 2000).

Os vínculos entre produção industrial, inovação tecnológica e equipamentos, juntamente com mudanças na organização e doutrina militar, foram os fundamentos da ordem núcleo-periferia que se desenvolveu durante o século XIX. [...] A superioridade militar, aliada a avanços mais amplos na economia política, organização e estratégia, permitiu aos estados europeus intimidar, coagir, derrotar e, se desejassem, ocupassem territórios na periferia. As potências ocidentais estavam preocupadas em manter sua vantagem negando ou restringindo o acesso a armas avançadas. Isso representava um problema duradouro, porque, além de querer restringir o acesso dos povos coloniais não europeus às armas modernas, a maioria das potências coloniais usava tropas coloniais para administrar e ampliar seus impérios. Policiais, burocratas e enfermeiros da Índia serviram ao estado britânico na China, África e Oriente Médio, enquanto tropas indianas travaram guerras britânicas na China, Etiópia, Malásia, Malta, Egito, Sudão, Birmânia, África Oriental, Somalilândia e Tibete (Darwin 2009: 183). Tais 'forças estrangeiras' continuaram a desempenhar um papel de liderança nos exércitos coloniais durante o século XX (Barkawi 2011: 39-44). Ao mesmo tempo, a resistência ao império em muitas partes do mundo, incluindo a América Latina, a fronteira noroeste, a Indochina e o interior da África, significava que essas regiões nunca eram totalmente pacificadas. Os movimentos de resistência, fazendo uso extensivo do terreno, redes sociais localmente incorporadas e táticas de guerrilha, tornaram-se as sementes para o desenrolar dos impérios ocidentais no século XX⁸³ (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 631).

⁸² “By the outbreak of the First World War, one of these powers (Britain) claimed nearly a quarter of the world’s territory.”

⁸³ “The links between industrial production, technological innovation, and equipment, along with shifts in military organization and doctrine, were the foundations of the core-periphery order that developed during the nineteenth century. [...] Military superiority, allied to broader advances in political economy, organization, and strategy, allowed European states to intimidate, coerce, defeat, and if they wished, occupy, territories in the periphery. Western powers were concerned to maintain their advantage by denying, or restricting, access to advanced weapons. This posed an enduring problem, because as well as wanting to restrict the access of non-European colonial peoples to modern arms, most colonial powers used colonial troops to administer and extend their empires. Indian police officers, bureaucrats, and orderlies served the British state in China, Africa, and the

A I Guerra Mundial (1914-1918) foi o resultado dessas dinâmicas de poder e do surgimento de uma “hierarquia global de poder físico, econômico e cultural” no século anterior (DARWIN, 2007, p. 298). As ideologias do século XIX falharam em conter as guerras e o alto poder destrutivo adquirido com a industrialização e as novas tecnologias de combate inauguraram “uma problemática urgente de guerra, paz e ordem internacional”⁸⁴ (BUZAN & LAWSON, 2015, p. 62). A instabilidade entre as potências do sistema europeu estava oficialmente globalizada, iniciando um processo gradual de declínio da hegemonia europeia e reconfiguração do sistema internacional: os Estados Unidos emergiram como primeira potência industrial, comercial e financeira do SI (CERVO, 2008). O Tratado de Versalhes (1919) condenou a Alemanha pela guerra, estipulando reparações, ocupação militar e desarmamento, e distribuindo as ex-colônias alemãs na África e na Ásia e do ex-Império Otomano no Oriente Médio. O tratado serviu majoritariamente aos interesses econômicos, estratégicos e territoriais da Grã-Bretanha e da França, deixando de fora os Estados Unidos, a União Soviética, a Alemanha e o Japão.

Os princípios do nacionalismo e da autodeterminação dos povos também foram ignorados nas colônias e nos subseqüentes mandatos (como no caso do Mandato Britânico da Palestina em 1922), gerando diversos conflitos religiosos e étnicos (CERVO, 2008). O Oriente Médio serviu como arena para as operações das grandes potências do sistema europeu até o século XX, enquanto seus Estados só adentraram o sistema quando esse se tornou um sistema internacional. O sistema de mandatos da Liga das Nações beneficiou a Grã-Bretanha e a França, as quais concederam independência a alguns povos e a outros não. Armênios, curdos e palestinos continuaram sem um Estado próprio, sendo subjugados por outras nações (KHALIDI, 2009, p. 299-300). No caso palestino, a massiva colonização judaica para a Palestina, ainda como um protetorado britânico, e o crescimento do nacionalismo árabe palestino culminaram na disputa territorial conhecida como conflito Árabe-Israelense.

A tentativa de restabelecer o equilíbrio entre as velhas potências e as potências emergentes do conflito mundial - Grã-Bretanha, França, Alemanha, União Soviética, Itália, Estados Unidos e Japão – aconteceu por meio da criação da Sociedade ou Liga das Nações. O foco da política internacional passou a ser a segurança coletiva, a solução pacífica de

Middle East, while Indian troops fought in British wars in China, Ethiopia, Malaya, Malta, Egypt, Sudan, Burma, East Africa, Somaliland, and Tibet (Darwin 2009:183). Such ‘foreign forces’ continued to play a leading role in colonial armies during the twentieth century (Barkawi 2011:39-44). At the same time, resistance to empire in many parts of the world including Latin America, the North West Frontier, Indochina, and the African interior, meant that these regions were never fully pacified. Resistance movements, making extensive use of terrain, locally embedded social networks, and guerrilla tactics, became the seeds for the unraveling of Western empires in the twentieth century.”

⁸⁴ “[...] an urgent problématique of war, peace and international order.”

controvérsias, o desarmamento, a diplomacia pública, a igualdade dos Estados, a democracia, a liberalização do comércio e a cooperação internacional. O ápice do idealismo remanescente do século XIX foi o Pacto Briand-Kellogg (1928) que proibiu as guerras e foi assinado por 60 países. Entretanto, a descrença nas instituições liberais, a crise do capitalismo e subsequente depressão econômica mundial, o contínuo protecionismo e as novas disputas por fontes de energia e matérias-primas dominaram a política internacional. Fortaleceram-se as retóricas nacionalistas autoritárias e expansionistas (CERVO, 2008).

Em 1934, as ditaduras nacionais dominavam a Europa Central e a Europa Oriental. Em 1939, a Europa democrática era minoria. O ditador encarnava a nação e, com isso, tomava por legítima sua política exterior. [...] A guerra europeia foi desencadeada pelos ataques à Polônia em setembro de 1939 e justapunha-se à guerra na Ásia, movida pelo Japão contra a China. As duas guerras regionais evoluíram para a guerra mundial em 1941, quando os exércitos alemães invadiram a União Soviética e a aviação japonesa bombardeou a base norte-americana de Pearl Harbor (CERVO, 2008, p. 179,190).

O fim da II Guerra Mundial (1939-1945) encerrou a instabilidade do período entreguerras, rompeu definitivamente o equilíbrio de poder e a supremacia europeia do século XIX e fez emergir novas potências para preencher o vazio de poder mundial (SARAIVA, 2008). A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada para promover a paz e a segurança coletiva dos Estados, a fim de conter novos conflitos dessa magnitude entre seus membros. Os Estados Unidos e a União Soviética saíram da guerra como superpotências rivais, apesar de lutarem juntas contra a Alemanha nazista, reconfigurando o SI, agora globalizado.

A divisão ideológica do SI consistiu *grosso modo* em dois blocos, respectivamente, o liberal-capitalista e o socialista-comunista. O novo equilíbrio de poder bipolar, conhecido como Guerra Fria (1947-1991), distribuiu-se em zonas estratégicas de influência das duas superpotências na busca pelo alinhamento dos demais Estados aos seus ideais de uma nova ordem internacional, estendendo-se também à ONU por meio do sistema de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O período inicial da Guerra Fria foi marcado pela paradoxal retórica da paz democrática em meio à nova corrida armamentista, agora nuclear, e o deslocamento da confrontação entre os EUA e a União Soviética para os conflitos locais na África, na Ásia e no Oriente Médio (*proxy wars*)⁸⁵. "[...] o sistema internacional, em vez de

⁸⁵ Guerras por meio de outros grupos ou Estados alinhados.

restringir o poder ou poderes dominantes de expandir seu domínio no Oriente Médio, muitas vezes facilitou esse domínio”⁸⁶ (KHALIDI, 2009, p. 300).

A representação dos Estados e as decisões tomadas (ou vetadas) dentro do CSNU são extremamente desiguais, favorecendo as grandes potências em detrimento da maioria dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Devido à sua natureza de impedir que certos temas sejam discutidos na agenda internacional e de bloquear mesmo as decisões majoritárias que pretendem fazer cumprir o direito internacional, o sistema de veto reproduz uma ordem internacional ainda centrada nas potências ocidentais e é praticamente intransponível. “Qualquer proposta de reforma, para ser efetivada, dependerá da aprovação desses países, o que implicaria em renúncia, por parte deles, das atuais prerrogativas que lhes concedem condição privilegiada de poder face aos demais integrantes das Nações Unidas (PEREIRA, 2011, p. 3).

A existência de um Conselho de Segurança e o direito de veto reservado às grandes potências, reconhecendo explicitamente, portanto, uma hierarquia entre Estados no cenário internacional, foram condições que asseguraram a própria existência da ONU. Sem o instituto do veto, certamente teria sido muito mais difícil construir um consenso entre os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha ao final da Segunda Guerra Mundial com vistas à criação da nova Organização. Esse dispositivo, no entanto, significa apenas a parte mais visível dos mecanismos contidos nessa entidade que limitam sua ação e que reconhecem uma condição distinta para as grandes potências. Na verdade, ao longo da existência da ONU há uma enorme lista de casos de conflitos internacionais que foram decididos ou conduzidos fora de seu âmbito. Durante a guerra fria, o mecanismo do veto fez com que, sistematicamente, as questões mais críticas envolvendo a segurança internacional fossem tratadas e conduzidas à margem da entidade (SATO, 2003, p. 161-162).

O fim da II Guerra Mundial despertou a cooperação internacional não apenas para as questões humanitárias e de segurança, mas também para a mudança da noção de regime político legítimo⁸⁷. A experiência com ideologias e regimes totalitários e de duas guerras mundiais deixava clara a necessidade de propagar princípios liberais e democráticos. A competição ideológica entre as potências rivais preocupava os Estados Unidos, especialmente a percepção de ameaça comunista soviética, mobilizando-os a promover os ideais liberais e a

⁸⁶ “[...] *the international system, rather than restraining the dominant power or powers from expanding their dominion in the Middle East, often facilitated this dominion.*”

⁸⁷ Essa discussão teórica sobre democracia já foi previamente publicada em artigo na revista Conjuntura Global (set./dez.2017).

democracia⁸⁸ como o regime político mais viável para a segurança e a paz internacionais. O subcapítulo seguinte traça um panorama da democratização no sistema internacional.

2.2.1 A Democratização no Sistema Internacional

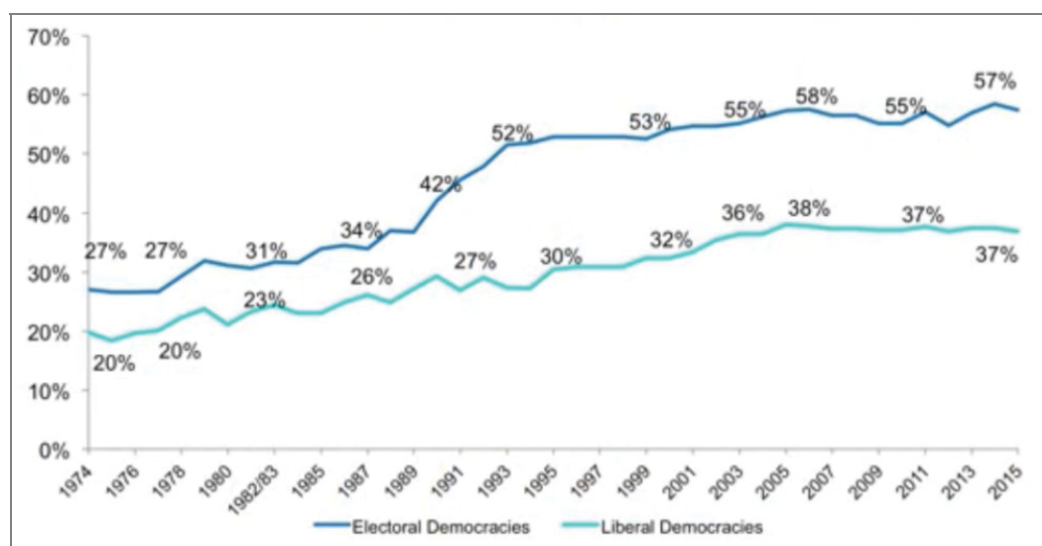
O modelo democrático propagado durante a Guerra Fria apoiava-se nos princípios do liberalismo: Estado de Direito, constitucionalismo, liberdades individuais (inclusive religiosa e econômica), limitação do poder dos governos, igualitarismo, propriedade privada, eleições e partidos políticos de massa e direitos humanos (GREEN, 2008). A ideia de uma ‘paz democrática’ visava minimizar os riscos de conflito entre os Estados. A estratégia liberal-democrática dos EUA também incluía acordos de cooperação econômica, militar e tecnológica com os Estados mais próximos e com os mais vulneráveis à ideologia comunista. “As origens [da] promoção da democracia estavam ligadas à busca de um método efetivo de prevenção do surgimento de governos revolucionários no Terceiro Mundo, o que poderia prejudicar a posição geopolítica de Washington em relação à União Soviética” (PEE, 2014). Durante a Guerra Fria, “democracia era um mantra” (COPPEDGE & GERRING et al., 2011, p. 247).

A ONU teve um papel fundamental na propagação do ideal democrático. Primeiro, ao apoiar o processo de descolonização da África e da Ásia; segundo, reconhecendo os novos Estados independentes como membros da organização internacional; e terceiro, pelo contínuo suporte dado a esses Estados no processo de democratização, incluindo o envio de operações de paz (BOUTROS-GHALI, 1996). A primeira onda de democratização, e posterior reversão, ocorreu entre a I e II guerras mundiais. A segunda onda ocorreu no pós-II Guerra e durou aproximadamente duas décadas (1945-1965). Em 1950, menos da metade dos países eram democráticos: 22 (ou 28%) dos 80 Estados soberanos. O resultado foi uma ‘segunda onda de

⁸⁸ “Democracia: ‘[...] reserv[o] o termo ‘Democracia’ para um sistema que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. [...] Parto do pressuposto também de que, para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas, [d]e formular suas preferências, [d]e expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva, [e] [d]e ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. Essas me parecem ser então as três condições necessárias à democracia, ainda que, provavelmente, não sejam suficientes. [...] [S]uponho que para essas três oportunidades existirem para um grande número de pessoas, tal como o número de pessoas abarcado pela maioria dos Estados nações existentes, as instituições da sociedade devem fornecer pelo menos oito garantias[:] liberdade de formar e aderir a organizações, liberdade de expressão, direito de voto, direito de líderes políticos disputarem apoio e votos, fontes alternativas de informação, elegibilidade para cargos políticos, eleições livres e idôneas, e instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de interesse” (DAHL, 2005, p.25-27).

reversão’ em 20 países em desenvolvimento (HUNTINGTON, 1991; DIAMOND, 2000, p. 413). A partir da década de 1970 teve início a chamada ‘terceira onda de democratização’: em 1974, apenas 41 Estados (ou 27,3%) eram democracias eleitorais (Ver tabela 1) (HUNTINGTON, 1991; DIAMOND, 2000, p. 413). A expansão democrática *per se* só teve início na década de 1980. Ao final da Guerra Fria, o modelo democrático eleitoral era maioria no sistema internacional (DIAMOND, 2016). Em 2000, o número de democracias aumentou para 120 (ou 62,5%) (Ver figura 1, abaixo, e tabela 1, na próxima página) (DIAMOND, 2000, p. 413).

FIGURA 1 – EXPANSÃO GLOBAL DA DEMOCRACIA I (1974-2015)⁸⁹



FONTE: DIAMOND, 2016 - adaptada pela autora.

As democracias eleitorais *a priori* não pressupõem a inexistência de direitos humanos, principalmente porque suas constituições estabelecem direitos e garantias fundamentais aos seus cidadãos. Porém, necessitam de transformações institucionais e societárias mais profundas para consolidar práticas de proteção humana, as quais dependem da boa vontade dos líderes políticos e da conscientização da sociedade. A dinâmica imposta pelos próprios princípios fundamentais do sistema internacional (soberania, não intervenção, autodefesa e anarquia) conduz os Estados a um nível de desconfiança e insegurança que não favorece o cumprimento dos princípios democráticos no âmbito nacional, resultando na vulnerabilidade dos indivíduos a possíveis violações, tanto por parte do governo quanto por parte de outros indivíduos ou grupos.

⁸⁹ Nota da fonte: a classificação ‘democracias liberais’ é da *Freedom House*.

TABELA 1 – A EXPANSÃO DA DEMOCRACIA ELEITORAL (1974, 1990-2002)

Ano	Número de Democracias	Número de Estados	Percentual de Democracias	Taxa Anual de Expansão Democrática
1974	41	150	27.3%	
1987	71	164	43.3%	
1990	76	165	46.1%	n.a.
1991	91	183	49.7%	19.7%
1992	99	186	53.2%	8.1%
1993	108	190	56.8%	8.3%
1994	114	191	59.7%	5.3%
1995	117	191	61.3%	2.6%
1996	118	191	61.8%	0.9%
1997	117	191	61.3%	-0.9%
1998	117	191	61.3%	0
1999	120	192	62.5%	2.6%
2000	120	192	62.5%	0
2001	121	192	63.0%	0
2002	121	192	63.0%	0

FONTE: DIAMOND, 2003, a partir dos dados da *Freedom House* - adaptada pela autora.

A expansão das democracias coincide com a internacionalização dos direitos humanos no período pós-II Guerra Mundial. A indissociabilidade entre esses dois elementos deve-se à própria natureza dos tratados de direitos humanos, os quais pressupõem que os Estados partes participem do regime democrático. Esses direitos, por sua vez, são o fundamento das sociedades democráticas. Não há democracia sem direitos humanos e vice-versa, uma vez que o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais caracterizam o Estado de Direito (CANÇADO TRINDADE, 1999, p. 241-243).

Um dos obstáculos à democratização: [...] [c]onflitos agudos e persistentes que polarizam ou fragmentam o povo de um país podem impedir que as instituições democráticas se desenvolvam plenamente e destruir os direitos e liberdades democráticas, caso sejam introduzidas (como no Líbano, para tomar um caso agudo). Entre as fontes mais importantes de tais conflitos está a existência de subculturas nitidamente divididas, formadas em torno do eixo da religião, língua, raça, grupo étnico, região e, em alguns casos, ideologia. Ao contrário das questões puramente econômicas, as diferenças subculturais tendem a gerar conflitos que não são apenas intensos demais, mas também profundamente "não racionais" e primordiais para permitir uma solução por meios democráticos. Certamente, existem algumas exceções bem conhecidas e, em alguns países democráticos, os sistemas consociacionais ajudaram a diminuir os perigos do conflito subcultural. Mas em muitos países não democráticos, os conflitos subculturais representam uma barreira

para o desenvolvimento e manutenção de um sistema de direitos e liberdades democráticos que dificilmente será muito reduzido no futuro previsível⁹⁰ (DAHL, 2002, p. 171).

A criação da ONU em 1945 deu início ao processo de codificação, universalização e institucionalização das normas e costumes internacionais, que deu origem ao Direito Internacional. O fim da Guerra Fria, em 1991, trouxe novos Estados independentes e novas demandas políticas, sociais, econômicas e culturais, promovendo uma democratização da ordem internacional. O conjunto de tratados e convenções internacionais relacionados aos direitos humanos constitui o Direito Internacional dos Direitos Humanos, normatividade que guia os Estados na efetivação desses direitos no âmbito nacional. Entretanto, os Estados estão mais voltados à segurança nacional, em um sentido territorial, do que à proteção humana. Além disso, a concorrência entre os princípios constitutivos dos Estados nacionais e os princípios democráticos contribui para a prevalência das democracias eleitorais.

A expansão democrática promoveu “um maior reconhecimento dos direitos humanos”, mas tanto esses direitos quanto a democracia precisam da implementação de práticas que vão além do processo eleitoral (PNUD, 1992). Um parâmetro democrático mais humanista depende de transformações institucionais e societárias profundas nos Estados para se consolidar. De qualquer maneira, o ideal democrático propagou-se como o regime político legítimo da ordem internacional pós-II Guerra. “A democracia tornou-se garantidora da expansão dos direitos e liberdades que, em última instância, tomou forma institucional no constitucionalismo, na divisão de poderes, na secularização e na consolidação do Estado de Direito” (INOZEMTSEV, 2012).

A explicação está no contexto internacional da época: o processo de descolonização que originou novos Estados nacionais, o crescente interesse nacional por crescimento e desenvolvimento econômicos, a mudança da ordem internacional bipolar para uma multipolar e a abertura política e econômica trazida pela globalização. O número de Estados considerados livres pela classificação da *Freedom House* aumentou, bem como o número de

⁹⁰ “One of the obstacles to democratization: [a]cute and persistent conflicts that polarize or fragment the people of a country are likely to prevent democratic institutions from fully developing, and to destroy democratic rights and liberties should they be introduced (as in Lebanon, to take an acute case). Among the most important sources of such conflicts is the existence of sharply divided subcultures, formed around the axis of religion, language, race, ethnic group, region, and in some cases ideology. Unlike purely economic questions, subcultural differences tend to generate conflicts that are not only too intense but also too deeply 'non-rational' and primordial to allow for settlement by democratic means. To be sure, there are some well-known exceptions, and in a few democratic countries consociational systems have helped to damp down the dangers of subcultural conflict. But in many non-democratic countries subcultural conflicts pose a barrier to the development and maintenance of a system of democratic rights and liberties that is unlikely to be much reduced in the foreseeable future.”

democracias, embora a expectativa fosse maior do que a realidade dos Estados poderia oferecer. Entre 1972 e 1980, o número de Estados não livres superava o de Estados livres. Enquanto o número de Estados livres dobrou no período de 1972 a 2002, o número de Estados não livres manteve-se em uma média de 52. E mesmo em seu nível mais baixo (38 em 1992), a diferença era de apenas 29 Estados comparada ao seu nível mais alto (67 em 1972) (Ver tabela 2, abaixo). As democracias liberais também cresceram em menor proporção que as eleitorais, mantendo-se em uma média de 62% em relação ao total de democracias no período de 1974, 1987, 1990-2002 (Ver tabela 3, na próxima página).

TABELA 2 – NÍVEL DE LIBERDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES (1972-2000)⁹¹

Ano	Estados Livres	Estados Parcialmente Livres	Estados Não Livres	Total
1972	42 (29.0%)	36 (24.8%)	67 (46.2%)	145
1980	52 (31.9%)	52 (31.9%)	59 (36.2%)	163
1985	56 (33.5%)	56 (33.5%)	55 (32.9%)	167
1990	65 (39.4%)	50 (30.3%)	50 (30.3%)	165
1991	76 (41.5%)	65 (35.5%)	42 (22.9%)	183
1992	75 (40.3%)	73 (39.2%)	38 (20.4%)	186
1993	72 (37.9%)	63 (33.2%)	55 (28.9%)	190
1994	76 (39.8%)	61 (31.9%)	54 (28.3%)	191
1995	76 (39.8%)	62 (32.5%)	53 (27.7%)	191
1996	79 (41.4%)	59 (31.1%)	53 (27.7%)	191
1997	81 (42.4%)	57 (29.8%)	53 (27.2%)	191
1998	88 (46.1%)	53 (27.2%)	50 (26.2%)	191
1999	85 (44.3%)	59 (30.7%)	48 (25.0%)	192
2000	86 (44.8%)	59 (30.7%)	47 (24.5%)	192
2001	86 (44.8%)	57 (29.7%)	49 (25.5%)	192
2002	89 (46.4%)	55 (28.6%)	48 (25.0%)	192

FONTE: DIAMOND, 2003 - adaptada pela autora.

⁹¹ Nota da fonte: dados de Raymond D. Gastil/1989 para os anos 1972, 1980 e 1985 e *Freedom House*. “A média da classificação dos direitos políticos e das liberdades civis de um país ou território é denominada Classificação de Liberdade (*Freedom Rating*), e é esse número que determina o status de Livre (1.0 a 2.5), Parcialmente Livre (3.0 a 5.0) ou Não Livre (5.5 a 7.0) [...]” (FREEDOM HOUSE, 2016).

TABELA 3 – NÚMERO DE DEMOCRACIAS VS DEMOCRACIAS LIBERAIS (1974, 1987, 1990-2002)⁹²

Ano	Número de Democracias	Número de Democracias Liberais (FH Score 1-2)	Percentual de Democracias Liberais	Número de Estados Livres (FH Score 1-2.5)
1974	39	32	82.1%	39
1987	66	48	72.7%	57
1990	76	53	69.7%	65
1991	91	54	59.3%	76
1992	99	57	57.6%	75
1993	108	62	57.4%	72
1994	114	62	54.3%	76
1995	117	67	57.2%	76
1996	118	68	57.6%	79
1997	117	69	59.0%	81
1998	117	69	59.0%	88
1999	120	71	59.2%	85
2000	120	74	61.7%	86
2001	121	75	62.0%	86
2002	121	73	60.8%	89

FONTE: DIAMOND, 2003 - adaptada pela autora.

É preciso enfatizar que, apesar da bem-sucedida propagação internacional do ideal democrático, o resultado foi muito mais superficial do que os números apontam. A expansão das democracias trouxe mudanças institucionais importantes, porém não foi acompanhada pela necessária transformação das relações Estado-sociedade. Grande parte das democracias era (e ainda é) eleitoral e tem dificuldade de transcender seu caráter colonial, autoritário e repressivo para garantir os direitos e as liberdades fundamentais de uma sociedade efetivamente democrática.

A identificação de um Estado como democrático ou não democrático é qualitativa e arbitrária, pois depende do estabelecimento de limites acerca do que se entende por democracia, bem como “das condições dos vários direitos e instituições em países específicos” (DAHL, 2002, p. 166). Entretanto, a ausência de direitos denuncia um regime não democrático, ao mesmo tempo em que o pleno respeito aos direitos humanos nos regimes democráticos é praticamente uma utopia (DAHL, 2002, p. 166-167). Um regime de *status* democrático não garante uma relação Estado-sociedade livre de desigualdade e possíveis

⁹² Nota da fonte: dados de Raymond D. Gastil/1989 e *Freedom House* (FH Scores).

violações de direitos fundamentais dos cidadãos. Segundo DAHL (2002, p. 166-167), os sistemas de garantias políticas e liberdades mais abrangentes encontram-se em Estados democráticos, mas as condições desses direitos devem ser analisadas e questionadas - mesmo esses direitos sendo parte integral do próprio conceito e necessários para as modernas instituições democráticas, as poliarquias (DAHL, 2002).

Algumas características essenciais podem ser elencadas das teorias democráticas contemporâneas, mas nenhuma teoria, isoladamente, dá conta de explicar a diversidade e as particularidades de práticas e processos democráticos na realidade. “As teorias ou modelos democráticos tendem a ser incompletos e, por sua natureza, seus princípios e regras minimizam drasticamente a complexidade da prática democrática” (JONSEN&TOULMIN, 1998, p.6 *apud* SMITH, 2009, p.10)⁹³.

As instituições que, tomadas no todo, distinguem a democracia moderna (ou poliarquia) de outros regimes, contemporâneos e históricos, são um sistema constitucional escrito ou não escrito que confere controle sobre decisões governamentais sobre política em funcionários eleitos; a seleção de funcionários eleitos em eleições frequentes e justas; um direito inclusivo de adultos votarem nessas eleições, bem como concorrer a cargos eletivos; um direito amplamente definido e protegido à liberdade de expressão; a existência de fontes de informação alternativas e independentes, às quais os cidadãos têm direito a obter acesso; e o direito dos cidadãos de formar organizações relativamente independentes, incluindo partidos políticos independentes e grupos de interesse (DAHL, 2002, p. 166)⁹⁴.

O modelo democrático propagado no pós-II Guerra Mundial é dominante na contemporaneidade, mas não está imune ao retrocesso. E para que realmente se concretize é preciso ir além da centralidade no processo eleitoral e na participação da maioria. “Um sistema político democrático participativo requer também uma cultura política consistente com ele” (ALMOND&VERBA, 1989, p. 3). Cultura política pode ser definida como “orientações-atitudes políticas em relação ao sistema político e seus componentes, e atitudes frente ao papel do próprio indivíduo nesse sistema”, entendendo-se cultura como “uma orientação psicológica em relação aos objetos sociais” (ALMOND&VERBA, 1989, p. 12-13).

⁹³ “Democratic theories or models tend to be incomplete, and, by their nature, their principles and rules drastically oversimplify the complexity of democratic practice”.

⁹⁴ “The institutions that, taken as whole, distinguish modern democracy (or polyarchy) from other regimes, contemporary and historical, are a written or unwritten constitutional system that vests control over government decisions about policy in elected officials; the selection of elected officials in frequent and fairly conducted elections; an inclusive right of adults to vote in these elections as well as run for elective office; a broadly defined and effectively protected right to freedom of expression; the existence of alternative and independent sources of information, to which citizens are entitled to gain access; and the right of citizens to form relatively independent organizations, including independent political parties and interest groups”.

Mas, em geral, a cultura política é heterogênea e pode não ser congruente com as estruturas do sistema político estabelecido.

O que daria suporte à política democrática é um padrão de socialização oriundo de um tipo ideal de ‘cultura política cívica’, a qual possibilita ao indivíduo o gerenciamento de inevitáveis dissonâncias, a obediência aos resultados e um papel ativo em relação às suas demandas (ALMOND&VERBA, 1989, p. 20-33). Quais estruturas e processos sociais sustentam uma cultura política democrática? Almond e Verba (1989, p.3) identificam dois modelos de ‘Estado Moderno Participativo’: o totalitário, no qual os indivíduos têm o papel de sujeitos participantes, e o democrático, no qual os indivíduos têm a “oportunidade de participar do processo de tomada de decisão política como cidadãos influentes”. Enfim, a cultura política é a conexão entre a micropolítica (atitudes e motivações dos indivíduos que compõem um sistema político) e a macropolítica (caráter e desempenho desse sistema político) (ALMOND&VERBA, 1989, p. 31).

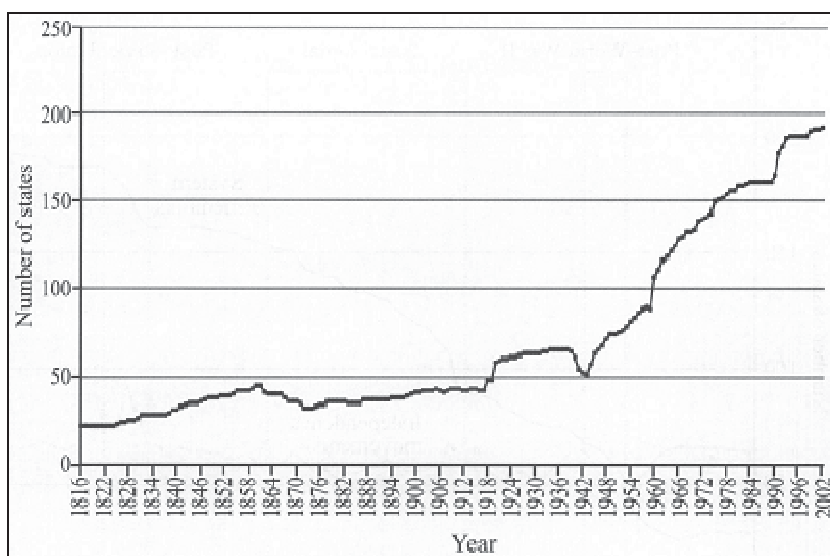
A estratégia de contenção das ideologias autoritárias via promoção do ideal democrático resultou em golpes militares, repressão e violação de direitos humanos em diversos Estados. O modelo de segurança coletiva e da paz democrática gerou intervenções militares e imposição da democracia em sociedades não aptas a receber esse tipo de regime político. Nesse sentido, o processo de democratização dos Estados não promoveu as mudanças sociais necessárias para a consolidação de democracias que cumprissem os princípios dos direitos humanos. Os elementos entendidos como possíveis precursores de movimentos revolucionários, como estagnação econômica, desigualdade social e governos autoritários e repressivos, mantiveram-se como constantes em grande parte dos Estados democratizados.

Todas essas transformações globais levaram à configuração contemporânea do SI: a emergência e a institucionalização de uma ordem internacional hierárquica centro-periferia (grandes potências vs demais Estados); a intensificação das interações entre as sociedades (globalização) e a amplificação de suas diferenças (países ricos vs países pobres ou em desenvolvimento) promovidas pela modernidade (urbanização/avanços científicos e tecnológicos); a proximidade da relação entre guerra, industrialização, formação do Estado racional (maior capacidade estatal) e padrões de civilização (ocidentais/majoritariamente europeus); as ideologias progressistas que legitimaram políticas tanto pacíficas (cooperação) quanto coercitivas (intervenção); e as dinâmicas imperialistas e de resistência (velhas práticas vs novas demandas) (BUZAN & LAWSON, 2013, p. 632). Em suma, “a política internacional não mud[ou] de natureza nos anos 1990, se considerarmos seu caráter anárquico, a hierarquia

das potências, a prevalência de relações hegemônicas, as estruturas capitalistas de dominação e os conflitos de interesse (SENARCLENS, 1992 *apud* CERVO(a), 2008, p. 346). Entretanto, as mudanças no sistema internacional após a II Guerra Mundial consagraram como legítimo o modelo de Estado nacional e não suas alternativas. “A consolidação do sistema estatal também restringiu as oportunidades para a construção de novos Estados pela guerra”⁹⁵ (TILLY, 1975, p. 75).

Essa contextualização internacional é necessária para a identificação da dinâmica de emergência dos Estados nacionais e a consolidação desse modelo no sistema internacional (SI). Conforme a figura 2, abaixo, o número de Estados no sistema estatal passou de pouco mais de 25 no século XIX para quase 50 no início do século XX, devido ao processo de descolonização na América. Alguns Estados desapareceram com a consolidação europeia, outros “Estados” colonizados nem mesmo entravam nessa conta, pois eram considerados *terra nullius* (“terra de ninguém”). Após as duas guerras mundiais, o número de Estados subiu para 150 (COGGINS, 2011, p. 436).

FIGURA 2 – MEMBROS DO SISTEMA DE ESTADOS, 1816-2000.



FONTE: COGGINS, 2011, p. 437.

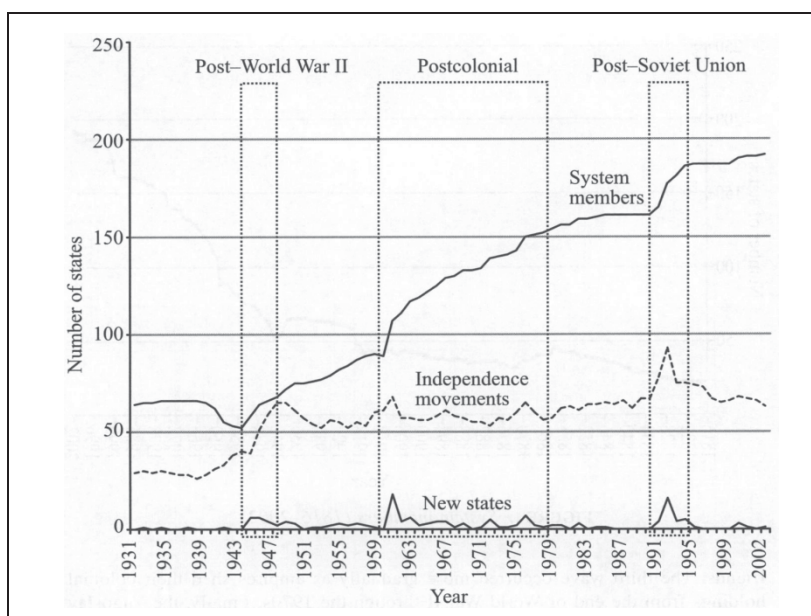
A emergência de novos Estados nacionais no século XX frequentemente sucedeu as guerras, mas também foi o resultado das novas demandas para descolonização e independência. Esses Estados surgiram a partir de quatro principais ondas de independência: as duas primeiras ondas ocorreram após a I e a II guerras mundiais, com a divisão dos

⁹⁵ “The consolidation of the state system also constricted the opportunities for the building of new states by war.”

territórios inimigos entre as potências vencedoras; a terceira onda ocorreu com o processo de descolonização da África e da Ásia, principalmente entre os anos 1960-1970; e a quarta onda ocorreu com o colapso da Iugoslávia e da União Soviética e a emergência de mais de 20 novos Estados até o final do século XX (COGGINS, 2011, p. 436-437; ver figura 3, abaixo).

Apesar do aumento no número de Estados no sistema internacional, muitas demandas por independência não foram bem sucedidas. A ONU contabiliza hoje, no século XXI, 193 Estados, sendo 195 se considerarmos outros dois Estados membros observadores - o Vaticano e a Palestina. Entretanto, a ausência ou o baixo reconhecimento de um Estado pela comunidade internacional deixa alguns novos Estados fora dessa lista. É preciso considerar o paradoxo que esses Estados enfrentam: se não adquirem reconhecimento internacional, é pouco provável que possam fazer parte das principais organizações internacionais; mas se, ao contrário, conseguem participar de algumas organizações internacionais, apesar do baixo reconhecimento, só serão admitidos como Estados membros da ONU caso a comunidade internacional majoritariamente os reconheça.

FIGURA 3 – DINÂMICAS DE SURGIMENTO DO ESTADO, 1931-2000.



FONTE: COGGINS, 2011, p. 438.

Cabe lembrar que a Convenção de Montevideu por si só não é suficiente para o reconhecimento de um Estado, pois a decisão mais importante é parte do jogo político doméstico e internacional e os Estados mais fortes também defendem seus interesses vetando

a admissão de novos membros via Conselho de Segurança da ONU⁹⁶. Esse comportamento dos Estados, ainda que seja relativamente aceitável no âmbito internacional devido à retórica da soberania estatal, evidencia a continuidade da hierarquia imposta pelas potências dominantes e a manutenção da colonialidade no sistema internacional. A dinâmica entre as grandes potências e entre elas e os demais Estados mantém-se hierárquica e intervencionista, apesar da globalização e da relativa multipolaridade que possibilitou a ascensão dos países em desenvolvimento na política internacional. A universalização dos valores, princípios e instituições majoritariamente europeias ou ocidentais contribuiu para essa ascensão, mas, paradoxalmente, também foi responsável pela manutenção da hierarquia centro-periferia.

O SI deixou de ter a guerra como regra e a paz como exceção (ZÜRN&LEIBFRIED, 2010, p. 2) para ter a paz como regra e a guerra como exceção. Entretanto, a guerra continua por outros meios, como golpes de Estado, intervenções “humanitárias” para implantar democracias alinhadas e *proxy wars*. A extraordinária capacidade estatal das potências dominantes, adquirida à custa da exploração dos demais Estados, é quase impossível de superar sem políticas compensatórias pelo atraso gerado ao longo dos séculos. As novas demandas por participação, igualdade e justiça internacionais do pós-Guerra Fria não foram atendidas, ou seja, a suposta democratização das instituições internacionais ainda não se concretizou, apesar da retórica.

O reconhecimento dos demais Estados como iguais na política internacional gera instabilidades internas que só poderão ser superadas com o reconhecimento das diferenças desde a sua formação. Do mesmo modo, a promoção e a expansão da democracia como único regime legítimo camufla as diferenças internas e viabiliza o reconhecimento de democracias meramente eleitorais, que violam sistematicamente os direitos humanos de parte de seus cidadãos ou de populações sob sua tutela. A manutenção de velhas práticas e instituições eurocêntricas apenas contribuiu para a instabilidade da periferia em benefício do centro, pois reproduzem continuamente a ordem hierárquica, violenta e exploratória das grandes potências - guardadas as diferenças contextuais - desde o início do sistema europeu de Estados. Em essência, mesmo com as grandes transformações globais, a luta pelo poder permanece a mesma na política internacional. No próximo capítulo, apresento um panorama histórico da mobilização nacionalista judaica para a construção de um Estado para os judeus na Palestina, que também foi influenciada por essas transformações do século XIX.

⁹⁶ China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia são os cinco Estados membros da ONU com poder de veto no Conselho de Segurança.

3 A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

A origem da ideia de uma terra para os judeus remete à história bíblica judaico-cristã de perseguição, exílio e de retorno à terra antes habitada pelo povo hebreu. Essa referência é mais do que uma identificação religiosa, pois remeter ao povo hebreu significou também uma identificação temporal e geográfica que serviu como justificativa para o retorno à Palestina. "É esse colapso da história judaica na geografia hebraica que prefigura as alegações de autolegitimação do sionismo⁹⁷" (MASSAD, 2006, p. 38). As recorrentes perseguições e violências sofridas ao longo da História, devido ao antissemitismo, reforçaram a ideia de que apenas uma terra para os judeus habitarem solucionaria a questão judaica. A emigração de judeus do mundo todo, mas especialmente do leste e centro europeus, para colonizar a Palestina foi, gradualmente, tornando-se a melhor estratégia. Mas isso só foi possível devido à conjuntura política e à nova consciência nacionalista dos judeus europeus no final do século XIX e início do século XX. "[...] a possibilidade de emancipação legal para os judeus (ou para outros grupos minoritários) simplesmente não era concebível até a ascensão do nacionalismo moderno em meados do século XIX⁹⁸" (STANISLAWSKI, 2017, p. 14).

O judaísmo e o antissemitismo constituíram a base do argumento para a formação e a mobilização de grupos judaicos europeus em busca de uma solução permanente para a questão judaica. O holocausto consolidou essa necessidade na política internacional nos anos anteriores à declaração de estabelecimento do Estado de Israel (1948). A união desses três fatores contribuiu para uma retórica sionista de expansão do território destinado aos judeus no Plano de Partilha da Palestina da Organização das Nações Unidas (ONU, 1947). Porém, esses fatores não podem ser apontados como a causa dessa mobilização, uma vez que outros fatores inerentes às transformações globais foram fundamentais para a mudança da própria comunidade judaica.

As transformações trazidas pelo século XIX na Europa, conforme apresentadas no capítulo anterior, possibilitaram a organização identitária e política dessa comunidade espalhada em diversos países do mundo. "[...] é essencial entender que a causa fundamental do surgimento do nacionalismo judaico moderno foi a ascensão, da parte dos próprios judeus, de novas ideologias que aplicaram os princípios básicos do nacionalismo moderno aos judeus,

⁹⁷ "It is this collapse of Jewish history into Hebrew geography that prefigures Zionism's self-legitimizing claims."

⁹⁸ "[...] the possibility of legal emancipation for the Jews (or for other so-called minority groups) was simply not conceivable until the rise of modern nationalism in the mid-nineteenth century."

e não uma resposta à perseguição"⁹⁹ (STANISLAWSKI, 2017, p. 9). Naquele momento histórico, os povos da Europa trocaram a identificação religiosa pela nacional e as elites judaicas, dispersas naqueles vários países, aproveitaram a oportunidade de formar seus próprios movimentos de base nacionalista, socialista ou de aculturação a partir de 1881 (AVINERI, 2018; KARLIP, 2013). "A antiga identidade judaica, enraizada em crenças, práticas e costumes religiosos, teria que ceder a uma identidade nacional enraizada na língua, literatura, cultura e política nacionalista ativista"¹⁰⁰ (KARLIP, 2013, p. 4).

A conjuntura política do final do século XIX na Europa permitiu a evolução do iluminismo judaico (*Haskalah*)¹⁰¹ e do judaísmo reformista,¹⁰² dando origem ao nacionalismo judaico. Três vertentes do nacionalismo judaico desenvolveram-se nesse período: o nacionalismo da diáspora, o yiddishismo (*Yiddishism*, leste europeu) e o sionismo (*Zionism*, Europa Central). A primeira vertente buscava a autonomia da nação judaica nos próprios países de residência desses judeus. A segunda vertente buscava a união da comunidade judaica em uma identidade baseada na língua e na cultura *Yiddish*¹⁰³. A terceira vertente, fundamental para a formação do Estado de Israel, buscava o renascimento da nação judaica na terra de seus antepassados – a Palestina (KARLIP, 2013).

O nacionalismo da diáspora, também conhecido como autonomismo, serviu como ideologia política e cultural dos nacionalistas judeus que, na virada do século XX, aceitaram a premissa sionista da natureza nacional da identidade judaica, mas rejeitaram a crença do sionismo de que um renascimento nacional poderia ocorrer apenas na Palestina. Os nacionalistas da diáspora acreditavam que os judeus

⁹⁹ "[...] it is essential to understand that the fundamental cause of the emergence of modern Jewish nationalism was the rise, on the part of Jews themselves, of new ideologies that applied the basic tenets of modern nationalism to the Jews, and not a response to persecution."

¹⁰⁰ "Former Jewish identity, rooted in religious beliefs, practices, and customs, would have to yield to a national identity rooted in language, literature, culture, and activist nationalist politics."

¹⁰¹ "A *Haskalah*, ou Iluminismo Judaico, foi um movimento intelectual na Europa que durou aproximadamente entre as décadas de 1770 e 1880. A *Haskalah* foi inspirada pelo Iluminismo Europeu, mas tinha um caráter judeu. Literalmente, *Haskalah* vem da palavra hebraica *sekhel*, que significa 'razão' ou 'intelecto' e o movimento foi baseado na racionalidade. Ele incentivou os judeus a estudar assuntos seculares, a aprender as línguas européia e hebraica e a entrar em campos como agricultura, artesanato, artes e ciência. Os *maskilim* (seguidores da *Haskalah*) tentaram assimilar a sociedade europeia em trajes, linguagem, costumes e lealdade ao poder governante. A *Haskalah* eventualmente influenciou a criação dos movimentos reformista e sionista" (SCHOENBERG, 2020, p. Irreg.).

¹⁰² "O judaísmo reformista foi a primeira das respostas modernas à emancipação dos judeus e à atmosfera intelectual da iluminação que se desenvolveu na Europa central do século XVIII. Por causa de sua ênfase na autonomia, tanto do indivíduo quanto da congregação, o judaísmo reformista se manifestou diferentemente em lugares diferentes, porém existem certas características que todas as comunidades reformistas compartilham em comum. Na base, a Reforma acredita na legitimidade da mudança, rejeitando a idéia de que a Torá escrita e oral foi dada por Deus palavra por palavra, letra por letra e crença por crença, o que impediria mudanças conscientes de qualquer tipo. Em vez disso, a Reforma aceita que as concepções humanas do divino são, de fato, humanas, de modo que tanto a crença quanto a prática podem evoluir legitimamente em face de desenvolvimentos científicos, sociais, éticos e das humanidades em geral" (KAPLAN, 2003, p. 294).

¹⁰³ O *Yiddish* é um dialeto derivado do idioma alemão que mescla várias palavras hebraicas com palavras de outros idiomas, utilizado principalmente pelos judeus *Ashkenazim* (Europa Central e Leste Europeu).

alcançariam esse renascimento nacional em suas terras de residência na Europa Oriental. Os teóricos originais do nacionalismo da diáspora, o historiador judeu Simon Dubnov e o socialista Chaim Zhitlovsky, imaginaram os judeus atingindo autonomia nacional em um estado russo multi-étnico democraticamente reformado. [...] Em uma época em que a tradição religiosa não determinava mais o pertencimento judaico, os yiddishistas imaginavam a língua e a cultura *Yiddish* servindo como força unificadora que ligava os judeus à sua identidade judaica. Os defensores do *Yiddish* reagiram tanto à subjugação tradicional do *Yiddish* ao hebraico quanto à depreciação *maskilic* (iluminação judaica) do *Yiddish* como um jargão corrupto. Rejeitando as duas visões, eles entenderam o *Yiddish* como um valor nacional que se mostraria capaz não apenas de mobilizar as massas que o reivindicavam como língua materna, mas também de servir como meio de uma cultura nacional judaica moderna secular¹⁰⁴ (KARLIP, 2013, p. 5-6, 9).

Os movimentos nacionalistas judaicos não conseguiram se afastar totalmente da religião, embora a nova tendência europeia fosse o secularismo. "[...] nacionalistas da diáspora e yiddishistas, muito antes da crise do nazismo, buscavam constantemente se rebelar contra a tradição religiosa e se inspirar nela"¹⁰⁵ (KARLIP, 2013, p. 4). Grande parte das lideranças judaicas europeias não era religiosa ou mesmo seguia as tradições judaicas, o que contribuiu para o caráter secular desses movimentos nacionalistas. Mas isso não impediu que a religião fosse incorporada nessas novas ideologias, uma vez que se basear na tradição judaica implicaria, necessariamente, na incorporação do judaísmo como memória e identidade. Isso é especialmente válido para o sionismo: “[d]e fato, o moderno movimento político sionista era essencialmente uma iniciativa nacionalista e secular moderna, mas tinha raízes históricas e religiosas. [...] Não há temas religiosos ou messiânicos claramente articulados neste sionismo político europeu”¹⁰⁶ (SELENGUT, 2015, p. 32). A falta de homogeneidade dos movimentos nacionalistas implica em diferentes posicionamentos em

¹⁰⁴ “*Diaspora nationalism, also referred to as autonomism, served as the political and cultural ideology of those Jewish nationalists who, at the turn of the twentieth century, accepted the Zionist premise of the national nature of Jewish identity but rejected Zionism’s belief that a national renaissance could occur only in Palestine. Diaspora nationalists rather believed that Jews would achieve this national renaissance in their lands of residence in Eastern Europe. The original theoreticians of Diaspora nationalism, the Jewish historian Simon Dubnov and the socialist Chaim Zhitlovsky, envisioned the Jews attaining national autonomy in a democratically reformed, multiethnic Russian state. [...] In an era when the religious tradition no longer would determine Jewish belonging, Yiddishists envisioned the Yiddish language and culture as serving as the unifying force binding Jews to their Jewish identity. Proponents of Yiddishism reacted against both the traditional subjugation of Yiddish to Hebrew and the maskilic (Jewish Enlightenment) disparagement of Yiddish as a corrupt jargon. Rejecting both views, they understood Yiddish as a national value that would prove capable not only of mobilizing the masses who claimed it as their mother tongue but also of serving as the medium of a secular modern Jewish national culture.*”

¹⁰⁵ “[...] *Diaspora nationalists and Yiddishists, long before the crisis of Nazism, constantly sought both to rebel against the religious tradition and to draw inspiration from it.*”

¹⁰⁶ “*Indeed, the modern political Zionist movement was essentially a modern nationalistic and secular enterprise, but it had historical and religious roots. [...] There are no clearly articulated religious or messianic themes in this political European Zionism.*”

relação à religião que, por sua vez, exercem pressão para que sejam representados na construção do ideário do futuro Estado (ALMOG, REINHARZ & SHAPIRA, 1998, p. xi).

Essa necessidade de se posicionar e definir uma relação com alguma religião parece permear o nacionalismo e a incorporação de uma tradição religiosa costuma ser contingente ao momento histórico. Nesse sentido, dentre aquelas três vertentes do nacionalismo judaico, apenas o movimento sionista conseguiu forjar uma cultura hebraica moderna e atingir seu objetivo ao integrar aspectos religiosos, culturais e nacionalistas em um ideal relativamente comum às várias vertentes sionistas. O movimento sionista pretendia "[...] transformar a própria natureza da sociedade e identidade judaicas europeias como existia na diáspora até então"¹⁰⁷ (MASSAD, 2006, p. 26). Dessa união entre as identidades religiosa e nacionalista emergiu o sionismo, com suas contradições e implicações que perduram na política e na sociedade israelenses – conforme apresentarei no capítulo 4.

Este capítulo está dividido em duas partes nas quais traço um panorama histórico da mobilização sionista para a formação de um Estado nacional para os judeus. Na primeira parte (subcapítulo 3.1), apresento a origem da mobilização nacionalista judaica e as divergências dentro do próprio movimento sionista, bem como as oposições árabe palestina e judaica, a partir do conceito de sionismo e suas vertentes ideológicas. Na segunda parte (subcapítulo 3.2), apresento as características fundamentais e o *modus operandi* da mobilização nacionalista sionista até a formação de Israel, com suas particularidades e semelhanças com os demais movimentos nacionalistas do tipo *settler-colonialist* (colonialismo de povoamento).

3.1 A ORIGEM DA MOBILIZAÇÃO NACIONALISTA JUDAICA

Sionismo é o nome dado à ideologia nacionalista judaico-europeia responsável pela ampliação política do ideal religioso de retorno à terra de seus supostos ancestrais, como parte do renascimento da ‘nação judaica’. Seu nome é derivado do nome bíblico para Jerusalém, Sião. Theodor Herzl é conhecido como o fundador, propagador e articulador do movimento sionista, mas “[o] termo atual 'sionismo' - ou, mais precisamente, o *Zionismus* alemão - foi inventado em 1890 pelo nacionalista judeu Nathan Birnbaum em seu periódico *Selbstemanzipation*”¹⁰⁸ (STANISLAWSKI, 2017, p. 22 – grifos originais).

¹⁰⁷ “[...] to transform the very nature of European Jewish society and identity as it had existed in the diaspora until then.”

¹⁰⁸ “The actual term ‘Zionism’—or, more precisely, the German *Zionismus*—was invented in 1890 by the Jewish nationalist Nathan Birnbaum in his journal *Selbstemanzipation* [Autoemancipação].”

Mais do que todas as outras correntes nacionalistas no judaísmo, o sionismo sentiu a necessidade de definir sua posição específica sobre religião e tradição judaica. O sionismo escolheu a pátria histórica, a Terra Santa e o hebraico, a língua santa, vinculando seu destino a um patrimônio santificado e vinculativo. Desde o início do movimento sionista, seus partidários estavam divididos sobre o significado da obrigação que assumiram ao abraçar a herança histórica. Desde os dias do *Hibbat Zion* até o estabelecimento do Estado de Israel, a relação com a religião foi fonte de repetidas disputas ideológicas e políticas. Alguns viam a religião como fundamento essencial do sionismo, enquanto outros a viam como um componente tradicional¹⁰⁹ (ALMOG, REINHARZ & SHAPIRA, 1998 p. xi).

Há certa variação na classificação dos tipos de sionismo, mas *grosso modo* pode ser classificado como socialista, político, religioso, cultural e revisionista. “Em particular, existia uma discordância fundamental entre aqueles que priorizavam a terra e aqueles que priorizavam as pessoas”¹¹⁰ (MEDOFF & WAXMAN, 2009, p. xxxii). Neuberger (2001) adiciona à lista o sionismo liberal (*liberal Zionism*, nacionalismo judaico aliado ao liberalismo), assim como outras entidades subclassificam o sionismo em americano, cristão, messiânico, pragmático, espiritual, sintético e territorialista (JVL, 2020). Aqui apresento as cinco classificações do sionismo mais relevantes para a análise, citadas no início desse parágrafo.

O sionismo socialista (*labor Zionism*) foi a primeira vertente relevante de fato para a formação do Estado de Israel e subdividia-se em outras, inclusive marxistas (MEDOFF & WAXMAN, 2009, xxxii). Pretendia a integração do socialismo ao objetivo sionista (NEUBERGER, 2001). Os sionistas socialistas “[...] foram bem sucedidos em sintetizar a corrente política e a cultural por meio do seu ambicioso projeto colonialista, visão social e ideologia cultural e social revolucionária”¹¹¹ (SNITKOFF, 2020, p. irreg.). Dominaram a política israelense nas primeiras décadas de formação do Estado, tendo a ideologia marxista-sionista como base para a organização das comunidades agrícolas colonizadoras da Palestina – os *moshavim* e *kibbutzim* (SNITKOFF, 2020). Exemplos de pensadores do sionismo socialista incluem Moses Hess, Nachman Syrkin, Ber Borochov e Aaron David Gordon, bem

¹⁰⁹ “More than all other nationalist currents in Judaism, Zionism felt the need to define its specific position on religion and Jewish tradition. Zionism chose the historical homeland, the Holy Land, and Hebrew, the Holy Language, thus linking its fate to a sanctified and binding patrimony. Right from the beginning of the Zionist movement, its supporters were divided over the meaning of the obligation they had taken upon themselves by their embrace of the historical heritage. From the days of *Hibbat Zion* to the establishment of the State of Israel, the relation to religion was a source of repeated ideological and political dispute. Some saw religion as the essential foundation for Zionism, while others viewed it as a traditional component.”

¹¹⁰ “In particular, there was a fundamental disagreement between those who placed primacy on the land and those who placed primacy on the people.”

¹¹¹ “[...] succeeded in synthesizing the political and cultural streams through their ambitious colonization projects, social vision, and ideology of cultural and social revolution.”

como de líderes dessa vertente incluem Berl Katznelson, David Ben-Gurion e Golda Meir (SNITKOFF, 2020; NEUBERGER, 2001).

O sionismo político (*political Zionism*) foi a vertente que deu mais visibilidade internacional à questão judaica. Baseava-se no *lobby* como meio para angariar aliados e suporte para um ‘lar nacional’ de imigrantes judeus, ainda que a princípio não fosse na terra de seus supostos ancestrais. É uma progressão do antigo ideal sionista aliado à emergência da conjuntura antissemita do final do século XIX na Europa. Mais tarde ajudou a consolidar a visão de um Estado judaico na Palestina (MEDOFF & WAXMAN, 2009, p. xxxii) e um programa para o estabelecimento desse Estado, com a criação da primeira instituição sionista (*Zionist Organization*, mais tarde *World Zionist Organization*) (MFA(a), 2004). Exemplos de pensadores do sionismo político incluem Judah Leib Leon Pinsker e Theodor Binyamin Ze'ev Herzl, bem como de líderes como Max Simon Nordau e Moshe Leib Lilienblum (SNITKOFF, 2020; NEUBERGER, 2001). Pinsker e Lilienblum também são considerados parte do sionismo prático (*practical Zionism*), pois articularam o movimento nacionalista *Hovevei Zion/Hibbat Zion* (Amor a Sião) e a primeira onda imigratória (*Aliyah*) para a Palestina em 1882 (THE KNESSET(a), 2009).

O sionismo religioso (*religious Zionism*) entendia que “[...] a reconstrução de *Eretz Israel*¹¹² era tanto um ato religioso quanto um processo messiânico e desejavam um estado baseado nos princípios da tradição judaica¹¹³” (MEDOFF & WAXMAN, 2009, p. xxxii). Essa vertente representa “[...] a fusão de religião e nação judaica [...] para restaurar não somente a liberdade política dos judeus, mas também a religião judaica à luz da Torá¹¹⁴ e seus mandamentos”¹¹⁵ (JVL(a), 2020, p. irreg.). Foi a base para a expansão do sionismo em suas demais vertentes. Entretanto, “até 1967, os sionistas religiosos em Israel eram marginalizados tanto pela maioria secular, quanto pelos grupos visivelmente mais religiosos que pareciam oferecer uma marca de religião mais autêntica e intransigente”¹¹⁶ (JVL, 2020, p. irreg.). Após a Guerra dos Seis Dias, parte do sionismo religioso radicalizou-se em uma nova vertente, o sionismo messiânico (*messianic Zionism*), reivindicando a anexação de todo o território bíblico e iniciando a construção de assentamentos judaicos no território palestino da Cisjordânia e Jerusalém Oriental, ocupados na guerra de 1967 (JVL(b), 2020, p. irreg.).

¹¹² Terra de Israel.

¹¹³ “[...] *the rebuilding of Eretz Israel was a religious act as well as part of the messianic process, longed for a state based on the principles of Jewish tradition.*”

¹¹⁴ Os cinco livros que formam a bíblia judaica, conhecidos no cristianismo como ‘velho testamento’.

¹¹⁵ “[...] *a fusion of Jewish religion and nationhood [...] to restore not only Jewish political freedom but also Jewish religion in the light of the Torah and its commandments.*”

¹¹⁶ “*Until 1967 religious Zionists in Israel were marginalized both by the secular majority, and by the more visibly religious groups that seemed to offer a more authentic, uncompromising brand of religion.*”

Exemplos de articuladores do sionismo religioso incluem os rabinos Yehudah Alkalai, Zvi Kalischer, Shmuel Mohilever e Naftali Zvi Yehudah Berlin, bem como o rabino Avraham Yitzhak Hacohen Kook na Palestina (JVL(a), 2020). O movimento *Gush Emunim* (Bloco dos Fiéis) é um exemplo do sionismo messiânico (JVL(b), 2020).

O sionismo cultural (*cultural Zionism*) priorizava o reavivamento da cultura, da língua hebraica e da intelectualidade e tradições judaicas para a comunidade (MEDOFF & WAXMAN, 2009, p. xxxii). “O estado como estrutura política não tinha valor [...] - era um organismo neutro; se tivesse valor, estava em sua capacidade de salvaguardar a cultura e o modo de vida de uma nação. O importante [...] era o modo de vida [...] dentro da estrutura da sociedade ou estado”¹¹⁷ (JAFI, 2005, p. irreg.). É também denominado sionismo espiritual (*spiritual Zionism*). Ahad Ha’am (Asher Zvi Hirsch Ginsberg) destaca-se como líder da vertente sionista cultural, bem como Chaim Weizmann (por vezes incluído no sionismo sintético), Nathan Birnbaum, Nahum Sokolow e Menachem Ussishkin.

Embora os sionistas gerais de Weizmann dominassem o movimento na diáspora, na Palestina judaica a vida política era predominantemente liderada pelos movimentos de esquerda, juntamente com as instituições que eles criaram, desde o kibbutz ao moshav, ao sindicato dos trabalhadores Histadrut, a um sistema de saúde comunitário, uma rede de distribuição de consumidores, um sistema escolar e até um sistema socialista de tribunais. Embora a imigração de judeus da classe média tenha desafiado a hegemonia do sionismo marxista/ socialista/ trabalhista, esse último manteve as rédeas do poder durante todo o período entreguerras¹¹⁸ (STANISLAWSKI, 2017, p. 46-47).

O sionismo revisionista (*revisionist Zionism*) foi a vertente conservadora que antagonizou com o sionismo socialista – e também com outras vertentes, enfatizando a necessidade do uso da força contra árabes e britânicos na Palestina para alcançar a independência. A partir de 1923, o movimento criou suas próprias instituições para fazer frente às instituições socialistas, nas quais o radicalismo revisionista não era aceito. Essa vertente representa um dos conflitos domésticos mais controversos para o Estado em Israel: a supremacia de convicções religiosas que tentam legitimar a expansão territorial israelense sobre os territórios ocupados palestinos. “Como outros movimentos radicais de direita na

¹¹⁷ “The state as a political framework had no value [...] - was a neutral organism; if it had value, it was in its ability to safeguard the culture and the way of life of a nation. What was important [...] was the way of life [...] within the framework of the society or state.”

¹¹⁸ “Though Weizmann’s General Zionists dominated the movement in the Diaspora, in Jewish Palestine political life was overwhelmingly led by the leftist movements, along with the institutions they created, from the kibbutz, to the moshav, to the Histadrut Workers Union, to a communal healthcare system, a consumer distribution network, a school system, and even a socialist court system. Though the immigration of middle-class Jews challenged the hegemony of Marxist/socialist/Labor Zionism, the latter held the reins of power throughout the interwar period.”

Europa, o revisionismo foi uma revolta contra o racionalismo, o individualismo e o materialismo, contra o que Ze'ev Sternhell chamou de herança do Iluminismo e da Revolução Francesa”¹¹⁹ (KAPLAN, 2005, p. xvii). O revisionismo sionista representa uma espécie de “[...] mistura de estatismo anti-socialista e cada vez mais nacionalismo de extrema-direita”¹²⁰ (STANISLAWSKI, 2017, p. 48). Vladimir Ze’ev Jabotinsky e Menachem Begin destacam-se como sionistas revisionistas, os quais são vistos como mais liberais frente aos extremistas - e marginalizados pelos demais - Abba Achimeir, Yehoshua Heschel Yevin e Uri Zvi Greenberg (KAPLAN, 2005, p. 15).

[...] nas décadas de 1920 e 1930, uma grande força nova surgiu dentro do movimento sionista na diáspora que desafiou os sionistas gerais e a esquerda. Esse foi o movimento de direita conhecido como sionismo revisionista, inextricavelmente ligado ao seu fundador, Vladimir Jabotinsky. Ele era, sob muitos aspectos, o oposto dos líderes e apoiadores de todos os movimentos sionistas anteriores desde Herzl: nascido no Império Russo, ele foi criado em uma família de classe média alta russificada que tinha pouco ou nenhum conteúdo ou conexões judaicas, ou qualquer problema com a briga entre a fé religiosa judaica e a modernidade. [...] Sua primeira grande conquista nas fileiras sionistas foi a criação de uma força de combate judaica - conhecida como Legião Judaica - dentro do exército britânico na Primeira Guerra Mundial e, depois de se mudar para a Palestina, onde ele foi uma figura central na criação da Haganah, a força de combate semi-legal do socialismo sionista na Palestina¹²¹ (STANISLAWSKI, 2017, p. 47).

Desde o início da mobilização judaica houve diferentes ideais do que seria realmente esse retorno à “terra prometida”, ou seja, o movimento sionista não era unificado. Cada vertente sionista oferecia, simultaneamente, uma estratégia diferente para o renascimento judaico e o resultado veio da combinação circunstancial dessas diferentes visões. Mas, longe de ser uma disputa resolvida, essas divergências político-ideológicas e religiosas continuam a influenciar as decisões governamentais e a relação Estado-sociedade em Israel, conforme apresentarei no capítulo 4.

¹¹⁹ “Like other radical right-wing movements in Europe, revisionism was a revolt against rationalism, individualism, and materialism, against what Ze’ev Sternhell has called the heritage of the Enlightenment and the French Revolution.”

¹²⁰ “[...] blend of anti-socialist statism and more and more extreme right-wing nationalism.”

¹²¹ “[...] in the 1920s and 1930s a major new force emerged within the Zionist movement in the Diaspora that challenged both the General Zionists and the left. This was the right-wing movement known as Revisionist Zionism, inextricably linked with its founder, Vladimir Jabotinsky. He was in many ways the opposite of the leaders and supporters of all previous Zionist movements since Herzl: born in the Russian Empire, he was raised in a Russified upper-middle-class family that had little if any Jewish content or connections, or any struggle with the push-and-pull between Jewish religious faith and modernity. [...] His first major accomplishment in Zionist ranks was the creation of a Jewish fighting force—known as the Jewish Legion—within the British army in the First World War, and afterward moving to Palestine, where he was a central figure in the creation of the Haganah, the semi-legal fighting force of Labor Palestine.”

A primeira mobilização sionista de fato teve início entre 1881-1882 com a formação do movimento *Hovevei Zion/Hibbat Zion* pelos russos Leon Pinsker e Moshe Leib Lilienblum. De caráter religioso e ainda sem pretensões de criar um Estado, seu objetivo era “promover o retorno do povo judeu a *Eretz Yisrael*” (THE KNESSET, 2009). A fundação do movimento não foi apenas uma resposta ao antissemitismo e à violência dos primeiros *pogroms*¹²² (1881-1882) e das Leis de Maio de 1882 do Império Russo, mas também uma oportunidade gerada pelos valores do Iluminismo e da Revolução Francesa, como o princípio da igualdade perante a lei e a retração da religião à vida privada, que alterou o *status* dos judeus da marginalidade para a centralidade da sociedade europeia no final do século XIX. “A secularização e o liberalismo abriram os portões da sociedade europeia para os judeus em pé de igualdade [...] como cidadãos pela primeira vez desde a destruição do Templo”¹²³ (AVINERI, 1979, p. 138 - grifo original). Essa transformação foi essencial para o despertar nacionalista dos judeus.

O movimento nacionalista judaico propriamente dito teve início com o sionismo político, em 1897, a partir da iniciativa de Theodor Herzl e outros judeus bem relacionados da Europa de realizar o primeiro congresso sionista (*First Zionist Congress*) na Basileia, Suíça. Naquele momento, configurou-se o objetivo de estabelecer um Estado judaico e “consolidou-se o sionismo como um movimento político [...] para atrair a atenção do mundo à ideia e tornar o povo judeu um ator na arena política mundial”¹²⁴ (NEUBERGER, 2001). Para atingir esse objetivo, foi preciso organizar as diferentes vertentes judaicas (religiosas ou seculares) em uma espécie de ‘assembleia nacional’ que originou a primeira instituição política israelense, a Organização Sionista (AVINERI, 2018).

A estratégia para alcançar o objetivo de estabelecer um Estado judaico na Palestina foi apresentada durante o congresso no Programa da Basileia (*Basel Program*), uma espécie de manifesto sionista: I) promover a colonização a partir da agricultura, do artesanato e do comércio; II) organizar grupos de ação de acordo com a legislação de seus países; e III) fortalecer o sentimento nacional judaico e buscar reconhecimento internacional para alcançar o objetivo sionista (THE KNESSET, 2008).

¹²² Violência contra um grupo étnico, especialmente judeus no leste europeu. Houve três ondas de violência contra os judeus no Império Russo: entre 1881-1882 foi promovida por camponeses, após o assassinato do Czar Alexander II; entre 1903-1906 por grupos monarquistas, após a primeira constituição da Rússia; e entre 1917-1921 por camponeses e milícias durante a Revolução Russa de 1917 e a consequente guerra civil (GROSFELD, SAKALLI & ZHURAVSKAYA, 2019, p. 299-300).

¹²³ “*Secularization and liberalism for the first time opened the Gates of European society before Jews on an equal footing [...] since the destruction of the Temple [...] as citizens.*”

¹²⁴ “[...] consolidated Zionism into a political movement [...] to bring the idea to world attention, and make the Jewish people a player in the world political arena.”

O ano de 1897 marca o ponto de virada quando essas aspirações e esforços se concentraram na criação de instituições políticas para o estabelecimento de um Estado judaico. De 29 a 31 de agosto de 1897, o líder visionário Theodor Benjamin Zeev Herzl convocou o Primeiro Congresso Sionista, na Basileia, Suíça. [...] O congresso da Basileia foi um marco decisivo na transformação de um fenômeno popular em um movimento político, com o objetivo de estabelecer um estado moderno baseado no direito do povo judeu à autodeterminação em sua terra histórica, assim como todas as outras nações. Na Basileia, em 1897, e nos subsequentes congressos sionistas, Herzl e delegados de vários países e sociedades criaram as instituições que formariam a estrutura básica do futuro Estado de Israel. Eles também se esforçaram para obter reconhecimento internacional e apoio a um estado judeu (MFA, 2017, p. irreg.)¹²⁵.

Entre 1870 e 1897 já havia mais de 20 assentamentos judaicos na Palestina, representando apenas uma pequena parcela de judeus que retornaram à ‘Terra de Israel’ antes da fundação da Organização Sionista, dentre eles vários membros do *Hovevei Zion/Hibbat Zion*, para formar as primeiras colônias judaicas (SNITKOFF, 2020). Essa mobilização ficou conhecida, mais tarde, como a primeira onda imigratória de judeus para a Palestina (*First Aliyah*) e dela participaram os sionistas mais ligados espiritualmente à causa. Entre 1882 e 1914, três milhões de judeus também emigraram do leste europeu em busca de uma vida melhor nos Estados Unidos, Canadá, América do Sul, Inglaterra, África do Sul e Austrália (AVINERI, 1979, p. 135). A partir de 1897, a Organização Sionista promoveu a imigração em massa de judeus do mundo todo para a Palestina. Essas diversas ondas imigratórias (*Aliyot*) serão apresentadas em detalhes no subcapítulo 3.2.

É importante enfatizar que essa região já era habitada pelos árabes palestinos e ainda estava sob controle do Império Otomano. Apesar da retórica sionista de *terra nullius*, a presença majoritariamente árabe na Palestina não era uma novidade para os líderes do movimento sionista, porém eles não esperavam enfrentar tanta resistência. Isso se deve ao fato dos árabes palestinos ainda não estarem organizados politicamente na região antes do final da I Guerra Mundial (1914-1918) (MORRIS, 2008). O nacionalismo árabe palestino estava presente desde o Império Otomano, principalmente na forma de resistência ao projeto colonialista sionista e ao Império Britânico, que ofereceu apoio a uma futura independência frustrada dos árabes em troca de sua colaboração contra os otomanos (ABDO & YUVAL-DAVIS, 1995, p. 291-292) – vide a chamada ‘Correspondência Hussein-McMahon’.

¹²⁵ “The year 1897 marks the turning point when these aspirations and efforts became focused on creating political institutions towards the establishment of a Jewish State. On 29-31 August 1897, visionary leader Theodor Benjamin Zeev Herzl convened the First Zionist Congress, in Basel, Switzerland. [...] The Basel congress was a decisive milestone in transforming a popular phenomenon into a political movement, with the aim of establishing a modern state based on the right of the Jewish people to self-determination in their historical homeland, just like all other nations. In Basel in 1897, and at subsequent Zionist congresses, Herzl and delegates from various countries and societies created the institutions that would form the basic structure of the future State of Israel. They also strove to gain international recognition and support for a Jewish state.”

A chegada do movimento nacionalista sionista e seus líderes na Palestina, a partir de 1882 e, principalmente, a partir de 1903 com a segunda onda imigratória (*Second Aliyah*), começou a preocupar os árabes palestinos que antes não se sentiam ameaçados pelas esparsas comunidades judaicas autônomas de caráter religioso estabelecidas sob o sistema otomano *Millet*¹²⁶ (MUSLIH, 1988, p. 70). Entre 1882-1908, a oposição árabe palestina ao sionismo era amena, intensificando-se entre 1908-1914 com a consolidação do antissionismo, após a Revolução dos Jovens Turcos¹²⁷ (MUSLIH, 1988, p. 70,79).

O colapso do Império Otomano transformou a lealdade aos líderes islâmicos, a qual “foi substituída gradualmente pela lealdade ao país em que um vivia [...] [e] os nacionalismos locais começaram a criar raízes na Palestina, na Síria e no Iraque [...]” (MUSLIH, 1987, p. 77-78). Mas não havia unanimidade sobre qual seria a melhor resposta ao sionismo, nem mesmo à necessidade de um nacionalismo árabe palestino. Do mesmo modo, diferentes estratos da sociedade tinham diferentes posicionamentos em relação às atividades sionistas. De um lado os que preferiam enfrentar e não negociar com sionistas e, de outro, os que preferiam a coexistência com os judeus, já que não viam possibilidade de derrotá-los (COHEN, 2008, p. 6-7). O pan-arabismo também figurava como opção ideológica regional entre os árabes palestinos (COHEN, 2008, p. 260). “Este foi o caso antes da guerra de 1948 e foi o caso durante a guerra”¹²⁸ (COHEN, 2008, p. 7).

Na mídia da época era possível identificar quatro tipos de oposição ao sionismo: “[...] que os judeus não eram súditos otomanos leais, o patriotismo palestino, o arabismo e o Islã”¹²⁹ (MUSLIH, 1988, p. 79). “[...] alguns árabes [...] viram o sionismo em termos de política, [mas] pode-se sugerir que a maioria o viu em termos de imigração e venda de terras”¹³⁰ (MUSLIH, 1988, p. 79). Quanto mais a comunidade judaica crescia e se desenvolvia na Palestina, maior era a oposição árabe. As atitudes dos árabes palestinos durante o mandato britânico variavam da resistência ativa à passividade e à acomodação, porém alguns também colaboravam com os sionistas, incluindo a venda de terras para judeus. Mas, apesar de certa colaboração, a maioria não apreciava o estabelecimento em massa de judeus na Palestina¹³¹.

¹²⁶ Esse sistema derivado do Islã garantia certa autonomia para as minorias religiosas não muçulmanas, de modo que cada comunidade pudesse manter sua religião, sua cultura/etnicidade e seu idioma específicos sob a administração otomana. Uma espécie de contrato social entre o Estado (Império Otomano) e dada comunidade (AVIV, 2016; ÖZTÜRK, 2014).

¹²⁷ Revolução que reinstituiu a constituição e o parlamento otomanos em julho de 1908 (ZÜRCHER, 2019).

¹²⁸ “This was the case before the war of 1948, and it was the case during the war.”

¹²⁹ “[...] that the Jews were not loyal Ottoman subjects, Palestinian patriotism, Arabism, and Islam.”

¹³⁰ “[...] some Arabs [...] viewed Zionism in terms of politics, [but] one may suggest that the majority viewed it in terms of immigration and land sales.”

¹³¹ “Os camponeses, por exemplo, achavam que seu sustento era ameaçado pelas colônias judaicas em expansão, estabelecidas em terras que geralmente haviam perdido para os agiotas árabes extorsionistas. Alguns

A oposição árabe palestina aumentou após a Declaração Balfour (1917), que oficializou o apoio britânico ao objetivo maior do sionismo, e manteve-se, ainda que oscilando entre períodos de maior e menor apoio, durante o Mandato Britânico da Palestina (1922-1948) (ABDO & YUVAL-DAVIS, 1995, p. 291-292). "O fato de apenas 7% da terra da Palestina ter sido adquirida pelos judeus antes de 1948, a maioria delas de não palestinos, é apenas um testemunho da existência de sentimentos nacionais entre os palestinos"¹³² (COHEN, 2008, p. 4). Essa situação perdurou com mais intensidade entre os anos de 1936 e 1947 (NEUBERGER, 2001).

[...] os sionistas conseguiram penetrar profundamente na sociedade árabe palestina durante o mandato em busca de inteligência e influência. De certa forma, essa foi uma conquista excepcional. Embora o movimento sionista fosse mais organizado do que o movimento nacional árabe palestino e recebesse o apoio britânico durante as primeiras duas décadas do mandato, não era uma força de ocupação nem uma potência colonial. No entanto, foi capaz de explorar divisões sociais para recrutar colaboradores¹³³ (COHEN, 2008, p. 8).

A oposição árabe palestina atingiu seu ápice em 1947, quando a proposta de partilhar a Palestina com os judeus foi apresentada pela ONU: “[a] posição dos palestinos e dos Estados Árabes era que os judeus não tinham reivindicações legítimas sobre seu território e a simples ideia de que um Estado judeu seria estabelecido em qualquer parte da Palestina era injusta e inaceitável”¹³⁴ (GALNOOR, 2009, p. 82). Nesse sentido, não eram apenas os árabes (especialmente os árabes palestinos) que se opunham ao sionismo, mas também os judeus ortodoxos. Ambos opunham-se ao objetivo nacionalista de estabelecer um Estado judaico na Palestina (GALNOOR, 2009).

O sionismo configurou-se como a maior ameaça à tradicional comunidade judaica da Europa, especialmente do leste europeu, muito mais do que os movimentos sociais judaicos antecessores - Hasidismo (misticismo), *Haskalah* (integracionismo) e Reformismo

proprietários de terras, no entanto, utilizaram a situação para vender terras a preços altos, sem prestar atenção às preocupações dos camponeses. Por outro lado, comerciantes e artesãos locais viam na imigração judaica uma ameaça aos seus interesses econômicos e desconfiavam da concorrência potencial dos novos imigrantes” (MUSLIH, 1988, p. 79).

¹³² “The fact that only 7 percent of the land of Palestine was acquired by Jews before 1948, most of it from non-Palestinians, is only one testimony to the existence of national feelings among Palestinians.”

¹³³ “[...] the Zionists succe[ded] in penetrating deep into Palestinian Arab society during the Mandate in pursuit of intelligence and influence. In certain ways this was an exceptional achievement. Although the Zionist movement was more organized than the Palestinian Arab national movement and enjoyed British support during the Mandate’s first two decades, it was neither an occupying force nor a colonial power. Yet it was able to exploit social splits to recruit collaborators.”

¹³⁴ “The position of the Palestinians and the Arab States was that the Jews had no legitimate claims to their territory, and the sheer idea that a Jewish state would be established on any part of Palestine was unjust and unacceptable.”

(modernismo). Isso se deve ao fato de ter interferido na autonomia e no isolacionismo sectário das comunidades judaicas ortodoxas, uma vez que “[o] sionismo desafiou todos os aspectos do judaísmo tradicional: em sua proposta de uma identidade judaica moderna, nacional; na subordinação da sociedade tradicional a novos estilos de vida; e em sua atitude em relação aos conceitos religiosos de diáspora e redenção”¹³⁵ (SALMON, 1998, p. 25).

A reação contra os preceitos modernizadores da ideologia sionista foi o surgimento de grupos ainda mais religiosos, conservadores e isolacionistas, os ultraortodoxos *Haredim* (SALMON, 1998, p. 26). A partir de 1904, o judaísmo ortodoxo rompeu com o movimento sionista: em meio a diversos embates e tentativas de reconciliar posições dentro do movimento sionista, o judaísmo tradicional acomodou-se ao programa sionista de 1897, enquanto ortodoxos e ultraortodoxos mantiveram-se majoritariamente anti-sionistas (SALMON, 1998, p. 30-31). “Para esses tradicionalistas ortodoxos, o movimento sionista era uma heresia e uma rebelião contra a autoridade rabínica”¹³⁶ (SELENGUT, 2015, p. 32).

A oposição ao sionismo também se propagou para os países ocidentais para os quais milhões de judeus haviam imigrado no final do século XIX e início do século XX, não se limitando aos judeus religiosos, mas também os seculares. O judaísmo reformista¹³⁷ dos Estados Unidos (EUA) foi um dos grandes opositores do sionismo desde o congresso de 1897, mas, principalmente, a partir da formação da organização judaica antissionista *American Council for Judaism* (KOLSKY, 1990). O Conselho tinha como objetivo o “[...] combate ao sionismo e a oposição ao estabelecimento de um estado judaico na Palestina”¹³⁸ (KOLSKY, 1990, p. ix). “Na década de 1940, quando os sionistas estavam engajados em uma luta decisiva para criar um estado judeu, o Conselho permaneceu como seu oponente mais

¹³⁵ “Zionism challenged all the aspects of traditional Judaism: in its proposal of a modern, national, Jewish identity; in the subordination of traditional society to new life-styles; and in its attitude to the religious concepts of diaspora and redemption.”

¹³⁶ “To these Orthodox traditionalists, the Zionist movement was heresy and a rebellion against rabbinical authority.”

¹³⁷ “A Plataforma de Pittsburgh de 1885, declaração básica dos princípios da reforma até 1935, definiu os judeus como uma comunidade puramente religiosa e rejeitou explicitamente a idéia de que eles constituíam uma nação. O judaísmo reformista do século XIX, também conhecido como reforma clássica, acolheu com entusiasmo a promessa da emancipação judaica no mundo moderno, minimizou os perigos e o significado do antisemitismo e professou um amor quase religioso pelos Estados Unidos como uma terra prometida. Considerava o judaísmo uma religião com uma mensagem universal, sem as restrições do nacionalismo paroquial. Conseqüentemente, muitos porta-vozes da Reforma castigaram o sionismo, o movimento nacionalista judeu, por propor as noções de que o antisemitismo era incurável e que judeus em todo o mundo pertenciam a uma nação judaica” (KOLSKY, 1990, p. 2).

¹³⁸ “[...] for the specific purpose of fighting Zionism and opposing the establishment of a Jewish state in Palestine.”

formidável na comunidade judaica. [...] ”¹³⁹ (KOLSKY, 1990, p. ix). O sionismo político só ganhou a força que tem hoje nos EUA depois da I Guerra Mundial (KOLSKY, 1990, p. 2).

O sionismo nunca foi um movimento homogêneo e sua ideologia encontrou (e ainda encontra) bastante resistência, não apenas entre a oposição árabe palestina, mas também entre os próprios judeus que não aceitaram a união entre a religião judaica e o secularismo/modernismo. Esse pacto social sofreu oposição desde o início do movimento nacionalista sionista e ainda gera consequências negativas tanto para o regime político democrático israelense, quanto para os palestinos de modo geral, sejam cidadãos israelenses ou não. “Desde que o sionismo embarcou em seu projeto colonial na Palestina, a história sionista e a história judaica se tornaram uma. O sionismo não era visto como uma ruptura com a história judaica, mas como uma continuação legítima”¹⁴⁰ (MASSAD, 2006, p. 129). Ou, pelo menos, é o que a retórica sionista argumentou para legitimar a imigração em massa de judeus do mundo todo para a Palestina e, após 1948, continuamente para Israel.

A colonização da Palestina pelos sionistas europeus gerou outros problemas para o futuro Estado judaico, além da disputa territorial com os palestinos e da oposição ortodoxa judaica, como os diferentes ideais de Estado *vs* religião, as divergências entre as etnias e a consequente hierarquização étnico-racial da sociedade israelense – que serão examinados no capítulo 4. O próximo subcapítulo apresenta as características e o *modus operandi* do movimento nacionalista sionista que possibilitou o estabelecimento do Estado de Israel na Palestina.

3.2 A MOBILIZAÇÃO NACIONALISTA SIONISTA

A mobilização nacionalista sionista, assim como a própria formação do Estado de Israel, está coberta de mitos. A mística que envolve a controversa união da religião e da cultura/tradição judaicas com os preceitos modernistas do nacionalismo europeu se deve, principalmente, à retórica bíblica de um “povo escolhido”. Essa retórica é utilizada para legitimar o estabelecimento de um Estado judaico em terras já habitadas majoritariamente por outro povo, os árabes palestinos, como um “direito divino” desde o início do movimento sionista. A combinação de um mito bíblico com o princípio da autodeterminação dos povos

¹³⁹ “In the 1940s, when the Zionists were engaged in a decisive struggle to create a Jewish state, the Council stood as their most formidable opponent within the Jewish community.”

¹⁴⁰ “Ever since Zionism embarked on its colonial-settler project in Palestine, Zionist history and Jewish history have become one. Zionism was not seen as a break with Jewish history but rather its legitimate continuation.”

conferiu ao sionismo uma aura de singularidade e exceção. Entretanto, a história do nacionalismo judaico sionista assemelha-se à história dos demais movimentos nacionalistas, especialmente em relação ao seu *modus operandi* colonial (*settler-colonialism* ou colonialismo de povoamento).

A mística em torno do sionismo apenas lhe confere suas características particulares, as quais são o resultado tanto das decisões políticas do movimento quanto das circunstâncias históricas. Por outro lado, guardadas as devidas proporções, suas ações estratégicas revelam similaridades e continuidades em relação às estratégias coloniais de povoamento. O *modus operandi* do movimento sionista progressivamente garantiu apoio internacional suficiente para levar adiante seu projeto de colonização da Palestina, além do suporte ideológico e prático de grande parte da comunidade judaica mundial e do imprescindível financiamento, apesar das oposições já citadas. Os efeitos não intencionais gerados pelas violações de direitos humanos durante a II Guerra Mundial também contribuíram para a causa sionista.

É preciso, portanto, elucidar como o sionismo atuou para a conquista do seu objetivo de estabelecer um Estado judaico na Palestina. Neste subcapítulo apresento as características fundamentais e o *modus operandi* do movimento sionista até a formação de Israel em 1948. Nele destaco as particularidades do sionismo, suas ações estratégicas internacionais e “nacionais”, além de suas semelhanças *grosso modo* com os demais movimentos nacionalistas do tipo *settler-colonialist* para a conquista do objetivo de colonizar e estabelecer um Estado judaico na Palestina. Nesse sentido, normalizo a mobilização nacionalista judaica e analiso o sionismo pela ótica da Ciência Política como os demais movimentos nacionalistas.

O sionismo, apesar de também não ser um movimento homogêneo, caracteriza-se basicamente por sua ligação religiosa “concebida universalmente” entre os judeus e as gerações passadas (ALMOG, REINHARZ & SHAPIRA, 1998, p. xi). O movimento sionista possui algumas características que contrastam com os demais movimentos nacionalistas, os quais em geral “centram-se nos laços lingüísticos, culturais e históricos comuns em um espaço territorial compartilhado”¹⁴¹ (DANA & JARBAWI, 2017, p. 198). Nesse sentido, não se encaixa perfeitamente na definição de movimento nacionalista, já que esses foram fortemente influenciados pelas mudanças do século XIX, dentre elas o secularismo e o reposicionamento da religião como assunto privado. “A própria representação do judaísmo como uma identidade nacional constituiu um desafio para os líderes religiosos modernos no

¹⁴¹ “[...] revolving around common linguistic, cultural, and historical ties within shared territorial space.”

Ocidente e para a liderança judaica tradicional na Europa Oriental, apesar do profundo abismo que existia entre eles”¹⁴² (ALMOG, REINHARZ & SHAPIRA, 1998, p. xi).

A mobilização sionista pode ser entendida como um tipo de *settler-colonial movement*, um “movimento colonial de povoamento, caracterizado pela combinação de uma configuração híbrida de nacionalismo com um sofisticado modelo colonial” (DANA & JARBAWI, 2017, p. 198). Esse caráter híbrido do sionismo é responsável pelas singularidades da história do desenvolvimento político de Israel.

O que foi reivindicado até agora é que o sionismo permaneceu uma rede emaranhada de escolas divergentes que tiram conclusões diferentes dos dogmas da religião judaica e das realidades da história judaica. O antagonismo mais acentuado está entre os dois pontos de vista extremos, um dos quais enfatiza a primazia esmagadora da existência do judaísmo sobre a existência ou o bem-estar dos judeus, e o outro aguarda a normalização da vida do povo judeu como uma nação como outra qualquer. Parece que esses abismos ideológicos profundos nunca existiram em nenhum dos movimentos nacionais europeus¹⁴³ (KIDRON, 2003, p. 93).

Dana & Jarbawi (2017, p. 198-201) destacam sete características do sionismo, as quais são consideradas problemáticas no que diz respeito à organização política judaica como um movimento nacionalista. O sionismo, na visão dos autores, é um movimento: 1) transnacional; 2) mitológico; 3) monopolista; 4) exclusivista; 5) anistórico; 6) dependente do imperialismo ocidental; e 7) manipulativo. Discuto essas sete características não necessariamente na ordem apresentada pelos autores, mas sim de acordo com a complementaridade entre elas e sua ligação com as ações estratégicas do movimento.

A primeira característica singular do sionismo é a transnacionalidade do movimento desde sua concepção. “[...] a doutrina nacionalista sionista inventou uma identidade étnica transnacional que buscava reunir os judeus do mundo culturalmente, socialmente e etnicamente heterogêneos para estabelecer um estado-nação”¹⁴⁴ (DANA & JARBAWI, 2017, p. 198). O sionismo, apesar de ter surgido no auge do racionalismo e do secularismo, contrasta com os nacionalismos dos séculos XIX-XX porque não estava circunscrito ao

¹⁴² “The very representation of Judaism as a national identity harbored a challenge to both the modern religious leaders in the West and the traditional Jewish leadership in Eastern Europe, despite the profound gulf that existed between them.”

¹⁴³ “What has been claimed so far is that Zionism has remained an entangled web of divergent schools that draw different conclusions from the dogmas of Jewish religion and the realities of Jewish history. The sharpest antagonism is between the two extreme standpoints, one of which stresses the overwhelming primacy of the existence of Judaism over the existence or well being of the Jews, and the other looking forward to the normalization of the life of the Jewish people as a nation like other nations. Such profound ideological chasms do not appear to have ever existed in any of the European national movements.”

¹⁴⁴ “[...] the Zionist nationalistic doctrine invented a transnational ethnic identity that sought to bring together the culturally, socially, and ethnically heterogeneous world Jewry to establish a nation-state.”

território no qual residem os judeus que reivindicavam a formação de um Estado nacional (MEDOFF & WAXMAN, 2009, p. xxxii).

O movimento sionista, conforme já apresentado no início do capítulo 3, originou-se na Europa (centro e leste europeu) como uma progressão de outros movimentos judaicos com projetos locais e menos ambiciosos. Influenciado pelas dinâmicas nacionalistas, colonialistas e antissemitas daquela virada de século (DANA&JARBAWI, 2017, p.198), agregou judeus das mais diversas nacionalidades com o objetivo de formar um Estado em um território diferente de seus países de origem. Sua origem europeia influenciou tanto a estratégia de mobilização do movimento, quanto a composição social do futuro Estado de Israel. A liderança sionista europeia teve acesso aos governantes dos antigos impérios e das grandes potências e aos investidores fazendo uso do *lobby* e da diplomacia (KAPLAN, 2005), apesar do movimento sionista não ter recebido a atenção que gostaria nas primeiras décadas de mobilização.

Essa oportunidade contribuiu, no longo prazo, para a realização das ações estratégicas que resultaram nas condições necessárias para a formação do Estado de Israel. Nesse sentido, o sionismo é único no que concerne à ação estratégica empregada para a criação, e hoje manutenção, de um Estado para os judeus: a imigração em massa de judeus do mundo todo para o território da Palestina. “Nenhum outro movimento revolucionário ou outra autotransformação ideológica e tentativa de mudança da história compartilham essa dupla característica de estabelecer um Estado com base na população movida para esse mesmo objetivo [...]”¹⁴⁵ (DROR, 1996, p. 259).

Embora o movimento sionista se apresentasse como representante do povo judeu em todo o mundo, foi principalmente um movimento de judeus ocidentais (Ashkenazi) e especialmente do Leste Europeu, os quais constituíram a maioria dos assentamentos sionistas na Palestina antes de 1948 e continuaram a dominar o estado depois de estabelecido, apesar das grandes mudanças demográficas que ocorreram¹⁴⁶ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 293-294).

As primeiras imigrações para a Palestina não tiveram como objetivo a organização política e burocrática dos judeus, mas sim a realização de um chamado religioso. Entretanto, a partir do primeiro congresso sionista (*First Zionist Congress*, Suíça, 1897) e da criação da

¹⁴⁵ “No other revolutionary movement or other ideological self-transformation and history-shifting attempt share this double feature of establishing a State on the basis of population moved for that very purpose [...].”

¹⁴⁶ “Although the Zionist movement presented itself as representing the Jewish people all over the world, it was primarily a movement of Western (Ashkenazi) and especially Eastern European Jews, who constituted the majority of the Zionist settlement in Palestine before 1948 and who continued to dominate the state after it was established in spite of the major demographic changes which took place.”

organização sionista (*Zionist Organization*) nessa mesma ocasião, as imigrações adquiriram um caráter estratégico de colonização da Palestina com vistas ao estabelecimento de um Estado judaico na região. Muitas outras ondas imigratórias (*Aliyot*) sucederam a Primeira *Aliyah* (*First Aliyah*) e, mesmo após o estabelecimento de Israel, a imigração de judeus continua, porém como parte da estratégia sionista de expansão do Estado - conforme apresentarei mais adiante e também analisarei no capítulo 5.

As próximas três particularidades do movimento sionista são complementares e estão relacionadas ao seu caráter mitológico, anistórico e monopolista: “o sionismo colocou a mitologia bíblica hebraica como a principal fonte de formação da identidade nacional”¹⁴⁷ (DANA & JARBAWI, 2017, p. 198-199). Essa apropriação histórica foi, e continua sendo, fundamental para a legitimação do sionismo e do próprio Estado de Israel. O êxito do sionismo teve como consequência a unificação das histórias judaica e da formação do Estado de Israel, das histórias do sionismo judaico e dos árabes palestinos e das histórias do holocausto e do Estado de Israel, sendo essa última ligação utilizada para a legitimação de um suposto direito à existência desse Estado na Palestina e também expressa na Declaração de Estabelecimento do Estado de Israel (MASSAD, 2006). “Desde que o sionismo embarcou em seu projeto colonial na Palestina, a história sionista e a história judaica tornaram-se uma. O sionismo não era visto como uma ruptura com a história judaica, mas como uma continuação legítima”¹⁴⁸ (MASSAD, 2006, p. 129). Nesse sentido, o sionismo é único na sua reivindicação de ‘retorno à terra de seus antepassados’: “[d]e acordo com os sionistas e israelenses, o estado judaico não é um empreendimento inteiramente novo, mas a restauração de um estado que foi temporariamente interrompido”¹⁴⁹ (HADDAD, 1974, p. 97).

A proclamação sionista de que a terra da Palestina pertence à nação judaica é baseada em conexões a-históricas entre os antigos israelitas (1050 e 930 AC) e os israelenses modernos. Tal proclamação desconsidera fases históricas substanciais que moldaram a rica base civilizacional da região e as formações culturais e sociais, incluindo os cananeus, os filisteus, os gregos, os romanos, os israelitas e os árabes. [...] Embora a Palestina tenha sido histórica, política e administrativamente parte de antigos impérios, os palestinos tinham e continuam possuindo o direito absoluto à autodeterminação e à independência¹⁵⁰ (DANA & JARBAWI, 2017, p. 199-200).

¹⁴⁷ “Zionism placed the Hebrew biblical mythology as the primary source of national identity formation.”

¹⁴⁸ “Ever since Zionism embarked on its colonial-settler project in Palestine, Zionist history and Jewish history have become one. Zionism was not seen as a break with Jewish history but rather its legitimate continuation.”

¹⁴⁹ “According to Zionists and Israelis the Jewish state is not an entirely new venture, but the restoration of a state that was temporarily disrupted.”

¹⁵⁰ “The Zionist proclamation that the land of Palestine belongs to the Jewish nation is grounded in ahistorical connections between the ancient Israelites (1050 and 930 BCE) and modern Israelis. Such a proclamation disregards substantial historical phases that shaped the region’s rich civilizational background and cultural and social formations, including the Canaanites, the Philistines, the Greeks, the Romans, the Israelites, and Arabs.

O sionismo também reivindica o monopólio em relação ao território da Palestina como um “direito divino”: “[i]sso é particularmente enfatizado na forma estratégica que os primeiros pensadores sionistas empregaram termos de origem bíblica, como ‘povo escolhido’ e ‘a terra prometida’ para reinventar os judeus como um grupo etnonacionalista [...]”¹⁵¹ (DANA&JARBAWI, 2017, p. 199). A narrativa sionista criou um paradoxo entre uma reivindicação de autodeterminação do “povo judeu”¹⁵², que demandaria o reconhecimento internacional da existência desse povo (povo judeu vs religião judaica), e um “retorno à sua terra de origem”¹⁵³, que também implicaria um consenso sobre se, de fato, esses imigrantes judeus de nacionalidades diversas podem ser considerados descendentes dos antigos hebreus. “Os judeus europeus, segundo o sionismo, criar[am] uma sociedade europeia por europeus que simplesmente eram judeus”¹⁵⁴ (MASSAD, 2006, p. 55).

Os sionistas europeus (*Ashkenazim*) foram responsáveis pela troca do idioma da diáspora, o *Yiddish*, pelo hebraico como “autenticamente judaico”, criando uma “identidade e cultura israelenses alheias aos judeus da diáspora” e descartando o idioma árabe dos judeus árabes, relegando-o aos seus inimigos (MASSAD, 2006, p. 56). A conjuntura europeia iluminista à época da organização política judaica sionista influenciou na idealização de um ‘novo judeu’ nascido em Israel (*sabra*). Esse novo judeu pertence à “dimensão assimilacionista da ideologia sionista” (MASSAD, 2006, p. 55) articulada por sua liderança essencialmente secular. “Israel redefiniu o judaísmo ao criar um novo judeu baseado na terra e que difere física, psicológica e linguisticamente dos judeus da diáspora [...], exceto sua história comum pré-Israel”¹⁵⁵ (MASSAD, 2006, p. 56).

O sionismo como movimento colonialista ofereceu ao mundo a defesa mais original e única para tal empreendimento. A justificativa, nesse caso, não foi baseada em uma missão civilizatória, nem em interesses comerciais [...]. Ao contrário dos colonos em qualquer outro lugar do mundo, os colonos sionistas alegaram que não estavam se mudando para um novo país, mas simplesmente voltando para casa após uma longa estadia no exterior; os evidentes nativos eram, na verdade, os verdadeiros

[...] *While Palestine was historically, politically, and administratively part of former empires, the Palestinians have been and remain possessed of the unmitigated right to self-determination and independence.*”

¹⁵¹ “*This is particularly underscored in the strategic way that early Zionist thinkers deployed terms of biblical origin such as ‘chosen people’ and ‘the promised land’ to reinvent Jews as an ethnonationalistic group [...].*”

¹⁵² Utilizo as aspas para evidenciar que a existência de um ‘povo judeu’ é questionada mesmo entre autores israelense/judeus.

¹⁵³ Utilizo as aspas para reforçar a necessidade de (re)avaliar as justificativas nacionalistas contemporâneas com base na religião, uma vez que se esquivam dos requisitos fundamentais para o reconhecimento estatal na política internacional.

¹⁵⁴ “*European Jews, Zionism postulated, will create a European society by Europeans who simply happened to be Jewish.*”

¹⁵⁵ “*Israel redefined Jewishness by creating a new Jew who is land-based and who differs physically, psychologically, and linguistically from diaspora Jews [...] except their common pre-Israel history.*”

estrangeiros. O deles foi um ato de repatriação¹⁵⁶ (BEIT-HALLAHMI, 1992, p. 82 *apud* MASSAD, 2006, p. 25-26).

A quinta particularidade é o exclusivismo com que o sionismo “[...] induzi[u] os judeus europeus a emigrar para a Palestina”¹⁵⁷ (DANA&JARBAWI, 2017, p. 199). O sionismo foi responsável pela construção do mito da “terra de ninguém” (*a land without a people for a people without a land*) (ABDO & YUVAL-DAVIS, 1995; DANA&JARBAWI, 2017), argumento muito utilizado pelos colonialistas europeus para justificar a colonização de territórios fora de suas fronteiras. “Na melhor das hipóteses, a Palestina era vista como habitada por algumas minorias religiosas ou por tribos nômades que não tinham nenhuma reivindicação política sobre a terra”¹⁵⁸ (DANA&JARBAWI, 2017, p. 199).

A ideia de um território pouco habitado, pronto para ser explorado e desenvolvido pelos novos imigrantes era atraente, apesar do choque de realidade ter feito muitos deles imigrarem para outros países com melhores condições de vida. O apelo místico-religioso era forte, porém o desenvolvimento do território da Palestina para tornar-se Israel exigiu esforços físicos, psicológicos e financeiros que, em um primeiro momento, não interessavam a todos os imigrantes que chegavam à Palestina.

A sexta particularidade do sionismo é sua dependência do imperialismo ocidental desde sua concepção. Isso se deve à necessidade do movimento de angariar o suporte das potências europeias, no caso o império Britânico e, mais tarde, os Estados Unidos, para a realização do objetivo de estabelecer um Estado em terras estrangeiras. Desse modo, a criação de Israel na Palestina “[...] também ajudou o movimento sionista a se afirmar como uma extensão estratégica dos interesses geopolíticos ocidentais na região. Em outras palavras, o imperialismo ocidental preencheu o vácuo de poder erguido pela ausência de uma pátria-mãe para sustentar o projeto colonial sionista”¹⁵⁹ (DANA&JARBAWI, 2017, p. 200-201).

[...] Israel como um estado colonizador [...] não dependeu de um único império, mas de dedicado capital internacional ou mais precisamente judaico americano e

¹⁵⁶ “Zionism as a colonialist movement offered the world the most original and unique defence for such an enterprise. The justification in this case was based not on a civilizing mission, or on commercial interests [...]. Unlike settlers anywhere else in the world, Zionist settlers claimed they were not moving to a new country, but simply coming home after an extended stay abroad; the apparent natives were actually the real foreigners. Theirs was an act of repatriation.”

¹⁵⁷ “[...] to induce European Jewry to emigrate to Palestine.”

¹⁵⁸ “At best, Palestine was viewed as inhabited by some religious minorities or by nomadic tribes who had no political claim over the land.”

¹⁵⁹ “[...] also helped the Zionist movement assert itself as a strategic extension of Western geopolitical interests in the region. In other words, Western imperialism filled the power vacuum erected by the absence of a mother country to sustain the Zionist colonial project.”

européu, bem como dos impérios dominantes com aliança crescente e, posteriormente, total dependência do império dos EUA. [...] A forte dependência de Israel do capital dos EUA, apesar dos problemas econômicos internos do estado, permitiu-lhe construir uma indústria de armamentos altamente sofisticada e travar guerras de expansão consecutivas com relativa facilidade¹⁶⁰ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 305).

A última característica descreve o sionismo como manipulativo, uma vez que fez (e ainda faz) uso político instrumental do antissemitismo para concretizar seus objetivos, especialmente a partir da II Guerra Mundial e do holocausto, para incentivar a imigração judaica à Palestina e angariar apoio das potências ocidentais para resolver a questão judaica fora de seus territórios (BOWMAN, 2011). “Embora o sionismo político tenha se promovido como o salvador das comunidades judaicas que sofriam injustiças brutais na Europa, ele manipulou o sofrimento judeu para infligir desapropriação violenta e racismo estrutural contra outro grupo de pessoas”¹⁶¹ (DANA&JARBAWI, 2017, p. 201). Essa característica também pode ser observada na apropriação da tradição filantrópica judaica pelo sionismo durante as décadas anteriores ao estabelecimento do Estado de Israel, o que gerou uma luta pelo poder entre as lideranças sionistas e não sionistas dentro das instituições judaicas pelo domínio do conteúdo e das maiores porcentagens da arrecadação nas campanhas de captação de recursos (HALPERIN, 1960; BERKOWITZ, 1996).

Essas sete características revelam um esforço para a construção identitária do sionismo e de uma narrativa para a legitimação de suas ações estratégicas para o estabelecimento de Israel no território da Palestina. As diferenças contextuais, culturais e religiosas dos diferentes grupos judaicos na diáspora certamente dificultaram a formação de um consenso acerca dessa narrativa etnonacionalista, especialmente até a II Guerra Mundial. A mudança na conjuntura política da Europa, com o avanço do nazismo e o holocausto, impulsionou a aceitação da narrativa sionista por grande parte dos diferentes grupos judaicos, transformando-a em uma narrativa coletiva. Além disso, o impacto que essas violações de direitos humanos tiveram na comunidade judaica internacional também impulsionou a imigração e a captação de recursos voluntários necessários para o estabelecimento de fato do Estado de Israel em 1948. Nesse sentido, a narrativa etnonacionalista sionista conseguiu

¹⁶⁰ “[...] *Israel as a settler state [...] had depended not on a single empire but on committed international or more precisely American and European Jewish capital as well as on the dominant empires with increasing alliance and later full dependency on the US empire. [...] Israel's heavy dependence on US capital has, despite the state's internal economic problems, enabled it to build a highly sophisticated arms industry and to wage consecutive wars of expansion with relative ease.*”

¹⁶¹ “*Though political Zionism marketed itself as the savior of Jewish communities suffering brutal injustices in Europe, it manipulated Jewish suffering to inflict violent dispossession and structural racism against another group of people.*”

estabelecer um “denominador comum” com os demais movimentos nacionalistas europeus (KIDRON, 2003).

Não há diferença entre os costumes etnicamente relevantes e os costumes em geral, no que diz respeito aos seus efeitos. A crença na descendência comum, em combinação com uma semelhança de costumes, tende a promover a disseminação das atividades de uma parte de um grupo étnico entre os demais, uma vez que a consciência da identidade étnica favorece a imitação. Isso é especialmente verdadeiro para a propaganda de grupos religiosos¹⁶² (WEBER, 1978, p. 392).

As ações estratégicas sionistas demandaram a criação de instituições pré-Estado responsáveis pela sua execução, as quais mantiveram suas funções após o estabelecimento do Estado de Israel. Desde o início da mobilização nacionalista judaica em 1897, a Organização Mundial Sionista é a instituição central do sionismo e responsável pela sua promoção dentro e fora de Israel. Sua atuação consiste na articulação daquela identidade e narrativa etnonacionalistas para a contínua legitimação e manutenção do Estado, além da expansão do *soft power* sionista na política internacional. Nesse sentido, as ações sionistas foram executadas tanto na Europa e nos Estados Unidos, quanto na Palestina.

As principais instituições sionistas pré-Estado¹⁶³ estabelecidas pelo movimento nacionalista para executar as ações necessárias para a formação do Estado foram as seguintes: I) Organização Mundial Sionista (*World Zionist Organization*, WZO); II) Agência Judaica para Israel (*Jewish Agency for Israel*, JAFI); III) Fundo Nacional Judaico (*Keren Kayemeth LeIsrael / Jewish National Fund*, KKL-JNF); e IV) Recurso Unido de Israel (*Keren Hayesod / United Israel Appeal*, KH-UIA) (WZO, 2020). Essas instituições fundamentais do sionismo atuaram internacionalmente para a realização do objetivo maior do sionismo e, a partir delas, outras instituições foram criadas para atender à crescente comunidade judaica na Palestina (*Yishuv*). Ao todo foram criadas 11 instituições pré-Estado de Israel, conforme apresentarei no capítulo 5, as quais, em sua maioria, continuam atuando dentro e fora do território israelense. É preciso esclarecer que as instituições sionistas diferem-se das instituições oficiais israelenses, as quais foram fundadas a partir de 1948, porém operam em conjunto com essas instituições pelo mesmo objetivo de consolidação e manutenção do Estado de Israel.

¹⁶² “There is no difference between the ethnically relevant customs and customs in general, as far as their effect is concerned. The belief in common descent, in combination with a similarity of customs, is likely to promote the spread of the activities of one part of an ethnic group among the rest, since the awareness of ethnic identity furthers imitation. This is especially true of the propaganda of religious groups.”

¹⁶³ Nos arquivos sionistas, nos arquivos oficiais israelenses e também na literatura sobre Israel, há variações nos nomes das instituições, uma vez que à época do Mandato Britânico algumas levavam no nome ‘Palestina / Palestine’. Optei por utilizar os nomes de acordo como são conhecidas desde o estabelecimento do Estado.

Os congressos sionistas foram as primeiras atividades realizadas pela WZO¹⁶⁴, nos quais foram definidos, até hoje, quatro programas ideológicos e de ação estratégica para a formação, manutenção e expansão de Israel. Nos primeiros cinco anos da organização (1897 – 1901), os congressos aconteceram anualmente, passando para uma reunião a cada dois anos entre 1903 – 1913 e 1921 – 1939 e, após a II Guerra Mundial, a cada quatro ou cinco anos (JVL(c), 2020; WZO, 2020). A realização do primeiro congresso sionista (Basileia, Suíça, 1897) foi um passo importante para a politização e a amplificação do movimento nacionalista judaico, a partir do planejamento das ações estratégicas para a colonização (povoamento) da Palestina.

As ações previstas no Programa da Basileia (*Basel Program*, 1897) foram executadas com relativo êxito, apesar das muitas oposições dentro e fora do movimento sionista e da crescente dependência de doações voluntárias internacionais. O programa de ação serviu de guia para a mobilização sionista até o estabelecimento do Estado de Israel, quando passou a ser revisto e substituído em 1951, 1968 e 2004 pelos programas ideológicos para a consolidação do Estado conhecidos como Programas de Jerusalém (*The Jerusalem Programs*). Esses programas tinham (e têm) essencialmente o mesmo objetivo: estabelecer e consolidar o Estado de Israel por meio da imigração, da integração e do resgate de judeus de qualquer parte do mundo, assim como a promoção da narrativa coletiva etnonacionalista judaica por meio da educação e da cultura hebraica, democrática e sionista (BASEL PROGRAM, 1897; THE JERUSALEM PROGRAM, 1951; THE REVISED JERUSALEM PROGRAM, 1968; THE NEW JERUSALEM PROGRAM, 2004).

A colonização da Palestina pelos sionistas teve como base três principais mecanismos: I) a imigração em massa; II) o desenvolvimento do território por meio do assentamento desses imigrantes judeus em colônias agrícolas (*kibbutzim* / *moshavim*; e III) a arrecadação de recursos internacionais (*fundraisings*) para o financiamento desse projeto colonial. Esses mecanismos são característicos do *modus operandi* sionista para a formação do Estado de Israel, sem os quais não seria possível o seu desenvolvimento.

Várias instituições judaicas foram responsáveis pela utilização de dinheiro doado por judeus ao redor do mundo para desenvolver a comunidade judaica em Israel. Essas organizações financiaram a construção dos assentamentos e a aquisição de maquinários, com os próprios assentados usufruindo da residência gratuita nos assentamentos em troca de trabalho. Na verdade, os assentamentos cooperativos agrícolas foram uma solução para a pobreza, a falta de educação e a falta de

¹⁶⁴ Optei pela utilização da sigla em Inglês, pois em Português - OMS - pode ser confundida com a sigla da Organização Mundial da Saúde (OMS).

oportunidades de emprego - problemas que muitos dos colonos judeus na Palestina enfrentaram na época”¹⁶⁵ (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 7).

A imigração em massa para a Palestina foi essencial para criar uma população de fato naquele território, tornando possível a sua reivindicação e, juntamente com a formação das colônias agrícolas, demarcarem os limites do futuro Estado. Entre os anos de 1897 e 1948, a *Jewish Agency for Israel* (JAFI) promoveu seis ondas imigratórias (*Aliyot*, plural de *Aliyah*) para a Palestina, sendo as primeiras quatro *Aliyot* majoritariamente do Leste Europeu (ver quadro 4, na próxima página).

A Primeira *Aliyah* (*First Aliyah*) levou 25.000 imigrantes judeus majoritariamente da Rússia entre 1882 – 1903, especialmente no início (1882-1884) e no final (1890 – 1891) desse período, “[...] principalmente sob a inspiração dos movimentos [religiosos] Hibbat Zion e Bilu, que estabeleceram os primeiros assentamentos rurais - moshavot [...]”¹⁶⁶ (JAFI(a), 2020, s/n). “Em 1903, período final da Primeira Aliyah, 28 novos moshavot foram fundados e 90.000 acres de terra foram comprados. Houve também o início de assentamentos urbanos, especialmente em Jaffa, onde 3.000 recém-chegados haviam feito suas casas”¹⁶⁷ (JAFI(a), 2020, s/n).

A Segunda *Aliyah* (*Second Aliyah*) levou aproximadamente 40.000 jovens judeus imigrantes majoritariamente da Rússia e da Polônia entre 1904 – 1914. Esses novos imigrantes (*olim*) identificavam-se mais com a ideologia nacionalista e traziam ideais socialistas para a Palestina, sendo responsáveis pela criação dos primeiros partidos trabalhistas judaicos (*Po’alei Zion e Há’Poel*) e o primeiro *kibbutz* (*Deganya*). “Em 1909, eles lançaram os alicerces da primeira cidade judaica - Tel Aviv. Os jovens pioneiros da Segunda Aliyah também foram ativos no início da autodefesa judaica e estabeleceram a associação de vigias HaShomer. Eles introduziram o hebraico em todas as esferas da vida e lançaram as bases para uma nova imprensa e literatura hebraicas”¹⁶⁸ (JAFI(a), 2020, s/n).

¹⁶⁵ “A number of Jewish institutions were responsible for utilizing money donated by Jews around the world in order to develop the Jewish community in Israel. These organizations financed the construction of the settlements and the acquisition of machinery, with the settlers themselves enjoying free residency in the settlements in return for work. In effect, agricultural cooperative settlements were a solution to poverty, lack of education and lack of employment opportunities - problems many of the Jewish settlers in Palestine faced at the time.”

¹⁶⁶ “[...] mainly under the inspiration of Hibbat Zion and the Bilu [religious] movement, who established the early rural settlements – moshavot [...]”

¹⁶⁷ “By 1903, the end of the First Aliyah period, 28 new moshavot had been founded, and 90,000 acres of land had been purchased. There was also beginning of urban settlements, especially in Jaffa, where 3,000 newcomers had made their home.”

¹⁶⁸ “In 1909 they laid the foundation for the first all Jewish City - Tel Aviv. The young pioneers of the Second Aliyah were also active in the beginning of Jewish self defense and established the HaShomer watchmen's

QUADRO 4 – ONDAS IMIGRATÓRIAS (*ALIYOT*) PRÉ-ESTADO DE ISRAEL, 1897 – 1948

<i>ALIYOT</i>	PAÍS DE ORIGEM	ANO
1ª Aliyah	Majoritariamente da Rússia (imigração em larga escala)	1882-1903
2ª Aliyah	Majoritariamente da Rússia e da Polônia	1904-1914
3ª Aliyah	Majoritariamente da Rússia e da Polônia	1919-1923
4ª Aliyah	Majoritariamente da Polônia	1924-1928
5ª Aliyah	Majoritariamente da Alemanha e da Áustria	1929-1939
<i>Ha'apala Aliyah / Aliyah Bet</i>	Diversos países, inclusive do Oriente Médio ("imigração ilegal" durante o Mandato Britânico da Palestina)	1934-1948

FONTE: A autora, a partir dos dados do *Israel Ministry of Foreign Affairs* (MFA, 2020).

A próxima imigração judaica para a Palestina aconteceu cinco anos após a I Guerra Mundial com a Terceira *Aliyah* (*Third Aliyah*), praticamente uma continuação da Segunda *Aliyah*, que levou 35.000 imigrantes entre 1919 – 1923. Inspirados pela Declaração Balfour (1917), documento que oficializava o suporte do Império Britânico ao estabelecimento de um 'lar nacional judaico' naquela região, esses jovens imigrantes tiveram um papel fundamental na criação das primeiras instituições judaicas na Palestina (JAFI(a), 2020).

Eles fundaram a Histadrut, a organização de trabalho abrangente em todo o país, desempenharam um papel de liderança na criação da organização de defesa Haganah; forneceram trabalhadores para a construção de moradias e estradas e o início da indústria; fortaleceram a base da agricultura judaica. A Terceira *Aliyah* também expandiu o mapa do assentamento judaico ao estabelecer muitos kibbutzim [...] e moshavim [...]¹⁶⁹ (JAFI(a), 2020, s/n).

A Quarta *Aliyah* (*Fourth Aliyah*) levou judeus de classe média majoritariamente da Polônia entre 1924 – 1928, devido às restrições econômicas impostas aos judeus daquele país

association. They introduced Hebrew into all spheres of life and laid the foundation for a new Hebrew press and literature.”

¹⁶⁹ “They founded the Histadrut, the comprehensive countrywide labor organization, played a leading role in the creation of the Haganah defense organization; provided workers for the construction of housing and roads and the beginnings of industry; strengthened the foundation of Jewish agriculture. The Third *Aliyah* expanded also the map of Jewish settlement by establishing many kibbutzim [...] and moshavim [...].”

e das restrições imigratórias para os Estados Unidos¹⁷⁰. Esses imigrantes assentaram-se principalmente nas cidades, em especial *Tel-Aviv*, e abriram comércios e fábricas, investiram na construção civil e também fundaram vilas rurais (JAFI(a), 2020).

Ao todo, a Quarta Aliyah trouxe 67.000 imigrantes, metade deles da Polônia. Em 1926, no entanto, o influxo foi interrompido por uma grave crise econômica. Dos 13.000 que chegaram em 1926, mais da metade deixou o país. Em 1927, mais de 5.000 pessoas deixaram o país e apenas 2.300 chegaram. Em 1928, o número de chegadas e partidas era igual - cerca de 2.000. Os primeiros sinais de recuperação econômica vieram em 1929, quando a Aliyah se recuperou¹⁷¹ (JAFI(a), 2020, s/n).

A Quinta *Aliyah* (*Fifth Aliyah*) levou 250.000 novos judeus da Europa Central e Ocidental para a Palestina entre os anos 1919 – 1939, especialmente da Alemanha e da Áustria, após a ascensão de Hitler e do nacional socialismo (nazismo) a partir de 1933. A maioria dos imigrantes dessa onda assentou-se em *Tel-Aviv*, mas também em *Haifa* e Jerusalém, contribuindo para o avanço técnico e acadêmico e das colônias agrícolas (JAFI, 2020).

No período entre 1933-36, mais de 164.000 judeus entraram no país legalmente, enquanto milhares de refugiados vieram como imigrantes "ilegais" [...]. [...] Em 1933, um novo tipo de imigração, chamada Youth Aliyah, foi iniciada. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a população judaica na Palestina era de 475.000 - cerca de 40% da população¹⁷² (JAFI, 2020, s/n).

A Sexta *Aliyah*, também conhecida como *Aliyah Bet* ou *Há'apalah Aliyah* ("imigração ilegal"), levou 115.000 *ma'apilim* ("imigrantes ilegais") clandestinamente para a Palestina entre os anos 1934 – 1948, devido às restrições imigratórias impostas pelos mandatários britânicos¹⁷³. Muitos desses *ma'apilim* foram interceptados e deportados para campos de detenção, dos quais 51.000 foram levados aos campos no Chipre "e admitidos somente depois da independência" (JAFI, 2020, s/n). Durante os anos do Mandato Britânico,

¹⁷⁰ "A Lei de Imigração de 1924 limitou o número de imigrantes autorizados a entrar nos Estados Unidos por meio de uma cota de origem nacional. A cota fornecia vistos de imigração para 2% do número total de pessoas de cada nacionalidade nos Estados Unidos a partir do censo nacional de 1890" (USDS, 2020, s/n).

¹⁷¹ "In all, the Forth Aliyah brought 67,000 immigrants, half of them from Poland. In 1926, however, the influx was halted by a severe economic crisis. Of the 13,000 who arrived in 1926, more than half left the country. In 1927, over 5,000 people left the country and only 2,300 arrived. In 1928, the number of arrivals and departures were about even - some 2,000. The first signs of economic recovery came in 1929, when Aliyah picked up again."

¹⁷² "In the period between 1933-36, more than 164,000 Jews entered the country legally, while thousands of refugees came as "illegal" immigrants [...]. [...] In 1933 a new type of immigration, called Youth Aliyah, was started. On the eve of World War II, the Jewish population in Palestine was 475,000 - some 40% of the population."

¹⁷³ Em 1922 e 1939, foram impostas restrições imigratórias aos judeus – os *White Papers* - como meio para conter os confrontos entre esses e os árabes palestinos na Palestina sob o Mandato Britânico.

a imigração de judeus orientais (*mizrahim*) foi aumentando progressivamente, transformando o caráter da colonização judaica na Palestina que era predominantemente europeu.

Esses novos imigrantes *mizrahim* formavam uma nova camada do que viria a ser a sociedade israelense, uma espécie de ‘colonos de segunda classe’ que trabalhavam manualmente na exploração do território (GILADI, 1990; MASSAD, 2006). “Foi só depois da Segunda Guerra Mundial [...] que a liderança sionista Ashkenazi decidiu recrutar massivamente judeus da Ásia e da África em seu projeto de colonização. Este recrutamento se intensificou após a constatação de que os judeus soviéticos e da Europa Oriental não tinham mais permissão para imigrar para Israel”¹⁷⁴ (MASSAD, 2006, p. 59).

A ascensão de Hitler aumentou a pressão pela aliyah. Em 1934, os primeiros esforços organizados de imigração clandestina por mar foram tentados. O movimento HeHalutz fretou o navio grego "Vello" e, com a ajuda dos membros da Haganah, desembarcou cerca de 350 imigrantes "ilegais" - *ma'apilim*. Nos anos 1937-1939, os grupos Revisionista e Betar enviaram vários navios que transportaram vários milhares de imigrantes. No final de 1938, a "Organização para a imigração ilegal" - o Mossad - foi criada pela Haganah, sob a liderança de Shaul Avigur. Durante a Segunda Guerra Mundial, a imigração legal diminuiu aos poucos. A Marinha Britânica manteve vigilância constante sobre os barcos de refugiados que tentavam chegar aos portões da Palestina. Alguns dos barcos foram alvejados ao se aproximarem da costa; alguns foram rejeitados; 3 afundaram; 21 barcos ao todo completaram a viagem, transportando cerca de 15.000 refugiados¹⁷⁵ (JAFI, 2020, s/n).

O destino dos imigrantes da classe média era, em geral, as cidades, enquanto dos imigrantes mais pobres era, em sua maioria, os assentamentos ou cooperativas agrícolas inspiradas nas ideias socialistas (*kibbutzim/moshavim*). As cooperativas pré-Estado foram estabelecidas com recursos captados nas comunidades judaicas internacionais por meio de diversas campanhas de doação (*fundraisings*) e administrados pelas instituições sionistas, operando em terras compradas pela WZO - hoje pelo próprio Estado de Israel (ROSENTHAL & EIGES, 2013). A diferença entre esses dois tipos de cooperativas encontra-se no funcionamento administrativo, sendo os *kibbutzim* (plural de *kibbutz*) uma cooperativa de

¹⁷⁴ “It was not until after the Second World War [...] that the Ashkenazi Zionist leadership decided to recruit Jews massively from Asia and Africa in its colonial-settler project. This recruitment intensified after the realization that Soviet and East European Jews were no longer allowed to immigrate to Israel.”

¹⁷⁵ “The rise of Hitler increased the pressure for aliyah. In 1934, the first organized efforts at clandestine immigration by sea were attempted. The HeHalutz movement chartered the Greek ship ‘Vello’ and, with the aid of Haganah members, landed some 350 ‘illegal’ immigrants - *ma'apilim*. In the years 1937-1939, Revisionist and Betar groups sent out several ships, which transported several thousands of immigrants. Late in 1938, the ‘Organization for illegal immigration’ - the Mossad - was set up by the Haganah, under the leadership of Shaul Avigur. During the Second World War, legal immigration dwindled to a trickle. The British Navy kept constant watch on the refugee boats trying to reach the gates of Palestine. Some of the boats were fired on as they approached the coast; some were turned back; 3 sank; 21 boats in all completed the voyage, carrying some 15,000 refugees.”

produção agrícola controlada pelos próprios trabalhadores em uma espécie de comuna, comunidade onde todos decidem e dividem as tarefas, não são proprietários das terras e não possuem salário. Cada indivíduo consome de acordo com suas necessidades dentre os serviços e produtos ofertados no próprio *kibbutz*, incluindo moradia, educação, saúde, objetos e produtos de uso pessoal (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 8-10; JAFI(b), 2020).

Essas cooperativas são, em sua maioria, seculares e recebem entre 100 e 1.000 membros, somando aproximadamente 125.000 pessoas em 250 *kibbutzim* (JAFI(b), 2020). Os *moshavim* (plural de *moshav*), por sua vez, são uma espécie de rede de comunidades agrícolas familiares, nas quais as terras são distribuídas igualmente entre as famílias e essas usufruem da renda de seus produtos (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 9-10). “Na maior parte do tempo, o próprio Moshav apenas empregou uma estrutura conjunta para a compra de suprimentos, processamento e comercialização de produtos e propriedade conjunta dos meios de produção”¹⁷⁶ (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 10-11).

Os kibbutzim e os moshavim eram administrados democraticamente, realizando reuniões comunitárias nas quais os membros votariam em todas as decisões. Embora [...] fossem semelhantes ideológica e politicamente, havia algumas diferenças significativas entre suas estruturas organizacionais, diferenças que no futuro permitiram aos Kibbutzim manter seu status de cooperativa agrícola e até mesmo expandir sua atividade, eliminando simultaneamente a maior parte da cooperação agrícola moshav¹⁷⁷ (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 9).

A primeira cooperativa agrícola judaica ou *kibbutz* (da palavra hebraica *kvutza* ou “grupo”), *Kvutzat Degania*, foi estabelecida na Palestina com a chegada da Segunda *Aliyah* em 1909 e os subsequentes assentamentos seguiram as ondas imigratórias. Nas décadas de 1920 e 1930, os imigrantes deram início aos assentamentos ao norte da Palestina e, a partir da década de 1940, ao sul próximo ao Egito e ao Sinai (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 7). Essas cooperativas agrícolas foram fundamentais para a formação do Estado de Israel por, pelo menos, duas razões. Primeiro porque faziam parte da estratégia de colonização por povoamento das regiões que delimitariam as fronteiras do futuro Estado. E, segundo, porque os imigrantes judeus, desde a Segunda *Aliyah*,

¹⁷⁶ “For the most part, the Moshav itself merely employed a joint framework for purchasing supplies, processing and marketing produce and joint ownership of the means of production.”

¹⁷⁷ “The Kibbutzim and the Moshavim were managed democratically, holding communal meetings in which members would vote on every decision. While [...] similar ideologically and politically, there were some significant differences between their organizational structures, differences that in the future enabled Kibbutzim to maintain their agricultural cooperative status and even expand their activity, while simultaneously eliminating most Moshav agricultural cooperation.”

[...] careciam de recursos financeiros, necessitavam de empregos e estavam muito motivados para estabelecer novos assentamentos e, por meio disso, participar da construção de uma fundação para um país judaico. Os ideais socialistas dos imigrantes influenciaram o tipo de assentamento que eles estabeleceram - criando um estilo de vida comunitário. [...] Quando o estado de Israel foi estabelecido, a estável estrutura agrícola cooperativa pré-concebida continuou a crescer e naturalmente passou a liderar o setor agrícola, tornando Israel uma nação de cooperativas¹⁷⁸ (ROSENTHAL & EIGES, 2013, p. 7-8).

Os assentamentos agrícolas promoviam o desenvolvimento de base, enquanto as cidades promoviam o desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico do futuro Estado de Israel. Outras instituições foram, gradualmente, criadas para atender as necessidades de organização política, estrutural, trabalhista, educacional, de saúde etc. – conforme será analisado no capítulo 5. Entretanto, esse desenvolvimento gradual só foi possível devido à captação de recursos via doações voluntárias das comunidades judaicas internacionais, especialmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. O desenvolvimento político é um processo com alto custo em recursos humanos e financeiros, mas “[c]uriosamente, um dos fatos salientes sobre o sionismo é que ele não precisou de grandes fundos em sua história inicial e lutou contra uma posição de relativa impotência, mesmo dentro da esfera judaica”¹⁷⁹ (BERKOWITZ, 1996, p. 245).

Dentre os mitos que envolvem a formação do Estado de Israel, um deles é que seu desenvolvimento político é fruto do eficiente *lobby* internacional sionista. De fato, o *lobby* foi um dos mecanismos utilizados pelo sionismo para conquistar o apoio de impérios e potências estratégicas para a realização do seu objetivo e isso se refletiu nos documentos de suporte à causa sionista (que fazem parte da análise no capítulo 5), os quais foram importantes para o reconhecimento do Estado de Israel no sistema internacional. Mas, definitivamente, não é o mecanismo mais importante na história da formação de Israel. “Longe de ser o ‘poderoso lobby político’ descrito por muitos jornalistas uma década depois, o sionismo foi em grande parte um movimento de arrecadação de fundos dedicado à reivindicação econômica e colonização da Palestina”¹⁸⁰ (HALPERIN, 1960, p. 950 – grifo original).

¹⁷⁸ “[...] *lacked financial means, required employment and were greatly motivated to establish new settlements and through that take part in building a foundation for a Jewish country. The immigrants' socialist ideals influenced the type of settlements they established – creating commune-style living. [...] When the state of Israel was established, the pre-conceived stable cooperative agricultural structure continued to grow and naturally came to lead the agriculture sector, making Israel a nation of cooperatives.*”

¹⁷⁹ “[i]nterestingly, one of the salient facts about Zionism is that it made do without massive funds in its early history, and struggled from a position of relative powerlessness even within the Jewish sphere.”

¹⁸⁰ “Far from being the ‘potent political lobby’ described by many journalists a decade later, Zionism was largely a fund-raising movement dedicated to the economic reclamation and colonization of Palestine.”

O sionismo ancorou-se na tradição filantrópica judaica para financiar seu projeto colonial na Palestina, “[...] mas esse fato mal se reflete na historiografia do movimento. [...] Com poucas exceções, o sionismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, antes de 1933, raramente foi retratado como um movimento consumido pela arrecadação de fundos”¹⁸¹ (BERKOWITZ, 1996, p. 241).

Parte da razão pela qual o lado "caridoso" do sionismo parece tão minúsculo na volumosa literatura do movimento deve-se à sua autoimagem cuidadosamente cultivada - que enfatizou os "novos" judeus sionistas como ferozmente independentes, austeros e dispostos a fazer sacrifícios pessoais. Desde seu início na Europa Central em 1897, porta-vozes do movimento sionista negaram veementemente que sua causa fosse um empreendimento de caridade ou filantrópico (Nordau, 1909; Boehm, 1917). Em particular, eles desejavam se distanciar das filantropias do Baron de Hirsch e de Rothschild, que podem ser vistas em retrospecto como bastante contíguas aos experimentos sionistas (Penslar, 1991). Foi apenas em meados da década de 1990, quase um século depois, que os sionistas romperam com seu tabu anterior e afirmaram publicamente que estão de fato engajados em 'caridade'¹⁸² (UJA, 1995) (BERKOWITZ, 1996, p. 242-243).

O projeto colonial sionista foi construído por meio de doações voluntárias, sem as quais o objetivo de construir um Estado na Palestina provavelmente não teria se realizado, já que o movimento não tinha autoridade para taxar compulsoriamente a comunidade judaica (BERKOWITZ, 1996, p. 247). A captação de recursos demandou diferentes táticas, a fim de superar as desconfianças iniciais dos “*big givers*” da filantropia judaica dos Estados Unidos acostumados às doações sociais e humanitárias sem fins políticos ou céticos em relação à causa colonial na Palestina (HALPERIN, 1960, p. 952-953). Nesse sentido, a WZO e a Organização Sionista da América (*Zionist Organization of America*, ZOA) empregaram pelo menos três diferentes táticas de financiamento da ação política sionista para atrair grandes doadores da comunidade judaica estadunidense.

As campanhas de arrecadação de fundos envolviam propaganda com fotos de uma comunidade judaica de base agrícola que florescia com sucesso na Palestina, a venda de selos, cartões postais, panfletos, certificados para doações específicas, medalhas e o plantio de

¹⁸¹ “[...] yet this fact is barely reflected in the movement’s historiography. [...] With few exceptions, Zionism in Western Europe and the United States, before 1933, rarely has been depicted as a movement consumed by fundraising.”

¹⁸² “Part of the reason why the ‘charitable’ side of Zionism appears so minuscule in the voluminous literature of the movement is due to its carefully cultivated self-image—which emphasised the ‘new’ Zionist Jews as fiercely independent, rugged, and willing to make personal sacrifices. Since its inception in Central Europe in 1897, spokesmen for the Zionist movement have vehemently denied that their cause is a charity or a philanthropic venture (Nordau, 1909; Boehm, 1917). In particular, they wished to distance themselves from the Baron de Hirsch and Rothschild philanthropies, which may be seen in retrospect as quite contiguous with the Zionist experiments (Penslar, 1991). It is only in the mid-1990s, almost a century later, that Zionists have broken from their earlier taboo and publicly asserted that they are indeed engaged in ‘charity’.”

árvores, além da apropriação simbólica da tradicional caixa azul e branca da filantropia judaica (BERKOWITZ, 1996, p. 246). “Da mesma forma que o sionismo assumiu elementos selecionados das tradições religiosas judaicas, o JNF [*Jewish National Fund*] santificou a existência política, econômica e cultural dos judeus na Palestina”¹⁸³ (BERKOWITZ, 1993/1996, p. 248). A primeira tática utilizada pelas instituições sionistas foi a captação de recursos com fins filantrópicos ao invés de políticos no pós-I Guerra Mundial, com a finalidade de mascarar o financiamento da causa sionista e atrair aqueles doadores mais céticos. No entanto, nem mesmo as campanhas encabeçadas pelas lideranças sionistas tiveram muito sucesso entre os grandes filantropos judeus (HALPERIN, 1960, p. 952).

A segunda tática utilizada foi a criação da Agência Judaica para a Palestina (*The Jewish Agency for Palestine*, JAFI) em 1929, por meio do Pacto de Glória (*The Pact of Glory*) que uniu sionistas europeus e estadunidenses, e também acomodou não sionistas, deixando em espera o ideal político sionista em prol do avanço socioeconômico dos assentamentos judaicos na Palestina. Porém, mais uma vez, a arrecadação de recursos pelo Fundo Nacional Judaico (*Keren Kayemeth LeIsrael*) e pelo Fundo da Fundação Palestina (*Keren Hayesod*) não correspondeu às expectativas sionistas (HALPERIN, 1960, p. 953-954).

A terceira tática foi a criação do Recurso/Apelo Judaico Unido (*United Jewish Appeal*, UJA) pela ZOA. Primeiro, em um momento de união entre sionistas e não sionistas via JAFI, “[...] foi tentada a arrecadação de fundos para a Palestina sob o ‘guarda-chuva’ de um esforço consolidado, anual e nacional por várias causas judaicas”¹⁸⁴ (HALPERIN, 1960, p. 955). Entretanto, as muitas divergências entre as lideranças sionistas e não sionistas da comunidade judaica estadunidense resultaram em intermitentes batalhas pelo conteúdo e destino da renda das campanhas de arrecadação de fundos. Após várias disputas, a liderança da ZOA propôs uma iniciativa para a reinserção da militância política nos fundraisings, a fim de facilitar a aceitação dos ideais sionistas pelos judeus dos EUA (HALPERIN, 1960, p. 955-956). Mas, novamente, os resultados das campanhas não atingiram nem metade do esperado pelos sionistas, “[m]esmo com a intensificação da atividade sionista e a determinação em ajudar a Palestina, ocasionada em grande parte pela opressão hitleriana e pela renovação dos motins árabes na Palestina [...]”¹⁸⁵ (HALPERIN, 1960, p. 957). E o que funcionava para as

¹⁸³ “In the same way that Zionism took on selected elements of Jewish religious traditions, the JNF sanctified the political, economic and cultural existence of the Jews in Palestine.”

¹⁸⁴ “[...] fund-raising for Palestine was attempted under the ‘umbrella’ of a consolidated, annual, nationwide drive for various Jewish causes.”

¹⁸⁵ “[e]ven with the intensification of Zionist activity and determination to help Palestine, occasioned in large part by Hitlerian oppression and the renewal of Arab rioting in Palestine [...]”

campanhas de arrecadação, nem sempre correspondia à melhor iniciativa para o desenvolvimento dos assentamentos na Palestina (BERKOWITZ, 1996, p.249).

Uma pesquisa da imprensa sionista entre 1930 e 1941 revela que o termo “Estado Judeu”, como objetivo final do movimento sionista, havia quase desaparecido totalmente da linguagem comum. Em vez disso, a frase ambígua “Lar Nacional Judaico” ou, mais fraco ainda, “pátria”, foi substituída nas exposições oficiais dos objetivos sionistas. Com a perspectiva de uma maioria judaica na Palestina longe de ser alcançada imediatamente e a conversa de um “Estado judeu” ou pátria nacional ofensiva para muitos contribuintes financeiros influentes não sionistas, a concepção herzliana original do sionismo, em grande parte, caiu em desuso. O programa político do sionismo tornou-se mais nebuloso à medida que os líderes sionistas procuraram ampliar seu público¹⁸⁶ (HALPERIN, 1960, p. 967).

A concepção política de um Estado soberano Herzliano foi retomada na Conferência Nacional para a Palestina em janeiro de 1941, mas foi somente a partir do final da II Guerra Mundial e do impacto que o holocausto causou na comunidade judaica estadunidense, “[...] a maioria dos quais eram eles próprios apenas uma geração distante das origens europeias”¹⁸⁷, que o projeto colonial sionista passou a ser amplamente aceito e a arrecadação de fundos para financiá-lo ganhou força (HALPERIN, 1960, p. 968-969). Comparativamente, foram arrecadados menos de US\$ 3 milhões de dólares em 1940, US\$ 56 milhões em 1947 e mais de US\$ 70 milhões em 1948. Os fundos sionistas transferiram para a Palestina aproximadamente US\$ 14 milhões de dólares entre 1901-1929 e US\$ 8 milhões entre 1930-1939 contra mais de US\$ 90 milhões em 1948. A comunidade judaica estadunidense doou mais de US\$ 200.000 milhões de dólares para a causa sionista entre 1939-1948, fora os milhões de outras doações, investimentos, transações comerciais e campanhas para projetos e instituições específicas na Palestina (HALPERIN, 1960, p. 969-970).

O mecanismo de *fundraising*, portanto, foi imprescindível para o desenvolvimento político de Israel, já que viabilizou a organização das *Aliyot*, o crescimento e desenvolvimento dos assentamentos agrícolas e a criação e manutenção das instituições necessárias para a formação do Estado. Resta explorar como essas instituições, e muitas outras que surgiram ao longo do período pré-Estado na Palestina, agiram em relação aos nativos árabes palestinos.

¹⁸⁶ “A survey of the Zionist press between 1930 and 1941 reveals that the term “Jewish State” as the ultimate goal of the Zionist movement, had almost entirely disappeared from common parlance. Instead, the ambiguous phrase “Jewish National Home” or, weaker yet, “homeland”, was substituted in official expositions of Zionist aims. With the prospect of a Jewish majority in Palestine far from immediate attainment and talk of a “Jewish State” or national homeland offensive to many influential non-Zionist financial contributors, the original Herzlian conception of Zionism largely passed into disuse. The political program of Zionism became more nebulous as Zionist leaders sought to enlarge their public.”

¹⁸⁷ “[...] most of whom were themselves only a generation removed from European origins.”

A contribuição da arrecadação de fundos para o eventual sucesso dos objetivos sionistas nos Estados Unidos, portanto, nunca pode ser medida apenas em termos de dólares. Utilizando plataformas fornecidas por ocasiões de arrecadação de fundos e explorando impulsos humanitários genuínos, os sionistas foram gradualmente capazes de persuadir os judeus estadunidenses do apelo e praticidade de seu programa. Eventualmente, as demandas, senão as motivações, de organizações "não políticas" de arrecadação de fundos e grupos sionistas "políticos" tornaram-se virtualmente indistinguíveis¹⁸⁸ (HALPERIN, 1960, p. 968).

Outro mito sobre a formação de Israel é que esses nativos deixaram suas residências por vontade própria à época do estabelecimento do Estado, o que contribui para a dissimulação das práticas utilizadas pelo movimento sionista para a colonização do território que abrigaria o futuro Estado judaico. Embora autores como Kaplan (2005, p. 6) afirmem que o sionismo pré-Estado atuava via “negociação, diplomacia e advocacia na arena internacional”¹⁸⁹ e, portanto, diferenciava-se dos demais movimentos nacionalistas, os quais “esforços consistiam largamente em fazer a guerra para a independência”¹⁹⁰, suas táticas envolviam violência, terrorismo, inteligência e, mais adiante, sua própria guerra de independência e subsequentes guerras e enfrentamentos aos grupos de resistência palestinos.

Mesmo que a liderança judaica sionista não pudesse prever a dimensão do conflito com os árabes à época, parece pouco provável que o estabelecimento de um Estado em uma terra já habitada ocorreria sem enfrentamento ou violência. Ainda que uma parte da população nativa tenha fugido com o aumento da violência durante a guerra de 1948, o próprio *modus operandi* do colonialismo de povoamento exige a desapropriação de terras e a “troca” daquela população pelos *settlers*. “O principal impulso do projeto de assentamento sionista durante a maior parte de sua história foi desapropriar e depois excluir os palestinos, sempre que possível, do controle sobre os vários recursos do país e do estado”¹⁹¹ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 292). Nesse sentido, o sionismo pode ser entendido como um movimento *settler-colonialist* “[...] constituído na ideologia e na prática por uma epistemologia religioso-racial [...]”¹⁹² e, embora no início se apresentasse como tal, com o passar das décadas Israel tenta se desvencilhar desse ‘passado colonial’ (MASSAD, 2006, p. 143). Mas, para que a comparação com o sionismo fique mais justa, é preciso definir esse tipo de colonialismo

¹⁸⁸ “The contribution of fund-raising to the eventual success of Zionist aims in America thus can never be measured in terms of dollars alone. Utilizing platforms provided by fund-raising occasions and exploiting genuine humanitarian impulses, Zionists were gradually able to persuade American Jews of the desirability and practicability of their program. Eventually, the demands, if not the motivations, of ‘non-political’ fund-raising organizations and ‘political’ Zionist groups became virtually indistinguishable.”

¹⁸⁹ “[...] negotiation, diplomacy, and advocacy in the international arena.”

¹⁹⁰ “[...] whose efforts consisted largely of waging wars of independence [...].”

¹⁹¹ “The main thrust of the Zionist settlement project for most of its history has been to dispossess and then to exclude the Palestinians whenever possible from control over the various resources of the country and the state.”

¹⁹² “[...] constituted in ideology and practice by a religio-racial epistemology [...].”

(*settler-colonialism* ou “colonialismo de povoamento”) que difere daquele colonialismo de exploração metrópole-colônias:

[...] o colonialismo de povoamento [...] é caracterizado por um impulso persistente para, em última instância, suplantando as condições de sua operação. As colônias de povoamento bem-sucedidas “domam” uma variedade de áreas selvagens, acabam estabelecendo nações independentes, efetivamente reprimem, cooptam e extinguem as alteridades indígenas e gerenciam produtivamente a diversidade étnica. Ao final dessa trajetória, eles afirmam não ser mais colonos (eles são supostamente ‘estabelecidos’ e ‘pós-coloniais’ - exceto que as ansiedades inquietantes permanecem e as referências a uma condição pós-colonial parecem vazias assim que a desvantagem indígena é levada em consideração). O *settler colonialism*, portanto, cobre seus rastros e opera em direção à sua auto-superação [...] ¹⁹³ (VERACINI, 2011, p. 3 – grifos originais).

Uma característica comum aos movimentos *settler-colonialists* é a ênfase na questão demográfica “*to populate or perish*”, que também constitui a narrativa etnonacionalista do sionismo ao defender que “[...] a sobrevivência e a prosperidade do assentamento sionista é uma pré-condição para a sobrevivência do povo judeu como um todo”¹⁹⁴ (EHRlich, 1980; YUVAL-DAVIS, 1985, p. 300). O sionismo esforçou-se para alcançar a exclusividade judaica na Palestina a partir de “uma noção [...] permeada por uma epistemologia religioso-racial de supremacia sobre os árabes palestinos, não diferente da utilizada pelo colonialismo europeu com sua ideologia de supremacia branca sobre os nativos”¹⁹⁵ (MASSAD, 2006, p. 143). Nesse sentido, não apenas não conseguiu garantir a exclusividade judaica como também se valeu dessa mesma epistemologia em relação aos judeus orientais (*Mizrahim* do Oriente Médio e Norte da África e *Sephardim* da Espanha), reproduzindo a hierarquia racial do século XIX e criando estratos distintos entre os próprios cidadãos judeus e entre cidadãos judeus e não judeus – conforme detalharei no capítulo 4.

Todo esse esforço colonial demandou, desde o início das ações estratégicas promovidas pela WZO e pelas suas principais instituições executivas, a criação de instituições responsáveis pela defesa das colônias agrícolas. Desse modo, investiram recursos humanos e

¹⁹³ “[...] *settler colonialism* [...] is characterised by a persistent drive to ultimately supersede the conditions of its operation. The successful settler colonies ‘tame’ a variety of wildernesses, end up establishing independent nations, effectively repress, co-opt, and extinguish indigenous alterities, and productively manage ethnic diversity. By the end of this trajectory, they claim to be no longer settler colonial (they are putatively ‘settled’ and ‘postcolonial’ – except that unsettling anxieties remain, and references to a postcolonial condition appear hollow as soon as indigenous disadvantage is taken into account). *Settler colonialism* thus covers its tracks and operates towards its self-supersession [...]”

¹⁹⁴ “[...] the survival and prosperity of the Zionist settlement is a precondition for the survival of the Jewish people as a whole.”

¹⁹⁵ “[...] a notion pervaded [...] by a religio-racial epistemology of supremacy over the Palestinian Arabs, not unlike that used by European colonialism with its ideology of white supremacy over the natives.”

financeiros a fim de garantir a integridade e o crescimento dos assentamentos judaicos em meio aos nativos árabes palestinos. A partir de 1909, membros das colônias agrícolas começaram a formar os primeiros grupos paramilitares que asseguraram o desenvolvimento do projeto colonial sionista na Palestina: *HaShomer* (1909), *Haganah* (1920), *Etzel* (1931), *Mossad le-Aliyah Bet* (1937), *Lehi* (1940) e *Palmach* (1941, força de ataque da *Haganah*) (MFA(b), 2010) – os quais serão detalhados no capítulo 5.

Uma maneira de garantir o desenvolvimento da *Yishuv* foi explorar as divisões socioeconômicas e culturais dos árabes palestinos “para enfraquecer o movimento nacionalista palestino e impedir o processo de formação da nação palestina”, “[...] aumentando a distância entre as lideranças rurais e urbanas”¹⁹⁶ (COHEN, 2008, p. 262). Essa tática também possibilitou a aliança dos druzos, contrários ao projeto nacionalista palestino, e de algumas tribos de beduínos com os judeus em 1948 (COHEN, 2008, p. 262).

Os colaboradores alimentavam os sionistas com informações estratégicas e ajudavam a reprimir rebeliões, criando a hostilidade necessária para desestabilizar as tentativas de união árabe palestina – uma espécie de “*land agents*” que trabalhavam para o *Shai* (*Sherut Yediut* ou “serviço de informação”)¹⁹⁷, divisão de inteligência do *Haganah* (COHEN, 2008, p. 262; JAFI, 2005). “Os agentes de campo do *Shai* identificavam fissuras sociais ou rixas e procuravam recrutar um dos lados em conflito para seu serviço. O fundador da divisão árabe do *Shai*, Ezra Danin, instruiu seus agentes a usar rivalidades pessoais e familiares em aldeias árabes para localizar e alistar colaboradores em potencial”¹⁹⁸ (COHEN, 2008, p. 262-263). Os grupos paramilitares sionistas (*Jewish underground movements*) utilizaram essas táticas de inteligência durante o Mandato Britânico “[...] para obter relatórios avançados de ações britânicas planejadas, que permitiram que os líderes desses movimentos judaicos clandestinos ocultassem, escapassem ou mudassem os planos antes que o plano britânico se tornasse operacional”¹⁹⁹ (JAFI, 2005, s/n).

A complexa relação entre judeus europeus e árabes palestinos intensificou-se durante os anos do Mandato Britânico (1922-1948), especialmente a partir da oficialização do apoio

¹⁹⁶ “[...] to weaken the Palestinian national movement and impede the Palestinian nation-building process [...], “broaden[ing] the gaps between the rural and urban leaderships.”

¹⁹⁷ O *Shai* foi criado em 1940, mas em retrospecto suas atividades começaram muito antes, com a rede de espionagem NILI, que atuava com o Império Britânico contra o Império Otomano, e com o *Rekhesheh*, braço de aquisições de armamentos da *Haganah*, bem como durante as imigrações ilegais organizadas pelo então criado *Mossad* – atual agência de inteligência israelense (JAFI, 2005).

¹⁹⁸ “*Shai field operatives identified social fissures or feuds and sought to enlist one of the contending sides into its service. The founder of the Shai’s Arab division, Ezra Danin, instructed his agents to use personal and family rivalries in Arab villages to locate and enlist potential collaborators.*”

¹⁹⁹ “[...] to obtain advanced reports of planned British actions, which enabled Jewish underground leaders to hide, escape, or change plans before the British plan became operational.”

britânico à criação de um ‘lar nacional judaico’ na Palestina com a Declaração Balfour (1917) ao final da I Guerra Mundial. O aumento da preocupação árabe palestina em relação à ameaça que o projeto colonial sionista representava culminou na intensificação dos enfrentamentos, principalmente a partir de 1929 com as Revoltas Árabes. Entre 1922 e 1939, a liderança colonial britânica oscilou entre permitir e proibir a imigração em massa de judeus para a Palestina (*White Papers*, 1922 e 1939) com o objetivo de reduzir as tensões entre os ‘rivals nacionalistas’, uma vez que o nacionalismo árabe e as demonstrações antissionistas ganhavam força na região.

O final da II Guerra Mundial e o consequente enfraquecimento do Império Britânico levou esse mandatário a entregar a questão para a ONU e, assim, a proposta de partilha da Palestina consolidou a disputa territorial entre os judeus sionistas colonizadores e os árabes palestinos nativos em 1947. A rejeição dos árabes palestinos e dos países árabes à partilha e a renúncia britânica ao Mandato da Palestina configuraram a oportunidade para os sionistas declararem o estabelecimento do Estado de Israel, conforme a Resolução 181(II) da Assembleia Geral da ONU (AGNU) de 29 de novembro de 1947, em 14 maio de 1948²⁰⁰ (ver mapa do Plano de Partilha da ONU no anexo 5). “Na Palestina, a presença da população nativa levou a operações de limpeza étnica que começaram em meados de 1920, culminaram na *Nakba* de 1948 e continuaram desde então”²⁰¹ (PAPPÉ, 2006, p. 77 – grifo original).

Desde 1948, foram três guerras árabe-israelenses (1948, 1967 e 1973) e muitos outros enfrentamentos e protestos (Intifadas de 1987 e 2000) contra as ocupações militares israelenses, além de várias operações militares de Israel para conter a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Hamas. Todas as tentativas de negociar a paz entre Israel e os árabes palestinos não trouxeram paz à região. Ao contrário, por vezes foram o estopim para novos enfrentamentos entre israelenses e palestinos – conforme a análise dos pontos de inflexão israelenses (*critical junctures*) esclarecerá no capítulo 5. No entanto, a primeira guerra árabe-israelense de 1948 (‘guerra da independência’ para os israelenses ou ‘*nakba*’, a catástrofe, para os palestinos) teve um papel fundamental para evidenciar a prática do *settler-colonialism* pelo movimento sionista na Palestina.

Voltando um pouco à sua definição, o “[...] colonialismo de povoamento destrói para substituir”²⁰² (WOLFE, 2006, p. 388). Nesse sentido, um projeto *settler-colonialist* envolve necessariamente: a) eliminar os nativos via expulsão ou extermínio; b) expropriar as

²⁰⁰ Esse histórico já foi objeto de outras pesquisas e artigos que publiquei, portanto, não o detalharei aqui.

²⁰¹ “*In Palestine, the presence of native population led to ethnic cleansing operations that began in the mid-1920, culminated in the 1948 Nakba and continued ever since.*”

²⁰² “[...] *settler-colonialism destroys to replace.*”

terras desses nativos; c) (re)indigenar o território com os colonos; d) construir um novo Estado no lugar do anterior; e e) renomear, substituir e também se apropriar da cultura local (CAVANAGH&VERACINI, 2017; MASSAD, 2006; VERACINI, 2013; WOLFE, 2006)

Uma diferença essencial do sionismo é que, à exceção de alguns casos, não utilizou massivamente a mão de obra nativa e, sim, excluiu esses nativos de suas instituições trabalhistas (VERACINI, 2013). A guerra de 1948 entre Israel e os países árabes (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria) deu início a esse processo de substituição dos nativos e da cultura nativa árabe palestina pela ‘israelense’ – que não se sabe ao certo em que consiste essa cultura para além das tradições religiosas judaicas e do seu caráter de apropriação da cultura palestina, devido à criação heterogênea e exógena de um ‘israelense nativo’ (geração *sabra* em diante). E, ainda que não tenha completado todas as etapas para a conquista de um Estado exclusivo para os judeus, mudou para sempre o mapa da Palestina e a vida de milhares de árabes palestinos.

A divulgação de documentos israelenses oficiais permitiu aos historiadores israelenses e árabes averiguar os fatos a partir de novos dados e desmistificar alguns mitos da formação do Estado de Israel (alguns já citados ao longo desse capítulo). O *Plan Dalet* ou Plano D detalhava as operações de limpeza étnica tanto em áreas rurais quanto urbanas, deixando de fora apenas os aliados druzos, que puderam permanecer na Palestina (PAPPÉ, 2006; PARSONS, 2007). O mapeamento completo da Palestina, incluindo número de vilas, cidades e moradores, situação socioeconômica, relações políticas, desafetos, palestinos de interesse (alvos) etc. e outras informações estratégicas, foi feito anos antes pela divisão árabe do *Shai* (PAPPÉ, 2006; COHEN, 2008) e viabilizou a expulsão (e, por vezes, a fuga) e a desapropriação de pelo menos 750.000 dos 900.000 palestinos que habitavam a Palestina em 1948, os quais se tornaram refugiados²⁰³.

Ao longo de seis meses, a operação destruiu 531 vilas e esvaziou 11 cidades palestinas, as quais foram renomeadas em hebraico (PAPPÉ, 2006, p. 7)²⁰⁴. Essa operação de limpeza étnica é apenas um exemplo da violência utilizada, porém continuamente mascarada da história sionista. Entretanto, essa não foi a única operação realizada no futuro território israelense (as demais operações serão detalhadas no capítulo 5), já que a limpeza étnica é uma

²⁰³ O tema dos refugiados palestinos e da UNRWA, agência da ONU para os palestinos no Oriente Médio, já foi objeto de outras pesquisas e trabalhos que já publiquei, portanto, não discutirei aqui.

²⁰⁴ O Mapa da Nakba possibilita conhecer todas as localidades extintas ou substituídas durante a formação de Israel. Está disponível no site da organização israelense *Zochrot*: <https://zochrot.org/en/site/nakbaMap>. “Zochrot (“lembrando” em hebraico) é uma ONG que trabalha desde 2002 para promover o reconhecimento e a responsabilidade pelas contínuas injustiças da Nakba, a catástrofe palestina de 1948, e a reconceitualização do Retorno [dos palestinos expulsos] como a reparação imperativa da Nakba e uma chance de vida melhor para todos os habitantes do país.” (ZOCHROT, 2020).

característica e uma necessidade do colonialismo de povoamento para a substituição dos nativos pelos *settlers* (WOLFE, 2006; VERACINI, 2010; GORDON&RAM, 2016).

A prática de limpeza étnica é considerada uma violação do direito internacional, “[...] constitui crimes contra a humanidade e podem ser equiparados a crimes de guerra específicos. Além disso, tais atos também podem se enquadrar no significado da Convenção sobre Genocídio”²⁰⁵ (UN REPORT S/1994/674, 27 May 1994). Não há uma definição consolidada sobre essa prática, mas segundo a comissão da ONU responsável pela investigação desses crimes na ex-Iugoslávia:

[...] 'limpeza étnica' significa tornar uma área etnicamente homogênea usando a força ou intimidação para remover pessoas de determinados grupos da área. [...] 'limpeza étnica' tem sido executada por meio de assassinato, tortura, prisão e detenção arbitrária, execuções extrajudiciais, estupro e agressões sexuais, confinamento de população civil em áreas de gueto, remoção forçada, deslocamento e deportação de população civil, ataques militares deliberados ou ameaças de ataques a civis e áreas civis e destruição arbitrária de propriedade. [...] a Comissão confirma a sua opinião anterior de que a "limpeza étnica" é uma política intencional concebida por um grupo étnico ou religioso para remover por meios violentos e inspiradores do terror a população civil de outro grupo étnico ou religioso de certas áreas geográficas. Em grande medida, é realizado em nome do nacionalismo equivocado, queixas históricas e um poderoso sentimento de vingança. Esta finalidade parece ser a ocupação do território com a exclusão do grupo ou grupos eliminados²⁰⁶ (UN REPORT S/1994/674, 27 May 1994 – grifos originais).

A importância de resgatar a história manipulada pelas narrativas etnonacionalistas não está apenas no fato de que muitas violações foram cometidas em nome do nacionalismo, mas também porque a reprodução dessas práticas coloniais as perpetuam indefinidamente. “[...] a limpeza étnica, como outras formas de violência, não só ocorre dentro do lugar e substitui o lugar, mas também ajuda a determinar a (re)criação do espaço durante um longo período de tempo”²⁰⁷ (GORDON&RAM, 2016). A completude ou a incompletude desse tipo de prática determinará também o tipo de relação entre o *settler-state* e os nativos, como

²⁰⁵ “[...] constitute crimes against humanity and can be assimilated to specific war crimes. Furthermore, such acts could also fall within the meaning of the Genocide Convention.”

²⁰⁶ “[...] ‘ethnic cleansing’ means rendering an area ethnically homogenous by using force or intimidation to remove persons of given groups from the area. [...] ‘ethnic cleansing’ has been carried out by means of murder, torture, arbitrary arrest and detention, extra-judicial executions, rape and sexual assaults, confinement of civilian population in ghetto areas, forcible removal, displacement and deportation of civilian population, deliberate military attacks or threats of attacks on civilians and civilian areas, and wanton destruction of property. [...] the Commission confirms its earlier view that “ethnic cleansing” is a purposeful policy designed by one ethnic or religious group to remove by violent and terror-inspiring means the civilian population of another ethnic or religious group from certain geographic areas. To a large extent, it is carried out in the name of misguided nationalism, historic grievances and a powerful driving sense of revenge. This purpose appears to be the occupation of territory to the exclusion of the purged group or groups.”

²⁰⁷ “[...] ethnic cleansing, like other forms of violence, not only occurs within place and supersedes place, but also helps determine the (re)creation of space over an extended period of time.”

sugerem Gordon&Ram (2016) em um estudo de caso sobre a limpeza étnica israelense nas Colinas de Golã e na Cisjordânia durante a guerra dos seis dias em 1967 – quando Israel ocupou a Faixa de Gaza e a Cisjordânia dos territórios palestinos, as Colinas de Golã da Síria e o Sinai do Egito na segunda guerra árabe-israelense.

Esta comparação superficial revela como a completude da limpeza étnica ou sua falta em cada área determinou a função dos assentamentos (e das estradas) e governou a forma como eles foram dispostos, sua configuração topográfica e até mesmo o design dos edifícios arquitetônicos dentro e fora dos assentamentos. Nas Colinas de Golã, a localização dos assentamentos foi determinada principalmente por preocupações econômicas e questões relacionadas ao acesso topográfico e a posição de um inimigo externo (ou seja, a Síria) e nunca foi concebido como uma tecnologia biopolítica desenvolvida para controlar a população indígena. Em contraste, na Cisjordânia os assentamentos foram concebidos como ferramentas biopolíticas destinadas a facilitar o controle de grandes faixas de terra e o monitoramento dos palestinos indígenas. Curiosamente, a configuração espacial dos assentamentos na Cisjordânia foi moldada de acordo com parâmetros semelhantes que nortearam o estabelecimento dos *mitzpim*²⁰⁸ e das cidades na Galiléia entre os anos 1950 e 1970²⁰⁹ (GORDON&RAM, 2016, p. 25).

A concretização do objetivo sionista de estabelecer um Estado na Palestina foi alcançada, mas os custos ainda são visíveis. As controvérsias internas e a rivalidade com os árabes palestinos não diminuíram com a formação de Israel e estão longe de serem resolvidas. A partir de 1948, a narrativa etnonacionalista continua a ser promovida pelas instituições sionistas em parceria com as instituições estatais, porém a narrativa da segurança nacional passa a dominar todas as esferas da sociedade israelense. O impacto causado pelo sionismo na vida dos palestinos é inegável, até mesmo por boa parte dos cidadãos e acadêmicos israelenses (MASSAD, 2006), apesar da constante tentativa de mascarar as práticas coloniais que violaram (e continuam a violar) os direitos humanos dos palestinos (PAPPÉ, 2019), principalmente, por meio da propagação de mitos históricos da formação do Estado e do discurso de segurança nacional.

²⁰⁸ Literalmente “pontos de vigia” em hebraico, assentamentos estrategicamente localizados nas partes altas para facilitar o monitoramento dos palestinos pelos próprios colonos.

²⁰⁹ “*This cursory comparison reveals how the completeness or lack thereof of ethnic cleansing in each area determined the function of the settlements (and roads), and governed the way in which they were laid out, their topographical setting, and even the design of the architectural edifices within and outside the settlements. In the Golan Heights, the settlements’ location was determined primarily by economic concerns and issues relating to topographic access and the position of an external enemy (i.e., Syria) and was never conceived as a biopolitical technology developed to control the indigenous population. By contrast, in the West Bank, settlements were designed as biopolitical tools aimed at facilitating control of large swaths of land and monitoring the indigenous Palestinians. Interestingly, the spatial configuration of the settlements in the West Bank was shaped according to similar parameters that guided the establishment of mitzpim and towns in the Galilee between the 1950s and 1970s.*”

[...] o impacto do sionismo no povo palestino nos últimos cem anos inclui: a expulsão da maioria dos palestinos de suas terras e casas, a prevenção de seu retorno e o subsequente confisco de suas propriedades para uso exclusivo dos judeus; imposição de um sistema militar de apartheid aos palestinos que permaneceram em Israel de 1948 a 1966, que desde então foi relaxado por um sistema de discriminação civil de supremacia judaica; e a ocupação militar e o sistema de apartheid imposto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e sua população nos últimos trinta e cinco anos [hoje bloqueada militarmente], bem como a colonização contínua desses territórios ocupados²¹⁰ (MASSAD, 2006, p. 143).

Os mitos e as justificativas para as guerras, suas vitórias ou perdas, estendem-se tanto a Israel quanto aos países árabes e às organizações nacionalistas palestinas (ROGAN&SHLAIM, 2007; KHALIDI, 2009; MASSAD, 2006; MORRIS, 2008; PAPPÉ, 2006). A narrativa árabe tenta manter a mobilização dos cidadãos de seus países após perderem as guerras e a Palestina, “[...] enquanto as histórias oficiais israelenses buscam reafirmar uma espécie de destino manifesto sionista enquanto diminui a responsabilidade pelas consequências negativas da guerra”²¹¹ (ROGAN&SHLAIM, 2007, p. 2). De qualquer maneira, “[...] enquanto este projeto colonial continua inabalável, é um emaranhado, incapaz de alcançar o ponto máximo de exclusividade judaica na terra”²¹² (DANA & JARBAWI, 2017, p. 197).

O *modus operandi* do sionismo não gerou conflitos apenas com os palestinos e os países árabes, mas também entre seus próprios cidadãos, fragilizando o *status* democrático do Estado de Israel. No próximo capítulo, apresento as características fundamentais do regime político e da sociedade israelenses, bem como suas principais controvérsias domésticas.

²¹⁰ “[...] *the impact of Zionism on the Palestinian people in the last one hundred years includes: the expulsion of a majority of Palestinians from their lands and homes, the prevention of their return, and the subsequent confiscation of their property for the exclusive use of Jews; imposing a military apartheid system on those Palestinians who remained in Israel from 1948 until 1966, which since then has been relaxed to a civilian Jewish supremacist system of discrimination; and the military occupation and apartheid system imposed on the West Bank and the Gaza Strip and their population for the last thirty-five years as well as continued colonization of these occupied territories.*”

²¹¹ “[...] *while Israeli official histories seek to reaffirm a sort of Zionist manifest destiny while diminishing responsibility for the negative consequences of the war.*”

²¹² “[...] *while this settler-colonial project continues unabated, it is an entangled one, unable to reach the ultimate point of Jewish exclusivity in the land.*”

4 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE ISRAEL²¹³

A mobilização nacionalista judaica sionista, iniciada em 1897, conseguiu realizar seu objetivo de estabelecer um Estado nacional para os judeus na Palestina em 14 de maio de 1948, apesar de todos os obstáculos durante os anos de formação do Estado de Israel. Os líderes da *Yishuv* seguiram o Plano de Partilha da ONU (1947) e proclamaram sua independência, enquanto os países árabes e as lideranças árabes palestinas rejeitaram a proposta (considerada injusta) e continuaram na luta contra a colonização da Palestina entre os anos de 1947 e 1949. Entretanto, o conflito Israel-Palestina (ou, à época, árabe-israelense) não foi a única consequência da partilha e da colonização sionista da Palestina: a formação do regime político de Israel no molde ocidental democrático também mostrou-se bastante paradoxal diante das práticas discriminatórias dos árabes palestinos.

O êxito na formação do Estado de Israel custou a não formação (até 2020) de um Estado para os árabes palestinos nativos. Além disso, o resultado do desenvolvimento político sionista foi o aumento das controvérsias étnico-raciais e religiosas entre os judeus, das controvérsias nacionalistas entre os judeus e os árabes palestinos e das controvérsias acerca dos direitos fundamentais dos árabes palestinos cidadãos do Estado de Israel (PCI).

A narrativa etnonacionalista sionista foi construída a partir de dois fortes e contrastantes elementos: a tradicional religião judaica e o secularismo democrático que tomava forma no final do Século XIX e início do Século XX. Essa união de um elemento historicamente contínuo, como a religião, e outros elementos modernos, como o racionalismo, o secularismo e o liberalismo, promoveu uma narrativa nacionalista etno-religiosa paradoxal e propensa a conflitos. Nesse sentido, essa dupla identidade do Estado de Israel como um ‘Estado nação para os judeus’ e uma ‘democracia liberal’ cria impasses políticos, sociais e econômicos tanto entre os próprios judeus, quanto entre esses e as minorias étnicas presentes em Israel.

A manutenção dessa narrativa beneficia o contínuo desenvolvimento político e a expansão territorial do Estado, ao mesmo tempo em que fortalece as disputas domésticas e nos territórios palestinos ocupados militarmente por Israel, gerando um ciclo de insegurança, violência e incerteza sobre a manutenção e o futuro dessa democracia. Um regime democrático *per se* não garante uma relação Estado-sociedade livre de desigualdade e

²¹³ A discussão teórica sobre democracia e segurança em Israel que incorporei neste capítulo já foi previamente publicada em três artigos nas revistas *Mundorama* (nov./2017 e jun./2018) e *Conjuntura Global* (set./dez.2017).

possíveis violações de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Há uma forte correlação entre homogeneidade e democracia política (DAHL, 1971), uma condição que não está presente na sociedade israelense.

As tensões inerentes a ‘Judaico e Democrático’ são teóricas e práticas. No nível teórico, o desafio é conciliar duas tradições muito diferentes. Uma está enraizada na fé religiosa, a outra é de natureza secular; uma é uma tradição nacionalista, focada na preservação de um povo específico, a outra se concentra no igual valor de todos os seres humanos; uma é exclusiva e comunitária, a outra inclusiva e universal. Os desafios práticos derivam de duas fontes principais. Primeiro, os grupos étnicos não judaicos, principalmente os árabes israelenses, constituem um quinto da população de Israel. Em segundo lugar, mesmo entre os judeus, o significado do judaísmo, da herança judaica e dos valores judaicos é altamente controverso. Surge então a questão: pode um estado que se define explicitamente como um estado judaico também respeitar o valor democrático fundamental da igualdade da cidadania para todos? Como a identidade nacional judaica e o ethos coletivo do estado afetam as identidades individuais dos cidadãos que não podem ou não compartilham dessa identidade? Quem definirá o que é o judaísmo e o que significa na Israel moderna?²¹⁴ (THE KNESSET(f), 2020).

O Estado de Israel é considerado a única democracia do Oriente Médio por grande parte da comunidade internacional, porém a situação no ambiente doméstico é bastante problemática e suscita dúvidas em relação ao tipo de regime democrático. A disputa pelo território, a utilização de mecanismos de repressão, a violência sistêmica e a ocupação militar das áreas destinadas a um Estado Palestino resultaram em violações do direito internacional e dos direitos humanos de milhares de palestinos, incluindo dos palestinos cidadãos israelenses (PCI). Essas violações já foram ‘condenadas’ pela Organização das Nações Unidas (ONU), porém as recomendações nunca foram seguidas ou as violações punidas (via sanções) segundo prevê a Carta da ONU (1945) e o direito internacional²¹⁵.

O tipo de democracia mais indicado pelos cientistas políticos para sociedades com fortes divisões étnicas ou religiosas é a chamada ‘consociacional’ (*consociational*), na qual há distribuição de poder entre os diferentes grupos. No entanto, Israel prioriza os interesses da

²¹⁴ “*The tensions inherent to ‘Jewish and Democratic’ are both theoretical and practical. At the theoretical level, the challenge is to reconcile two very different traditions. The one is rooted in religion faith, the other is secular in nature; one is a nationalistic tradition, focused on the preservation of a particular people, the other focuses on the equal worth of all human beings; one is exclusive and communal, the other inclusive and universal. The practical challenges stem from two main sources. First, non-Jewish ethnic groups, most notably Israeli Arabs, make up one fifth of Israel’s population. Second, even among Jews, the meaning of Judaism, Jewish heritage, and Jewish values is highly controversial. The question then arises: Can a state that explicitly defines itself as a Jewish state also respect the fundamental democratic value of equal citizenship to all? How does the Jewish national identity and collective ethos of the state affect the individual identities of citizens who cannot or do not share in this identity? Who will define what Judaism is and means in modern-day Israel?*”

²¹⁵ O histórico do conflito entre Israel e Palestina, bem como o panorama das violações de direitos humanos por Israel, já foi apresentado e analisado em pesquisas anteriores. Essas questões, portanto, não serão apresentados novamente. Para conhecer melhor quais são essas violações, sugiro também o site da ONU para as questões humanitárias nos territórios palestinos: www.ochaopt.org.

maioria étnica judaica *Ashkenazi* (europeia e secular) em um sistema político parlamentar democrático, operando apenas com uma compilação de Leis Básicas (*Basic Laws*) formuladas pelo Parlamento israelense (*The Knesset*), sem uma Constituição que possa garantir os direitos de todos os cidadãos. Nesse sentido, é possível pensar se (e até que ponto) o desrespeito aos princípios democráticos mais básicos e essas violações das minorias comprometem a democracia em Israel, uma vez que envolvem leis e políticas nacionais discriminatórias que dificultam ou inviabilizam o acesso aos direitos fundamentais, à livre movimentação, à participação e oposição de determinados cidadãos ao governo.

Alguns autores classificam Israel como uma ‘democracia étnica’ (SMOOHA, 1997) ou uma ‘etnocracia’²¹⁶, questionando o componente democrático nominal (GHANEM, ROUHANA&YIFTACHEL, 1998). Outros dizem não haver inconsistência em um Estado ser confessional (no caso de Israel, judaico) e democrático (GAVISON, 1999). Entretanto, todos descrevem a situação, na lei e na prática, dos cidadãos não judeus de Israel como uma minoria de cidadãos de segunda-classe, excluídos da estrutura de poder e sob controle do Estado (SMOOHA, 1997; DOWTY, 1999). Apenas quando critérios e variáveis são testados sem levar em consideração definições de democracia que exijam igualdade de direitos, não exclusão das minorias ou fronteiras claras e demarcadas, Israel pode ser considerado um Estado democrático (RUSTOW, 1967; DAHL, 1971; POWELL, 1982; LIJPHART, 1984/1994).

Para tratar dessa questão, este capítulo examina as particularidades de Israel como um Estado democrático, apresentando as características fundamentais do sistema político e da sociedade israelenses, como as Leis Básicas e as divisões nacionais, étnicas e religiosas, e suas principais controvérsias domésticas. Prioriza-se a apresentação e a investigação dos dados institucionais oficiais e da relação Estado-sociedade do Estado de Israel. As citações diretas procuram exemplificar episódios de desigualdade étnica e racial, bem como a linguagem utilizada pelo Estado, principalmente nos textos das leis e nas descrições oficiais “do(s) outro(s)”, que são os árabes palestinos em geral e, especificamente, os árabes palestinos cidadãos de Israel.

²¹⁶ Etnocracia: “[...] um tipo particular de regime, frequentemente encontrado no mapa da política mundial, mas raramente estudado pelos cientistas sociais e geógrafos. Esse regime facilita a expansão, etnicização e controle de uma nação étnica dominante [...] sobre um território ou política contestados. Regimes são definidos como enquadramentos legal, político e moral que determinam a distribuição de poder e recursos. Refletem a identidade, os objetivos e as prioridades práticas de uma comunidade política. O Estado é o principal veículo do regime, fornecendo instituições, mecanismos, leis e formas legitimadas de violência para implementar os projetos articulados pelo regime” (YIFTACHEL, 2006, p. 11-12).

4.1 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA POLÍTICO

Israel é um Estado fundamentado na história e nas leis judaicas com um regime político democrático permeado por elementos controversos, como a disputa territorial com a Palestina, a consequente insegurança interna e regional e as disputas étnicas e religiosas entre seus cidadãos. Aspectos históricos étnicos e religiosos regem a política israelense, confrontando-se com certos princípios democráticos, como a igualdade de direitos, a participação e a contestação política e a liberdade de expressão. Esses elementos são peças fundamentais para o entendimento dos processos políticos e da cidadania em Israel. Nesse sentido, é necessário conhecer a estrutura governamental e o sistema político israelenses para melhor compreender as consequências do *modus operandi* sionista na dinâmica Estado-sociedade em Israel.

No Estado de Israel, [...] como em outros Estados democráticos, a regra democrática está enraizada nos seguintes princípios e instituições: leis básicas que estabelecem a ordem de governo e os direitos dos cidadãos; a realização de eleições para a Câmara dos Deputados e para as Câmaras Municipais com intervalos de poucos anos, após o que se instituem um governo central e autoridades locais, com base no princípio da regra da maioria, com os direitos da minoria garantidos por lei; o princípio da separação entre o poder legislativo, o poder executivo e o judiciário, ao qual foi acrescentada a instituição do controle estatal; liberdade de imprensa²¹⁷ (MFA, 2017).

A estrutura governamental do Estado de Israel é composta pelo poder legislativo, poder executivo e poder judiciário, com as instituições da Presidência, do Parlamento (*Knesset*), do Governo (*Cabinet*), o Tribunal e a Controladoria do Estado (Ver figura 4, na página 105). O Primeiro-Ministro é quem governa e o(a) Presidente tem um papel simbólico. O governo nacional é central (não um governo federal, com governos regionais), operando com base nas chamadas *Basic Laws* - um conjunto de leis que substituem, temporariamente, uma Constituição *per se* - e nos princípios da regra da maioria, “com os direitos da minoria garantidos por lei”, da separação de poderes e da liberdade de imprensa (MFA, 2017). “O sistema é baseado no princípio da separação de poderes, com freios e contrapesos [*checks and*

²¹⁷ “In the State of Israel, [...] as in other democratic states, the democratic rule is rooted in the following principles and institutions: basic laws which lay down the order of government and of the citizens' rights; the holding of elections to the house of representatives and to municipal councils every few years, following which, a central government and local authorities are set up, based on the principle of the rule of the majority, with the rights of the minority guaranteed by law; the principle of the separation between the legislative branch, the executive branch, and the judiciary, to which the institution of state control has been added; freedom of the press.”

balances], em que o poder executivo (o governo) está sujeito à confiança do poder legislativo (o *Knesset*) e a independência do judiciário é garantida por lei”²¹⁸ (MFA(g), 2018).

O presidente, *nasi* em hebraico, carrega o antigo título de chefe do Sinédrio, o órgão legislativo e judicial supremo do povo judeu na Terra de Israel nos tempos antigos. Ele é o chefe de estado e seu cargo simboliza a unidade do estado, acima e além da política partidária. [...] O nome e o número fixo de 120 membros do *Knesset* vêm da *Knesset Hagedolah* (Grande Assembleia), representante do Conselho Judaico convocada em Jerusalém por Esdras e Neemias no século V AEC”²¹⁹ (MFA(g), 2018); MFA(h), 2020).

A Presidência tem funções simbólicas, cerimoniais e formais como Chefe de Estado (*Head of State*) em um mandato de sete anos. É eleita por maioria simples do *Knesset* “com base em sua estatura pessoal ou contribuição para o estado”²²⁰ (MFA(g), 2018). “Além disso, o Presidente assume funções e atividades públicas de acordo com os costumes que se cristalizaram sobre o assunto e com suas inclinações pessoais”²²¹ (MFA, 2017). Suas funções incluem: a) abertura da primeira sessão de um novo *Knesset*; b) aceitar as credenciais de enviados estrangeiros; c) assinar tratados e leis adotadas pelo *Knesset*; d) nomear juízes, o governador do Banco de Israel e chefes de missões diplomáticas de Israel no exterior, por recomendação dos órgãos apropriados; e e) perdoar prisioneiros e comutar sentenças, a conselho do ministro da justiça (MFA(g), 2018).

O órgão legislativo de Israel é o *Knesset* (“assembleia” em hebraico), o parlamento unicameral israelense que abriga 120 representantes, nomeados de acordo com a lista dos partidos eleitos. O *Knesset* está localizado em Jerusalém e tem a autoridade exclusiva para promulgar leis no país, supervisionar as ações do governo, nomear um(a) Presidente e um(a) controlador(a) do Estado (*State Comptroller*). Além disso, tem a função de legislar uma Constituição, lei por lei, para o Estado de Israel e algumas funções quase judiciais (revogar a imunidade parlamentar e remover um(a) Presidente, *State Comptroller* ou Primeiro-Ministro de seu(s) cargos) (MFA(h), 2020).

O *Knesset* também pode dissolver-se ou ser dissolvido pelo Primeiro-Ministro sob

²¹⁸ “The system is based on the principle of separation of powers, with checks and balances, in which the executive branch (the government) is subject to the confidence of the legislative branch (the *Knesset*) and the independence of the judiciary is guaranteed by law.”

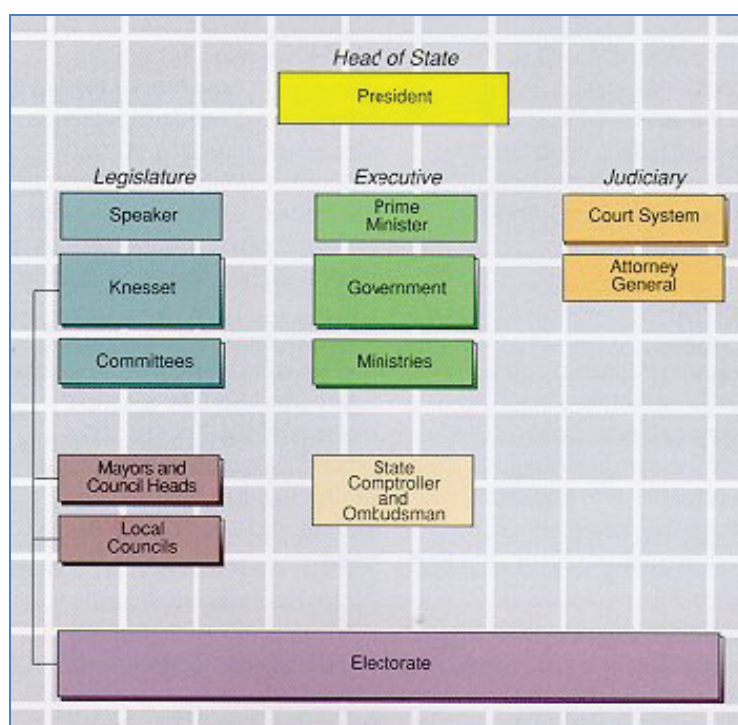
²¹⁹ “The President, *nasi* in Hebrew, bears the ancient title of the head of the Sanhedrin, the supreme legislative and judicial body of the Jewish people in the Land of Israel in ancient times. He is the head of state and his office symbolizes the unity of the state, above and beyond party politics. [...] The *Knesset* took its name and fixed its membership at 120 from the *Knesset Hagedolah* (Great Assembly), the representative Jewish council convened in Jerusalem by Ezra and Nehemiah in the 5th century BCE.”

²²⁰ “[...] on the basis of their personal stature or contribution to the state.”

²²¹ “In addition, the President assumes public functions and activities in accordance with the customs which have crystallized on the issue, and with his personal inclinations.”

certas circunstâncias, como um voto de não confiança ou a não formação de um governo após as eleições. O mandato parlamentar é de quatro anos, mas pode durar menos conforme a conjuntura política do país. As atividades parlamentares ocorrem por meio de sessões plenárias, contando com 12 comissões permanentes e oito comissões especiais. Entre 1949 e 2018 foram formados 20 *Knesset* (MFA(g), 2018; MFA(h), 2020; CBS(e), 2019; THE KNESSET(a), 2020).

FIGURA 4 – ESTRUTURA DO ESTADO DE ISRAEL



FONTE: MFA, 2017.

O órgão executivo de Israel é o governo ou gabinete de ministros (*Cabinet of Ministers*), responsável pela administração interna e pela política externa. O governo é formado a partir da designação presidencial de um membro do *Knesset* para a função de apresentar a lista de ministros e as diretrizes governamentais, o que deve acontecer em um prazo de 28 dias para sua aprovação e efetivação. Embora nem todos os ministros sejam membros do *Knesset*, esses devem ser cidadãos ou residentes de Israel. “O governo determina seus próprios procedimentos de trabalho e de tomada de decisão. Geralmente, reúne-se uma vez por semana, mas reuniões adicionais podem ser convocadas conforme a necessidade. O

governo também pode atuar por meio de comitês ministeriais”²²² (MFA(g), 2018). Caso a formação de uma coalizão não ocorra dentro do prazo estipulado, novas eleições serão convocadas. “Até o momento, todos os governos foram baseados em coalizões de vários partidos, uma vez que nenhum partido recebeu cadeiras suficientes no Knesset para ser capaz de formar um governo sozinho”²²³ (MFA(g), 2018). Caso o orçamento do Estado não seja aprovado dentro de três anos do novo ano fiscal, o *Knesset* pode ser dissolvido.

Como o Knesset, o governo geralmente serve por quatro anos, mas seu mandato pode ser encurtado se o primeiro-ministro não puder continuar no cargo devido a morte, renúncia ou impeachment, quando o governo nomeia um de seus membros (que é um membro do Knesset) como primeiro-ministro interino. No caso de um voto de desconfiança, o governo e o primeiro-ministro permanecem em seus cargos até que um novo governo seja formado²²⁴ (MFA(g), 2018).

Os órgãos judiciais de Israel são os tribunais ordinários e os tribunais especiais. Os tribunais ordinários são responsáveis pelos casos criminais e civis de violação da lei trazidos por cidadãos contra cidadãos, pelo Estado contra cidadãos ou por cidadãos contra o Estado. A Presidência é responsável pela nomeação dos juízes, a partir da recomendação de uma ‘comissão especial de nomeação’. “As nomeações dos juízes são vitalícias, com aposentadoria obrigatória aos 70 anos”²²⁵ (MFA(g), 2018). As sessões são geralmente abertas, salvo casos extraordinários, e “[q]uando mais de um juiz preside e os juízes não concordam com o veredicto, a opinião da maioria é decisiva”²²⁶ (MFA, 2017).

Há três tipos de tribunais ordinários: a) Tribunais de Magistrados (ofensas leves e intermediárias e processos civis inferiores a um milhão de *Shekels*)²²⁷; b) Tribunais Distritais (ofensas graves e processos civis acima de um milhão de *Shekels*); e c) Suprema Corte (recursos de vereditos dos tribunais distritais e de pessoas que foram lesadas por uma das autoridades do Estado ou órgãos estatutários – servindo também como um Tribunal Superior de Justiça) (MFA, 2017). “Os tribunais de magistrados e os distritais exercem jurisdição em

²²² “The government determines its own working and decision making procedures. It usually meets once a week but additional meetings may be called as the need arises. The government may also act by means of ministerial committees.”

²²³ “To date, all governments have been based on coalitions of several parties, since no party has received enough Knesset seats to be able to form a government by itself.”

²²⁴ “Like the Knesset, the government usually serves for four years, but its tenure may be shortened if the prime minister is unable to continue in office due to death, resignation or impeachment, when the government appoints one of its members (who is a Knesset member) as acting prime minister. In the case of a vote of no-confidence, the government and the prime minister remain in their positions until a new government is formed.”

²²⁵ “Judges appointments are for life, with a mandatory retirement age at 70.”

²²⁶ “[w]hen more than one judge is presiding, and the judges do not agree on a verdict, the opinion of the majority is decisive.”

²²⁷ Um milhão de *Shekels* (*Israeli New Shekel*) equivale a aproximadamente US 301,712.82 dólares (Nov.2020).

casos civis e criminais, enquanto os tribunais de menores, de trânsito, militares, trabalhistas e municipais tratam de assuntos que são de sua competência. Não há julgamento por júri em Israel”²²⁸ (MFA(g), 2018).

A Advocacia-Geral representa exclusivamente o Estado nas questões criminais, civis e administrativas. “O governo é obrigado a se abster de qualquer ação que, na opinião do advogado-geral, seja ilegal, desde que os tribunais não decidam o contrário. Embora nomeada pelo governo, a Advocacia-Geral funciona independentemente do sistema político”²²⁹ (MFA(j), 2010).

Além dos tribunais ordinários, existem tribunais especiais, autorizados a tratar apenas de questões específicas. Os mais importantes dentre eles são os tribunais militares e os tribunais religiosos. Existem tribunais religiosos das quatro principais denominações religiosas: judaica, muçulmana, cristã e drusa. Cada tribunal religioso só pode julgar casos aplicáveis a membros de sua própria comunidade religiosa que sejam cidadãos do Estado ou residentes permanentes. Uma vez que as questões de status pessoal em Israel são geralmente decididas com base nas leis religiosas, os tribunais religiosos lidam com elas²³⁰ (MFA, 2017).

A polícia (*Law enforcement*), as forças armadas (*Israel Defense Forces*, IDF) e as instituições nacionais (sionistas) também fazem parte da estrutura governamental de Israel. As instituições nacionais são as instituições sionistas do movimento nacionalista judaico que trabalharam durante o período pré-Estado (1897-1948) para a formação de Israel. Depois de 1948, adquiriram um papel secundário, porém essencial, funcionando em conjunto com as instituições estatais para a manutenção das relações entre Israel e a diáspora judaica e para a manutenção do próprio Estado por meio da promoção da imigração e da arrecadação de fundos (NAVEH&SUSSER, 2018; WZO, 2020). São elas: a) Organização Mundial Sionista (*World Zionist Organization*, WZO); b) Agência Judaica para Israel (*The Jewish Agency for Israel*, JAFI); c) Fundo Nacional Judaico (*Jewish National Fund*, KKL-JNF); e d) Recurso/Apelo Judaico Unido (*United Israel Appeal*, KH-UIA) (WZO, 2020). Outras instituições relevantes para o Estado de Israel são as agências de inteligência: *Mossad*

²²⁸ “Magistrates' and district courts exercise jurisdiction in civil and criminal cases, while juvenile, traffic, military, labor and municipal appeal courts each deal with matters coming under their competence. There is no trial by jury in Israel.”

²²⁹ “The government is bound to abstain from any action which, in the opinion of the attorney-general, is unlawful, as long as the courts do not rule otherwise. Although appointed by the government, the attorney-general functions independently of the political system.”

²³⁰ “In addition to the ordinary courts there are special courts, which are authorized to deal with specific matters only. The most important amongst these are the military courts and the religious courts. There are religious courts of the four main religious denominations: Jewish, Muslim, Christian and Druze. Each religious court can only try cases applying to members of its own religious community who are citizens of the State or permanent residents. Since matters of personal status in Israel are usually decided on the basis of religious laws, the religious courts deal with them.”

(“*Central Institute for Intelligence and Special Operations*”), *Shin Bet* (internal security), *Aman* (military intelligence).

A polícia israelense tem a função de “[...] manter a qualidade de vida por meio do combate ao crime, auxiliando as autoridades na execução da lei e no cumprimento das normas de trânsito, além de orientar sobre medidas preventivas de segurança e proteção da população”²³¹ (MFA(n), 2020). A política também possui forças-tarefas específicas, como a Polícia de Fronteira (*Border Police*), responsável pelas questões de segurança interna, incluindo uma unidade especial antiterrorista. Desde 1974, a participação ativa dos cidadãos na segurança acontece por meio de uma guarda civil voluntária, criada para “[...] para manter unidades de segurança de bairro, incluindo centros de comando, patrulhas armadas e programas de treinamento”²³² (MFA(n), 2020).

As Forças de Defesa de Israel (IDF) têm o objetivo de “[...] defender a soberania e a integridade territorial do Estado de Israel, deter todos os inimigos e coibir todas as formas de terrorismo que ameaçam a vida diária”²³³ (MFA(o), 2020). As IDF são compostas pelas três forças militares clássicas: forças terrestres, força aérea e marinha, operando sob o comando unificado de um Chefe de Estado-Maior-General (*Chief of the General Staff*), tenente-general (*lieutenant-general*), responsável pelo Ministério da Defesa “[...] por um mandato de três anos, que geralmente é estendido por mais um ano”²³⁴ (MFA(o), 2020). Homens servem compulsoriamente por um período de três anos e mulheres por dois anos, a partir dos 18 anos, entrando para a reserva até os 51 anos após completar o serviço militar – à exceção das mulheres religiosas, dos ultraortodoxos e dos árabes palestinos que estão dispensados. “Cada vez mais as mulheres também estão servindo em unidades de combate”²³⁵ (MFA(o), 2020).

A maioria da força militar israelense é reservista e existe a possibilidade de seguir carreira militar administrativa. “Os diferimentos podem ser concedidos a alunos qualificados em instituições de ensino superior. Os novos imigrantes podem adiar ou servir por períodos mais curtos de tempo, dependendo de sua idade e status pessoal ao entrar no país”²³⁶

²³¹ “[...] to maintain the quality of life by fighting crime, assisting the authorities in carrying out the law and enforcing traffic regulations, as well as providing guidance on preventive measures for the safety and protection of the population.”

²³² “[...] to maintain neighborhood security units, including command centers, armed patrols, and training programs.”

²³³ “[...] to defend the sovereignty and territorial integrity of the State of Israel, deter all enemies, and curb all forms of terrorism that threaten daily life.”

²³⁴ “[...] for a three-year term, which is usually extended for an additional year.”

²³⁵ “More and more women are now serving in combat units as well.”

²³⁶ “Deferments may be granted to qualified students at institutions of higher education. New immigrants may be deferred or serve for shorter periods of time, depending on their age and personal status on entering the country.”

(MFA(o), 2020). As IDF também são “[...] responsivas às necessidades culturais e sociais de seus militares, oferecendo atividades recreativas e educacionais, bem como serviços de apoio pessoal. [...] A integração de novos soldados imigrantes é facilitada por meio de aulas especiais de hebraico e outros programas”²³⁷ (MFA(o), 2020).

+

Para garantir seu sucesso, a doutrina das IDF no nível estratégico é defensiva, enquanto suas táticas são ofensivas. Dada a falta de profundidade territorial do país, as IDF devem tomar a iniciativa quando julgar necessário e, se atacadas, transferir rapidamente o campo de batalha para as terras do inimigo. Embora sempre tenham sido superadas em número por seus inimigos, as IDF mantêm uma vantagem qualitativa ao implantar sistemas de armamentos avançados, muitos dos quais são desenvolvidos e fabricados em Israel para suas necessidades específicas. O principal recurso das IDF, no entanto, é o alto calibre de seus soldados²³⁸ (MFA(o), 2020).

A administração pública de Israel está dividida em 06 distritos (*Mahoz/Mehozot*) e 15 subdistritos: a) Distrito e Subdistrito de Jerusalém; b) Distrito *Northern* e Subdistritos *Zefat*, *Kinneret*, *Yizre'el*, *Akko* e *Golan*; c) Distrito e Subdistrito de *Haifa* e Subdistrito *Hadera*; d) Distrito Central e Subdistritos *Sharon*, *Petah Tiqwa*, *Ramla* e *Rehovot*; e) Distrito e Subdistrito de *Tel Aviv*; e (f) Distrito *Southern* e Subdistritos *Ashqelon* e *Be'er Sheva* (CBS(c), 2018). A Área de *Judea* e *Samaria* não está incluída nessa divisão, pois não está sob jurisdição civil e sim militar, já que faz parte dos territórios palestinos ocupados. A área total de Israel é de 21.643 km², com densidade populacional de 384 habitantes por km², posicionando Israel como o terceiro país com maior densidade populacional entre os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) – atrás apenas da Coreia do Sul (528/km²) e dos Países Baixos (509/km²) (CBS(d), 2019).

A maior parte dessa população (92%) vive em áreas urbanas (MFA(m), 2020). As 255 autoridades locais (serviços municipais) estão divididas em municipalidades, conselhos locais e regionais (*moshavim*, *kibbutzim* e localidades rurais). 74.2% da população encontra-se nas municipalidades, 14.7% nos conselhos locais, 10.3% nos conselhos regionais e 0.8% em localidades sem *status* municipal (CBS(e), 2019). Essas autoridades locais oferecem educação, cultura, saúde, bem-estar social, manutenção rodoviária, parques públicos, água e

²³⁷ “[...] responsive to the cultural and social needs of its soldiers, providing recreational and educational activities, as well as personal support services. [...]The integration of new immigrant soldiers is facilitated through special Hebrew language instruction and other programs.”

²³⁸ “To ensure its success, the IDF's doctrine at the strategic level is defensive, while its tactics are offensive. Given the country's lack of territorial depth, the IDF must take the initiative when deemed necessary and, if attacked, quickly transfer the battleground to the enemy's land. Though it has always been outnumbered by its enemies, the IDF maintains a qualitative advantage by deploying advanced weapons systems, many of which are developed and manufactured in Israel for its specific needs. The IDF's main resource, however, is the high caliber of its soldiers.”

saneamento. A regulamentação local complementa as leis nacionais aprovadas pelo Ministério do Interior. Há também alguns tribunais especiais para julgar as violações dessas regulamentações locais (MFA(I), 2020). “O financiamento para as autoridades locais vem de impostos locais, bem como de verbas do orçamento do estado. Cada autoridade tem um controlador que elabora um relatório anual”²³⁹ (MFA(I), 2020).

A Lei das Corporações Municipais data de 1934, quando a Grã-Bretanha manteve o Mandato da Liga das Nações para a Palestina. Essa lei essencialmente estabeleceu a base legal para o atual sistema de governo local em Israel. O Estado de Israel promulgou a Portaria de Corporações Municipais (nova versão) 5724-1964, que serve, juntamente com outras estruturas legais, como a base para a estrutura do governo local e suas relações com os ministérios do governo. As autoridades locais são pessoas jurídicas e estão aptas a prestar uma vasta gama de serviços nas áreas física, educacional-cultural e de assistência social. As suas competências e áreas de jurisdição são definidas por portarias (principalmente do Ministério do Interior), conforme autorizado por lei. Como entidade legal, a autoridade local só pode fazer o que a lei permite. Consequentemente, existem leis detalhadas que regulam as atividades da autoridade local. Os poderes gerais das autoridades locais são em seis áreas básicas: legislação; tributação; gestão financeira; atividades conjuntas com outros órgãos; e vários poderes gerais. Embora não seja totalmente independente em qualquer uma dessas áreas, uma autoridade local pode agir em nome dos interesses locais dentro de cada uma delas de acordo com os desejos dos representantes eleitos do eleitorado local²⁴⁰ (MFA, 2017).

O sistema político de Israel é liberal democrático parlamentarista de representação proporcional, no qual os parlamentares “[...] não são eleitos diretamente, mas apenas como parte de uma seleção de listas partidárias que participam nas eleições gerais”²⁴¹ (THE KNESSET(b), 2020). “Cada partido que concorre às eleições apresenta uma lista de candidatos, e o número de candidatos que entram na Câmara dos Deputados é proporcional ao percentual de apoio que a lista recebe. Todo cidadão com mais de 18 anos, cujo nome conste

²³⁹ “Financing for local authorities comes from local taxes, as well as allocations from the state budget. Every authority has a comptroller who prepares an annual report.”

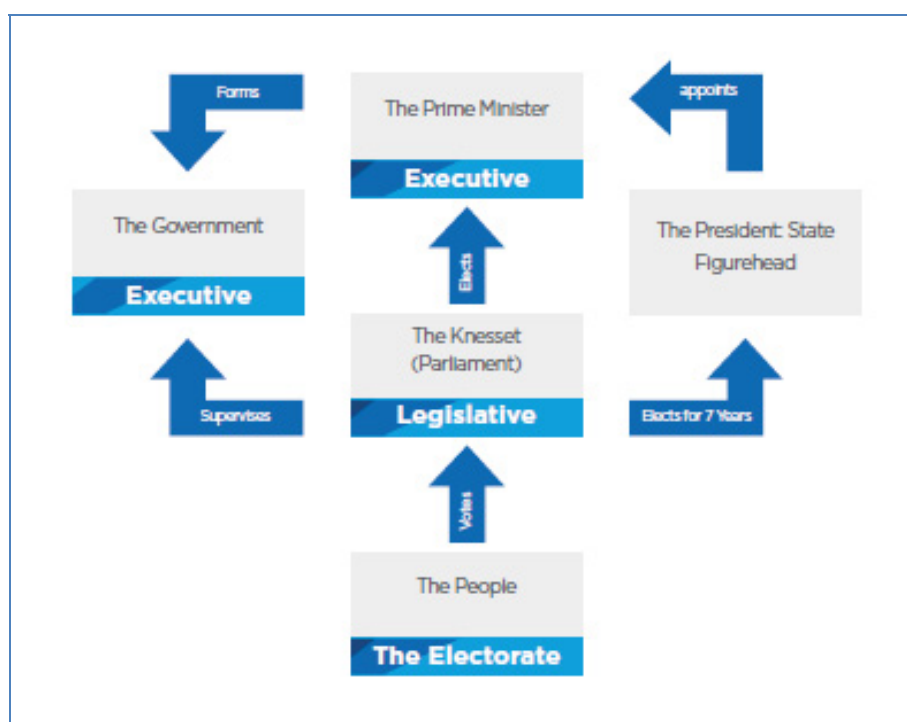
²⁴⁰ “The Municipal Corporations Ordinance dates from 1934 when Great Britain held the League of Nations Mandate for Palestine. This law essentially established the legal basis for the present system of local government in Israel. The State of Israel enacted the Municipal Corporations Ordinance (new version) 5724-1964, which serves, along with other legal frameworks, as the basis for local government structure and its relations with government ministries. The local authorities are legal entities and are able to perform a wide range of services in the physical, educational-cultural and social welfare arenas. Their competencies and areas of jurisdiction are spelled out by ministerial orders (mainly from the Ministry of the Interior), as authorized by law. As a legal entity, the local authority can only do what the law permits it to do. Consequently, there are detailed laws regulating the activities of the local authority. The general powers of the local authorities are in six basic areas: legislation; taxation; financial management; joint activities with other bodies; and various general powers. While not completely independent in any of these areas, a local authority is able to act on behalf of local interests within each of them according to the wishes of the elected representatives of the local constituency.”

²⁴¹ “[...] are not elected directly, but only as part of rosters of specific lists which participate in the general elections.

da lista de eleitores, pode votar”²⁴² (MFA, 2017). O limite eleitoral de qualificação para uma lista conseguir representação no parlamento é de 3,25% dos votos válidos e a distribuição das cadeiras “é feita pela divisão dos votos válidos dados às listas que passaram o limite de qualificação, por 120, a fim de determinar quantos votos dão direito a um único assento para a lista”²⁴³ (THE KNESSET(b), 2020).

A formação dos governos israelenses é majoritariamente de coalizão, sem um único partido dominante entre muitos partidos pequenos – uma espécie de “legislatura fragmentada” (NAVEH&SUSSER, 2018). “[...] o partido ou coligação(ões) mais votado(s) para alcançar um bloco majoritário de 61 cadeiras formará(ao) o governo; o partido mais votado formará uma coalizão e os demais serão a oposição”²⁴⁴ (NAVEH&SUSSER, 2018, s/n). O anexo 12 desta tese apresenta um exemplo de distribuição de cadeiras entre as listas eleitas e a coalizão de partidos/listas formada para o *Knesset* em 2019.

FIGURA 5 – SISTEMA POLÍTICO DO ESTADO DE ISRAEL



FONTE: MFA(k), 2018.

²⁴² “Every party running for election presents a list of candidates, and the number of candidates entering the house of representatives is proportional to the percentage of support the list receives. Every citizen over the age of 18, whose name appears in the list of voters, may vote.”

²⁴³ “[...] is done by the division of valid votes given to the lists which passed the qualifying threshold, by 120, in order to determine how many votes entitle a list to a single seat.”

²⁴⁴ “[...] best voted party or coalition(s) to reach a majority block of 61 seats will form the government; the largest voted party will form a coalition and the others will be the opposition.”

O sistema eleitoral israelense é multipartidário, porém apenas três partidos políticos têm predominado no governo: o *MAPAI/Labor* (centro-esquerda), o *Likud* (direita) e o *Kadima* (centro-direita), oscilando majoritariamente entre os dois primeiros, “embora outros partidos menores tenham influência nas coalizões e políticas”²⁴⁵ (NAVEH&SUSSER, 2018, s/n). Assim como os partidos políticos representam os diferentes grupos sociais, os grupos parlamentares *Labor* e *Likud* são uma espécie de “partidos agregadores” de diversos grupos sociais (RAHAT, 2018). “Os grupos que participam das eleições para o Knesset são chamados de ‘listas’. Uma lista deve consistir em pelo menos um partido registrado, mas também pode conter vários partidos. Uma lista também pode incluir indivíduos e movimentos que não estão registrados como partes”²⁴⁶ (THE KNESSET(d), 2020). “O Comitê Central de Eleições tem o direito de invalidar a candidatura de qualquer lista cujas ações ou objetivos neguem a existência de Israel como um Estado judaico e democrático, incitem ao racismo ou apoiem a luta armada de um Estado inimigo ou organização terrorista contra o Estado de Israel”²⁴⁷ (THE KNESSET(d), 2020).

Os membros do Knesset atuam dentro de uma estrutura de grupos parlamentares ou como membros individuais. Na abertura da primeira sessão de cada Knesset, o número de Grupos corresponde ao número de listas que participaram das eleições e foram eleitas [...] No decorrer do mandato do Knesset, os Grupos estão sujeitos a se dividir ou a se fundir. A maior parte do trabalho do Knesset é conduzida em grupo²⁴⁸ (THE KNESSET(c), 2020).

Os partidos políticos que concorrem às eleições são chamados de ‘listas’ (*Lists*), as quais devem conter pelo menos um partido registrado, mas também podem conter vários partidos, indivíduos e movimentos não registrados como partidos. “Uma vez que uma lista é eleita para o Knesset, torna-se um Grupo Parlamentar (também chamado de ‘facção’), mesmo se os seus diferentes partidos continuarem a funcionar individualmente fora do grupo”²⁴⁹ (THE KNESSET(d), 2020). O *lobby* (grupos de suporte ou contrários a outros grupos)

²⁴⁵ “[...] although other smaller parties do have influence in coalitions and policy.”

²⁴⁶ “The bodies which participate in the Knesset elections are called ‘lists’. A list must consist of at least one registered party, but it could also contain several parties. A list may also include individuals and movements that are not registered as parties.”

²⁴⁷ “The Central Elections Committee has the right to invalidate the candidacy of any list whose actions or goals negate the existence of Israel as a Jewish and democratic state, incite to racism, or support the armed struggle of an enemy state or terrorist organization against the State of Israel.”

²⁴⁸ “The Members of Knesset function in the Knesset within the framework of Parliamentary Groups or as individual Knesset Members. At the opening of the first session of every Knesset the number of Groups corresponds to the number of lists that participated in the elections and were elected [...] In the course of the Knesset’s term, Groups are liable to split or merge. Most of the work of the Knesset is conducted on a Group basis.”

²⁴⁹ “Once a list is elected to the Knesset, it becomes a Parliamentary Group (also called “faction”), even if the distinct parties in it continue to function individually on the outside.”

também faz parte das atividades de grupo do *Knesset* e possui regras próprias para a sua formação²⁵⁰ (THE KNESSET(d), 2020). Esses grupos podem se fundir em outro(s) grupo(s), desmembrar-se ou criar novos grupos parlamentares a partir de outros interesses conjuntos²⁵¹. Os partidos israelenses, portanto, funcionam em uma dinâmica que pode mudar a cada eleição ou mesmo durante os mandatos, reinventando-se constantemente para se manterem no poder.

O último governo israelense formado (maio de 2020) é um exemplo dessa dinâmica peculiar: após três eleições sem formação de uma coalizão governamental e meses de governo sem um orçamento estatal definido, o líder da lista de oposição (Benny Gantz/*Blue and White Party*) rompeu com parte do seu partido para compor a lista do *Likud*, do líder e Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, formando um novo governo de coalizão baseado no princípio da paridade e da alternância entre as duas listas nos cargos de maior prestígio (SACHS&HUGGARD, 2020; IDI, 2020)²⁵². “Isso é modelado no clássico governo de unidade nacional de Israel de 1984-88, onde [...] o posto de primeiro-ministro era alternado entre Shimon Peres e Yitzhak Shamir, com o outro servindo como ministro das Relações Exteriores nesse ínterim”²⁵³ (SACHS&HUGGARD, 2020, s/n). O quadro 5, na próxima página, apresenta a formação desse último governo israelense²⁵⁴.

²⁵⁰ As regras do *lobby* podem ser acessadas aqui: https://www.knesset.gov.il/lexicon/eng/lobby_eng.htm.

²⁵¹ A lista completa de Grupos Parlamentares no Knesset pode ser acessada neste link: https://www.knesset.gov.il/faction/eng/FactionListAll_eng.asp. A lista dos Grupos Parlamentares por Knesset pode ser acessada neste outro link: https://www.knesset.gov.il/faction/eng/FactionListAll_eng.asp?view=1. O histórico dos grupos parlamentares nos governos (1949-2020) pode ser acessado neste terceiro link: https://www.knesset.gov.il/faction/eng/factiongovernment_eng.asp#key. Nesses links é possível acessar também a descrição e o histórico de formação dos partidos/listas políticas, com suas fusões e divisões ao longo da história política de Israel.

²⁵² Este governo, o 35º de Israel, é único por uma série de razões. Baseia-se no princípio de 'paridade' entre os dois blocos e uma rotação entre Netanyahu e Gantz na posição de primeiro-ministro. Para o líder do bloco que não está no cargo, um novo cargo foi criado por lei: o Primeiro-Ministro Suplente. Embora esta coalizão de governo não seja particularmente grande, o gabinete inclui um recorde histórico de 33 ministros. Na época do voto de confiança, o governo era apoiado por dois blocos formados por sete partidos políticos. O bloco de Netanyahu inclui o Likud, Shas, United Torah Judaism, Jewish Home (Rafi Peretz que formará uma facção com o Likud) e Geshet. O bloco de Gantz inclui Blue and White, Labor e Derech Eretz. No total, 73 membros do Knesset apoiam o governo²⁵² (IDI, 2020).

²⁵³ “Gantz and Netanyahu tentatively agreed to rotate as prime minister, with Netanyahu serving for 18 months, then Gantz serving 18 months. In the interim, Gantz would be foreign minister and deputy prime minister. This is modeled on Israel’s classic national unity government of 1984-88, where, too, the prime minister’s post rotated between Shimon Peres and Yitzhak Shamir, with the other serving as foreign minister in the interim.”

²⁵⁴ Até o término da revisão da tese, essa formação de governo já havia sido desfeita e novas eleições convocadas para março de 2021. É a quarta eleição em apenas dois anos do início desse novo *Knesset*/Parlamento, o que exemplifica bem as dificuldades políticas internas no Estado de Israel.

QUADRO 5 – 35º GOVERNO DE ISRAEL (MAIO, 2020).

GOVERNMENT POSITION	NAME	PARTY
<i>Prime Minister</i>	Binyamin Netanyahu	Likud
<i>Alternate Prime Minister and Minister of Defense</i>	Benny Gantz	Blue and White
<i>Minister of Finance</i>	Yisrael Katz	Likud
<i>Minister of Foreign Affairs</i>	Gabi Ashkenazi	Blue and White
<i>Minister of Internal Affairs & Minister of the Development of the Negev and Galilee</i>	Arye Deri	Shas
<i>Minister of Justice</i>	Avi Nissenkorn	Blue and White
<i>Minister of Education</i>	Yoav Galant	Likud
<i>Minister of Economy</i>	Amir Peretz	Labor Party
<i>Minister of Transportation</i>	Miri Regev	Likud
<i>Minister of Communications</i>	Yoaz Hendel	
<i>Minister of Public Security</i>	Amir Ohana	Likud
<i>Minister of Health</i>	Yuli Edelstein	Likud
<i>Minister of Culture & Sport</i>	Hili Tropper	Likud
<i>Minister of Environmental Protection</i>	Gila Gamliel	Likud
<i>Minister of Energy</i>	Yuval Steinitz	Likud
<i>Housing and Construction</i>	Yitzhak Cohen	Shas
<i>Minister of Agriculture</i>	Alon Schuster	Blue and White
<i>Minister of Labor & Social Affairs</i>	Itzik Shmuli	Labor Party
<i>Minister of Jerusalem Affairs</i>	Rafi Peretz	
<i>Minister of Religious Services</i>	Yaakov Avitan	Shas
<i>Minister of Intelligence</i>	Eli Cohen	Likud
<i>Minister of Immigration & Absorption</i>	Pnina Tamano-Shata	Blue and White
<i>Minister of Social Equality</i>	Meirav Cohen	Blue and White
<i>Minister of Regional Cooperation</i>	Ophir Akunis	Likud
<i>Minister of Strengthening of Communities</i>	Orly Levi-Abekasis	Gesher
<i>Minister of Tourism and Minister of Strategic Affairs</i>	Orit Farkash	Blue and White
<i>Minister of Cabinet-Knesset Coordination</i>	David Amsalem	Likud
<i>Minister of Science & Technology</i>	Yizhar Shai	Blue and White
<i>Minister of Settlement</i>	Tzachi Hanegbi	Likud
<i>Minister of Diaspora Affairs</i>	Omer Yankelovich	Blue and White
<i>Minister of Higher Education and Water Resources</i>	Ze'ev Elkin	Likud
<i>Minister in the Ministry of Defense</i>	Michael Biton	Blue and White

FONTE: IDI, 2020.

Os dois principais partidos políticos em Israel, *Labor* e *Likud*, funcionam tanto como partidos, como listas e grupos parlamentares, transformando-se de acordo com a conjuntura política, econômica e social israelense. Esses dois partidos dominaram o sistema político israelense desde a década de 1970: o Bloco Nacional/*Likud Party* (aliados: partidos religiosos e outros partidos de direita) e o Bloco Trabalhista/*Labor Party* (aliados: partidos da social democracia e partidos liberais de esquerda). “Devido à falta de estabilidade desde 1996, Israel geralmente não realiza eleições a cada quatro anos”²⁵⁵ (NAVEH&SUSSER, 2018, s/n).

Entre os anos 1996 e 2000, houve uma tentativa de incorporar o voto direto de Primeiro-Ministro às eleições israelenses para estabilizar a formação dos governos, porém sem sucesso devido ao aumento do poder de barganha dos pequenos e médios partidos e dos partidos religiosos e à maior fragmentação dos dois maiores partidos e grupos parlamentares, *Labor* e *Likud*. Os eleitores podiam votar em diferentes legendas para diferentes cargos no governo, gerando maior instabilidade no sistema político israelense (THE KNESSET(e), 2020). A fragmentação política, a falta de agendas ideológicas partidárias, a corrupção e a insegurança, especialmente após a Intifada palestina dos anos 2000, são algumas das causas de instabilidade em geral do sistema político em Israel (NAVEH&SUSSER, 2018).

Israel não tem uma Constituição escrita como frequentemente existe em outros Estados, mas sim um conjunto de leis que formarão uma Constituição no futuro. Essas leis são chamadas de Leis Básicas (*Basic Laws*) e fazem parte do projeto constitucional israelense de construir uma Constituição, lei por lei, via legislação do *Knesset* (*Harari Proposal of 1950*). De acordo com a própria Declaração de Independência de Israel (15 de maio de 1948), uma Constituição deveria ter sido elaborada pela Assembleia Constituinte até 1º de outubro daquele mesmo ano. “[...] isso não foi feito devido às divergências de opinião com os partidos religiosos. No lugar de uma Constituição, decidiu-se legislar uma série de leis básicas que, no futuro, formariam juntas a Constituição”²⁵⁶ (MFA, 2017).

O Parlamento israelense legisla a Constituição progressivamente, entretanto, as *Basic Laws* não estão protegidas de possíveis emendas constitucionais por maioria absoluta ou maioria qualificada do *Knesset*. Isso pode acarretar modificações drásticas ao longo das mudanças partidárias e governamentais, principalmente em relação aos temas que possam confrontar os valores da religião judaica, motivo primeiro da não formação de uma Constituição para garantir os direitos de todos os cidadãos de Israel (NAVEH&SUSSER,

²⁵⁵ “Due to the lack of stability since 1996, Israel usually does not hold an election every four years.”

²⁵⁶ “[...] this was not done due to differences of opinion with the religious parties. In place of a Constitution, it was decided to legislate a series of basic laws, which in the future would together form the Constitution.”

2018). “Em 1992, duas novas Leis Básicas foram adicionadas: Liberdade de Ocupação e Dignidade e Liberdade Humanas. Essas foram as primeiras Leis Básicas que protegeram explicitamente os direitos humanos”²⁵⁷ (MFA(i), 1999).

Desde 1995, enquanto não há uma Constituição formada, a Suprema Corte encarregou-se da tarefa de (supostamente) proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos israelenses por meio da sua atuação de revisão judicial e também servindo, *case by case*, como Tribunal Superior de Justiça (MFA(i), 1999; MFA, 2017). “Até hoje, a legislatura nunca concedeu explicitamente um poder geral de revisão judicial aos tribunais de Israel e a decisão da Suprema Corte de tomar tais poderes unilateralmente tem sido uma grande fonte de tensão entre o Knesset e a Suprema Corte”²⁵⁸ (THE KNESSET(e), 2020).

Em relação à questão da superioridade das leis básicas sobre outras leis, existem diferenças de opinião. Alguns afirmam que as leis básicas não são superiores a uma lei comum, a menos que incluam uma cláusula específica em contrário. Esses baseiam sua posição no argumento de que, uma vez que uma lei básica é aprovada por maioria simples (ou seja, a maioria dos votantes), tal maioria não pode conceder status superior a um ato legislativo. Outros afirmam que a superioridade das leis básicas decorre do fato de serem o produto do Knesset atuando como a Assembleia Constituinte, e de sua mera definição como “leis básicas” pode-se concluir que são constitucionalmente superiores²⁵⁹ (THE KNESSET, 2020). No entanto, em novembro de 1995, a Suprema Corte declarou que tinha o poder de revisão judicial da legislação do Knesset que viola uma lei básica, independentemente de ter uma cláusula pétrea [*entrenched clause*]. Assim, o Tribunal confirmou a superioridade normativa das leis básicas sobre a legislação ordinária. O Tribunal considerou que qualquer lei que entre em conflito com uma lei básica que tenha uma cláusula de prescrição deve ser testada em relação à cláusula. Para as leis que entram em conflito com as leis básicas sem uma cláusula de limitação, o Tribunal declarou que a única forma de alterar essas leis é por meio da promulgação de uma lei básica. Este é um grande desenvolvimento constitucional que alguns chamaram de “revolução” na lei constitucional de Israel (MFA(i), 1999).

²⁵⁷ “In 1992, two new Basic Laws were added: Freedom of Occupation; and Human Dignity and Liberty. These were the first Basic Laws which explicitly protected human rights.”

²⁵⁸ “Until today, the legislature has never explicitly granted a general power of judicial review to the courts in Israel, and the Supreme Court’s decision to take such powers unilaterally have been a major source of tension between the Knesset and the Supreme Court.”

²⁵⁹ “Regarding the question of the superiority of the basic laws over other laws, there are differences of opinion. Some claim that the basic laws are not superior to an ordinary law, unless they include a specific stipulation to the contrary. These base their position on the argument that since a basic law is passed by an ordinary majority (i.e. a majority of those voting), such a majority cannot grant superior status to a piece of legislation. Others claim that the superiority of basic laws stems from the fact that they are the product of the Knesset acting as the Constituent Assembly, and that from their mere definition as “basic laws” one may conclude that they are constitutionally superior. [...] However, in November 1995, the Supreme Court declared that it had the power of judicial review of Knesset legislation that violates a basic law, regardless of whether it has an entrenched clause. Thus, the Court confirmed the normative superiority of basic laws over ordinary legislation. The Court held that any law that conflicts with a basic law that has a limitations clause must be tested against the clause. For laws that conflict with basic laws without a limitations clause, the Court stated that the only way to amend such laws is through the enactment of a basic law. This is a major constitutional development that some have called a “revolution” in Israel’s constitutional law.”

As Leis Básicas (*Basic Laws*) constituem-se, até agora, em 13 leis que regulamentam as principais atividades, estruturas, relações e valores do Estado de Israel, que são as seguintes (ver quadro 6, p. 126-128, para a descrição completa das leis básicas): I) *Basic Law: The Knesset* (1958); II) *Basic Law: Israel Lands* (1960); III) *Basic Law: President of the State* (1964); IV) *Basic Law: The Government* (1968/2001); V) *Basic Law: The State Economy* (1975); VI) *Basic Law: The Military* (1976); VII) *Basic Law: Jerusalem* (1980); VIII) *Basic Law: The Judiciary* (1984); IX) *Basic Law: The State Comptroller* (1988); X) *Basic Law: Human Dignity and Liberty* (1992/1994); XI) *Basic Law: Freedom of Occupation* (1992); XII) *Basic Law: Referendum* (2014); e XIII) *Basic Law: Israel – The Nation State of the Jewish People* (2018) (MFA, 2017). “A maioria dos capítulos da futura constituição de Israel já foi escrita e promulgada como Leis Básicas. Elas descrevem as características básicas do governo [...]”²⁶⁰ (MFA(i), 1999). Outras três leis básicas encontram-se em processo legislativo: *Basic Law: Legislation*, *Basic Law: Rights in Trial* e *Basic Law: Freedom of Expression and Association* (MFA, 2017).

Ao alcançar a independência (1948), Israel aprovou a Lei e Portaria Administrativa, estipulando que as leis que prevaleciam no país antes da criação de um Estado permaneceriam em vigor, desde que não contradissem os princípios incorporados na Proclamação do Estabelecimento do Estado de Israel ou não entrassem em conflito com as leis a serem promulgadas pelo Knesset. Assim, o sistema jurídico inclui resquícios da lei otomana (em vigor até 1917), leis do Mandato Britânico, que incorporam um grande corpo da common law inglesa, elementos da lei religiosa judaica e alguns aspectos de outros sistemas. No entanto, a característica predominante do sistema jurídico é o grande corpus de legislação e jurisprudência independente que tem evoluído desde 1948²⁶¹ (MFA(j), 2010).

A primeira Lei Básica: O Parlamento (*Basic Law: The Knesset*) estabelece as regras do sistema eleitoral e do Parlamento israelenses. “A lei não define os poderes do Knesset, mas afirma que é a casa dos representantes do estado, que sua sede é em Jerusalém e que, após a eleição, deve incluir 120 membros”²⁶² (THE KNESSET(g), 2020).

²⁶⁰ “Most chapters of Israel’s prospective constitution have already been written and enacted as Basic Laws. They outline the basic features of government [...]”

²⁶¹ “Upon attaining independence (1948), Israel passed the Law and Administration Ordinance, stipulating that laws prevailing in the country prior to statehood would remain in force insofar as they did not contradict the principles embodied in the Proclamation of the Establishment of the State of Israel or would not conflict with laws to be enacted by the Knesset. Thus the legal system includes remnants of Ottoman law (in force until 1917), British Mandate laws, which incorporate a large body of English common law, elements of Jewish religious law, and some aspects of other systems. However, the prevailing characteristic of the legal system is the large corpus of independent statutory and case law which has been evolving since 1948.”

²⁶² “The law does not define the powers of the Knesset, but states that it is the house of representatives of the state, that its seat is in Jerusalem and that upon election it should include 120 members.”

A segunda Lei Básica: Terras de Israel (*Basic Law: Israel Lands*) estabelece as regras, as qualificações, os poderes e os procedimentos da Presidência. É uma reedição de diversas leis ordinárias sobre o assunto (THE KNESSET(g), 2020). A terceira Lei Básica: Presidente do Estado (*Basic Law: The President of the State*) determina que

o Presidente estará à frente do Estado e que o local de residência do Presidente será Jerusalém. Afirma ainda que o Presidente será eleito pelo Knesset por um período de sete anos e servirá por apenas um mandato. A lei também trata das qualificações e poderes do Presidente e dos procedimentos de trabalho do Presidente²⁶³ (THE KNESSET, 2020).

A quarta Lei Básica: O Governo (*Basic Law: The Government*) determina as regras, funções, poderes e procedimentos do cargo de Primeiro(a)-Ministro(a) e da formação do Governo, bem como as “[...] condições para a eleição direta de Primeiro-Ministro simultaneamente com as eleições para o Knesset, a partir das eleições para o décimo quarto Knesset. [...] Apenas a maioria dos membros do Knesset pode alterar a lei”²⁶⁴ (THE KNESSET(g), 2020).

A quinta Lei Básica: A Economia do Estado (*Basic Law: The State Economy*) estabelece o fundamento para as leis orçamentárias, acordos e aquisições e a regra básica que determina que “[...] nenhum imposto, empréstimo compulsório, outros pagamentos e taxas compulsórios podem ser cobrados, ou suas taxas alteradas, exceto por lei ou de acordo com ela. Os regulamentos que impõem pagamentos obrigatórios estão sujeitos à aprovação do Knesset ou de uma de suas comissões”²⁶⁵ (THE KNESSET(g), 2020).

A sexta Lei Básica: Forças Armadas (*Basic Law: The Army/The Military*) adiciona ao Decreto das Forças de Defesa de Israel (*IDF Ordinance of 1948*) instruções, hierarquia, procedimentos das IDF e sua exclusividade como força armada no território israelense (THE KNESSET(g), 2020).

A sétima Lei Básica: Jerusalém, a Capital de Israel (*Basic Law: Jerusalem, the Capital of Israel*) unifica as instruções para a segurança e a integridade de Jerusalém como parte integral de Israel, como sua capital nacional (ver quadro 5, p. XX). “A lei trata dos

²⁶³ “[...] the President shall stand at the head of the State and that the place of residence of the President shall be Jerusalem. It further states that the President shall be elected by the Knesset for a period of seven years and will serve for one term only. The law also deals with the President's qualifications and powers, and the procedures of the President's work.”

²⁶⁴ “[...] conditions for the direct election of the Prime Minister simultaneously with the Knesset elections, as of the elections to the fourteenth Knesset. [...] Only a majority of the Knesset members can amend the law.”

²⁶⁵ “[...] no taxes, compulsory loans, other compulsory payments and fees may be imposed, or their rates changed, except by law or in accordance with it. Regulations imposing compulsory payments are subject to the approval of the Knesset or one of its committees.”

lugares sagrados, garante os direitos dos membros de todas as religiões e declara que Jerusalém terá preferências especiais no que diz respeito ao seu desenvolvimento”²⁶⁶ (THE KNESSET(g), 2020).

QUADRO 6 – *BASIC LAWS*: LEIS BÁSICAS DE ISRAEL (1948 – 2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basic Law: The Knesset</i>	Aprovada em 12 de fevereiro de 1958 pelo Terceiro Knesset. A primeira lei básica aprovada pelo Knesset. A lei determina que o Knesset é a casa dos representantes do Estado de Israel, que sua sede é em Jerusalém e que, após a eleição, deve incluir 120 membros. A lei então trata do sistema eleitoral, o direito de votar e ser eleito, o mandato do Knesset, os princípios relativos às eleições do Knesset, o serviço dos membros do Knesset, a imunidade parlamentar dos membros do Knesset e dos edifícios do Knesset, o trabalho do Knesset e seus comitês, e muito mais. A lei não define as autoridades do Knesset. O Artigo 4 da lei, que estabelece que o Knesset deve ser eleito por eleições gerais, nacionais, diretas, iguais, secretas e proporcionais, só pode ser emendado por uma maioria de 61 membros do Knesset. O Artigo 44, que impede a alteração da lei por meio do Regulamento de Emergência, só pode ser alterado por uma maioria de 80 membros do Knesset. A lei afirma ainda que o Knesset não deve estender seu mandato, exceto por lei aprovada por uma maioria de 80 membros do Knesset e somente se existirem circunstâncias especiais que impeçam a realização das eleições em seu tempo apropriado. A lei também determina a data das eleições gerais para o Knesset.	1958
<i>Basic Law: Israel Lands</i>	Aprovada em 25 de julho de 1960 pelo Quarto Knesset. A lei proíbe a transferência de propriedade sobre terras pertencentes ao estado, à Autoridade de Desenvolvimento ou ao Fundo Nacional Judaico, seja por venda ou por qualquer outro meio, com exceção dos tipos de terra ou transações que foram especificados na lei. A lei não contém nenhuma cláusula pétrea.	1960
<i>Basic Law: The President of the State</i>	Aprovada em 16 de junho de 1964, pelo Quinto Knesset. A lei, que inclui instruções que antes estavam dispersas em outras leis, determina que o presidente deve estar à frente do Estado e que a residência do presidente deve ser Jerusalém. Afirma ainda que o Presidente será eleito pelo Knesset por um período de sete anos e servirá por apenas um mandato. A lei também trata das qualificações e poderes do Presidente e dos procedimentos de trabalho do Presidente.	1964
<i>Basic Law: The Government</i>	Aprovada inicialmente em 13 de agosto de 1968, pelo Sexto Knesset. Em 18 de março de 1992, o 12º Knesset substituiu a lei a fim de mudar o sistema eleitoral, com o objetivo de criar um sistema de eleições diretas para o primeiro ministro a partir do 14º Knesset em diante. A lei, em sua versão emendada, foi aprovada pelo 15º Knesset em 7 de março de 2001. Ela entrou em vigor no dia das eleições para o 16º Knesset e revogou a eleição direta do Primeiro Ministro. A versão atual da lei determina que a sede do governo é Jerusalém e que o governo detém o cargo em virtude da confiança do Knesset e é coletivamente responsável perante o Knesset. A lei também determina a forma como um governo é formado, bem como suas funções e poderes. A lei só pode ser emendada pelo voto da maioria dos membros do Knesset.	1968/2001

²⁶⁶ “The law deals with the holy places, secures the rights of the members of all religions, and declares that Jerusalem will be granted special preferences with regards to its development.”

<i>Basic Law: The State Economy</i>	Aprovada em 21 de julho de 1975, pelo Oitavo Knesset. A lei determina os procedimentos para a cobrança de impostos e taxas, bem como as diretrizes para a realização de transações em bens do Estado. Determina, ainda, as diretrizes para a fixação do orçamento do Estado e legislação complementar ao orçamento, bem como para a impressão de notas com curso legal e a cunhagem de moedas com curso legal.	1975
<i>Basic Law: The Army</i>	Aprovada em 31 de março de 1976 pelo Oitavo Knesset. Até que a lei fosse aprovada, a base constitucional e legal para a operação das Forças de Defesa de Israel se encontrava na Portaria das FDI de 1948. A lei é baseada na referida portaria e determina que as FDI são o exército do Estado e que é proibido formar ou manter uma força armada diferente das FDI, salvo por lei. A lei também trata do serviço obrigatório e do alistamento, bem como das instruções e ordens no exército. Afirma ainda que o exército está sujeito à autoridade do Governo e que o Ministro da Defesa é o responsável pelo exército em nome do Governo. A lei determina o procedimento para nomear o Chefe de Gabinete e inclui diretrizes relacionadas a questões abordadas pela Comissão Agranat, que investigou as circunstâncias da eclosão da Guerra do Yom Kippur.	1976
<i>Basic Law: Jerusalem, the Capital of Israel</i>	Aprovada em 13 de dezembro de 1980 pelo Nono Knesset. A intenção da lei é estabelecer o status de Jerusalém como a capital de Israel e assegurar sua integridade e unidade. Ele determina que Jerusalém é a sede do Presidente do Estado, do Knesset, do Governo e da Suprema Corte. A lei também trata da situação dos locais sagrados, assegura os direitos de pessoas de todas as religiões e afirma que Jerusalém deve ter prioridade especial nas atividades das autoridades do Estado, a fim de promover seu desenvolvimento econômico e outros. . Não há cláusulas arraigadas nesta lei.	1980
<i>Basic Law: The Judiciary</i>	Aprovada em 28 de fevereiro de 1984, pelo Décimo Knesset. A lei estabelece a autoridade dos tribunais em processos penais e disciplinares, bem como a independência do poder judicial e a abertura dos processos judiciais. Também determina os procedimentos para a nomeação de juizes. A lei inclui uma instrução sobre sua permanência e proteção contra alterações por meio de regulamentos de emergência.	1984
<i>Basic Law: The State Comptroller</i>	Aprovada em 15 de fevereiro de 1988 pelo Décimo Segundo Knesset. A lei, conjunto de instruções antes dispersas em outras leis, determina as atribuições, atribuições e atribuições da Controladoria do Estado, que também exerce a função de Ouvidoria. Também determina a forma como o Controlador do Estado é eleito e declara que ele / ela é responsável exclusivamente perante o Knesset.	1988
<i>Basic Law: Freedom of Occupation</i>	A lei foi aprovada em sua versão original em 3 de março de 1992, pelo Décimo Segundo Knesset. A segunda versão da lei foi aprovada em 9 de março de 1994, pelo Décimo Terceiro Knesset. A lei estabeleceu o direito de todo cidadão ou habitante de exercer qualquer ocupação, profissão ou comércio, a menos que uma lei que corresponda aos valores do Estado de Israel e que sirva a um propósito apropriado determine o contrário. A lei inclui uma instrução sobre sua permanência e proteção contra alterações por meio de regulamentos de emergência. Apenas a maioria de pelo menos 61 membros do Knesset pode alterar a lei. No entanto, o texto afirma que o Knesset pode aprovar uma lei regular que viole a liberdade de ocupação, com uma maioria de pelo menos 61 membros do Knesset, se declarar explicitamente que é válida "apesar do que é declarado nesta Lei Básica." A validade de tal lei expirará ao final de quatro anos a partir de seu início, a menos que uma data anterior tenha sido prescrita nela.	1992/1994

<i>Basic Law: Human Dignity and Liberty</i>	Aprovada em 17 de março de 1992, pelo Décimo Segundo Knesset. A lei determina que os direitos humanos básicos em Israel se baseiam no reconhecimento do valor do ser humano, na santidade de sua vida e em ser uma pessoa livre. O objetivo da lei é proteger a dignidade humana e a liberdade, a fim de ancorar os valores do Estado de Israel como um Estado judeu e democrático, em uma lei básica. A lei define a liberdade humana em Israel como sendo o direito de deixar o país e entrar nele, bem como o direito à privacidade e intimidade, abstenção de buscas relacionadas à propriedade privada, corpo e posses, e prevenção de violações da privacidade de o discurso, os escritos e as notas de alguém. Violações da dignidade ou liberdade do homem são permitidas apenas de acordo com a lei. A lei inclui uma instrução sobre sua permanência e proteção contra alterações por meio de regulamentos de emergência.	1992
<i>Basic Law: Referendum</i>	Aprovada em 12 de março de 2014 pelo Décimo Nono Knesset. A lei determina que caso o Governo decida ratificar um acordo, ou assinar um acordo, segundo o qual a lei, jurisdição e administração do Estado de Israel deixem de se aplicar ao território em que atualmente se aplicam, incluindo um acordo que envolva um compromisso futuro, e um compromisso condicionado, após o acordo ter sido aprovado pelo Knesset por maioria absoluta, ele deverá ser aprovado em referendo, a menos que tenha sido aprovado por uma maioria de 80 membros do Knesset. Esta lei só pode ser alterada por meio de uma lei básica adotada pela maioria absoluta dos membros do Knesset.	2014
<i>Basic Law: Israel – The Nation State of the Jewish People</i>	Aprovada em 19 de julho de 2018, pelo Vigésimo Knesset. A lei determina, entre outras coisas, que a Terra de Israel é a pátria histórica do povo judeu; o Estado de Israel é o Estado-nação do Povo Judeu, no qual ele realiza seu direito natural, cultural, religioso e histórico à autodeterminação; e que o exercício do direito à autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do Povo Judeu. A lei também trata dos símbolos do Estado e da língua oficial, o status de Jerusalém, a conexão do Estado com o Povo Judeu e a Reunião de Exilados.	2018

FONTE: THE KNESSET, 2020 - adaptada e traduzida pela autora²⁶⁷.

A oitava Lei Básica: O Judiciário (*Basic Law: The Judiciary*) determina as regras, os poderes, as instituições, os princípios e os procedimentos da autoridade judicial, incluindo “uma instrução sobre sua permanência e proteção contra alterações por meio de regulamentos de emergência”²⁶⁸ (THE KNESSET(g), 2020).

A nona Lei Básica: Controladoria-Geral do Estado (*Basic Law: the State Comptroller*) é uma re-edição de outras leis ordinárias que determinam as regras, os poderes, as atividades, os deveres e o orçamento do cargo de Controlador(a)-Geral e Ouvidor(a)-Geral do Estado (*ombudsman*), o(a) qual responde exclusivamente ao *Knesset* (THE KNESSET(g), 2020).

A décima Lei Básica: Liberdade de Ocupação (*Basic Law: Freedom of Occupation*) estabelece “o direito de todo cidadão ou habitante de exercer qualquer ocupação, profissão ou comércio, a menos que uma lei que corresponda aos valores do Estado de Israel e que sirva a

²⁶⁷ Nota da fonte: tradução não oficial do hebraico para o inglês por Dr. Susan Hattis Rolef.

²⁶⁸ “an instruction regarding its permanence and protection from changes by means of emergency regulations.”

um propósito apropriado determine o contrário”²⁶⁹ (THE KNESSET(g), 2020). A lei também expressa a proteção contra regulamentos de emergência e a necessidade da maioria do *Knesset* para emendá-la (THE KNESSET(g), 2020).

A décima-primeira Lei Básica: Dignidade Humana e Liberdade (*Basic Law: Human Dignity and Liberty*) estabelece e define as liberdades e os direitos humanos sobre os quais não há diferença de opiniões por parte dos partidos religiosos, já que a *Basic Law: Human Rights* não foi aprovada integralmente por esse motivo. “O objetivo da lei é “defender a dignidade e a liberdade humanas, a fim de estabelecer em uma Lei Básica os valores do Estado de Israel como um estado judaico e democrático”²⁷⁰ (THE KNESSET(g), 2020). A lei também inclui instrução sobre a permanência e a proteção da mesma frente às regulamentações de emergência (THE KNESSET(g), 2020).

A decimal-segunda Lei Básica: Referendo (*Basic Law: Referendum*) determina que

caso o Governo decida ratificar um acordo, ou assinar um acordo, segundo o qual a lei, jurisdição e administração do Estado de Israel deixem de se aplicar ao território em que atualmente se aplicam, deverá ser aprovado em um referendo, a menos que tenha sido aprovado por uma maioria de 80 membros do Knesset²⁷¹ (THE KNESSET, 2020).

A décima-terceira Lei Básica: Israel – Estado Nação do Povo Judeu (*Basic Law: Israel - the Nation State of the Jewish People*) regulamenta sobre os símbolos e idioma estatais, *status* de Jerusalém, a conexão de Israel com o ‘povo judeu’ e a reunião dos exilados naquela terra. Mas, principalmente, a lei expressa (e reforça) que

[...] a Terra de Israel é a pátria histórica do Povo Judeu; o Estado de Israel é o Estado-nação do Povo Judeu, no qual ele realiza seu direito natural, cultural, religioso e histórico à autodeterminação; e que **o exercício do direito à autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do Povo Judeu**²⁷² (THE KNESSET, 2020 – grifo meu).

²⁶⁹ “the right of every citizen or inhabitant to engage in any occupation, profession or trade unless a law which corresponds to the values of the State of Israel, and which serves an appropriate purpose, determines otherwise.”

²⁷⁰ “The goal of the law is ‘to defend Human Dignity and Liberty, in order to establish in a Basic Law the values of the State of Israel as a Jewish and democratic state’.”

²⁷¹ “should the Government decide to ratify an agreement, or sign an agreement, according to which the law, jurisdiction and administration of the State of Israel shall no longer apply to territory in which they currently apply, [...] it shall require approval in a referendum, unless it has been approved by a majority of 80 Members of the Knesset.”

²⁷² “[...] the Land of Israel is the historical homeland of the Jewish people; the State of Israel is the nation state of the Jewish People, in which it realizes its natural, cultural, religious and historical right to self-determination; and that exercising the right to national self-determination in the State of Israel is unique to the Jewish People.”

Essas Leis Básicas regulamentam as instituições e as relações Estado-sociedade em Israel, cumprindo o papel de uma Constituição temporária que deveria garantir os direitos de todos os cidadãos israelenses. A última Lei Básica (*Basic Law: Israel – The Nation State of the Jewish People*) legislada até o momento, no entanto, evidencia e oficializa a primazia da maioria judaica e o exclusivismo do ‘povo judeu’ sobre o território israelense, antes chamado de Palestina. Essa institucionalização da narrativa sionista é fundamental para tentar manter uma relativa coesão social e a sobrevivência do próprio Estado, porém não é capaz de produzir a homogeneidade necessária para a igualdade democrática mesmo entre os próprios judeus (diferentes origens, etnias e religiosidades). Além disso, oficializa também a discriminação entre judeus (maioria) e não judeus (minorias), especialmente dos nativos árabes palestinos cidadãos israelenses. No próximo subcapítulo, examino as particularidades da sociedade israelense.

4.2 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE

O ideal sionista de organizar uma ‘*melting pot society*’, ou seja, uma sociedade culturalmente homogênea, ‘israelense’, definitivamente não se concretizou. Tampouco se concretizou a igualdade da cidadania para judeus e não judeus, idealizada no modelo de Estado Herzliano no livro *Altneuland* (FRENKEL, 2018). O sionismo pretendia representar todos os judeus do mundo, mas sua visão e estratégia etnocentrista secular, assim como o modo *settler-colonialist* de formação do Estado de Israel, limitaram as possibilidades de reconciliação entre as diferentes identidades e etnias em Israel.

As diferentes origens, etnias, *status* socioeconômico, costumes e religiosidades dos judeus contribuíram para a desigualdade da sociedade israelense de modo geral. As práticas coloniais sionistas para a formação do Estado de Israel, por sua vez, contribuíram especificamente para a desigualdade entre judeus e não judeus. Nesse sentido, é importante conhecer a estratificação social e as controvérsias no âmbito doméstico israelense para melhor compreender as consequências do *modus operandi* sionista na dinâmica Estado-sociedade em Israel.

A sociedade israelense é multiétnica, amplamente secular e formada por meio da imigração de judeus de diversos países do mundo para colonizar a Palestina. Desde 1948, 3.3 milhões de judeus imigrantes entraram em Israel. Em 2018, imigraram 28.100 judeus para o

Estado de Israel²⁷³ (CBS(e), 2019). Israel tem uma população de aproximadamente 8.797.9 milhões de habitantes, sendo 6.554.5 milhões de judeus, 1.838.2 milhões de árabes [palestinos] e outros 405.3 mil (CBS(a), 2018). Os judeus e outras etnias representam aproximadamente 79.1% da população e os árabes [palestinos] representam 20.9% (CBS(e), 2019). Essa é a divisão clássica da sociedade israelense: uma maioria judaica, uma minoria árabe palestina e outras minorias²⁷⁴. Desse total de habitantes, os judeus constituem a maioria religiosa (6.554.5 milhões), os muçulmanos a minoria religiosa (1.561.7 milhões) e os cristãos (171.9 mil), incluindo árabes [palestinos] e não árabes, e os drusos (141.2 mil) constituem as demais minorias religiosas em Israel (CBS(a), 2018). O quadro 7 apresenta as principais divisões nacional, étnica e religiosa da sociedade israelense.

QUADRO 7 – PRINCIPAIS DIVISÕES DA SOCIEDADE ISRAELENSE

DIVISÃO	DESCRIÇÃO
Nacional	Judeus israelenses, árabes palestinos
Étnica (maioria x minorias)	Judeus, árabes palestinos
Étnica (maioria x minorias judaicas)	<i>Ashkenazim, Sephardim, Mizrahim</i>
Religiosa (geral)	Judeus, muçulmanos, cristãos, drusos
Religiosa (judaica)	Ultraortodoxos, ortodoxos/ religiosos, tradicionais, seculares

FONTE: A autora (2020).

A divisão entre judeus e árabes palestinos pode ser categorizada como uma divisão nacional (Estado de Israel vs. Estado da Palestina, que ainda não se concretizou) e como uma divisão étnica (maioria judaica vs. minoria árabe palestina). Essa divisão étnica também categoriza os judeus israelenses a partir de suas origens: a) *Ashkenazim* – judeus do centro e leste europeu; b) *Sephardim* – judeus da Espanha e Portugal; e c) *Mizrahim* – judeus do Oriente Médio e Norte da África. “Os judeus mizrahi vieram do Oriente Médio e de países muçulmanos e são descendentes dos judeus (sefarditas) que foram expulsos da Espanha no final do século XV, bem como de comunidades judaicas muito mais antigas que existiam no

²⁷³ Os dados apresentados aqui são de 31/12/2018.

²⁷⁴ Outras minorias em Israel: etíopes judeus (Beta Israel) e judeus soviéticos. Aqui serão apresentadas, especialmente, as divisões mais relevantes para o objetivo da pesquisa.

mundo árabe, África e Ásia por milhares de anos”²⁷⁵ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 294). Os judeus *Ashkenazim* constituem a maioria étnica e hegemônica, enquanto os *Sephardim* e *Mizrahim* constituem a minoria étnica judaica em Israel.

As agendas nacionalistas dos movimentos liberais e socialistas assumiram um tipo ideal de um estado-nação em que todos os cidadãos seriam membros da mesma coletividade étnica (Gellner, 1983). No entanto, não existe tal estado-nação puro em qualquer lugar do mundo. A maioria dos estados-nação modernos são, em um grau variável, multiétnico, se não multi-racial. No entanto, as contradições entre a imagem ideal do estado-nação e a realidade dos estados-nação contemporâneos são especialmente marcantes nas sociedades de colonos. A avaliação dessas contradições requer que examinemos os processos de construção das fronteiras nas sociedades de colonos entre coletividades étnicas, nacionais e outras, bem como as relações entre essas coletividades e o Estado²⁷⁶ (STASIULIS&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 16-17).

A divisão religiosa da sociedade israelense também categoriza os judeus a partir de suas diferentes práticas do judaísmo e visões de mundo. “[...] essas divisões se refletem em posições totalmente contrastantes em muitas questões de política pública, incluindo casamento, divórcio, conversão religiosa, recrutamento militar, segregação de gênero e transporte público”²⁷⁷ (PRC, 2016, s/n). Os judeus ultraortodoxos (*Haredim*) constituem um grupo de aproximadamente 7,5% dos israelenses, derivado do antigo movimento de contra-aculturação no Iluminismo, os quais vivem segregados do mundo secular e dedicados ao estudo de textos sagrados (*Talmud*, *Torah* e *halacha*) nas *yeshivot* (escolas religiosas masculinas), com pouca participação na força de trabalho (e, em geral, das mulheres) e no serviço militar. Por isso, estão entre os mais pobres e mais dependentes financeiramente do governo israelense. Os ultraortodoxos são o grupo com maior taxa de fertilidade, com uma média de sete crianças entre 1979 e 2014 (RAHAT, 2018).

Os judeus religiosos ou ortodoxos (*Datiim*) constituem um grupo de aproximadamente 10 a 11% dos israelenses, também derivado da contra-aculturação e diferenciando-se do primeiro grupo na medida em que têm contato com a sociedade secular.

²⁷⁵ “Mizrahi Jews have come from Middle Eastern and Muslim countries, and are the descendants of the (Sephardi) Jews who were expelled from Spain at the end of the fifteenth century, as well as of much older Jewish communities which have existed in the Arab world, Africa and Asia for thousands of years.”

²⁷⁶ “The nationalist agendas of both liberal and socialist movements have assumed an ideal type of a nation-state in which all citizens would be members of the same ethnic collectivity (Gellner, 1983). However, there is no such pure nation-state anywhere in the world. Most modern nation-states are, to a varying degree, multi-ethnic if not multi-racial. However, the contradictions between the ideal image of the nation-state and the reality of contemporary nation-states are especially striking in settler societies. The evaluation of these contradictions requires that we examine the processes of construction of the boundaries within settler societies between ethnic, national and other collectivities, as well as the relationships between these collectivities and the state.”

²⁷⁷ “[...] these divisions are reflected in starkly contrasting positions on many public policy questions, including marriage, divorce, religious conversion, military conscription, gender segregation and public transportation.”

Preservam a cultura e as práticas religiosas judaicas, porém integrados à sociedade israelense: participam nas principais instituições (como as forças armadas), seu sistema escolar ensina tanto disciplinas seculares como religiosas e têm grande participação na força de trabalho (homens e mulheres). Os religiosos tiveram uma média de quatro crianças entre 1979 e 2014 (RAHAT, 2018). “Os judeus Haredi e Dati (ambos geralmente considerados ortodoxos), na grande maioria, expressam a visão de que o governo de Israel deve promover as crenças e valores religiosos, enquanto os judeus seculares favorecem fortemente a separação da religião da política governamental”²⁷⁸ (PRC, 2016, s/n).

Os judeus tradicionais (*Masortim*) constituem um grupo de aproximadamente 40% da sociedade israelense, com uma média de 2,5 a 3,5 crianças entre 1979 e 2014, os quais seguem alguns preceitos e costumes do judaísmo de acordo com a tradição do seu grupo étnico. Não vivem, portanto, de acordo com as leis judaicas (RAHAT, 2018).

Os judeus seculares (*Hilonim*) constituem uma maioria de pelo menos 40% da sociedade israelense, com a observação de preceitos religiosos e dos feriados nacionais/religiosos nas sinagogas como rituais majoritariamente femininos, e com uma média de apenas duas crianças no mesmo período citado nos grupos anteriores (RAHAT, 2018). “Embora vivam no mesmo pequeno país e compartilhem muitas tradições, judeus altamente religiosos e seculares vivem em mundos sociais amplamente separados, com relativamente poucos amigos íntimos e poucos casamentos fora de seus próprios grupos”²⁷⁹ (PRC, 2016, s/n).

Outra divisão religiosa possível é a da população árabe-israelense: a) Muçulmanos: representam 84% da minoria árabe-israelense, com uma taxa de fertilidade alta de quatro crianças por família entre 1955 e 2014; b) Cristãos: representam 8% dessa minoria étnica, com uma média de 2,5 crianças por família no mesmo período citado; e c) Drusos: representam 8% dessa minoria, com uma média de crianças por família igual a dos árabes-israelenses cristãos (BEN-MOSHE, 2018).

Uma visão geral histórica indica como o 'regime de incorporação' de Israel para seus principais grupos étnicos e religiosos - ashkenazim, mizrachim, judeus ortodoxos, cidadãos e não cidadãos palestinos - foi constituído por meio de uma combinação hierárquica de três discursos de cidadania: um discurso coletivista republicano, baseado na virtude cívica da colonização "pioneira"; um discurso etno-nacionalista,

²⁷⁸ “Overwhelmingly, Haredi and Dati Jews (both generally considered Orthodox) express the view that Israel’s government should promote religious beliefs and values, while secular Jews strongly favor separation of religion from government policy.”

²⁷⁹ “Although they live in the same small country and share many traditions, highly religious and secular Jews inhabit largely separate social worlds, with relatively few close friends and little intermarriage outside their own groups.”

baseado na ascendência judaica e um discurso liberal individualista, baseado em critérios cívicos de adesão²⁸⁰ (SHAFIR&PELED, 1998, p. 408).

Além dessas principais divisões, existe uma categorização político-ideológica dos judeus a partir do posicionamento em relação à formação de um Estado palestino: a) *Hawks* (“falcões”) – a favor da anexação dos territórios palestinos ocupados (“Judéia e Samaria”) em uma ‘Grande Israel’; e b) *Doves* (“pombas”) – a favor da formação de um Estado palestino ao lado de Israel. Há também uma divisão entre os imigrantes veteranos (que ajudaram a construir Israel) e os novos imigrantes (que apenas recebem os benefícios) (RAHAT, 2018). “Outra grande divisão a ser considerada tem sido entre aqueles que construíram o estado judaico (e o palestino projetado) como projeto(s) essencialmente secular(es) ou religioso(s)”²⁸¹ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 294).

A heterogeneidade dos diferentes grupos étnicos reflete-se na fragmentação política, econômica e social da sociedade israelense. Essa complexa estratificação não interfere apenas na dinâmica entre os cidadãos judeus e árabes palestinos, como também nas dinâmicas políticas e sociais mais cotidianas entre os próprios cidadãos judeus. Isso se deve às diferentes identidades que se confrontam em um regime democrático confessional. Barnett (1996, p. 312) reconhece três traços da identidade coletiva israelense: a religião judaica, o nacionalismo (sionismo) e o Holocausto. Um quarto traço identitário possível, e essencial para supostamente distinguir Israel dos Estados Árabes vizinhos, “é seu status de democracia liberal”.

O caráter judaico do Estado, entretanto, contrasta com o ideal democrático secular (separação Estado vs. religião) propagado pelo Ocidente no pós-II Guerra Mundial (BARNETT, 1996, p. 312-313). Uma vez que leis, costumes, feriados e tantas outras atividades sociais, culturais e políticas estatais estão baseadas na religião e na tradição judaicas, Israel distancia-se dos princípios e da organização política ocidental – apesar de, constantemente, reafirmar-se como uma exceção no Oriente Médio. “Na verdade, as pessoas no Ocidente que declaram que o Islã representa uma ameaça para o ‘modo de vida’ ocidental, porque o primeiro não separa o Estado e a religião, sugere implicitamente que Israel tem mais

²⁸⁰ “An historical overview indicates how Israel’s ‘incorporation regime’ for its main ethnic and religious groups - ashkenazim, mizrachim, Orthodox-Jews, citizen and non-citizen Palestinians - was constituted through a hierarchical combination of three citizenship discourses: a collectivist republican discourse, based on the civic virtue of ‘pioneering’ colonization; an ethno-nationalist discourse, based on Jewish descent, and an individualist liberal discourse, based on civic criteria of membership.”

²⁸¹ “Another major division to be considered has been between those who constructed the Jewish (and the projected Palestinian) state as a primarily secular project(s) or as a religious one(s).”

em comum com seus vizinhos árabe-islâmicos do que com o Ocidente” (BARNETT, 1996, p. 312)²⁸².

A coesão social e a homogeneidade necessária para a formação do Estado, ainda que temporárias, resultaram no apagamento de idiomas e tradições entendidas como atrasadas ou menos relevantes para o israelense *sabra* (‘nascido em Israel’). A preferência pelos judeus falantes do *Yiddish* não os desobrigava a assimilar uma “cultura israelense” construída pelos líderes sionistas *Ashkenazim*. Os idiomas *Yiddish*, Ladino e Árabe foram substituídos pelo novo hebraico (MASSAD, 2006). As antigas identidades foram revistas pelos sionistas, a fim de adequá-las ao ideal nacionalista desse “novo judeu israelense”: judeus não europeus foram categorizados como *Sephardim* (*Spaniards*) e *Mizrahim* (*Easterners*) e os árabes palestinos divididos em drusos, beduínos e árabes cristãos e muçulmanos (MASSAD, 2006).

As diferenças entre *Ashkenazim* e *Mizrahim* eram sentidas desde o recrutamento à chegada em Israel. O racismo dos líderes *Ashkenazim* estava presente nos discursos, nos territórios destinados aos *Mizrahim* e nas diferentes oportunidades estendidas a eles (MASSAD, 2006, p. 59). A necessidade de manter a colonização judaica após a ‘falta de europeus’ no pós-II Guerra Mundial (e as restrições imigratórias dos EUA e da URSS) obrigou as instituições nacionais sionistas a recorrerem aos judeus não europeus para a manutenção da maioria judaica.

A Organização Mundial Sionista (WZO) começou a incentivar a imigração *Mizrahim* somente depois de 1948 (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 293-294). Entre 1948 e 1956, 450.000 judeus imigraram da Ásia e da África para Israel, comparados aos 360.000 da Europa e da América. “Foi este período que criou de forma irreversível o que veio a ser chamado eufemisticamente em Israel de “lacuna” social entre as comunidades Ashkenazi e Mizrahi”²⁸³ (MASSAD, 2006, p. 59). No entanto, a filiação e os votos dessa população indesejada sempre interessaram aos partidos políticos.

Desde a chegada maciça da população Mizrahi nos anos de 1948 a 1951, os partidos Ashkenazi de Israel correram para o local para recrutar apoiadores entre os imigrantes. Isso foi facilmente feito devido ao fato de que esses partidos controlavam a alocação de recursos aos imigrantes. O partido no poder, Mapai, desfrutava de amplo controle sobre o sistema político e econômico. Como partido no poder, o Mapai também controlava a Bolsa de Trabalho, o Fundo de Doença e as empresas de habitação, tornando a adesão a ele altamente benéfica. A prática de

²⁸² “Indeed, people in the West who declare that Islam represents a threat to the West's “way of life” because the former does not separate the state and religion are implicitly suggesting that Israel has more in common with its Arab-Islamic neighbors than it does with the West.”

²⁸³ “It was this period that irreversibly created what came to be euphemistically called in Israel the social “gap” between the Ashkenazi and Mizrahi communities.”

favoritismo de Mapai na prestação de serviços aos seus membros foi um fenômeno generalizado. Esse sistema de clientelismo permeou todos os aspectos das relações Estado-sociedade israelense. Muito do que as partes prometeram aos imigrantes estava geralmente além da capacidade ou do desejo do partido cumprir. [...] Desde o início, a maioria dos imigrantes Mizrahi (aqueles que vivem em Ma'abarot, [campos de absorção de imigrantes e refugiados]) não puderam eleger seus líderes devido à sua classificação como "residentes temporários". Mesmo quando eles elegeram líderes que infringiam as autoridades, o Ministério do Interior os rejeitou, afirmando que as autoridades locais nomeadas pelo estado eram as únicas autoridades reconhecidas. Nas novas cidades de imigrantes que tinham seu próprio governo local eleito, portarias especiais foram aprovadas restringindo sua autoridade, uma prática sem precedentes em qualquer uma das cidades Ashkenazi. Na verdade, o primeiro conselho local em um novo assentamento foi nomeado pelo Ministro do Interior em vez de eleito. Quando tais conselhos foram eleitos, o Ministério reduziu seus poderes, por meio da aprovação necessária do Ministro para todas as nomeações importantes. Em geral, o governo controlado pelo Mapai contornou a liderança Mizrahi eleita localmente, recrutando seus próprios agentes Mizrahi nos campos, bem como nas cidades²⁸⁴ (MASSAD, 2006, p. 63-64).

A *Histadrut* (sindicato dos trabalhadores judeus) manteve-se “puramente judaica” até 1964, quando os trabalhadores palestinos passaram a “constituir um pequeno, mas significativo estrato na base do mercado de trabalho dos mais baratos e explorados trabalhadores”²⁸⁵ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 302). Não havia competição entre os mercados laborais árabes palestinos e judaicos. Essa segregação foi aplicada também aos judeus *Mizrahim*, de modo menos formalizado, por meio da separação das suas instituições políticas e educacionais dos *kibbutzim* onde trabalhavam, do controle nos assentamentos, pela dispersão desses imigrantes nas periferias dos centros urbanos em “*development towns*” ou em *moshavim* construídos nas ex-vilas palestinas – apesar de seu papel essencial como parte das “novas classes trabalhadoras israelenses” nos anos 1950-1960, “especialmente na

²⁸⁴ “Since the massive arrival of the Mizrahi population in the years 1948–1951, Israel’s Ashkenazi parties rushed to the scene to recruit supporters from among the immigrants. This was easily done due to the fact that these parties controlled the allocation of resources to the immigrants. The ruling party Mapai enjoyed wide control over the political and economic system.⁵⁴ As the ruling party, Mapai also controlled the Labor Exchange, the Sick Fund and housing companies rendering membership in it highly beneficial. Mapai’s practice of favoritism in delivering services to its members was a widespread phenomenon.⁵⁵ This patronage system pervaded every aspect of Israeli state–society relations.⁵⁶ Much of what the parties promised the immigrants was generally beyond the party’s capacity or wishes to deliver. [...] From the outset, most of the Mizrahi immigrants (those living in the Ma’abarot) could not elect their leaders due to their classification as “temporary residents.” Even when they did elect leaders contravening the authorities, the Ministry of Interior rejected them stating that the local state appointed authorities were the only recognized authorities. In the new immigrant towns that had their own elected local government, special regulations were passed restricting their authority, a practice unprecedented in any of the Ashkenazi towns. In fact, the first local council in a new settlement was nominated by the Minister of Interior rather than elected. When such councils were elected, the Ministry curtailed their powers whereby the approval of the Minister was required for all important appointments.⁵⁸ In general, the Mapai-controlled government bypassed the locally elected Mizrahi leadership recruiting their own Mizrahi agents in the camps as well as in the towns.”

²⁸⁵ “[...] constitute a small but significant stratum at the bottom of the labour market of the most exploited cheap labourers.”

indústria e na construção civil” (SWIRSKI, 1989 *apud* ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 302, 307).

O princípio da mão de obra exclusivamente judaica foi erodido depois de 1967, principalmente pela incorporação de uma força de trabalho palestina barata dos Territórios Ocupados. Para aumentar o processo de proletarização já emergente dos palestinos nos Territórios Ocupados, Israel implementou uma série de políticas, confiscando vastas áreas, controlando os recursos hídricos e colocando a produção agrícola sob supervisão rígida, impedindo sua exportação e restringindo sua capacidade de competir no mercado de produtos de Israel (Hilal, 1976). O efeito foi negar aos habitantes dos Territórios Ocupados qualquer perspectiva de autossuficiência econômica (Samara, 1988). Em menos de dois anos, o último foi transformado em um reservatório de força de trabalho barata para o mercado de trabalho israelense. Essa mão de obra barata não era apenas migrante em caráter, mas também trabalhava em condições descritas por proeminentes figuras israelenses como 'piores do que trabalhar sob o sistema de apartheid da África do Sul' (Shahak, 1988). No entanto, este processo de proletarização e superexploração significou uma mobilidade ascendente para certas seções dos judeus Mizrahi - bem como para alguns palestinos israelenses - que se beneficiaram do emprego da mão de obra palestina barata. Isso ocorreu, principalmente, no crescente setor privado da economia israelense nas indústrias de construção e agricultura, que se tornaram dependentes da mão de obra palestina²⁸⁶ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 302-303).

Novas tensões étnicas aconteceram entre 1969-1970, quando imigrantes judeus soviéticos foram recebidos com pompa e circunstância pela então Primeira-Ministra Golda Meir, além dos benefícios materiais concedidos principalmente aos *Ashkenazim*, como parte de um novo pacote de estímulos para imigrantes de países ocidentais (MASSAD, 2006, p. 68). “Como muitos outros grupos de migrantes que são encorajados a se estabelecer em sociedades de colonos quando grupos mais desejáveis de imigrantes não estão disponíveis, os judeus Mizrahi, que constituem hoje com seus descendentes a maioria dos judeus israelenses, eram geralmente considerados os segundos melhores [...]”²⁸⁷ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 293-294).

²⁸⁶ “The principle of exclusively Jewish labour was eroded after 1967 mainly by the incorporation of a cheap Palestinian labour force from the Occupied Territories. To enhance the already emerging proletarianization process of Palestinians in the Occupied Territories, Israel implemented a string of policies, confiscating vast areas, controlling water resources and placing agricultural production under tight supervision, preventing its export and curbing its ability to compete in Israel's produce market (Hilal, 1976). The effect was to deny the inhabitants of the Occupied Territories any prospect of economic self-sufficiency (Samara, 1988). In less than two years the latter were turned into a pool of cheap labour power for the Israeli labour market. This cheap labour was not only migrant in character, but also working under conditions described by prominent Israeli figures as 'worse than working under the South African apartheid system', (Shahak, 1988). Yet this process of proletarianization and super-exploitation meant an upward mobility for certain sections of the Mizrahi Jews - as well as some Israeli Palestinians - who benefited from employing the cheap Palestinian labour. This mostly took place in the growing private sector of the Israeli economy in the building and agricultural industries which became dependent on Palestinian labour.”

²⁸⁷ “Like many other migrant groups which are encouraged to settle in settler societies when more desirable groups of immigrants are not available, Mizrahi Jews, who constitute today with their descendants the majority of Israeli Jewry, were usually considered second best [...]”

Os imigrantes russos não gostavam de compartilhar a vizinhança com os ‘judeus negros’, “Levatinos e incivilizados”, e pressionavam por mudanças para ficarem em Israel. A necessidade israelense, como uma sociedade *settler-colonialist*, de manter o equilíbrio maioria vs minorias levou o governo israelense a responder “removendo as crianças Mizrahi das escolas Ashkenazi e dos clubes juvenis da área e, em alguns lugares, mantendo-as fora das piscinas locais, como fez em Neveh Sharet”²⁸⁸ (MASSAD, 2006, p. 68).

Os primeiros protestos dos *Mizrahim* aconteceram em *Wadi al-Salib* em 1959, localidade no centro de *Haifa* e amplamente habitada por palestinos antes de 1948 (MASSAD, 2006, p. 64-65). “As casas vazias foram rapidamente entregues a novos imigrantes e logo ficaram superpovoadas. No final dos anos cinquenta, a favela/bairro era habitada por uma população majoritariamente Mizrahi (principalmente marroquina) vivendo em condições muito precárias”²⁸⁹ (MASSAD, 2006, p. 65).

O conflito entre os *Ashkenazim*, o Estado de Israel e os *Mizrahim* intensificou-se após a guerra de 1967 e o processo de gentrificação de certas localidades ocupadas militarmente por Israel, como *Musrara* – uma favela em Jerusalém Oriental, para receber novos imigrantes *Ashkenazim*. Esses e outros eventos similares culminaram na formação do movimento *Mizrahim* ‘*Black Panthers*’, na virada de 1969-1970, contra a discriminação e para a igualdade, incluindo a eliminação das favelas, educação e moradia gratuita, a eliminação das instituições de delinquência juvenil, aumento de salários e representação dos *Mizrahim* em todas as instituições israelenses (MASSAD, 2006). O governo israelense respondeu com violência policial, detenções, multas e deslegitimação da causa e do movimento, inclusive pela mídia majoritariamente *Ashkenazi*, posicionando-os ao lado da esquerda antissionista (MASSAD, 2006, p. 70-71).

O fracasso (ou impotência) do *Black Panthers* levou-os ao voto de protesto contra a hegemonia do Mapai/Labor/Ma’rakh, que contribuiu para que a coalizão do *Likud* chegasse ao poder em 1977. Entretanto, os protestos dos *Mizrahim* foram fundamentais para as futuras reivindicações por direitos, que ficaram conhecidas na sociedade israelense, e para o surgimento de outros grupos de interesse – incluindo partidos políticos e grupos parlamentares - entre os *Mizrahim* nos anos 1970, 1980 e 1990. Essa experiência também

²⁸⁸ “[...] by removing Mizrahi children from the Ashkenazi schools and the youth clubs in the area and, in some places, kept them out of local swimming pools, as it did in Neveh Sharet.”

²⁸⁹ “The empty houses were quickly given to new immigrants and soon became overpopulated. By the end of the fifties, the slum/neighborhood was inhabited by a majority Mizrahi population (mostly Moroccan) living in very poor conditions.”

despertou a solidariedade dos *Mizrahim* com o grupo étnico árabe palestino (MASSAD, 2006, p. 73-74).

Apesar da intensidade de muitos desses protestos e do surgimento de uma forte identidade cultural Mizrahi, a maioria dos Mizrahim permaneceu no meio da sociedade israelense (Ashkenazi) - o que atesta a força e a resiliência da ideologia sionista hegemônica do estado de Israel. Ainda assim, muitos entre eles continuaram a lutar contra sua situação²⁹⁰ (MASSAD, 2006, p. 75).

As controvérsias entre Estado-sociedade não são, contudo, apenas étnicas. Os sionistas religiosos também se confrontam periodicamente com o governo israelense por demandas pela autoridade sobre as questões que envolvem temas caros às leis judaicas (*Halakhah*), como *Sabbath* (sábado de descanso), casamento, divórcio, leis dietéticas, serviço militar e conversão (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018). “Nenhum grupo na sociedade israelense esteve tão profundamente envolvido no impasse estado-religião do que os religiosos sionistas”²⁹¹ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xi).

Nos últimos quarenta anos, o ponto crítico dessa luta tem sido o “projeto de assentamento” que os sionistas religiosos têm defendido e liderado. Este projeto e o grupo que constitui sua força motriz têm sido objeto de atitudes muito diferentes - que vão da admiração à repreensão. [...] Aos olhos de seus porta-vozes, o sionismo religioso nada mais é do que o movimento pioneiro que leva à providencial redenção do povo judeu. Deles é o movimento autenticamente patriótico de renovação sionista que busca energizar o que se tornou cada vez mais um público letárgico e ideologicamente cansado. No campo secular, liberal e esquerdista, entretanto, sua imagem tende a ficar gravemente manchada. Eles são frequentemente retratados como fanáticos religiosos que ameaçam destruir o Estado de Israel em sua forma democrática atual e transformá-lo em um estado de apartheid, pária, isolado dos países ocidentais esclarecidos²⁹² (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xi-xii).

²⁹⁰ “Despite the intensity of many of these protests and the emergence of a strong Mizrahi cultural identity, the majority of Mizrahim remained within the fold of (Ashkenazi) Israeli society—which attests to the strength and resilience of the Israeli state’s hegemonic Zionist ideology. Still, many among them continued to struggle against their situation.”

²⁹¹ “No group in Israeli society has been so profoundly embroiled in the religion-state impasse than the religious Zionists.”

²⁹² “In the past forty years the central flashpoint of this struggle has been the “settlement project” that religious Zionists have championed and spearheaded. This project and the group that constitutes its driving force have been the object of very different attitudes—ranging from admiration to rebuke. [...] In the eyes of its spokespersons, religious Zionism is nothing less than the pioneering movement that leads toward the providential redemption of the Jewish people. Theirs is the authentically patriotic movement of Zionist renewal that seeks to energize what has increasingly become a lethargic, ideologically jaded public. In the secular, liberal, left-leaning camp, however, their image tends to be badly tarnished. They are frequently portrayed as religious fanatics who threaten to destroy the State of Israel in its present democratic form and to transform it into an apartheid, pariah state cut off from the enlightened Western countries.”

As controvérsias entre os *Haredim* e o secularismo estatal envolvem especialmente a conscrição de estudantes das *Yeshivot* nas forças armadas, ou seja, questões que dizem respeito ao âmbito doméstico israelense. As controvérsias entre os movimentos religiosos sionistas, “movimentos ortodoxos rabínicos de colonos de direita” como o *Gush Emunim* e o *Price Tag* (*Tag Mechir/Arvut Hadadit*), envolvem a expansão dos assentamentos judaicos em territórios palestinos ocupados militarmente por Israel (quase na sua totalidade), ou seja, questões que dizem respeito não apenas ao âmbito doméstico, mas também ao direito internacional e suas violações. Essas últimas colocam em xeque internacionalmente o *status* democrático e “*peace loving*” do Estado de Israel.

A expansão dos assentamentos nas últimas décadas é entendida como um obstáculo para uma solução de dois Estados entre Israel e Palestina. “O elã do movimento e suas fervorosas atividades locais o tornaram, sem dúvida, a presença mais dinâmica e influente na vida política israelense nas últimas décadas”²⁹³ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xiii). A participação dos religiosos nas IDF, como soldados e oficiais em unidades de combate cruciais, constitui hoje aproximadamente 1/3 das forças armadas – o que representa um possível risco de insubordinação dessa parcela em, por exemplo, futuras negociações territoriais com os palestinos (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xii-xiv).

Em certas áreas, o sionismo religioso está em processo de substituir a centro-esquerda secular Ashkenazi como o principal grupo de elite da sociedade israelense. Um grupo crescente de tradicionalistas e Haredim se identifica com os valores e objetivos da direita sionista religiosa, mesmo que eles não se considerem parte da comunidade religiosa sionista. Além do partido HaBayit Hayehudi (Jewish Home), que é o principal representante político dos sionistas religiosos, a comunidade e sua agenda ideológica criaram raízes profundas no partido de longa governança Likud. Muitos sionistas religiosos alcançaram posições de liderança na elite do Likud. No momento da redação deste documento, os ministros da educação, justiça, agricultura (cujo papel na atividade de assentamento é central) e para Jerusalém, o presidente do Knesset, o advogado-geral, o vice-ministro das Relações Exteriores, o chefe da polícia e o chefe do Mossad movimentam-se em círculos religiosos sionistas. Isso não tem precedentes na vida pública israelense²⁹⁴ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xiii-xiv).

²⁹³ “The movement’s élan and its fervent on-the-ground activities have, arguably, made it the most dynamic and influential presence in Israeli political life over the last few decades.”

²⁹⁴ “In certain areas, religious Zionism is in the process of replacing center-left Ashkenazi secularism as the leading elite group in Israeli society. A growing cohort of traditionalists and Haredim identify with the values and goals of the religious Zionist Right even if they do not consider themselves a part of the religious Zionist community. Beyond the HaBayit Hayehudi (Jewish Home) party which is the religious Zionists main political representative, the community and its ideological agenda have struck deep roots in the long-ruling Likud party. Many religious Zionists have achieved positions of leadership in the Likud elite. As of this writing, the ministers of education, justice, agriculture (whose role in settlement activity is central) and for Jerusalem, the Speaker of

A diferença básica entre os sionistas religiosos e os ultraortodoxos (*Haredim*) é que esses últimos não aceitam o *status* secular do Estado como os primeiros. “[...] o estado laico é uma ofensa à sua sensibilidade religiosa, uma abominação. Alguns Haredim veem descaradamente o Estado como um instrumento para promover os interesses de [sua] comunidade”²⁹⁵ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xiv-xv). Os religiosos sionistas, ao contrário, estão constantemente divididos entre ‘dois mundos’ distintos, de modo que tendem ao conflito e à violência. “Dois sistemas jurídicos diferentes - o haláchico e o civil - disputam sua lealdade. Aceitar o estado como dado por Deus e como parte do drama da libertação messiânica (como muitos sionistas religiosos fazem), significa se opor às ações do governo que frustram o papel milenar de Israel”²⁹⁶ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xv).

Esse panorama revela as principais controvérsias da sociedade israelense geradas pelo próprio *modus operandi* sionista colonial, que pretendia transformar diferentes povos, etnias, culturas e religiosidades em uma única “cultura israelense ocidental” no território antes habitado pelos nativos árabes palestinos. Essa é, sem dúvida, a “receita” para um dos mais prolongados conflitos do mundo. Essas disputas domésticas, ainda que façam parte do modelo democrático estabelecido, fragilizam a democracia israelense na medida em que o racismo e a religião são constantemente utilizados para discriminar e destituir as minorias étnicas (*mizrahim*) e nacionais (árabes palestinos).

O cenário democrático israelense evidencia que há desigualdade na cidadania, uma vez que os princípios que regem o sistema político priorizam a maioria judaica europeia *Ashkenazi* e discriminam, principalmente, os árabes palestinos cidadãos de Israel e os árabes palestinos de modo geral. No próximo capítulo, analiso a relação causal existente entre a formação do Estado e essa desigualdade da cidadania dos árabes palestinos em Israel.

the Knesset, the Attorney General, the Deputy Foreign Minister, the Chief of Police and the head of the Mossad all travel in religious Zionist circles. This has no precedent in Israeli public life.”

²⁹⁵ “[...] *the secular state is na offence to their religious sensibilities, an abomination. Some Haredim unashamedly see the state as an instrument to advance the interests of [their] community.*”

²⁹⁶ “*Two different legal systems - the halachic and the civil - vie for their loyalty. Accepting the state as God-given and as part of the drama of messianic deliverance (as many religious Zionists do), means opposing government actions that thwart Israel’s millenarian role.*”

5 A FORMAÇÃO DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL

O desenvolvimento político de um Estado, conforme discutido ao longo dos capítulos, é um processo gradual e complexo influenciado pelo modelo europeu de formação dos Estados nacionais, que foi propagado no sistema internacional a partir dos séculos XIX e XX. A formação de um Estado envolve negociações e concessões, nacionais e internacionais, mas principalmente disputas identitárias, ideológicas, territoriais e enfrentamentos, como as guerras. Os Estados nacionais contemporâneos, apesar de espelharem-se no modelo europeu, passaram por um processo de desenvolvimento político muito mais rápido e com menos constrangimentos.

Ambos os processos históricos, de qualquer modo, dependeram tanto das condições disponíveis, quanto das contingências históricas que influenciaram e/ou determinaram o plano de ação dos movimentos nacionalistas e a futura estrutura estatal, o regime político e as relações Estado-sociedade. O contexto histórico no qual a demanda nacionalista está inserida é também bastante relevante, uma vez que pode influenciar, diretamente e/ou indiretamente, no suporte e na formação de alianças internacionais que podem pressionar ou garantir a conquista do objetivo de formar um novo Estado.

O modelo militarista de formação dos Estados nacionais de Tilly tem como princípio que “a guerra fez o Estado e o Estado fez a guerra”²⁹⁷ (TILLY, 1975, p. 42), porém essas guerras moldaram as políticas internacional e nacional para além da organização estatal e da violência, na medida em que as negociações e “[...] as exigências militares também têm contribuído para os direitos da cidadania e a democracia constitucional. [...] A negociação entre Estado e sociedade pelos recursos da guerra criou uma variedade de direitos no período moderno”²⁹⁸ (TIN-BOR-HUI, 2005, p. 168).

O período pós-II Guerra Mundial (1945-1991) foi marcado pelo surgimento de novos Estados independentes e pela propagação global da democracia como único regime político legítimo. Essa consolidação trouxe benefícios, embora também dificuldades para a governança dos Estados, como a necessidade de tratar as diferenças (étnicas, culturais, sociais e econômicas) que caracterizam os diversos grupos de indivíduos em uma sociedade democrática.

²⁹⁷ “*War made the state, and the state made war.*”

²⁹⁸ “[...] *military exigencies have also been conducive to citizenship rights and constitutional democracy. [...] State-society bargaining for the wherewithal of war then created a variety of rights in the modern period.*”

A consolidação dos estados, portanto, coincidiu com um processo duplo de circunscrição e controle central. A circunscrição significa que os estados aumentaram fortemente o controle sobre os recursos em seu território: os movimentos de capital, bens, pessoas e ideias começaram a ser regulamentados. O controle central significa que os estados criaram um sistema de instrumentos de processamento e vigilância central da informação (censos, agências de estatísticas, polícias fiscalizadoras) e passaram a interferir na infraestrutura, nas condições de trabalho, na educação, nos métodos agrícolas e em muitos outros assuntos. A circunscrição e o controle central tinham uma conotação cultural clara, na medida em que conduziam a uma medida de homogeneização cultural dentro das fronteiras do estado²⁹⁹ (VAN DER LINDEN, 2009, p. 247-248).

A mesma lógica vale para a formação do Estado de Israel, apesar do caso israelense configurar-se como extremo devido à sua independência ter acontecido a partir de uma resolução da ONU. Isso porque o sionismo foi um movimento nacionalista judaico europeu transnacional, que reivindicou um território já habitado pelo povo árabe palestino. A realização do objetivo sionista de criar um Estado judaico na Palestina demandou ações estratégicas em diferentes áreas de atuação e momentos históricos. Essas ações foram essenciais para reunir as condições necessárias para a formação de Israel que, apesar de ser um caso de formação legitimado pela maioria da comunidade internacional à época, seguiu os passos dos demais movimentos nacionalistas *settler-colonialists* (colonialismo de povoamento).

Isso significa que a formação de Israel envolveu, necessariamente: a) violência por meio de operações de limpeza étnica na tentativa de substituir completamente a população nativa; b) construção de uma narrativa dicotômica ‘nós e eles’ para facilitar a segregação entre judeus e árabes palestinos, tanto em Israel como nos territórios palestinos ocupados; e c) reprodução de um sistema hierárquico racial que interfere negativamente no regime democrático e na relação Estado-sociedade, por meio de leis discriminatórias dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI) e de impasses políticos entre os diferentes grupos étnicos e religiosos judaicos.

O modo colonial de povoamento utilizado pela liderança judaica sionista, em retrospecto, foi determinante para a desigualdade da cidadania democrática israelense. Resta esclarecer, nos próximos subcapítulos 5.1 e 5.2, como esse processo contribuiu para a desigualdade da cidadania dos palestinos e quais as instituições e os mecanismos que, durante

²⁹⁹ “The consolidation of states thus coincided with a dual process of circumscription and central control. Circumscription means that states greatly tightened their control over the resources on their territory: movements of capital, goods, people, and ideas started to be regulated. Central control means that states devised a system of instruments for central information processing and surveillance (censuses, bureaus of statistics, inspectorates police forces) and started to interfere in infrastructure, working conditions, education, agriculture methods, and many other matters. Circumscription and central control had a clear cultural connotation, in that they were conducive to a measure of cultural homogenization within the state borders.”

o desenvolvimento político de Israel, viabilizaram a conquista e a hegemonia da maioria étnica judaica.

5.1 A DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS ÁRABES PALESTINOS EM ISRAEL

O Estado de Israel foi pensado e fundado a partir de ideais, valores e cultura judaicos combinados aos princípios nacionalistas seculares, o que resultou em um paradoxo sionista devido à disputa territorial com a Palestina e às controvérsias étnicas, culturais e religiosas. A formação *settler-colonialist* de Israel via imigração em massa de judeus das mais diversas origens, etnias, costumes e tradições religiosas teve como consequência a complexa estratificação social, discutida no subcapítulo anterior, que transparece cada vez mais nos impasses políticos do país. E o sistema político confessional e democrático reproduz essas controvérsias inserindo-as nas instituições, na legislação e nas relações Estado-sociedade.

A desigualdade da cidadania entre judeus e não judeus é, portanto, uma consequência da reprodução das próprias desigualdades que constituem o modo colonial de desenvolvimento político utilizado pelo movimento sionista. Além da violação dos direitos fundamentais das minorias, especialmente dos cidadãos árabes palestinos, há o agravante de Israel tutelar uma população civil palestina sob ocupação militar que, comprovadamente, tem seus direitos humanos violados. Nesse sentido, é preciso entender como é construída e mantida uma percepção dessa minoria como uma ameaça ao objetivo sionista de consolidar um Estado exclusivo para os judeus.

Este subcapítulo revela a desigualdade da cidadania dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI), a partir de uma reflexão teórica sobre a relação conflito-desigualdade em um Estado democrático que possui uma extensa legislação discriminatória dessa minoria étnica/nacional. O objetivo é investigar os porquês da existência de uma vasta legislação destinada a dificultar o acesso dos PCI aos seus direitos fundamentais e a privá-los de uma cidadania igualitária em Israel. As 62 principais leis discriminatórias dos árabes PCI são apresentadas no anexo 19 (quadros 20 a 32, nas páginas 267 a 287)³⁰⁰.

A relação entre judeus e árabes palestinos é marcada pela hostilidade desde que esses últimos perceberam a evolução da colonização sionista no território palestino, conforme mostrou o capítulo 3. A hostilidade intensificou-se com as operações de limpeza étnica sionistas antes e durante a fundação do Estado de Israel (1947-1949) e tem se mantido, de

³⁰⁰ Conforme já foi explicado na metodologia, essa legislação não é objeto da análise e sim uma premissa da pesquisa, portanto, serão apresentadas em anexo apenas para comprovação e documentação dessa discriminação.

modo geral, devido à discriminação dos PCI em Israel e à ocupação militar (e bloqueio militar) dos territórios palestinos. Os árabes palestinos que permaneceram no território que se tornou Israel receberam cidadania nominal, porém foram colocados sob um governo militar entre os anos de 1948 e 1966/68, “[...] uma forma de lei marcial que suspendia muitos dos direitos e proteções legais que a cidadania proporcionava”³⁰¹ (DEGANI, 2015, p. 1). “Confinados em suas aldeias subdesenvolvidas, os habitantes precisavam de autorizações especiais dos comandantes militares locais para deixá-las, seja para procurar emprego ou para visitar parentes”³⁰² (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 306-307).

A contínua expansão territorial israelense e os consequentes deslocamentos forçados de comunidades árabes palestinas para dar lugar aos assentamentos judaicos, considerados ilegais pela ONU e pelo Direito Internacional, afetam a relação entre judeus e árabes palestinos tanto em Israel e nos territórios ocupados, quanto perante a comunidade internacional de maneira possivelmente irreversível. Desde a *Al-Aqsa Intifada*, revolta que aconteceu nos territórios palestinos ocupados em outubro de 2000, há uma crescente onda de desconfiança, medo e hostilidades que coloca em risco a coexistência entre judeus e cidadãos árabes palestinos e a própria democracia em Israel (WAXMAN, 2012, p. 11-12).

Um estudo do *Israeli Democracy Institute* (IDI) mostra que, entre 2003 e 2010, 40% a 50% do público judeu-israelense era contra a igualdade de direitos para cidadãos árabes e uma maioria era contra a inclusão de partidos políticos árabes em colisões do governo – apenas 30% dos judeus-israelenses apoiavam as coalizões em 2010 quando comparados aos 46% da década anterior (ARIAN&BLOOM, 2010, p. 172). Em 2011, uma pesquisa revelou que 70% dos judeus-israelenses eram contra a participação de árabes nas decisões nacionais fundamentais, como as relacionadas à paz e à guerra, as quais deveriam ser deixadas nas mãos da maioria judaica (HERMANN, 2011, p. 123).

Outro estudo, o *Index of Arab-Jewish Relations in Israel 2003-2009*, revelou que um terço dos judeus-israelenses (32,4% em 2009) não concordava com árabes votando nas eleições do Parlamento (*Knesset*), mais da metade queria o fim do partido árabe-judaico *Hadash*, sucessor do antigo partido comunista, e outros 73% acreditavam que árabes que se identificam como palestinos não poderiam ser leais ao Estado de Israel e suas leis (SMOOHA, 2010, p. 35).

³⁰¹ “[...] a form of martial law which suspended many of the rights and legal protections that citizenship afforded.”

³⁰² “Confined to their underdeveloped villages, the inhabitants needed special permits from local military commanders to leave them, whether to seek employment or to visit relatives.”

A opinião pública contribuiu para o “encurtamento da liberdade de expressão dos partidos árabes e de árabes membros do Knesset” (WAXMAN, 2012, p.20; YIFTACHEL, 2006, p. 182) ao ser aprovada, em maio de 2002, uma emenda à Lei Básica: *Knesset* e à Lei dos Partidos Políticos para “banir partidos e indivíduos que rejeitam a identidade ‘judaica e democrática’ do Estado de Israel” (YIFTACHEL, 2002, p. 40-41), o que representa a conformação de árabes e seus partidos ao consenso sionista como modo de manter sua participação no parlamento (ROUHANA&SULTANY, 2003, p. 11).

Os judeus-israelenses (54% em 2006) dão mais valor para sua posição majoritária na sociedade do que para a democracia e a paz, considerando a minoria palestina como uma ameaça à segurança nacional e mesmo à própria existência de Israel como um Estado judaico - razão por detrás de ideias de ‘remoção’ ou ‘mudança voluntária’ dos árabes de Israel. Em contrapartida, os cidadãos árabe-israelenses sentem-se alienados e tornam-se passíveis de radicalização política e atos terroristas (BEN MEIR&SHAKED, 2007, p. 18; WAXMAN, 2012, p. 23, 26-27).

A insegurança estatal é um elemento próprio do sistema internacional de Estados, uma vez que “a existência de outros [Estados] e as ações de cada um deles em busca de sua segurança nacional têm, frequentemente, produzido guerras” (BUZAN, 1983, p.1). Em contrapartida, a segurança individual está ameaçada por fatores sociais oriundos das consequências do próprio ambiente social, econômico e político. As ameaças podem ser físicas (dor, dano e morte), econômicas (confisco ou destruição da propriedade e negação de acesso a trabalho e recursos), aos direitos (aprisionamento e negação das liberdades civis) e de deposição/*status* (rejeição e humilhação pública). Essa vulnerabilidade societal é o elo entre a segurança dos indivíduos e a segurança dos Estados, pois esses são responsáveis pela segurança dos seus cidadãos e, ao mesmo tempo, podem ser também uma ameaça aos indivíduos (BUZAN, 1983, p. 19-20).

As ameaças estatais podem ser oriundas das leis e execuções domésticas, da ação política direta contra indivíduos ou grupos, das lutas pelo controle do aparelho estatal e das políticas externas de segurança, ou mesmo das políticas que “sacrificam os interesses de alguns para o que é visto como um interesse coletivo maior” (BUZAN, 1983, p. 24-26). “O Estado burocrático moderno possui uma enorme gama de poderes legais que podem ser exercidos contra os cidadãos em nome do bem comum” – a chamada ‘violência estrutural’ (BUZAN, 1983, p. 25; GALTUNG, 1990). Portanto, a relação entre segurança individual e nacional não é harmônica (BUZAN, 1983, p. 30).

As fontes de ameaça à segurança nacional são muitas e, devido à permeabilidade das fronteiras e das novas estratégias de combate/conflito, como o terrorismo e o uso de veículos aéreos não tripulados – os chamados *drones*, a vulnerabilidade do Estado não é mais apenas fronteiriça, mas também doméstica. A organização dos indivíduos em grupos de interesse securitários também pode ser uma fonte de ameaça à segurança nacional, pois esses subgrupos podem se tornar problemáticos internamente, dar suporte a interesses de outros Estados, estimular ou conter a opinião pública em oposição aos interesses do Estado e mesmo individualmente, quando tornam-se líderes políticos e, conseqüentemente, ganham poder para redirecionar as questões de segurança (BUZAN, 1983, p. 31-32).

Um ponto importante para pensar a segurança nacional é que a mesma também está relacionada às ideologias e ao que será entendido como ameaças externas. Nesse sentido, o próprio conceito de segurança nacional e o seu propósito variam de Estado para Estado. Embora, de modo geral, “segurança nacional impli[que] fortemente que o objeto da segurança é a nação, e isso levanta questões acerca da ligação entre nação e Estado” (BUZAN, 1983, p. 36-45).

Uma nação é definida como um grande grupo de pessoas que compartilham a mesma herança cultural, e possivelmente racial, e normalmente vivem em uma mesma área. Se a nação e o Estado coincidem, então podemos olhar para o propósito do Estado na proteção e expressão de uma existente independente entidade cultural: nação definiria a maior parte da relação entre Estado e sociedade (BUZAN, 1983, p. 45)³⁰³.

De uma perspectiva mais sociológica, os atores políticos também definem a segurança como resposta a fatores culturais, e não apenas ameaças *per se*. As políticas de segurança nacional podem ser determinadas pelo “contexto cultural-institucional da política [...] e pela identidade construída dos Estados, governos e outros atores políticos [...]” (KATZENSTEIN, 1996, p.9-10). Nesse sentido, interessa desvendar as fontes e o conteúdo das questões de segurança nacional inseridos nas estratégias apresentadas pelo Estado (KATZENSTEIN, 1996, p. 10).

Jepperson, Wendt e Katzenstein (1996, p. 33-34) identificam nos meios culturais internacionais três camadas nas quais os fatores ideológicos operam (não apenas como epifenômenos do equilíbrio de poder) e as políticas de segurança nacional são definidas:

³⁰³ “A nation is defined as a large group of people sharing the same cultural, and possibly the same racial, heritage, and normally living in one area. If the nation and the state coincide, then we can look for the purpose of the state in the protection and expression of an independently existing cultural entity: nation would define much of the relationship between the state and society.”

instituições internacionais formais ou regimes de segurança (OTAN, OSCE, TNP etc.)³⁰⁴, cultura política internacional (princípio da soberania, direito internacional etc.) e padrões internacionais de amigo-inimigo. Vale dizer que a obsessão com a segurança gera paranoia e, conseqüentemente, um ciclo vicioso de insegurança (BUZAN, 1983, p. 19).

A história e a memória coletiva formam uma identidade específica, para além de outras variáveis igualmente importantes, que serve para definir as ameaças e os inimigos – ‘o outro’, bem como para escolher Estados para formar alianças estratégicas (BARNETT(a), 1996, p. 317-318). É importante enfatizar que a identidade é socialmente construída, não estática, e que esse “processo pode ser usado para [...] compreender a dinâmica das alianças e das mudanças nos padrões de segurança”. E para que isso seja possível, é preciso analisar tanto as interações interestatais quanto as relações Estado-sociedade (BARNETT(a), 1996, p. 318).

A intolerância política em relação às minorias é uma prática não democrática bastante comum nos regimes democráticos. Entende-se intolerância política como “o apoio ou a vontade de denunciar os direitos políticos básicos dos indivíduos que pertencem a um grupo definido em uma sociedade particular”, e essa atitude vai na contramão dos princípios democráticos da igualdade de direitos e de oportunidade políticas (HALPERIN, CANETTI-NISIM & HIRSCH-HOEFLER, 2009, p. 94). A presença desse tipo de comportamento entre grupos é especialmente desafiadora em situações de ameaça ou conflito, como guerras ou ataques terroristas (HALPERIN, CANETTI-NISIM & HIRSCH-HOEFLER, 2009, p. 94-99). E é nesse contexto que “as inerentes tensões entre as normas democráticas e as questões de segurança aparecem em sua mais destrutiva configuração” (HALPERIN, CANETTI-NISIM & HIRSCH-HOEFLER, 2009, p. 100).

Uma das reações mais comuns em situações de conflito é a destituição de direitos sociais e políticos das minorias (CANETTI-NISIM et al., 2008; HUDDY, KHATID & CAPELOS, 2002; INGLEHART ET AL., 2006; SHAMIR & SAGIV-SCHIFTER, 2006). Um exemplo relevante é o Direito de Propriedade sobre as terras israelenses que são administradas pela *Israel Land Administration* (incluindo as terras do *Jewish National Fund*) sob o “[...] princípio de que a terra não é vendida, mas é arrendada de acordo com a política de terras

³⁰⁴ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

fixada pelo Conselho de Terras de Israel”³⁰⁵, o que implica na impossibilidade de arrendamento para não judeus (KOOK, 1996, p. 213-214).

A própria legislação para o Direito de Associação Política “[...] revela um aspecto discriminatório estrutural, que favorece os membros da identidade corporativa israelense (ou seja, da nação judaica) em relação aos não membros”³⁰⁶ (KOOK, 1996, p. 215), transcendendo qualquer justificativa de discriminação por maior segurança (KOOK, 1996, p. 216). Desde 1948, há mais de cinquenta leis que discriminam cidadãos israelenses árabes palestinos (PCI), violando os mais diversos direitos fundamentais, como direitos políticos, acesso à terra, à educação e aos recursos financeiros do Estado, entre outros (ADALAH, 2016). “O estado de emergência permanente foi usado para derogar os direitos humanos básicos protegidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos”³⁰⁷ (ADALAH(a), 2020).

O Governo Militar [*ha-mimshal ha-tzva'i*] foi apenas um dos vários mecanismos de controle, vigilância, opressão e manipulação que Israel impôs aos árabes-palestinos dentro de suas fronteiras e seu dismantelamento dificilmente poderia ser considerado o fim das formas oficiais, para não falar das formas tácitas de discriminação em Israel. No entanto, por mais que não seja minha intenção celebrar a democracia israelense, não se pode ignorar o fato de que a erosão do Governo Militar e seu cancelamento despejou uma medida de satisfação na cidadania israelense dos árabes palestinos. Portanto, a abolição do Governo Militar discutivelmente colonial foi congruente com os padrões de consolidação coloniais. Isso ocorre porque a cidadania em regimes coloniais liberais tem o potencial de tornar as identidades indígenas ou subalternas politicamente irrelevantes. Essa afirmação, entretanto, não significa que os núcleos político, militar e cultural israelenses tenham agido conscientemente como *settler-colonialists* em busca de consolidação. No entanto, as vozes contemporâneas do debate israelense sobre o governo militar mostram que, de fato, seu dismantelamento foi argumentado com base no interesse próprio sionista e na necessidade de reprimir as queixas árabe-palestinas contra o Estado judaico. A afirmação de [Shira] Robinson [(2013)] de que o sionismo é dedicado à preservação do privilégio judaico na Palestina é de fato precisa. No entanto, a história do dismantelamento do Governo Militar prova que, em certa época, os sionistas compreenderam que, para salvaguardar seus privilégios, deveriam tomar medidas sinceras para encobri-los com um regime mais liberal e mais democrático. Desde 1967, com a constituição e fortalecimento de um segundo regime colonial pelo Estado de Israel, parece que os sionistas esqueceram-se dessa sabedoria brutal³⁰⁸ (DEGANI, 2015, p.13).

³⁰⁵ “[...] principle that land is not sold, but is leased according to the land policy fixed by the Israel Lands Council.”

³⁰⁶ “[...] reveals a structural discriminatory aspect, which favors members of the Israeli corporate identity (i.e., of the Jewish nation) over non-members.”

³⁰⁷ “The permanent state of emergence has been used to derogate from basic human rights that are protected under International human rights law.”

³⁰⁸ “The Military Government [*ha-mimshal ha-tzva'i*] was only one of several mechanisms of control, surveillance, oppression and manipulation which Israel imposed over the Palestinian-Arabs within its borders and its dismantling could have hardly been considered an end to official, not to mention, tacit forms of discrimination in Israel. Nevertheless, as much as it is not my intention to celebrate Israeli democracy, one cannot ignore the fact that the erosion of the Military Government and its cancellation poured a measure of content into the Israeli citizenship of the Palestinian-Arabs. Therefore, the abolition of the arguably colonial Military Government was congruent with settler-colonial patterns of consolidation. This is because citizenship in

A percepção de ameaça é o mais relevante preditor de intolerância (SULLIVAN et al., 1982; GIBSON, 2006), assim como incompatíveis interesses e objetivos de diversas naturezas são a principal causa desse tipo de hostilidade (SHARIF, 1996). Israel é um exemplo típico desse comportamento entre grupos majoritários e minoritários: uma sociedade multiétnica e dividida, altamente influenciada pelo conflito com os palestinos (HOROWITZ&LISSAK, 1990 *apud* HALPERIN et al., 2009; BAR-TAL, 2007), os quais constituem aproximadamente 20% da população israelense e são o grupo-alvo mais evidente de intolerância política (SHAMIR & SAGIV-SCHIFTER, 2006; SULLIVAN, SHAMIR, WALSH & ROBERTS, 1985) por serem percebidos como associados aos ‘inimigos’ do Estado de Israel (SMOOHA, 2002).

As pesquisas do tipo *survey* realizadas por Halperin, Canetti-Nisim e Hirsch-Hoefler (2009, p. 106-107) demonstraram que “os mais altos níveis de todas as emoções negativas, bem como os mais altos níveis de intolerância política e percepção de ameaça foram encontrados entre aqueles que escolheram palestinos cidadãos de Israel (PCI) como grupo que menos lhes agradava” (HALPERIN, CANETTI-NISIM & HIRSCH-HOEFLER, 2009, p. 106). O resultado mostrou que: 69% acreditam que o grupo ou partido ameaçador deve ser proibido e mais da metade, 50.2%, acreditam que os PCI não deveriam votar em eleições nacionais (HALPERIN, CANETTI-NISIM & HIRSCH-HOEFLER, 2009, p. 106-107).

A exclusão dos árabes PCI da identidade nacional israelense e a consequente discriminação legal reforçam-se mutuamente. Essa exclusão é necessária para a narrativa nacional identitária israelense e “manifesta-se tanto na distribuição de direitos como na exclusão deles da matriz simbólica nacional”³⁰⁹ (KOOK, 1996, p. 209). Os árabes PCI são excluídos das representações simbólicas estatais, como bandeira, hino, feriados nacionais etc. (KOOK, 1996, p. 216).

A ausência de uma Constituição formal que defina os princípios da igualdade política e social, de tratamento e de direitos para todos os cidadãos israelenses também facilita a

liberal settler regimes has the potential to render indigenous or subaltern identities to be politically irrelevant. This claim however does not mean that the Israeli political, military, and cultural cores consciously acted as settler-colonialists seeking consolidation. Nevertheless, the contemporary voices from the Israeli debate on the Military Government show that in fact its dismantling was argued on the basis of Zionist self-interest and the need to squelch Palestinian-Arab grievances against the Jewish State. [Shira] Robinson's claim that Zionism is dedicated to the preservation of Jewish privilege in Palestine is indeed accurate. Nevertheless, the story of the dismantling of the Military Government proves that at one time, Zionists understood that in order to safeguard their privileges they must make sincere steps to cover them up with a more liberal and more democratic regime. Since 1967, with the constitution and entrenchment of a second colonial regime by the State of Israel, it seems that Zionists have forgotten this brutal wisdom.”

³⁰⁹ “[...] manifests itself both in the distribution of rights, as well as in their exclusion from the national symbolic matrix.”

exclusão dos árabes PCI, já que não há garantias legais para a proteção dos árabes palestinos (KOOK, 1996, p. 209-210). No entanto, a Suprema Corte vem trabalhando (controversamente) com o princípio da igualdade como um princípio constitucional em suas decisões, destacando que “[...] qualquer prática que discrimine com base na religião ou afiliação nacional em questões relacionadas a emprego, moradia e semelhantes deve ser entendida como ilegal e imoral”³¹⁰ (KOOK, 1996, p. 210).

Os árabes PCI estão sujeitos à discriminação formal por meio de leis que privilegiam, inclusive, judeus de outros países em detrimento deles (e do retorno dos palestinos refugiados de 1948). A Lei do Retorno (1950) e a Lei da Nacionalidade/Cidadania (1952) formam a principal base legal e discriminatória desde o estabelecimento do Estado de Israel. A Lei do Retorno (*Law of Return* 5710-1950) permite a imigração de judeus de todas as partes do mundo para Israel (DOWTY, 1998; DOWTY, 1999, p. 9). “Assim, nesta lei, o direito fundamental e natural de filiação é o direito natural *não* dos cidadãos do estado, mas dos judeus”³¹¹ (KOOK, 1996, p. 212 – grifo original). Do mesmo modo, a Lei da Nacionalidade/Cidadania (*Nationality Law* 5712-1952) determina o “direito absoluto à nacionalidade israelense para um *oleh* de acordo com a Lei do Retorno, isto é, para todo o judeu que venha a se estabelecer em Israel e todo o judeu que nasceu lá”³¹² (KOOK, 1996, p. 212).

As identidades israelenses (*Israeli Personal Identification/Tehudat Zehut*) distinguem seus cidadãos de acordo com sua nacionalidade: judeu, árabe e outros, sendo que todos os cidadãos não árabes e não judeus são identificados pela sua nacionalidade de origem (polonês, alemão, russo, sueco etc.). Não existe, portanto, uma ‘nacionalidade israelense’, mas sim diversas nacionalidades residentes no Estado denominado como Israel (KOOK, 1996, p. 212), as quais representam a expressão ‘*the Ingathering of the Exiles*’ (“a Reunião dos Exilados”) utilizada na Declaração de Estabelecimento do Estado de Israel de 1948.

O regime de carteira de identidade e um pouco menos o regime de permissão limita o movimento geográfico palestino e a mobilidade econômica, ao mesmo tempo que permite fluxos e mobilidades judaico-israelenses mais livres. As carteiras de identidade demonstram o poder do regime israelense de produzir pessoas distintas e vinculá-las a territórios específicos (como os palestinos), enquanto permite que outros (judeus-israelenses) “ultrapassem” essas mesmas fronteiras. Por meio de

³¹⁰ “[...] any practice which discriminates on the basis of religion or national affiliation in issues relating to employment, housing, and the like is to be understood as both illegal and immoral.”

³¹¹ “Thus, in this law, the right of fundamental and natural membership is the natural right not of citizens of the state, but of Jews.”

³¹² “[...] absolute right of Israeli nationality to *na oleh* under the Law of return; that is, to every Jew who comes to settle in Israel, and to every Jew who was born there.”

carteiras de identidade, as fronteiras são erguidas entre o povo judeu e o árabe, não entre o território israelense e o palestino. O regime de carteiras de identidade questiona a natureza e os limites territoriais de "Israel" e a existência geopolítica dos "Territórios Palestinos"³¹³ (TAWIL-SOURI, 2012, p. 153).

O sistema de identificação é diferenciado entre os judeus/israelenses (sem discriminação ou restrições) e os árabes palestinos (sujeitos à discriminação legal e de fato), sendo que os PCI estão sujeitos a algumas restrições de residência e movimento e os árabes palestinos sob ocupação militar e bloqueio estão sujeitos à legislação militar e diversas restrições de residência e movimento. “[...] existe uma burocracia codificada por cores [...] que, em última análise, determina a mobilidade geográfica, econômica e social dos palestinos, os mecanismos pelos quais os palestinos são controlados, ordenados e delimitados em todo o território”³¹⁴ (TAWIL-SOURI, 2012, p. 155) (Ver figura 6, na próxima página).

Os cidadãos judeus/israelenses podem residir e movimentar-se em qualquer parte de Israel e em 60% da Cisjordânia ocupada. Não estão sujeitos, obviamente, a nenhum tipo de discriminação legal ou sistemática e têm direito ao voto em todas as eleições (nacionais, municipais e distritais). Os árabes PCI também portam uma *blue ID card* (em uma tonalidade diferente), mas estão sujeitos à discriminação legal e de fato, com direito apenas ao voto nacional (*Knesset*) e não podem residir em aproximadamente 65% das cidades israelenses por determinação dos comitês de admissão (VP, 2020; TAWIL-SOURI, 2012).

Os árabes palestinos residentes em Jerusalém Oriental portam uma *blue ID card* (em uma tonalidade diferente dos judeus/israelenses e dos PCI) e estão sujeitos à discriminação legal e à ocupação militar. Podem ter acesso a quase toda a área de Jerusalém, mas são apenas residentes permanentes, sem direito ao voto nacional (apenas municipal) e podem ter sua identidade israelense revogada se optarem por viver fora de Jerusalém.

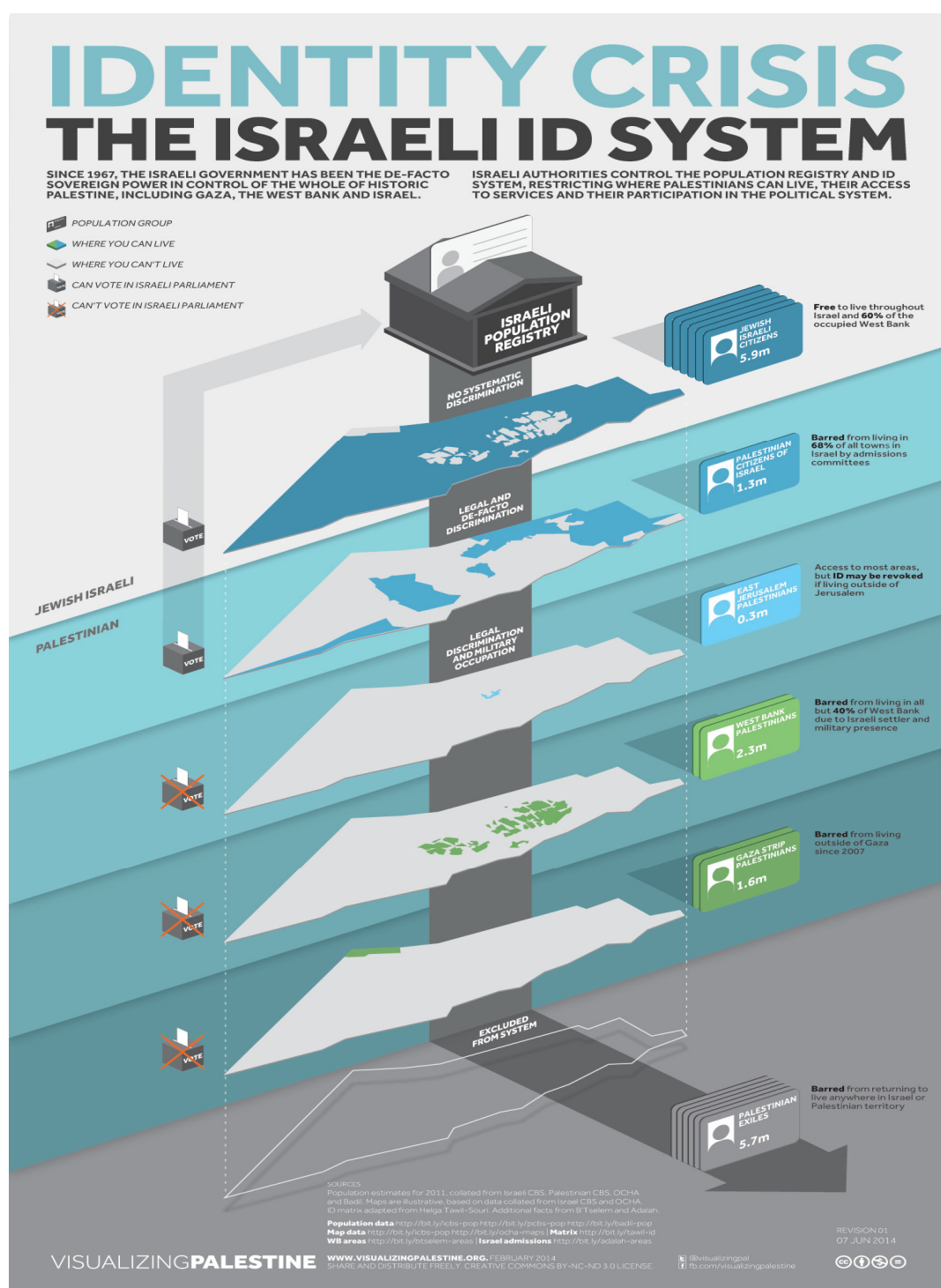
Em uma modalidade de discriminação bem mais grave e abrangente estão os árabes palestinos sob ocupação militar e bloqueio militar, respectivamente, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Esses indivíduos são portadores de identidades vinculadas não ao sistema civil, mas

³¹³ “*The ID card regime and less so the permit regime, limits Palestinian geographic movement and economic mobility while simultaneously permitting freer Jewish-Israeli flows and mobilities. ID cards demonstrate the power of the Israeli regime to produce distinct people and bind them to specific territories (such as the Palestinians), while allowing others (Jewish-Israelis) to ‘trespass’ over those same boundaries. Through ID cards borders are erected between Jewish and Arab people, not Israeli and Palestinian territory. The ID card regime puts into question the nature and territorial boundaries of ‘Israel’, and the geopolitical existence of the ‘Palestinian Territories’.*”

³¹⁴ “[...] *there exists a colour-coded bureaucracy [...] that ultimately determines Palestinians’ geographic, economic, and social mobility, the mechanisms through which Palestinians are controlled, ordered, and bordered throughout the territory.*” Nota: A cédula de identidade é igual para todos, mas a capa plástica para cada categoria de cidadãos e não cidadãos varia e, portanto, são identificadas a partir desse esquema de cores – azuis, laranja e verde.

ao sistema militar israelense (*orange and green ID cards*), sem direito ao voto e limitados a residir em apenas 40% do seu próprio território na Cisjordânia (VP, 2020; TAWIL-SOURI, 2012). Isso se deve aos assentamentos judaicos ilegais que ocupam o restante do território palestino.

FIGURA 6 – CRISE IDENTITÁRIA: O SISTEMA ISRAELENSE DE IDENTIFICAÇÃO



FONTE: VP, 2020.

A Faixa de Gaza está sob bloqueio militar israelense, portanto, não há possibilidade dos seus habitantes residirem fora desse território. Além disso, existem os mais de cinco milhões de refugiados palestinos excluídos do sistema de retorno e nacionalidade/cidadania vivendo em diferentes países ou sob a tutela da Agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA) (VP, 2020).

Seja na América do Norte, Austrália ou África do Sul, nativos/habitantes conquistados foram amontoados em reservas, suas comunidades políticas destruídas, suas práticas econômicas tornadas dependentes e/ou periféricas, e 'administradas' por meio de mecanismos burocráticos semelhantes aos de Israel atual, a fim de facilitar a exploração de seus recursos naturais, terras e trabalho. A emissão de carteiras de identidade e passes de autorização separados, que também funcionavam como carteiras de trabalho, foram fundamentais para o regime de apartheid da África do Sul, por exemplo. Os regimes não coloniais também usaram o equivalente a "passes internos". [...] Em conclusão, carteiras de identidade são manifestações de poder, representando uma resposta burocrática e tátil ao 'problema' geopolítico israelense da presença palestina na Palestina/Israel, criando tipos particulares de identidades e i/mobilidades fronteiriças. Israel desfruta do monopólio sobre onde e como marcar e fazer cumprir as fronteiras entre si e os palestinos de uma maneira amplamente expansiva³¹⁵ (TAWIL-SOURI, 2012, p. 162, 173).

A linguagem utilizada na legislação israelense “[...] está em sintonia com os fundamentos subjacentes à constituição da existência política de Israel”³¹⁶ (KOOK, 1996, p. 212). Alguns exemplos dessa linguagem, basicamente religiosa, são: “the Ingathering of the Exiles” (a Reunião dos Exilados), “Promised Land” (Terra Prometida), “God-chosen People” (Povo Escolhido por Deus), “Redemption” (Redenção), “Return to the Land of Israel” (Retorno à Terra de Israel), “Re-birth/Re-construction of Israel” (Renascimento/Reconstrução de Israel) etc.

Essa linguagem pode ser observada nas leis discriminatórias dos árabes PCI, especialmente naquela que consolida e oficializa a narrativa sionista e os valores exclusivistas judaicos: a última Lei Básica, legislada em 2018, ‘*Basic Law: Israel – the Nation State of the Jewish People*’. Essa lei, além de ter valor contitucional, pode ser considerada a “lei das leis” discriminatórias que redefine o Estado de Israel como “o Estado nação do povo judeu”. O

³¹⁵ “Whether in North America, Australia, or South Africa, natives/conquered inhabitants have been crowded into reservations, their political communities destroyed, their economic practices rendered dependent and/or peripheralised, and ‘managed’ through similar bureaucratic mechanisms to current-day Israel’s in order to facilitate the exploitation of their natural resources, land, and labour. The issuing of separate ID cards and permit passes which also functioned as labour cards were key to South Africa’s apartheid regime for example.³³ Non-colonial regimes have also used the equivalent of ‘internal passes’. [...] In conclusion, ID cards are manifestations of power, representing a bureaucratic and tactile response to Israel’s geo-political ‘problem’ of Palestinian presence in Palestine/Israel, creating particular kinds of bordered identities and im/mobilities. Israel enjoys a monopoly over where and how to mark and enforce the boundaries between itself and Palestinians in a largely expanding manner.”

³¹⁶ “[...] is in tune with the foundations that underlie the constitution of Israel’s political existence.”

quadro 8, abaixo, descreve o conteúdo dessa Lei Básica e o texto original da lei traduzido (ver anexo 18, página 266) evidencia essa linguagem religiosa e exclusivista.

QUADRO 8 – “LEI DAS LEIS” DISCRIMINATÓRIAS DOS ÁRABES PALESTINOS

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basic Law: Israel – the Nation State of the Jewish People</i>	Aprovada em 19 de julho de 2018, pelo Vigésimo Knesset. A lei determina, entre outras coisas, que a Terra de Israel é a pátria histórica do povo judeu; o Estado de Israel é o Estado-nação do Povo Judeu, no qual ele realiza seu direito natural, cultural, religioso e histórico à autodeterminação; e que o exercício do direito à autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo do Povo Judeu. A lei também trata dos símbolos do Estado e da linguagem oficial, o status de Jerusalém, a conexão do Estado com o Povo Judeu e a Reunião de Exilados.	2018

FONTE: ADALLAH, 2020 - adaptada e traduzida pela autora.

Existem pelo menos 62 leis que discriminam os árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI), afetando direta e/ou indiretamente as mais diversas áreas de suas vidas e colocando em xeque o *status* democrático do Estado de Israel. No anexo 19, exibo todas as 62 leis discriminatórias e suas descrições autoexplicativas (quadros 20 a 32, páginas 267 a 287), de acordo com a categorização da Adallah (2020)³¹⁷. Essa categorização baseia-se nos direitos internacional humanitário, dos direitos humanos e da cidadania democrática, agregando as leis em 13 categorias de direitos violados: 1) Territórios ocupados em 1967; 2) Cidadania; 3) Direitos políticos e participação política; 4) Direito e processo penal; 5) Cultura e linguagem; 6) Direitos econômicos; 7) Educação; 8) Liberdade de associação; 9) Direito à terra e planejamento; 10) Símbolo de identidade nacional; 11) Participação política; 12) Religião; e 13) Fontes do Direito (ADALLAH, 2020).

A existência de uma extensa legislação evidencia a discriminação dos árabes palestinos em Israel como parte do mecanismo *settler-colonialist* para destituir, segregar e substituir a população palestina - e tudo que diz respeito a ela - pela população judaica. Resta compreender, enfim, como o processo de formação do Estado resultou em uma democracia que privilegia a maioria étnica judaica e discrimina os árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI). No próximo subcapítulo, analiso essa relação causal por meio da comparação com as variáveis do modelo militarista de formação dos Estados nacionais europeus de Charles Tilly (1975/1985).

³¹⁷ Os quadros das leis discriminatórias são apresentados em anexo devido à sua extensão (20 páginas) e por não ser essa legislação o objeto da análise, mas, sim, o ponto de partida desta tese.

5.2 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO JUDAICO

O modelo militarista de formação dos Estados nacionais europeus de Charles Tilly prevê quatro atividades que os Estados passam para a conquista e a manutenção de seus territórios (1985, p. 181-183), a partir das quais os processos de centralização, diferenciação, autonomia e organização política acontecem para formar o Estado nacional propriamente dito (TILLY, 1982, p. 3-4). Essas atividades são: a guerra (*War making*), a construção do Estado/Território (*State making*), a proteção (*Protection*) e a extração (*Extraction*) (1985, p. 181). “A guerra tendia a expandir o aparato fiscal nacional. Para aqueles que tiveram sucesso, a guerra e os preparativos para a guerra criaram as principais estruturas do estado nacional”³¹⁸ (TILLY, 1984, p.75).

As quatro atividades complementam-se e acontecem simultaneamente durante o processo de formação do Estado, porém variam em suas características fundamentais e também no tipo de Estado/regime resultante desse processo. Elas se reforçam mutuamente quando pelo menos uma das quatro atividades é realizada de forma eficaz. “Contudo, todos os quatro dependem da tendência do estado de monopolizar os meios concentrados de coerção”³¹⁹ (TILLY, 1985, p. 181). Essas atividades serão tratadas como variáveis do modelo analítico proposto por esta pesquisa para testar no caso da formação de Israel.

Neste subcapítulo concluo a pesquisa com a análise da relação causal existente entre a formação do Estado de Israel e a desigualdade da cidadania da minoria árabe palestina. Analiso o processo de desenvolvimento político israelense que resultou em uma democracia que privilegia a maioria judaica, especialmente a europeia *Ashkenazi*, a partir da comparação com as variáveis do modelo militarista de formação dos Estados nacionais europeus de Charles Tilly (1975/1985). Desse modo, identifico as entidades (instituições), as atividades (ações/eventos) e os mecanismos (evidências) que garantem a manutenção da maioria étnica judaica e a discriminação dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI) (BEACH&PEDERSEN, 2019, p. 3-4). Analiso também as conjunturas críticas (*critical junctures*) e o processo causal do caso israelense. As variáveis previstas por Tilly são apresentadas e analisadas a seguir.

³¹⁸ “War-making tended to expand the national fiscal apparatus. For those that succeeded, war-making and preparations for war created the major structures of the national state.”

³¹⁹ “Yet all four depend on the state’s tendency to monopolize the concentrated means of coercion.”

I) War Making

A primeira variável de formação dos Estados nacionais, **‘Guerra’ (War making)**, observa o processo de “[...] eliminar ou neutralizar seus próprios rivais fora dos territórios em que eles têm clara e contínua prioridade como detentores da força”³²⁰ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização previstas por Tilly são os exércitos, a marinha e outros serviços de suporte à guerra e as atividades são as guerras e seu planejamento (TILLY, 1985, p. 181). São verificados empiricamente os elementos que fizeram parte desse processo na construção do Estado de Israel: instituições sionistas de defesa pré-Estado (entidades), enfrentamentos pré-Estado e guerras de formação do Estado (atividades).

As instituições sionistas de defesa pré-Estado de Israel foram responsáveis pelo planejamento e pela execução das atividades de eliminar os ‘inimigos’ árabes palestinos, garantir a colonização e a dominar o território da Palestina (ver quadro 9, na próxima página). As primeiras atividades de defesa vieram dos próprios assentamentos judaicos, com o grupo *Ha-Shomer* (“vigia”, 1909-1920) durante o Império Otomano, pois precisavam assegurar sua permanência no território e a proteção dessas colônias agrícolas de possíveis ataques. O segundo grupo de defesa da comunidade judaica na Palestina (*Yishuv*), e que se tornaria o principal no longo prazo, foi o *Haganah* (1920-1948). Esse grupo paramilitar foi responsável pela execução das atividades de defesa e de guerra, bem como das atividades imigratórias para a colonização da Palestina, inclusive durante o período de restrições imigratórias (*British White Papers*) instituído pelo Mandato Britânico.

O grupo *Mossad LeAliyah Bet* (1939), parte do *Haganah*, foi responsável pelas atividades de imigração ilegal durante esse período, constituindo o grupo precursor do Mossad, a futura agência de inteligência israelense. Sua atuação “moderada” até o início das revoltas árabes (1929/1936-1939) deu origem a outro grupo paramilitar em 1931, o revisionista *Irgun/Etzel* (*Irgun Tz’va’ai Le’umi*), formado por ex-comandantes do *Haganah* que queriam avançar a causa sionista por meio de ataques terroristas às estruturas militares e políticas do Mandato Britânico (MFA(b), 2010).

O *Etzel/Irgun* tentou pressionar o Mandato Britânico a reconhecer a independência do ‘povo judeu’ por meio de ataques terroristas às estruturas coloniais britânicas, especialmente na década de 1940 (por exemplo, com o ataque ao *Hotel King David* em 1946).

³²⁰ “[...] *eliminating or neutralizing their own rivals outside the territories in which they have clear and continuous priority as wielders of force.*”

QUADRO 9 – INSTITUIÇÕES SIONISTAS DE DEFESA PRÉ-ESTADO DE ISRAEL (1897 - 1947)

INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Ha-Shomer</i>	Primeiro grupo organizado de defesa dos assentamentos judaicos durante o Mandato Britânico da Palestina.	1909
<i>Haganah</i>	Segundo grupo organizado de defesa da comunidade judaica na Palestina e com ramificações em outros países, parte do movimento de resistência judaica contra as restrições imigratórias (<i>White Papers</i>) impostas pelo Mandato Britânico.	1920
<i>Irgun Tz'va'i Le'umi, Etzel</i>	Grupo organizado revisionista de defesa formado por ex-comandantes do <i>Haganah</i> que queriam avançar a causa sionista por meio de ataques terroristas às estruturas militares e políticas do Mandato Britânico. O <i>Irgun</i> também fez parte do movimento de resistência judaica.	1931
<i>Mossad LeAliyah Bet (part of Haganah)</i>	Grupo da resistência judaica responsável pela imigração ilegal de judeus para a Palestina durante o Mandato Britânico. É o grupo precursor da <i>Mossad</i> , agência de inteligência israelense.	1937
<i>LoHamel Herut Israel, Lehi (Stern)</i>	Grupo radical antibritânico formado por ex-membros do <i>Irgun</i> que rejeitavam o movimento sionista e pregavam ataques terroristas para liberar e dominar a Palestina. O <i>Lehi</i> também fez parte da resistência judaica.	1940
<i>Pelugot Hamahatz, Palmach (part of Haganah)</i>	Força de ataque do <i>Haganah</i> formada por nove companhias de assalto baseadas nos <i>kibbutzim</i> (colônias agrícolas judaicas na Palestina).	1941

FONTE: MFA(b), 2010.

Em 1941, também parte do *Haganah*, formou-se uma força de ataque, *Palmach* (*Pelugot Hamahatz*), constituída por nove companhias de assalto baseadas nos *kibbutzim*. Pouco tempo antes, em 1940, surgiu o *Lehi/Stern* (*LoHamel Herut Israel*), grupo radical anti-britânico com o propósito de “liberar e dominar a Palestina” (MFA(b), 2010). Essas instituições (entidades) foram responsáveis, cada uma à sua maneira, pelas atividades de pressionar o Mandato Britânico a reconhecer a independência judaica e a neutralizar e eliminar o maior número possível de árabes palestinos para estabelecer um Estado judaico na Palestina.

A defesa da causa judaico-sionista foi executada por meio dos enfrentamentos com os árabes palestinos que, desde 1904 e, principalmente, a partir de 1920, começaram a se rebelar contra essa colonização e também por meio dos ataques terroristas contra os britânicos. Ao todo foram formadas seis instituições de defesa/guerra durante o período pré-Estado (1897-1947). As forças de defesa israelenses, IDF (*Tzahal*), formadas principalmente pela *Haganah* e suas partes, foram institucionalizadas durante o início da guerra de independência por meio da *Order of the Establishment of the IDF* (31 May 1948), a qual “[...]”

previa apenas uma força armada, subordinada ao governo constitucional”³²¹ (MFA(p), 2020). Os outros grupos foram desmantelados, enquanto indivíduos desses grupos também aderiram à IDF, que hoje se constitui como uma “força cidadã” (CIE, 2020).

O quadro 10, abaixo, e o quadro 11 (na próxima página) mostram, respectivamente, os principais enfrentamentos entre árabes palestinos e sionistas e os ataques sionistas contra os britânicos na Palestina. Esses quadros têm o propósito de revelar o grande número de atividades realizadas pelas instituições de defesa sionistas pré-Estado com a finalidade de manter a colonização da Palestina e pressionar pela independência judaica. No entanto, as principais atividades executadas por essas instituições foram as operações militares de limpeza étnica e as guerras de formação do Estado de Israel.

QUADRO 10 – ENFRENTAMENTOS ENTRE ÁRABES PALESTINOS E SIONISTAS

PERÍODO	DESCRIÇÃO
<i>Aug. 1904 – Sept. 1904</i>	Tiberias Palestinian Protest Again
<i>Mar. 1908</i>	Zionist-Palestinian Violence Breaks Out in Jaffa
<i>Feb. 1909 – Apr. 1909</i>	Palestinian-Zionist clashes near Nazareth
<i>Apr. 1920</i>	Anti-Zionist Disturbances Break Out in Palestine / Palm Commission of Inquiry
<i>1 - 7 May 1921</i>	May Day Clashes in Jaffa
<i>15 - 29 August 1929</i>	Al-Buraq / Western Wall Disturbances
<i>1936 - 1939</i>	The Great Arab Revolt
<i>30 Jan. - 26 Feb. 1939</i>	Jewish-Arab Attacks Resume
<i>2 Dec. 1947</i>	Palestinian Strike Against Partition Plan and Palestinian-Zionist Clashes
<i>14 Jan. - 19 Feb. 1948</i>	Palestinian Attacks
<i>11 - 31 March 1948</i>	Palestinian Operations

FONTE: PALJOURNEYS, 2020 – formatada pela autora.

³²¹ “[...] *provided for only one armed force, subordinate to the constitutional government.*”

QUADRO 11 – ATAQUES SIONISTAS CONTRA OS BRITÂNICOS NA PALESTINA, 1944 - 1947

PERÍODO	DESCRIÇÃO
<i>Jan. 1944 – Mar. 1944</i>	Stern Gang and Irgun Start Operations Against British
<i>6 Nov. 1944</i>	Stern Gang Assassinate Lord Moyne in Cairo
<i>1 - 31 Oct. 1945</i>	Coordinated Zionist Anti-British Activism
<i>24 Nov. 1945 - 19 Jan. 1946</i>	Organized Irgun and Lehi Anti-British Attacks
<i>25 Apr. 1946</i>	An Irgun Attack on British
<i>17 Jun. 1946 - 22 Jul. 1946</i>	Series of Zionist Anti-British Attacks
<i>9 Sept. 1946 - 2 Dec. 1946</i>	New Wave of Zionist Anti-British Attacks
<i>29 Dec. 1946 - 28 Jan. 1947</i>	Irgun Operations Against British Resume
<i>28 Feb. 1947 - 1 Mar. 1947</i>	Deadly Zionist Anti-British Attacks
<i>16 - 26 Apr. 1947</i>	Continuation of Zionist-British Confrontation
<i>5 Jun. 1947</i>	Stern Gang Letter Bombs Against Officials in London
<i>11 - 31 Jul. 1947</i>	Irgun Kidnaps and Murders Two British Sergeants

FONTE: PALJOURNEYS, 2020 – formatada pela autora.

As operações militares de limpeza étnica, realizadas tanto pelos grupos paramilitares pré-Estado quanto pelas IDF após a independência de Israel, foram as atividades mais características do modelo *settler-colonialist* reproduzido pelo movimento sionista na Palestina. A *Haganah* foi a principal responsável pelo planejamento minucioso e pela execução (ainda que incompleta) do objetivo sionista de expulsar e/ou eliminar a população nativa árabe palestina do seu próprio território para substituí-la pelos judeus e, mais tarde, pelos ‘israelenses’.

O quadro 12, na página seguinte, apresenta vinte e três operações militares e de limpeza étnica para criar as condições necessárias para o estabelecimento do Estado judaico na Palestina. A mais polêmica dessas operações é o ‘*Plan Dalet*’ ou ‘*Plan D*’, iniciado em 1948 para consolidar a ocupação do território palestino pelos judeus sionistas por meio da expulsão e/ou eliminação dos árabes palestinos nativos. O quadro descreve as operações relevantes para a análise, entretanto, é importante perceber que algumas das nomeadas operações podem conter várias outras atividades de guerra (*war making*). Não discutirei essas atividades individualmente, já que a descrição no quadro oferece os detalhes mais importantes para revelar ou (re)conhecer as práticas de limpeza étnica utilizadas pelo movimento sionista pouco antes, durante e logo após o estabelecimento de Israel.

QUADRO 12 – OPERAÇÕES MILITARES ISRAELENSES E SIONISTAS DE LIMPEZA ÉTNICA NA PALESTINA (1946-1949)

NOME	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Haganah's Plan Gimmel/Plan C</i>	A Haganah formula o plano de maio de 1946 (conhecido como Plano Gimmel ou Plano C) a ser implementado no caso de eclodir um confronto armado com os palestinos. Seus objetivos, por meio das chamadas "contramedidas" e operações retaliatórias, eram manter pressão constante em todos os lugares contra os palestinos, minar seu senso de segurança e manter contato com assentamentos judaicos isolados.	May 1946
<i>The Haganah Implements Plan Gimmel</i>	Contando com os recursos diplomáticos e políticos fornecidos pela Resolução 181, a Haganah se prepara para o estágio operacional no terreno. Implementa o Plano Gimmel, formulado em maio de 1946 com o objetivo de desestabilizar a população palestina e ocupar posições estratégicas no país. Convoca todos os judeus da Palestina com idades entre 17 e 25 anos para se registrar para o serviço militar. Estima-se que 80.000 membros da Haganah foram alertados.	29 Nov. – 1º Dec. 1947
<i>Series of Zionist Attacks</i>	Em 2 de janeiro, a Haganah ataca a aldeia de Abu Shusha (subdistrito de Haifa). Dois dias depois, um carro-bomba Irgun explode o Grand Serai (Centro do Governo) em Jaffa, matando 26 civis palestinos. No dia seguinte, o Hotel Semiramis em Jerusalém é explodido, matando 20 palestinos. Em 7 de janeiro, a Irgun planta explosivos no Portão de Jaffa em Jerusalém, matando 15 civis palestinos e ferindo 41. Em 11 de janeiro, forças judaicas combinadas atacam a vila de Lifta novamente duas semanas após o primeiro ataque. A maioria das casas é destruída e todos os moradores são expulsos. Em 19 de janeiro, a Haganah ataca as aldeias de Shafa 'Amr (subdistrito de Haifa) e Tamra (subdistrito de Nazareth). Em 26 de janeiro, a Haganah destrói a aldeia de Sukrayr (subdistrito de Gaza).	02-26 Jan. 1948
<i>Zionist Attacks</i>	A Haganah ataca a aldeia de Sa'sa' (subdistrito de Safad) e explode 14 casas, matando 11 palestinos. No dia seguinte, destrói Qisarya e as aldeias vizinhas ao sul de Haifa e despeja seus habitantes. Em 20 de fevereiro, a Haganah bombardeia seções residenciais árabes de Haifa com morteiros, matando 6 e ferindo 36 civis palestinos. Em 28 de fevereiro, toda a população árabe nas aldeias de Qira e Qamun no distrito de Haifa é expulsa, proporcionando uma conexão estratégica entre as colônias judaicas. Em 3 de março, a gangue LEHI-Stern destrói prédio de escritórios em Haifa com um carro-bomba, matando 11 e ferindo 27 civis palestinos. Dois dias depois, a Haganah ataca e captura a aldeia de Biyar Adas (subdistrito de Jaffa), expulsando os seus habitantes.	14 Feb. – 05 Mar. 1948
<i>Haganah Operations</i>	A Haganah explode casas no subúrbio de Jaffa, Abu Kabir, em 11 de março, e na vila de al-Husayniyya (subdistrito de Safad), em 13 de março. Embosca um comboio palestino a caminho de Haifa, matando o comandante árabe da guarnição de Haifa, em 17 de março. Cinco dias depois, um carro-bomba deixado por judeus vestidos com uniformes do exército britânico explodiu na Iraq Street em Haifa, causando 23 vítimas palestinas. No mesmo dia, a Haganah destrói a aldeia de Jabaliya (perto de Jaffa; subdistrito de Gaza) e, em 24 de março, destrói aldeias beduínas perto de Yevniel, a oeste de Tiberias. Em 30 de março, as forças da Irgun atacam a aldeia de al-Shaykh Muwannis (subdistrito de Jaffa) e expulsam seus residentes à força. No dia seguinte, a Haganah conclui a demolição de Abu Kabir perto de Jaffa e explode um trem perto da colônia de Binyamina (subdistrito de Haifa), matando 24 palestinos e ferindo 61.	11-31 Mar. 1948
<i>Plan Dalet / Plan D</i>	O objetivo do Plano Dalet era "obter o controle das áreas do estado hebraico e defender suas fronteiras" e também "as áreas de assentamentos e concentrações judaicas que estão localizadas fora" dessas fronteiras. O plano, que previa a montagem de operações para destruir aldeias palestinas e expulsar seus habitantes para fora do estado a ser estabelecido, foi lançado em 1º de abril e constituiu um ponto de inflexão na estratégia sionista na Palestina. Cada operação militar iniciada foi identificada com um nome específico.	1º Apr. 1948
<i>Deir Yassin Massacre</i>	A Irgun e a gangue LEHI-Stern massacraram mais de 100 habitantes no vilarejo de Deir Yassin, um subúrbio a oeste de Jerusalém, a cinco quilômetros de al-Qastal. Dois dias depois, a Haganah ocupa Deir Yassin	09-11 Apr. 1948

<i>Operations Nachshon and Har'el (Tel-Aviv-Jerusalem Road)</i>	A Operação Sionista Nachshon, que constituiu a primeira fase do Plano Dalet, visava abrir e assegurar a estrada Tel Aviv-Jerusalém. Começou atacando e capturando a vila de al-Qastal, a oeste de Jerusalém. Em 5 de abril, as aldeias de Hulda e Dayr Muhaysin, a leste de Ramla, são atacadas e capturadas; um contra-ataque palestino no dia seguinte falha. Em 8 de abril, Abd al-Qadir al-Husseini é morto no contra-ataque a al-Qastal. No dia seguinte, a Haganah retoma al-Qastal. Em 11 de abril, a Haganah destrói a aldeia de Qalunya, perto de al-Qastal. Em 15 de abril, termina a Operação Nachshon. Lançada a Operação Har'el (16 e 21 de abril): as aldeias de Biddu, Bayt Surik, Saris e Suba (subdistrito de Jerusalém) são atacadas e destruídas.	03-21 Apr. 1948
<i>Operation Hametz (Jaffa)</i>	A Irgun e a Haganah, sob a Operação Hametz, iniciam a ofensiva contra Jaffa com um pesado bombardeio de morteiro seguido de um ataque de infantaria. Em 28 de abril, os britânicos intervêm para impedir o ataque. No entanto, a Haganah captura os subúrbios de Jaffa - Salama, Yazur, Tall al-Rish e Jabaliya, isolando Jaffa do interior. Os residentes restantes fogem da cidade por via marítima em 29 de abril. Uma unidade de socorro da ALA (Arab Liberation Army), comandada por Michel Issa, e outros voluntários conseguiram abrir caminho até Jaffa para quebrar o cerco da Haganah e manter a resistência. Em 4 de maio, unidades da Irgun ocupam a vila de al-Abbasiyya, perto de Jaffa. No dia seguinte, a unidade da ALA sob o comando de Michel Issa se retira de Jaffa, pondo fim à resistência da cidade. Em 10 de maio, a Haganah entra na cidade e, em 13 de maio, os líderes da cidade assinam o documento de rendição à Haganah.	24 Apr. – 13 May 1948
<i>Operation Jevussi (Jerusalem)</i>	A Haganah lança a Operação Jevussi para a conquista de toda Jerusalém, incluindo os bairros residenciais palestinos em Jerusalém Ocidental e Oriental fora da Cidade Velha, bem como as aldeias nos subúrbios do norte e leste. Em 26 de abril, a Haganah ataca Shaykh Jarrah em Jerusalém Oriental, mas as forças britânicas intervêm contra a Haganah. Uma tentativa da Haganah de separar Jerusalém de Jericó também fracassou. Em 29 de abril, ataca e ocupa o bairro residencial palestino de Qatamon, em Jerusalém Ocidental. No dia seguinte, todos os bairros palestinos em Jerusalém Ocidental são ocupados pela Haganah e os residentes são expulsos.	26-30 Apr. 1948
<i>Operation Yiftah (Eastern Galilee)</i>	Dez dias após conquistar Tiberias, em 28 de abril, a Haganah lança uma ofensiva (dentro da Operação Yiftah, que havia começado sem sucesso em 15 de abril) para expulsar os palestinos da Galiléia oriental (de Rosh Pina ao rio Jordão) e da Galiléia central e capturar Safad (que foi evacuada pelos britânicos em 16 de abril). Também ataca e ocupa as aldeias de Ayn al-Zaytun e Biriyya, ao norte de Safad, e Samakh, ao sul do Lago Tiberias; os moradores fogem da cidade. [...] Em 6 de maio, a ofensiva da Haganah para ocupar Safad se intensifica. Ataca e ocupa a aldeia de al-Shajara e aldeias vizinhas ao redor do Monte Tabor; os residentes são expulsos. Também lança a Operação Gideon, em 10 de maio, para ocupar aldeias na bacia de al-Hula (alto leste da Galiléia). Captura Safad e as aldeias vizinhas em 11 de maio e Baysan no dia seguinte. Também ocupa as aldeias de Awlam, Hadatha e Ma'dhar (subdistrito de Tiberias, baixa Galiléia). Finalmente, al-Khalisa é conquistada em 25 de maio.	28 Apr. – 25 May 1948
<i>Operation Maccabi (Ramla/ al-Latrun)</i>	A Haganah lança a Operação Maccabi para a conquista das aldeias restantes entre Ramla e al-Latrun e abre o "Corredor de Jerusalém". No entanto, a Haganah não consegue abrir a junção de al-Latrun que leva aos bairros judeus de Jerusalém.	08-19 May 1948
<i>Operation Barak (South and Negev)</i>	Na preparação para a Operação Barak (relâmpago), a Haganah ocupa Aqir, (5 de maio) e Qatra (6 de maio) no subdistrito de al-Ramla e expulsa seus residentes. A Operação Barak é lançada em 9 de maio para abrir o caminho para o Sul e o Negev, conquistar o maior número de aldeias possível, expulsar seus habitantes "criando pânico geral" e consolidar as posições adquiridas antes de enfrentar as forças egípcias que devem entrar, em 15 de maio, em partes do território atribuídas pelo Plano de Partição da ONU ao estado árabe. Numa primeira fase (9-14 de maio), a Haganah ocupa, no subdistrito de al-Ramla, Bashshit, Abu Shusha e al-Qubab; e no subdistrito de Gaza, Bayt Daras, Barqa, al-Batani al-Sharqi, Burayr, Hulayqat e Kawkaba. Numa segunda fase (15 de maio a 1 de junho), conquista al-Maghar, al-Qubayba e Zarnuqa (subdistrito de al-Ramla); e al-Sawafir al-Sharqiyya, al-Batani al-Gharbi, al-Muharraqa e Huj (subdistrito de Gaza).	09-13 May 1948

<i>Operation Namal (Coastal Plain Haifa-Tel Aviv)</i>	Ordenada a ocupar todas as aldeias palestinas na planície costeira perto de Tulkarm, a Haganah ocupa a aldeia de Kafr Saba em 13 de maio e inicia uma ofensiva abortada (posteriormente abandonada) para capturar Qalqilya e al-Tira, perto de Qalqilya. Como parte da Operação Namal, ela se concentra na aldeia de al-Tantura na noite de 22-23 de maio: dezenas de moradores são mortos, 500 são feitos prisioneiros, os outros são expulsos e a aldeia é destruída.	13-23 May 1948
<i>Operation Ben Ami (Western Galilee)</i>	A Haganah lança a Operação Ben Ami para conquistar o oeste da Galiléia, expulsar seus habitantes árabes e arrasar suas aldeias. Al-Sumayriyya, al-Zib e al-Bassa (subdistrito de Acre) são atacados e ocupados; a aldeia de Kafr Qar'i (subdistrito de Haifa) é capturada. A cidade do Acre é atacada no dia 16 de maio e capturada no dia seguinte. Uma segunda etapa da Operação ocorre nos dias 20 e 21 de maio, com a conquista de Umm al-Faraj, al-Kabri, al-Tall, al-Nahr e al-Ghabisiyya.	13-21 May 1948
<i>Operation Schfiton and Kilshon (Jerusalem)</i>	A Haganah lança a Operação Schfiton para capturar a Cidade Velha. Também lança a Operação Kilshon para ocupar áreas estratégicas em Jerusalém evacuadas pelos britânicos e bairros residenciais palestinos fora da Cidade Velha. Em 19 de maio, as defesas palestinas são rompidas na Cidade Velha, mas a Legião Árabe vem em seu socorro. Em 28 de maio, a Legião Árabe assumiu o controle do bairro judeu na Cidade Velha.	14-28 May 1948
<i>1st Palestine Truce, Destruction of Palestinian Villages*</i>	Uma trégua de quatro semanas começa; foi convocada pelo Conselho de Segurança em 29 de maio e negociada pelo Conde Bernadotte. Vai terminar em 8 de julho. As forças israelenses aproveitam a trégua para começar a destruição massiva de aldeias expulsas, incluindo al-Mazar no subdistrito de Haifa, Fajja perto de Petah Tikva, Biyar Adas, Miska, Hawsha e al-Manshiyya perto de Acre.	11 Jun. – 8 July 1948
<i>Israeli Military Operations at End of 1st Truce*</i>	Quando a trégua de quatro semanas está terminando, o exército israelense lança uma série de operações em diferentes frentes. Na Operação An-Far, que começa na noite de 8-9 de julho e continua até 15 de julho, o exército israelense, movendo-se contra as forças egípcias, esvazia aldeias ao sul de Ramla em um arco entre as colinas de Hebron e a costa. Na Operação Dekel (Palmeira) que realiza de 9 a 18 de julho, captura Nazaré do Exército de Libertação Árabe e ocupa a Baixa Galiléia. Lança a Operação Dani em 11-12 de julho, captura Lydda e Ramla e expulsa seus residentes, após realizar um massacre de cerca de 400 palestinos em Lydda. A Operação Qedem empreendida em 16-17 de julho contra a Cidade Velha de Jerusalém é repelida.	08-18 July 1948
<i>Ethnic Cleansing During the Second Truce*</i>	Em violação da trégua, o exército israelense realiza operações militares dentro ou perto das linhas de trégua para destruir aldeias palestinas e expulsar seus habitantes. Na Operação Shoter, de 24 a 26 de julho, ataca e captura as aldeias de Ayn Ghazal, Jaba 'e Ijzim, no Pequeno Triângulo ao sul de Haifa. Na Operação Nikayon ("limpeza"), de 24 a 28 de agosto, ocupa a área costeira a oeste de Yibna e ao norte de Isdud. Do final de agosto até meados de outubro, ataca e expulsa beduínos e residentes de vilarejos no Negev.	24 July – 26 Oct. 1948
<i>Operations Yoav and ha-Har (South/ Put End to 2nd Truce)*</i>	Rompendo a segunda trégua, o exército israelense lança a Operação Yoav (também conhecida como Operação Dez Pragas) contra as forças egípcias e quebra o cerco aos assentamentos israelenses no Negev. Também lança a Operação ha-Har a sudoeste de Jerusalém contra as forças egípcias. As tropas egípcias (entre elas Gamal Abdel Nasser) estão cercadas no "Faluja Pocket" (incluindo as aldeias de al-Faluja e Iraq al-Manshiyya) e irão resistir até o fim da guerra. Bir al-Sabi 'está completamente ocupada em 21 de outubro, Bayt Nattif no dia seguinte e Bayt Jibrin em 27 de outubro. Dezenas de milhares de refugiados são expulsos. Em 29 de outubro, um massacre é realizado na aldeia de al-Dawayima, entre Bir al-Sabi 'e Hebron, a fim de impelir seus residentes a partir.	15-29 Oct. 1948
<i>Operation Hiram (North)*</i>	O exército israelense lança a Operação Hiram, ocupa e esvazia o bolsão central e superior da Galiléia mantido pelas forças de al-Qawuqji e pelo exército libanês. Entre cinquenta e sessenta mil palestinos são expulsos. O exército israelense atravessa o Líbano e ocupa várias vilas libanesas (as quais serão evacuados no âmbito do Armistício Israelense-Libanês). Também empurra o exército sírio mais para o leste.	28-31 Oct. 1948
<i>Operation Horev Against Egyptian Forces*</i>	O exército israelense lança a Operação Horev para expulsar os egípcios da faixa costeira do sul e do Negev. Asluj e al-Awja são capturadas. As tropas israelenses entram no Sinai, mas se retiram sob pressão britânica.	22 Dec. 1948 – 06 Jan. 1949

<i>Palestinians Are Expelled from al-Faluja Pocket*</i>	As unidades israelenses intimidam 2.000 a 3.000 aldeões para que deixem Faluja Pocket, violando o Armistício Israel-Egito. Eles completam a ocupação do Negev até Umm Rashrash (Eilat).	1º Mar. – 21 Apr. 1949
--	---	---------------------------------

FONTE: PALJOURNEYS, 2020 – formatada e traduzida pela autora.

O quadro 13, na página seguinte, apresenta as guerras e as operações militares de formação do Estado de Israel (1948-2018). São descritas 13 atividades de *war making* entre Israel, os árabes palestinos e os países árabes vizinhos. Essas guerras e operações militares viabilizaram a expansão territorial e o controle cada vez maior da população árabe palestina. Desse modo, possibilitando a construção de novos assentamentos judaicos nas áreas ocupadas dos territórios destinados a um Estado palestino.

Com a aprovação do Plano de Partilha da Palestina da ONU (Resolução A/RES/181(II), 29 de novembro de 1947), as atividades de *war making* passaram dos enfrentamentos de contenção das revoltas árabes palestinas antissionistas para as operações (para)militares estratégicas de desestabilização da população nativa e de posicionamento das unidades de combate para o que viria a ser a guerra de independência. “O anúncio da aceitação da partição pela ONU foi recebido na Palestina Árabe por uma greve geral e manifestações; alguns - em Jerusalém e em outros lugares - voltaram-se para motins destrutivos”³²² (PALJOURNEYS(a), 2020).

Em janeiro de 1948, “[...] emissários da Haganah concluem um negócio de armas com a Tchecoslováquia; a compra inclui 24.500 rifles, 5.000 metralhadoras leves, 200 metralhadoras médias, 54 milhões de cartuchos de munição e 25 [aviões de combate] Messerschmitts”³²³ (PALJOURNEYS, 2020). Em fevereiro de 1948, abriram chamado para o serviço militar (homens e mulheres), atraindo aproximadamente 280 voluntários que chegaram à Tel Aviv no navio Independência (*Independence Ship*) (PALJOURNEYS, 2020).

³²² “The announcement of the UN acceptance of partition was met in Arab Palestine by a general strike and demonstrations; some—in Jerusalem and elsewhere—turned to destructive riots.”

³²³ “[...] Haganah emissaries conclude an arms deal with Czechoslovakia; the purchase includes 24,500 rifles, 5,000 light machine guns, 200 medium machine guns, 54 million rounds of ammunition, and 25 [fighter planes] Messerschmitts.”

QUADRO 13 – GUERRAS E OPERAÇÕES MILITARES DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL (1948-2018)

GUERRA	DESCRIÇÃO
War of Independence (1947–1949)	1ª Guerra Árabe-Israelense: a guerra foi travada ao longo de toda a longa fronteira do país: contra o Líbano e a Síria no norte; Iraque e Transjordânia - renomeada Jordânia durante a guerra - no leste; Egito, auxiliado por contingentes do Sudão - no sul; e palestinos e voluntários de países árabes do interior do país. A guerra consistiu em 39 operações separadas, travadas desde as fronteiras do Líbano até a Península do Sinai e Eilat. Em julho de 1949, o IDF (Israel Defense Forces / Exército de Israel) repeliu todos os exércitos árabes invasores e acordos de armistício foram assinados entre Israel e seus principais oponentes - efetivamente encerrando a luta e assegurando a existência do Estado de Israel. No entanto, a doçura da vitória foi amargada por pesadas baixas. Ao final da guerra, Israel havia perdido cerca de 4.000 de seus soldados e mais de 2.000 civis - um total impressionante somando mais de 10% da população jovem do país no início da guerra.
The Sinai Campaign (Operation Kadesh - 1956)	A Campanha do Sinai, batalha para encerrar as incursões terroristas em Israel e para remover o bloqueio egípcio de Eilat, marcou a transformação final do IDF em um exército profissional capaz de operações em grande escala. Um plano de batalha para a operação foi adotado no início de outubro de 1956, mas foi revisado após o acordo secreto de Israel com a Grã-Bretanha e a França. Segundo este acordo, Israel transferiu o foco de ação para o mais próximo possível do Canal de Suez. Embora Israel tenha perdido 171 soldados em batalha, a Campanha do Sinai é considerada um sucesso militar impressionante [...].
Six-Days War (June 1967)	Quando Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, Síria e Líbano moveram suas forças em direção à fronteira israelense, Israel mobilizou suas forças de reserva e lançou uma campanha diplomática para obter apoio internacional para acabar com o bloqueio egípcio aos navios israelenses através do Estreito de Tiran. Quando isso falhou, e em reação às ameaças árabes de varrer Israel, a guerra começou com um ataque aéreo preventivo israelense em 5 de junho de 1967. Terminou em 10 de junho de 1967 com a vitória de Israel. Israel derrotou os exércitos árabes e capturou a Península do Sinai e a Faixa de Gaza do Egito, as Colinas de Golã da Síria e a Cisjordânia da Jordânia. 776 soldados israelenses morreram na Guerra dos Seis Dias. [...] A Força Aérea havia, pela primeira vez, desempenhado um papel decisivo: limpar os céus desde o início, tornando tudo o que se seguiu possível.
War of Attrition (1968–1970)	A Guerra de Atrito (em hebraico: 'Milhemet HaHatasha') foi uma guerra entre Israel, Egito, Jordânia e Síria. A guerra começou oficialmente em julho de 1967 e terminou em agosto de 1970. No entanto, todo o período desde o final da Guerra dos Seis Dias em 1967 até o início da Guerra do Yom Kippur em 1973 foi perturbado por numerosos confrontos entre Israel e seus vizinhos nas frentes norte, sul e leste. A "Guerra de Atrito", portanto, refere-se ao período entre 1967 e 1973 e não apenas às batalhas entre Israel e Egito em 1967-1970. No final da Guerra dos Seis Dias, uma nova realidade emergiu: as linhas de cessar-fogo haviam alterado completamente o desenho do mapa de Israel. Suas fronteiras terrestres foram reduzidas em 650 km, enquanto suas fronteiras marítimas foram ampliadas em 1000 km. As novas fronteiras ficavam longe do centro de Israel e forçaram o IDF a se preparar de acordo. Além disso, os territórios recém-conquistados abrigavam uma população árabe de quase um milhão de habitantes. O período entre a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kippur pode ser dividido em três subperíodos: [1] Junho de 1967 a fevereiro de 1969 - calma relativa com o Egito e forte atividade nas regiões da Jordânia e Judéia e Samaria; [2] Março de 1969 a agosto de 1970 - as batalhas da Guerra de Atrito contra o Egito; e [3] Pós-guerra, agosto de 1970 à Guerra do Yom Kippur em 1973 - aumento da atividade na região das Colinas de Golã e do Líbano.

<p><i>Yom Kippur War (October 1973)</i></p>	<p>A guerra foi assim chamada porque começou no dia mais sagrado do calendário judaico, o Dia da Expição (6 de outubro de 1973). Foi uma surpresa quase total e um aviso foi dado tarde demais para uma convocação ordenada das reservas antes da hora zero. Os egípcios e os sírios obtiveram alguns ganhos iniciais significativos: os primeiros cruzaram o Canal de Suez e se estabeleceram ao longo de toda a sua extensão na margem leste; o último ultrapassou as colinas de Golã e avistou o Mar da Galiléia. No entanto, a roda girou muito rapidamente. [...] em poucos dias, o IDF estava na margem oeste do Canal de Suez, a uma distância de 100 km da capital egípcia, Cairo, e ao alcance da artilharia dos campos de aviação em torno da capital síria, Damasco. O Egito, que a princípio recusara o cessar-fogo, agora o aceitou avidamente, assim como a Síria. Considerando as circunstâncias iniciais adversas, a velocidade e a eficácia com que o IDF foi capaz de reverter sua sorte foram notáveis. Mesmo assim, a Guerra do Yom Kippur ficou registrada na história de Israel como um fracasso qualificado. A surpresa irritou; e o custo foi alto: 2.688 soldados morreram. O ramo que se destacou durante a Guerra do Yom Kippur foi a Marinha, que só agora atingiu a maioria: sem uma única perda própria, havia afundado 34 navios inimigos; havia assegurado as costas do país; e conseguira restringir o inimigo às suas bases. Durante essas três semanas de guerra, 2.691 soldados do IDF perderam a vida defendendo seu país. As negociações nos anos seguintes levaram a acordos de desligamento, nos termos dos quais Israel se retirou de partes dos territórios capturados pelo IDF durante a Guerra do Yom Kippur.</p>
<p><i>Operation Litani (Lebanon, 1978)</i></p>	<p>Em 11 de março de 1978, três dias antes do início da Operação Litani (em hebraico: 'Mivtsa Litani'), onze terroristas da Organização para a Libertação da Palestina, liderados por Dalal al-Mughrabi, infiltraram-se em Israel via Líbano por mar e assumiram o controle de um ônibus civil israelense. O ônibus estava viajando por uma estrada costeira perto de Tel Aviv. 35 civis, incluindo 13 crianças, foram mortos e 71 ficaram feridos no ataque. O ataque, conhecido como "Massacre da Estrada Costeira" (em hebraico: "Tevah Kvish HaHof"), demonstrou um desejo claro de sabotar o processo de paz com o Egito. Em resposta a este ataque, o governo israelense decidiu tomar uma ação militar contra as infraestruturas terroristas da OLP localizadas no sul do Líbano, a fim de empurrar a OLP para além do rio Litani. Em poucos dias, o IDF conseguiu chegar às margens do rio Litani. Três dias após o Massacre da Estrada Costeira, na noite de 14 de março de 1978, o IDF decidiu retaliar e lançou uma vasta operação no sul do Líbano, liderada por brigadas de infantaria da 36ª Divisão e do Quartel-General do Chefe de Infantaria e Corpo de Paraquedistas. Mais tarde, essas tropas foram acompanhadas pelos Armored Corps (Corpo Blindado) e unidades operacionais menores. O objetivo anunciado da operação era destruir as bases da OLP ao sul do rio Litani, a fim de restaurar a sensação de segurança no norte de Israel. [...] No dia 17 de março, ao final da primeira fase da operação, decidiu-se estender a área da operação e avançar até as margens do rio Litani. O nome original da operação foi alterado em conformidade e tornou-se Operação Litani.</p>
<p><i>Operation Peace for Galilee (1982– 1985)</i></p>	<p>A Operação Paz pela Galiléia (em hebraico: 'Shalom HaGalil'), também conhecida como a Primeira Guerra do Líbano (em hebraico: 'Milhemet Levanon HaRishona'), foi uma guerra lançada por Israel contra terroristas palestinos baseados no sul do Líbano. A operação foi lançada em 6 de junho de 1982, após a tentativa de assassinato do Embaixador de Israel no Reino Unido por uma célula terrorista. O objetivo declarado da operação era colocar as comunidades do norte de Israel fora do alcance dos terroristas no sul do Líbano, empurrando os últimos 40 km para o norte. A guerra durou mais de três meses até que as forças israelenses chegaram a Beirute. A guerra no Líbano pode ser dividida em duas fases. A primeira foi uma guerra convencional, que durou de 6 de junho a 23 de agosto de 1982, quando os terroristas foram expulsos de Beirute. A segunda fase, que durou três anos, foi dirigida contra os terroristas. No início da guerra, o IDF avançou ao longo da costa, cruzou o rio Awall, entrou em Beirute e continuou para o norte pelas montanhas Shouf ao longo do flanco das principais forças sírias no Vale Beka'a, ameaçando sua retaguarda como bem como comunicações entre Beirute e Damasco. A Operação Paz para a Galiléia atingiu alguns de seus objetivos. A liderança da OLP e suas forças foram expulsas do Líbano e a Tunísia tornou-se o novo quartel-general da OLP. Mas, no Líbano, outras organizações terroristas, incluindo a recém-formada organização xiita Hezbollah, uma proxy iraniana, continuaram a atacar as forças israelenses ali. Em 1985, o IDF recuou para uma zona de segurança no sul do Líbano projetada para proteger cidades e vilarejos israelenses na Galiléia. As forças israelenses retiraram-se completamente do Líbano em maio de 2000.</p>
<p><i>Operation Grapes of Wrath (1996)</i></p>	<p>Em resposta ao aumento da tensão, devido aos ataques de foguetes do Hezbollah nas cidades do norte de Israel (especialmente Qiryat Shmona), o primeiro-ministro Shimon Peres lançou a Operação "Vinhas da Ira" em 11 de abril de 1996. Centenas de foguetes pousaram no norte de Israel. Durante a operação, aldeias xiitas no sul do Líbano foram bombardeadas com o objetivo de fazer com que civis se mudassem para o norte em direção a Beirute, pressionando assim os governos sírio e libanês a lutar concretamente contra as ações do Hezbollah.</p>

<p><i>Operation Defensive Shield (2000)</i></p>	<p>Em 29 de março de 2002, durante a Segunda Intifada, o IDF lançou uma operação em grande escala conhecida como Operação Escudo Defensivo (em hebraico: 'Mivtsa Homat Magen'). O principal objetivo da operação era atacar as infraestruturas terroristas palestinas e pôr fim à onda de ataques terroristas contra cidadãos israelenses. Um dos principais gatilhos da operação foi o ataque de 27 de março de 2002 ao Park Hotel em Netanya. O Hamas afirmou ter organizado este ataque no qual 30 civis israelenses foram mortos. A operação concentrou-se nas cidades da Judéia e Samaria, em particular Nablus, Ramallah, Jenin e Belém, que abrigavam a maior parte das infraestruturas terroristas. A batalha em Jenin foi a mais difícil e por isso é a mais lembrada. Ao final da operação, vários objetivos foram alcançados: cessaram os disparos contra Gilo (distrito de Jerusalém); o número de ataques diminuiu; enormes quantidades de armas foram apreendidas da Autoridade Palestina; a Mukataa [sede em Ramallah], que era um símbolo da Autoridade Palestina, foi parcialmente destruída; [e] muitos terroristas procurados foram presos.</p>
<p><i>Second Lebanon War (2006)</i></p>	<p>A Segunda Guerra do Líbano (em hebraico: 'Milhemet Levanon HaShniya') foi uma guerra entre o IDF e a organização terrorista Hezbollah de 12 de julho a 14 de agosto de 2006. O objetivo da guerra era devolver tranquilidade aos cidadãos do norte de Israel, cessando os disparos de foguetes do Hezbollah, além de libertar os dois soldados israelenses sequestrados pelo Hezbollah em 12 de julho. Durante o bombardeio de um mês do Hezbollah contra a população civil de Israel, 6.000 casas foram atingidas, 300.000 residentes deslocados e mais de um milhão foram forçados a viver em abrigos. Quase um terço da população de Israel - mais de dois milhões de pessoas - foi diretamente exosada à ameaça de mísseis. Mais de mil foguetes caíram na área de Kiryat Shmona, 808 foguetes caíram perto de Nahariya, 471 perto de Safed, 176 perto de Carmiel, 106 perto de Akko, 93 nos arredores de Haifa e 81 perto de Tiberias. 4.262 civis foram tratados em hospitais por ferimentos. Às 8h do dia 14 de agosto de 2006, o IDF interrompeu sua ofensiva no Líbano por ordem do governo israelense. Esta decisão seguiu a votação da Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU. As tropas israelenses permaneceram no sul do Líbano até que as Forças Armadas libanesas recuperassem o controle da área e a UNIFIL e as forças da ONU fossem destacadas. A Segunda Guerra do Líbano matou 119 soldados e 44 civis israelenses. Além disso, 400 soldados e cerca de 2.000 civis israelenses ficaram feridos. A Força Aérea atacou 7.000 alvos no Líbano, enquanto a Marinha realizou 2.500 bombardeios na costa libanesa.</p>
<p><i>Operation Cast Lead (2008–2009)</i></p>	<p>Em 27 de dezembro de 2008, sétimo dia de Hanukkah, o IDF lançou a Operação Chumbo Fundido em Gaza. O objetivo da operação era atingir infraestruturas usadas para atividades terroristas e lançamento de foguetes da Faixa de Gaza contra civis israelenses. Por volta do meio-dia, a Força Aérea Israelense (Israeli Air Force - IAF) começou a atacar as infraestruturas do Hamas em Gaza, incluindo túneis subterrâneos e locais de lançamento de foguetes. Após dois dias de ataques aéreos, o IDF começou os ataques navais. As forças armadas atacaram dezenas de alvos em toda a Faixa de Gaza, como armazéns, postos militares, túneis, locais de lançamento de projéteis para Israel e locais de produção e armazenamento. Durante a operação, também atacaram as casas de altos funcionários do Hamas. No 20º dia de operação, uma aeronave da IAF atingiu um prédio em Jabaliya que abrigava uma reunião entre Saïd Seyam, ministro do Interior do Hamas, e Salah Abu Jarrah, chefe do aparato de segurança interna. Este ataque levou à morte de Seyam. Centenas de túneis foram bombardeados por ataques da Força Aérea. O ponto culminante desses ataques aéreos foi alcançado quando a Força Aérea destruiu cerca de cem túneis em apenas um dia. Vinte e dois dias após o início da operação, o gabinete de segurança israelense decidiu pelo fim das hostilidades na Faixa de Gaza. O cessar-fogo entrou em vigor às 2h00. e o Major General Yoav Galant anunciou a redistribuição das forças israelenses nas várias linhas da Faixa de Gaza.</p>

<p><i>Pillar of Defense</i> (2012)</p>	<p>Em 14 de novembro de 2012, o IDF lançou a Operação Pilar de Defesa contra organizações terroristas na Faixa de Gaza, com o objetivo de reduzir o número de ataques com foguetes contra civis israelenses. A operação começou com a eliminação de Ahmed Jabari, chefe do braço militar do Hamas na Faixa de Gaza. Jabari foi um dos líderes da organização terrorista Hamas e responsável direto pelos ataques a Israel no passado, assim como pelo sequestro e cativeiro de Gilad Shalit. Em oito dias, o IDF tinha como alvo mais de 1.500 locais terroristas na Faixa de Gaza, que haviam sido identificados e localizados por forças de inteligência nos meses anteriores. Os seguintes alvos foram escondidos pelo Hamas no centro de áreas de assentamento civil: 19 líderes do Hamas e da organização terrorista Jihad Islâmica; 30 quartéis-generais de comando principal; 980 lançadores de foguetes subterrâneos; 140 túneis usados para transferência de armas; 66 ferramentas usadas para atividades terroristas; 42 salas de controle e bases do Hamas; 26 locais usados para armazenamento e produção de armas; e dezenas de lançadores de mísseis de longo alcance. Nesses oito dias, a vida se tornou insuportável para 3,5 milhões de israelenses ao alcance dos foguetes do Hamas. Terroristas de Gaza bombardearam Israel com mais de 1.500 foguetes. Mais de 900 foguetes atingiram Israel e mais de 400 outros foram interceptados pelas baterias do Iron Dome (sistema israelense de interceptação de mísseis), que salvaram a vida de um grande número de civis israelenses. Mais de cem foguetes disparados por terroristas atingiram a própria Faixa de Gaza, tornando os civis de Gaza vítimas do terror do Hamas também. Apesar de todos os esforços feitos pelo Home Front Command, quatro civis israelenses foram mortos por foguetes vindos de Gaza e outros 112 ficaram feridos.</p>
<p><i>Protective Edge</i> (2014)</p>	<p>A Operação Borda de Proteção (hebraico: Mivtsa Tzuk Eitan) foi lançada em 8 de julho de 2014, com o objetivo de restaurar a segurança ao sul do país, que havia sofrido inúmeros ataques de foguetes. Após quase 50 dias de combates, em terra e no ar, foi estabelecido um cessar-fogo. No final de agosto, um cessar-fogo começou. Em junho de 2014, o IDF estava no meio da Operação Brother's Keeper na Judéia e Samaria. O Hamas e outras organizações terroristas aumentaram significativamente os disparos de foguetes em áreas povoadas por civis no sul de Israel. Em três semanas, quase 250 foguetes foram disparados, forçando o IDF a reagir. O IDF perdeu 68 soldados na Operação Protective Edge; cerca de 4.500 foguetes foram disparados contra Israel; o IDF destruiu 32 túneis de terror do Hamas, 14 dos quais penetravam o território israelense; terroristas do Hamas se infiltraram em território israelense 5 vezes; 692 foguetes foram interceptados pelo Iron Dome; centenas de terroristas foram eliminados e muitos feridos.</p>

FONTES: MFA(c), 2020; MFA(d), 2020; MFA(e), 2020; MFA(f), 2020; IDF, 2020; IDF(a), 2020; IDF(b), 2020; IDF(c), 2020; IDF(d), 2020; IDF(e), 2020; IDF(f), 2020; IDF(g), 2020; IDF(h), 2020; IDF(i), 2020; IDF(j), 2020; IDF(k), 2020 – formatada e traduzida pela autora.

Até maio de 1948, dias antes da guerra da independência (ou *Nakba*, a catástrofe para os árabes palestinos), Israel recebeu seus armamentos adquiridos da Tchecoslováquia (de barco) e também da França (de avião) (PALJOURNEYS, 2020). “Em termos humanos, a Guerra da Independência foi a guerra mais cara de Israel, com mais de 6.000 israelenses mortos e 15.000 feridos.

No final da guerra, as IDF tinham mais de 100.000 homens e mulheres uniformizados em tempo integral, em comparação com o mero punhado de soldados em tempo integral em seu início. Além de 12 brigadas, principalmente de infantaria, possuía vários regimentos de artilharia. Os primeiros regimentos blindados foram equipados com veículos blindados leves, alguns capturados, alguns "requisitados" das tropas britânicas que partiam; e alguns tanques - dois Cromwells "comprados" dos britânicos em retirada e alguns reconstituídos com sucata americana. A Marinha consistia, a princípio, em embarcações de imigração ilegal reconvertidas. Havia os elementos de uma Força Aérea - Spitfires e Messerschmidts, adquiridos principalmente na Tchecoslováquia, além dos aviões civis leves que o Haganah havia usado para fins de reconhecimento e comunicação. Alguns bombardeiros excedentes de guerra dos EUA na Segunda Guerra Mundial foram comprados como

sucata. Eles realizaram seu primeiro "ataque estratégico" ao Cairo, a caminho de Israel, antes mesmo de chegarem à sua base. Armado com um guia turístico Baedeker, um deles bombardeou e metralhou o Palácio de Abdeen: rudimentar, com certeza, mas totalmente inesperado e, portanto, psicologicamente eficaz³²⁴ (MFA(p), 2020).

A guerra consistiu em 39 operações separadas, travadas desde as fronteiras do Líbano até a Península do Sinai e Eilat³²⁵ (MFA(p), 2020). Enfim, as instituições (entidades) apresentadas no quadro 9 e as atividades (ações/eventos) apresentadas nos quadros 10 a 13 oferecem um panorama do mecanismo (evidência) *settler-colonialist* de *war making* que viabilizou a formação do Estado de Israel.

II) State Making

A segunda variável de formação dos Estados nacionais, **‘Estado/Território’** (*State making*), observa o processo de “eliminar ou neutralizar seus rivais dentro do território”³²⁶. As formas de organização previstas por Tilly são os “[...] instrumentos duráveis de vigilância e controle dentro do território”³²⁷ (TILLY, 1985, p. 181). As atividades, por sua vez, procuram “[...] reduzir a proteção dada a algumas classes”³²⁸ (TILLY, 1985, p. 181). Os elementos verificados são: as instituições sionistas pré-Estado (entidades), as ondas imigratórias pré-Estado e para Israel (atividades) e os documentos fundamentais do *lobby* sionista nas relações internacionais (atividade).

As instituições sionistas pré-Estado de Israel foram responsáveis pelas atividades de neutralização dos rivais árabes palestinos nativos durante a colonização da Palestina (1897-1947) e também após o estabelecimento do Estado de Israel (1948-2018). Essas entidades

³²⁴ “At the end of the war the IDF had over 100,000 full-time men and women in uniform, as compared to the mere handful of full-time soldiers at its beginning. In addition to 12 brigades, mostly infantry, it had several regiments of artillery. The first armored regiments were equipped with light armored vehicles, some captured, some “requisitioned” from the departing British troops; and a few tanks - two Cromwells “bought” from the withdrawing British and some reconstituted from American scrap. The Navy consisted at first of reconverted illegal immigrant vessels. There were the elements of an Air Force - Spitfires and Messerschmidts, acquired mainly in Czechoslovakia, in addition to the light civilian planes which the Haganah had used for reconnaissance and communications purposes. Some World War II US war surplus bombers were bought as scrap. These carried out their first “strategic attack” on Cairo, en route to Israel, even before reaching their homebase. Armed with a Baedeker tourist guide, one of them bombed and strafed Abdeen Palace: rudimentary, to be sure, but entirely unexpected and, therefore, psychologically effective.”

³²⁵ “In human terms, the War of Independence was Israel’s costliest war, with over 6,000 Israelis were killed and 15,000 wounded. The war consisted of 39 separate operations, fought from the borders of Lebanon to the Sinai Peninsula and Eilat.”

³²⁶ “[...] eliminating or neutralizing their rivals inside those territories.”

³²⁷ “[...] durable instruments of surveillance and control within the territory.”

³²⁸ “[...] to reduce the protection given some classes.”

foram criadas para negociar um ‘lar nacional judaico’ com os impérios e garantir a exclusividade judaica de/em suas atividades, principalmente com o objetivo de conquistar e manter a maioria etnonacional judaica, tanto no período pré-Estado quanto nas décadas após a independência (e até hoje).

As atividades (ações/eventos) executadas por essas instituições (entidades) foram fundamentais para criar as condições estruturais necessárias, assim como para dar suporte às atividades de defesa e de guerra, para fundar um Estado em território já habitado por outro povo. O quadro 14, abaixo, apresenta as 11 instituições sionistas pré-Estado que constituíram a base política, institucional, legal, econômica, educacional e colonial do que seria o Estado de Israel. Cada uma das instituições (entidades), apresentadas no quadro 14, executou atividades (ações/eventos) nas áreas específicas necessárias para realizar o projeto sionista. Não me estenderei nas descrições de cada uma, pois o quadro oferece a descrição do tipo de atividade realizada por cada uma dessas instituições.

QUADRO 14 – INSTITUIÇÕES SIONISTAS PRÉ-ESTADO DE ISRAEL (1897 - 1947)

INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ANO
<i>(World) Zionist Organization, WZO</i>	Primeira instituição política sionista responsável pela promoção do sionismo via educação e programas sionistas, também em parceria com outras instituições judaicas, de acordo com o Programa de Jerusalém.	1897 (1960)
<i>Jewish Colonial Trust Limited, JCT</i>	Primeira instituição financeira da WZO responsável por angariar fundos na Europa para a colonização da Palestina.	1899
<i>Keren Kayemeth LeIsrael / Jewish National Fund, KKL-JNF</i>	Instituição sionista responsável pela compra e pelo desenvolvimento de terras para a colonização judaica na Palestina, desde o Império Otomano.	1901
<i>Anglo-Palestine Company, APC (Bank, part of JCT)</i>	Instituição financeira subsidiária da JCT responsável pela execução das atividades na Palestina.	1902 (1925)
<i>Histadrut / General Federation of Labour in Israel</i>	Sindicato e cooperativa sionista responsável não apenas pela representação de trabalhadores judeus na Palestina e influência nas leis trabalhistas, mas também pela criação de instituições culturais, desportivas, industriais etc.	1920
<i>Vaad Leumi / The Jewish National Council</i>	Instituição política representante da comunidade judaica na Palestina e também responsável por assuntos educacionais, de saúde e serviços sociais, bem como negociações com árabes e outros departamentos sionistas/judaicos.	1920

<i>Keren Hayesod / United Israel Appeal, KH-UIA</i>	Instituição sionista responsável pela captação de recursos para atividades relacionadas à comunidade judaica internacional, incluindo suporte às <i>Aliyot</i> .	1920
<i>Solel Boneh (part of Histadrut)</i>	Instituição de engenharia civil responsável por obras públicas, incluindo estruturas de segurança e defesa.	1921/1924
<i>Technion – Institute of Technology</i>	Primeira instituição sionista/judaica de educação superior.	1924
<i>Hebrew University of Jerusalem</i>	Segunda instituição sionista/judaica de educação superior.	1925
<i>The Jewish Agency for Israel, JAFI</i>	Instituição sionista responsável, principalmente, pela execução das atividades imigratórias estabelecidas pela WZO para a colonização da Palestina.	1929

FONTE: MFA(b), 2010 – formatada e traduzida pela autora.

A primeira, e mais importante instituição sionista foi a Organização Mundial Sionista (WZO), responsável pela politização da causa nacionalista judaica sionista e pela criação e sustentação da narrativa ‘etno-religio-nacionalista’, desde o início da mobilização sionista (1897) até hoje. Entretanto, com o estabelecimento do Estado de Israel, a WZO passou a trabalhar em parceria com as instituições estatais israelenses. Foi por meio das atividades da WZO que a mobilização nacionalista judaica contemporânea teve início e, portanto, é a instituição símbolo do sionismo político e da realização do objetivo de formar um Estado na Palestina.

Outra instituição (entidade) fundamental para a expansão e o desenvolvimento do território para o futuro Estado foi o Fundo Nacional Judaico (*Jewish National Fund/Keren Kayemeth Le Israel*, KKL-JNF). O KKL-JNF executava as atividades de ‘aquisição’ e desenvolvimento de terras que seriam destinadas exclusivamente para os judeus. “Na Palestina, instituições foram estabelecidas para ligar as pessoas à terra, com a Agência Judaica [JAFI] estabelecida para interagir com os britânicos em nome da crescente comunidade judaica”³²⁹ (CIE, 2020).

Essas três Instituições (entidades), WZO/ JAFI/ KKL-JNF, formavam a base de sustentação da exclusividade judaica nas atividades realizadas na Palestina, e que hoje atuam dentro do Estado em parceria com as instituições estatais (apresentadas no capítulo 4) para a

³²⁹ “In Palestine, institutions were established to link people to the land, with the Jewish Agency established to interact with the British on behalf of the growing Jewish community.”

manutenção do Estado e da maioria étnica judaica. A atividade mais importante para a formação de Israel foi a imigração em massa de judeus do mundo todo para colonizar o território da Palestina, atividade que ainda é executada pela Agência Judaica para Israel (*Jewish Agency for Israel*, JAFI).

As ondas imigratórias podem ser divididas em dois grandes blocos: 1º) ondas imigratórias pré-Estado (1897-1948) para a colonização/povoamento da Palestina; e 2º) ondas imigratórias para Israel (1948-2017) para a manutenção da maioria étnica. O quadro 4, apresentado no capítulo 3 (página 90), mostrou as ondas imigratórias (*Aliyot*) pré-Estado. O quadro 15, abaixo, apresenta as ondas imigratórias para Israel que, conforme já discutido no capítulo 4, refletem a necessidade de manter a maioria étnica judaica no Estado de Israel. Por essa razão, após o estabelecimento de Israel, foi incentivada a busca por ‘outros judeus’ para imigrar para o novo Estado. Dessa maneira, as instituições sionistas, em conjunto com o Estado, promoveram novas ondas imigratórias de judeus não europeus.

QUADRO 15 – ONDAS IMIGRATÓRIAS PARA ISRAEL (*ALIYOT*, 1948 – 2017)

<i>ALIYAH</i>	PAÍS DE ORIGEM	ANO
7ª Aliyah	Europa e países árabes (imigração em massa majoritariamente do Iêmen e do Iraque)	1948-1952
8ª Aliyah	União Soviética (100.000 novos imigrantes - <i>Olim</i>)	1975
9ª Aliyah	Etiópia (Operações aéreas Moisés e Salomão)	1984-1991
Great Aliyah	Ex-União Soviética (cerca de 1 milhão de judeus)	1990
11ª Aliyah	Iugoslávia (Operações de resgate das zonas de guerra)	1992
12ª Aliyah	Diversos países (cerca de 17.000 jovens judeus via <i>Israel Experience Programs</i>)	1999
13ª Aliyah	Etiópia	2010
14ª Aliyah	Ucrânia, França e Estados Unidos	2014
15ª Aliyah	Diversos países (mais de 28.000 <i>Olim</i> via programas da <i>Jewish Agency for Israel</i>)	2017

FONTE: MFA(b), 2010 – formatada e traduzida pela autora.

Entre os anos de 1948 e 1990, judeus de origem árabe e etíope formavam a maioria dos novos imigrantes (*olim*). A partir de 1990-1991, a maioria dos judeus imigrantes veio da ex-União Soviética, com destaque para a chamada ‘*Great Aliyah*’ (1990) que levou aproximadamente 1 milhão de *olim* para o Estado de Israel. Além disso, a JAFI promove continuamente a imigração e/ou a residência temporária de judeus de qualquer país, por meio de programas de *Aliyah* para a manutenção dos laços entre os judeus da diáspora e de Israel (MFA(b), 2010).

Outra atividade importante para que o objetivo sionista fosse concretizado, embora fosse uma atividade político-diplomática, foi o *lobby* internacional para a causa sionista executado pela liderança da WZO. Mesmo que o movimento sionista não tivesse o poder que muitos autores judeus/israelenses retrospectivamente lhe atribuem, a origem europeia do sionismo certamente facilitou o jogo político no âmbito internacional. Isso devido ao antissemitismo aliado a um desejo de muitas lideranças mundiais de resolver a questão judaica para não ter que abrir suas portas para novos imigrantes das classes mais baixas, os quais dependeriam de políticas públicas do país receptor. Nesse sentido, a relação entre os líderes da *Yishuv* e os líderes do Império Britânico (especialmente do governo colonial durante o Mandato da Palestina, 1922-1948) revela-se nos documentos das negociações para a criação de um ‘lar nacional judaico’ em algum território, que mais tarde foi definido como sendo a Palestina – o “lugar sagrado do antigo povo judeu”.

O quadro 16, na próxima página, apresenta os documentos fundamentais que deram suporte à formação do Estado de Israel: os programas de ação estratégica e ideológicos sionistas elaborados pela WZO; os acordos durante (secretos) e ao final (públicos) da I Guerra Mundial; e os documentos de restrição imigratória do Mandato Britânico, os quais impulsionaram as organizações paramilitares sionistas a pressionarem pela independência da *Yishuv* na Palestina. Esses documentos, isoladamente, podem não significar muito, porém em conjunto, retrospectivamente, formam os documentos que deram suporte à causa judaica sionista e tornaram possível o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina. A articulação do sionismo com o Império Britânico foi um elemento facilitador para a realização do objetivo sionista, inclusive para a votação do Plano de Partilha da Palestina na ONU (1947).

QUADRO 16 – DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basel Program</i>	Programa de ações estratégicas para o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina, apresentado pelo movimento sionista durante o 1º Congresso Sionista na Basileia, Suíça.	1897
<i>Herbert Samuel Memorandum to the British Cabinet (CAB37/123/43, The Future of Palestine)</i>	Primeiro documento de suporte ao objetivo sionista de estabelecer um Estado judaico na Palestina. O memorando contribuiu para o <i>lobby</i> sionista influenciando outros líderes britânicos a aderir à causa.	1915
<i>Sykes-Picot Agreement</i>	Acordo secreto entre Grã-Bretanha e França para partilhar e administrar os territórios do Oriente Médio ao final da I Guerra Mundial.	1916
<i>Balfour Declaration</i>	Segundo documento britânico de suporte ao objetivo sionista de estabelecer um “lar nacional para o povo judeu” na Palestina, escrito pelo então Secretário de Relações Exteriores Arthur James Balfour ao líder sionista britânico Lionel Walter Rothschild.	1917
<i>League of Nations Mandate of Palestine</i>	Documento que concede a administração da Palestina e da Transjordânia ao Império Britânico ao final da I Guerra Mundial.	1922
<i>Churchill White Paper</i>	Terceiro documento britânico de suporte ao objetivo sionista e em resposta às preocupações “exageradas” dos árabes em relação à Declaração Balfour. No mesmo documento, o Secretário de Estado das Colônias Winston Churchill afirma não ser possível a independência árabe naquele momento, bem como reconhece a comunidade judaica na Palestina como politicamente organizada.	1922
<i>British White Paper</i>	Quarto documento britânico de suporte ao objetivo sionista e em resposta à revoltas árabes de 1936-1939, limitando a imigração judaica e a transferência de terras árabes aos judeus na Palestina. O mesmo documento expressa a inviabilidade da independência política dos dois povos naquele momento.	1939
<i>Declaration of the Establishment of the State of Israel</i>	Declaração de estabelecimento do Estado de Israel na Palestina, em 14 de maio, após o final do Mandato Britânico. Israel foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos e pela União Soviética, bem como admitido como estado membro da Organização das Nações Unidas no ano seguinte.	1948
<i>The Jerusalem Program</i>	Programa ideológico sionista para a consolidação do Estado de Israel, substituindo o Programa da Basileia de 1897.	1951
<i>The Revised Jerusalem Program</i>	Programa ideológico sionista revisado para o fortalecimento do Estado de Israel e das relações da comunidade judaica mundial.	1968
<i>The New Jerusalem Program</i>	Programa ideológico sionista para a manutenção do Estado de Israel.	2004

FONTE: A autora, 2020 – a partir do conteúdo dos documentos.

Uma evidência da relação entre os britânicos e os sionistas é a participação desses últimos em brigadas militares britânicas contra os otomanos durante a I Guerra Mundial, incluindo uma brigada exclusivamente judaica (*Jewish Legion*). Ademais, judeus britânicos também participavam da administração colonial durante o Mandato Britânico da Palestina (1922-1948), facilitando o contato, as boas relações e o *lobby* sionista nesse governo da Palestina. Nesse sentido, não é difícil identificar o ‘perfil racial’ da administração britânica, comum aos movimentos coloniais de supremacia branca, que privilegiou os “seus iguais” europeus e judeus em detrimento dos árabes palestinos nativos do território tutelado pelo Império Britânico e (re)colonizado gradualmente pelo movimento nacionalista sionista.

A Declaração Balfour de 1917 veio para expressar a aliança entre o movimento sionista e o imperialismo britânico, ao legalizar a imigração judaica e o assentamento na Palestina como a 'Pátria Judaica'. Tal aliança possibilitou ao governo colonial mudar o status legal de terras e propriedades na Palestina, permitindo grandes transferências de terras indígenas para os colonos judeus europeus (Abdo, 1992). É contra essa dupla força opressora que os palestinos encontraram-se em contradição primária³³⁰ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 295).

É preciso lembrar que à época o Oriente Médio ainda fazia parte do teatro de guerra e influência dos impérios e, portanto, os países dessa região não fizeram parte do sistema europeu até o final da I Guerra Mundial (KHALIDI, 2009). “[O] Oriente Médio se assemelhava ao sul da Ásia e América do Norte no século XVIII e à África e China no século XIX [...]”³³¹ (KHALIDI, 2009, p. 299). E mesmo após as reconfigurações do sistema internacional, com duas guerras mundiais e a guerra fria, “[...] o Oriente Médio continuou sendo uma arena importante para as ambições e rivalidades das grandes potências. Esses poderes continuaram a dominar a região, embora qual deles fosse dominante mudasse ao longo do tempo. [...] Lá, prevaleceu a realpolitik das grandes potências [...]”³³² (KHALIDI, 2009, p. 300-302). Nesse sentido, ainda que seja possível afirmar que a *Yishuv* não era uma colônia ou um *outpost* de algum império, beneficiou-se, “[...] como outras sociedades de colonos, de uma posição privilegiada em suas relações com o ocidente, e sua dependência de

³³⁰ “The Balfour Declaration of 1917 came to express the alliance between the Zionist movement and British imperialism, by legalizing Jewish immigration and settlement in Palestine as the 'Jewish Homeland'. Such an alliance made it possible for the colonial government to change the legal status of land and property in Palestine, allowing large transfers of indigenous land to the European Jewish settlers (Abdo, 1992). It is against this double oppressive force that Palestinians found themselves in primary contradiction.”

³³¹ “[O] Oriente Médio se assemelhava ao sul da Ásia e América do Norte no século XVIII e à África e China no século XIX [...]”

³³² “[...] the Middle East remained a major arena for the ambitions and rivalries of the great powers. These powers continued to dominate the region, although which of them was dominant changed over time. [...] There, the traditional realpolitik of the great powers prevailed [...]”

recursos externos para a sobrevivência provavelmente foi maior do que a maioria das sociedades de colonos”³³³ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 317).

Além disso, essa ‘agenda política autônoma’ ajustou-se perfeitamente com as ambições imperialistas britânicas, até a I Guerra Mundial, e neoimperialistas dos Estados Unidos (EUA), após a II Guerra Mundial. “[Foi] só depois da guerra de 1967 que as superpotências se tornaram total e rigidamente alinhadas em lados opostos do conflito árabe-israelense”³³⁴ (KHALIDI, 2009, p. 308). A União Soviética alinhou-se aos países árabes e os EUA alinharam-se a Israel. Enfim, as instituições (entidades) apresentadas no quadro 14 e as atividades (ações/eventos) apresentadas nos quadros 15 e 16 oferecem um panorama do mecanismo (evidência) estrutural de *state making* que culminou na formação do Estado de Israel.

III) Protection

A terceira variável de formação dos Estados nacionais, ‘Proteção’ (*Protection*), observa o processo de “eliminar ou neutralizar os inimigos de seus clientes”³³⁵ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização previstas por Tilly são os tribunais e as assembleias representativas (TILLY, 1985, p. 181) e as atividades são a defesa de modo geral e a legislação adequada ao propósito estatal. “A proteção dependia da organização da guerra e da construção do Estado, mas acrescentada a ela um aparato pelo qual os protegidos invocavam a proteção que lhes era devida [...]”³³⁶ (TILLY, 1985, p. 181).

Os elementos considerados na análise dessa variável são os mesmos que apresentei nas duas variáveis anteriores, já que essas atividades previstas por Tilly se complementam e se reforçam mutuamente. E, como acontecem simultaneamente, muitas das instituições (entidades) responsáveis pelas atividades (ações/eventos) de proteção já foram discutidas e apresentadas nos quadros das variáveis ‘*war making*’ e ‘*state making*’. Nesse sentido, tanto as instituições sionistas de defesa pré-Estado (quadro 9) e as IDF (a partir de 1948), quanto as instituições sionistas pré-Estado (quadro 14) e as instituições estatais israelenses (a partir de 1948) realizaram as atividades necessárias para proteger os sionistas e seus interesses do

³³³ “[...] like other settler societies, from a privileged position in its relations with the west, and its dependence on outside resources for survival has probably been greater than that of most settler societies.”

³³⁴ “[It] was not until after the 1967 war that the superpowers became fully and rigidly aligned on opposite sides of the Arab–Israeli conflict.”

³³⁵ “[...] eliminating or neutralizing the enemies of their clients.”

³³⁶ “Protection relied on the organization of war making and state making but added to it an apparatus by which the protected called forth the protection that was their due [...]”

Mandato Britânico, dos países árabes e dos árabes palestinos. A legislação discriminatória dos árabes palestinos cidadãos de Israel constitui-se como o mecanismo (evidência) de proteção da maioria étnica judaica.

A própria ideia, e mais tarde sua concretização, de estabelecer um Estado para os judeus foi elaborada com o propósito de proteger a comunidade judaica *grosso modo* do antissemitismo e suas políticas restritivas e repressivas. O holocausto apenas reforçou o entendimento de que os judeus precisavam de um lugar seguro permanentemente e não apenas um refúgio. As *Aliyot* também funcionaram como uma atividade de proteção, e não apenas colonização, na medida em que a *Yishuv* (comunidade judaica na Palestina) recebia, a princípio, refugiados judeus de diversos países.

Outra atividade de proteção que se tornou uma ‘marca israelense’ é a inteligência militar ou serviço secreto das forças armadas. Desde o início das atividades paramilitares, foram utilizadas táticas de vigilância e colaboração do ‘inimigo’ – conforme discutido no capítulo 3. O uso de colaboradores políticos e da inteligência manteve-se durante e depois da formação de Israel como tática de defesa e segurança (COHEN, 2008, p. 267).

Israel é um pequeno país cercado por inimigos poderosos com números e riquezas muito maiores do que o Estado judeu tinha então ou possui hoje. Israel teria que compensar sua desvantagem em termos de número, terras e recursos naturais com as melhores forças armadas que pudesse construir. Para as forças armadas serem eficazes - e para evitar confrontos armados, se possível - os serviços secretos teriam de ser vigilantes, ativos e astutos; eles teriam que estar prontos para fornecer informações sobre as forças, fraquezas, planos e iniciativas do inimigo a qualquer momento. Eles teriam que ter agentes em todo o mundo, inclusive e principalmente no mundo árabe. Como os recrutas israelenses ouviram uma vez, durante o treinamento: “Somos bons em nossa tarefa porque a alternativa é horrível demais para contemplar”³³⁷ (JAFI(c), 2005).

A *Histadrut* (Federação Trabalhista) é outro exemplo de instituição que executou atividades de proteção por meio do exclusivismo laboral judaico, de modo a manter as oportunidades e os benefícios dentro da *Yishuv*. Não apenas impediu que os árabes palestinos participassem da federação mas, quando permitiu, garantiu que esses não estivessem em igualdade de condições com os judeus – conforme já discutido no capítulo 4.

³³⁷ “Israel is a tiny country surrounded by powerful enemies with far greater numbers and wealth than the Jewish State had then or possesses today. Israel would have to make up for its disadvantage in terms of numbers, land mass and natural resources by the finest armed forces it could possibly construct. For the armed forces to be effective - and to prevent armed confrontation, if possible - the secret services would have to be vigilant, active, and cunning; they would have to be ready to provide information about enemy strengths, weaknesses, plans and initiatives at a moment's notice. They would have to have agents throughout the world, including and especially in the Arab world. As Israeli recruits were told once, during training, 'We are good at our task because the alternative is too horrifying to contemplate'.”

O projeto político-institucional do sionismo trabalhista (*labour Zionism*) era bastante nacionalista e, portanto, destinava suas instituições e atividades exclusivamente para a comunidade judaica. “Portanto, quanto mais o sionismo trabalhista passou a controlar o projeto de assentamento sionista, mais os palestinos foram destituídos e excluídos do novo mercado judaico”³³⁸ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 300). Nesse sentido, a ‘quase aliança’ entre os britânicos e os sionistas, durante o Mandato da Palestina, também funcionou como um mecanismo de proteção da então minoria étnica judaica em detrimento dos árabes palestinos nativos.

Economicamente, a Grã-Bretanha facilitou a aquisição de terras para os judeus e providenciou para empresas judias em uma política protecionista claramente reconhecível de tarifas preferenciais que incluía a importação gratuita de matérias-primas já produzidas na Palestina. Os palestinos nativos, em contraste, eram tratados como apenas mais uma nação colonizada e naturalmente se ressentiam dessa política como um padrão duplo. Como a autoridade britânica apoiou a indústria judaica enquanto simultaneamente enfraquecia o setor econômico palestino, ela criou no processo uma economia dupla com uma política de trabalho discriminatória que introduziu sistemas salariais separados. Isso alienou ainda mais a população indígena e encorajou o surgimento de um setor industrial exclusivamente judaico, totalmente independente da população árabe palestina e de sua economia. Além disso, enquanto os britânicos trabalhavam para enfraquecer a resistência palestina à sua ocupação, os colonos judeus se beneficiaram econômica e politicamente. Eles continuaram a formar assentamentos judeus massivos e exclusivos em terras outrora palestinas, enquanto os britânicos faziam o trabalho sujo de subjugar ativamente um movimento palestino anticolonial e antissionista³³⁹ (SAMMAN, 2009, p. 232-233).

A evidência de atividade protecionista mais contundente são as leis discriminatórias dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI). Essa legislação demonstra o exclusivismo protecionista perpetrado pelas instituições legislativa (*Knesset*) e jurídica (tribunais) em um Estado dito democrático. Ao mesmo tempo em que negam direitos fundamentais aos árabes PCI, privilegiando a maioria judaica (especialmente a europeia *Ashkenazi*), também negam aos palestinos de modo geral seu direito à autodeterminação e a um Estado próprio – conforme prevê o Plano de Partilha da ONU de 1947.

³³⁸ “Therefore, the more Labour Zionism came to control the Zionist settlement project, the more the Palestinians were both dispossessed and excluded from the new Jewish market.”

³³⁹ “Economically, Britain facilitated Jewish land acquisition and provided for Jewish enterprises in a clearly recognizable protectionist policy of preferential tariffs that included the free importation of raw materials already produced in Palestine. Native Palestinians, by contrast, were treated as just another colonized nation and naturally resented such policy as a double standard. As British authority supported Jewish industry while simultaneously weakening the Palestinian economic sector, it created in the process a dual economy with a discriminatory labor policy that introduced separate wage systems. This further alienated the indigenous population and encouraged the emergence of an exclusively Jewish industrial sector fully independent of the Palestinian Arab population and its economy.³⁵ Furthermore, as the British worked to weaken Palestinian resistance to their occupation, Jewish settlers benefited economically and politically. They continued to form massive and exclusive Jewish settlements on once Palestinian lands, while the British did the dirty work of actively subduing an indigenous Palestinian anti-colonial and anti-Zionist movement.”

As instituições e suas atividades apresentadas nesse capítulo reforçam essa dimensão protecionista desde o início da mobilização nacionalista judaica sionista, não sendo necessário rediscuti-las. Enfim, as instituições (entidades) e as atividades (ações/eventos) analisadas nessas três variáveis (guerra, construção do Estado e proteção) oferecem um panorama do mecanismo (evidência) exclusivista protecionista que possibilitou a conquista, a manutenção e supremacia da maioria étnica judaica no Estado de Israel.

IV) Extraction

A quarta, e última, variável de formação dos Estados nacionais, **‘Extração/Taxação’** (*Extraction*), observa o processo de “adquirir os meios para realizar as três primeiras atividades - guerra, construção estatal e proteção”³⁴⁰ (TILLY, 1985, p. 181). As formas de organização extrativas previstas por Tilly são as estruturas fiscais e contábeis, e as atividades “variam da pilhagem total ao tributo regular à tributação burocratizada”³⁴¹ (TILLY, 1985, p. 181). “[...] quanto menor a disponibilidade de recursos e menos comercializada a economia, ceteris paribus, mais difícil era o trabalho de extração de recursos para sustentar a guerra e outras atividades governamentais; portanto, mais amplo era o aparato fiscal”³⁴² (TILLY, 1985, p. 182). Os elementos verificados são: instituições sionistas de *fundraising* (entidades) e impostos e taxaço de qualquer natureza (atividades).

A formação do Estado de Israel é frequentemente apresentada como um caso de sucesso, dadas as circunstâncias de desenvolvimento da Palestina à época. Entretanto, essa ‘memória’ oculta tanto a falta de recursos iniciais para a construção do Estado, quanto a contínua dependência de recursos internacionais para sua manutenção. O desenvolvimento político e territorial israelense aconteceu por meio da arrecadação de recursos via doações voluntárias oriundas das comunidades judaicas na diáspora, mas especialmente da Europa e dos Estados Unidos – conforme discutido no capítulo 3. É importante esclarecer que a extração, no caso israelense, também envolveu a pilhagem de recursos e propriedades dos árabes palestinos nativos que foram expulsos e/ou fugiram da Palestina durante as operações de limpeza étnica e após as guerras.

³⁴⁰ “[...] *acquiring the means of carrying out the first three activities – war making, state making, and protection.*”

³⁴¹ “[...] *range [...] from outright plunder to regular tribute to bureaucratized taxation.*”

³⁴² “[...] *the smaller the pool of resources and the less commercialized the economy, other things being equal, the more difficult was the work of extracting resources to sustain war and other governmental activities; hence, the more extensive was the fiscal apparatus.*”

A primeira instituição (entidade) sionista estabelecida para angariar fundos para a colonização da Palestina (atividades) foi a *Jewish Colonial Trust Limited* (JCT), instituição financeira da WZO criada para captar recursos na Europa em 1899 (MFA(b), 2010). A principal instituição responsável pela atividade de captação de recursos para a formação, e hoje manutenção, do Estado de Israel é a *United Israel Appeal/Keren Hayesod* (KH-UIA), criada especialmente para essa função.

Outras duas instituições também executam atividades de *fundraising* desde o período pré-Estado: 1) Fundo Nacional Judaico (*Jewish National Fund*, JNF), responsável pela administração das terras adquiridas para o Estado e hoje pelo Estado de Israel; e 2) Agência Judaica (*The Jewish Agency for Israel*, JAFI), responsável pelas atividades de imigração (*Aliyah*) e estreitamento dos laços entre as comunidades judaicas na diáspora e Israel (MFA(b), 2010). No entanto, essas atividades não são exclusivas dessas instituições, uma vez que existe uma vasta rede internacional de organizações judaicas que recebem doações para projetos em Israel, como as Federações Judaicas da América do Norte (*The Jewish Federations of North America*, JFNA). Muitas outras organizações não governamentais pelo mundo também captam recursos para Israel, assim como os grandes filantropos, principalmente da comunidade judaica dos Estados Unidos, doam para o Estado judaico ou mesmo para instituições e lideranças sionistas que defendem a causa sionista no exterior.

A dependência financeira de Israel manteve-se após a formação do Estado e culminou na aliança estratégica com os EUA a partir de 1967. Os EUA apoiam Israel desde a sua criação, entretanto, a partir da Guerra dos Seis Dias (1967) consolidam sua aliança bilateral com Israel por meio das assistências econômica, militar e de defesa. O *Memorandum of Understanding* (MOU) entre os EUA e Israel previa US\$ 30 bilhões em assistência de segurança para o período de dez anos (2007-2018), incluindo *foreign military financing* e *missile defense* (THE WHITE HOUSE..., 2016). “Israel é o maior destinatário do Financiamento Militar Estrangeiro dos EUA”³⁴³ (SHARP, 2018, p. 7).

Por muitos anos, a assistência econômica dos EUA ajudou a subsidiar uma economia israelense sem brilho, mas desde a rápida expansão do setor de alta tecnologia de Israel e da economia em geral na década de 1990 (desencadeada em parte pela cooperação científica EUA-Israel), Israel tem sido considerado uma nação totalmente industrializada. Consequentemente, Israel e os Estados Unidos concordaram em eliminar gradualmente a ajuda econômica concedida a Israel. No ano fiscal de 2008, Israel parou de receber doações do Fundo de Apoio Econômico

³⁴³ “Israel is the largest recipient of U.S. Foreign Military Financing.”

(ESF). Israel tinha sido um beneficiário em grande escala da assistência do ESF desde 1971³⁴⁴ (SHARP, 2018, p. 2).

A *Histadrut* atuou como uma instituição multifacetada: “[...] desempenhou funções econômicas, políticas e militares. Também estabeleceu empresas econômicas, assentamentos agrícolas comunitários, bolsas de trabalho e instituições educacionais. Na década de 1930, cerca de 75% de todos os trabalhadores judeus eram membros da *Histadrut*”³⁴⁵ (KOREH & BÉLAND, 2017, p. 149). Essa instituição (entidade) foi responsável pela organização de diversas instituições que “[...] funcionaram como um potencial estado em construção”, além da introdução de benefícios sociais que, pagos com a renda das taxas de filiação e dos aportes da WZO e da Agência Judaica, desenvolveram certa capacidade fiscal para o futuro Estado (KOREH & BÉLAND, 2017, p. 149).

Os programas sociais abrangiam as áreas da saúde, velhice, pensão de sobrevivência, moradia subsidiada, pensão para viúvas, órfãos e deficientes, desemprego etc.. Esses benefícios atraíam mais federados, aumentando assim a captação de recursos via taxas de filiação e criação, conseqüentemente, de um sistema fiscal complexo e uma densa estrutura para atender seus federados (KOREH&BÉLAND, 2017). Esses programas sociais (atividades) da *Histadrut* (entidade) facilitaram o desenvolvimento da capacidade fiscal por meio dos seguintes mecanismos: a) aumento da arrecadação de receitas; b) legitimação dos aumentos nos níveis de contribuição; c) aumento da flexibilidade fiscal; d) liberação de capital sionista para projetos de construção do Estado; e e) criação de reservas de capital para projetos de construção do Estado (KOREH&BÉLAND, 2017, p. 156-159). Mas, de qualquer maneira, essa capacidade fiscal não foi suficiente para o Estado superar a dependência de recursos internacionais.

Uma estratégia central para a construção do Estado era o estabelecimento de empresas industriais, cooperativas econômicas e assentamentos agrícolas. Essas empresas também receberiam contratos e financiamento do governo do Mandato que permitiria ao movimento trabalhista fornecer trabalho e salários. No entanto, essas empresas exigiam investimentos e os investimentos exigiam capital. Na ausência de uma capacidade formal para fazer cumprir a tributação, a liderança política teve que

³⁴⁴ “For many years, U.S. economic aid helped subsidize a lackluster Israeli economy, but since the rapid expansion of Israel’s high-tech sector and overall economy in the 1990s (sparked partially by U.S.-Israeli scientific cooperation), Israel has been considered a fully industrialized nation. Consequently, Israel and the United States agreed to gradually phase out economic grant aid to Israel. In FY2008, Israel stopped receiving bilateral Economic Support Fund (ESF) grants. It had been a large-scale recipient of grant ESF assistance since 1971.”

³⁴⁵ “[i]t performed economic, political, and military roles. It also established economic enterprises, communal agricultural settlements, labor exchanges, and educational institutions. By the 1930s, about 75% of all Jewish workers were *Histadrut* members.”

desenvolver estratégias alternativas para melhorar sua posição fiscal e sua capacidade de mobilizar recursos internos para a construção do Estado³⁴⁶ (KOREH&BÉLAND, 2017, p. 155).

Apesar de hoje o Estado de Israel depender um pouco menos dos recursos internacionais para o setor econômico, ainda mantém-se altamente dependente no setor militar (segurança e defesa), sendo os EUA seus maiores aliados políticos, parceiros estratégicos e investidores. A construção do Estado de Israel dependeu da arrecadação de fundos internacionais na forma de doações, empréstimos, investimentos e assistência militar de outros países, além das indenizações recebidas da Alemanha pelo holocausto judaico (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995). Enfim, as instituições (entidades) e as atividades (ações/eventos) extrativas gradualmente possibilitaram a realização das atividades de *war making*, *state making* e *protection*, as quais, por sua vez, contribuíram para a formação de Israel em 1948. O Estado de Israel é, portanto, a melhor evidência do êxito do movimento sionista nas quatro atividades previstas por Tilly para a formação dos Estados nacionais.

5.2.1 Condições e Características da Formação do Estado de Israel

A análise dessas quatro variáveis de formação dos Estados nacionais sugere que o caso israelense também passou por essas atividades durante seu desenvolvimento. Porém, ainda é preciso esclarecer sob quais condições ocorreu esse desenvolvimento político, já que essas atividades também variam de acordo com a conjuntura e as contingências históricas. Por essa razão, retorno às condições para a formação e a sobrevivência dos Estados nacionais europeus previstas por Tilly – já apresentadas no capítulo 2. Tilly (1975, p. 632-633) descreve as condições necessárias para a sobrevivência de um Estado nacional (I a VI) e as características da formação dos Estados modernos europeus (VII a X)³⁴⁷. Analiso brevemente essas condições no caso da formação do Estado de Israel.

³⁴⁶ “A central strategy for state building was establishing industrial enterprises, economic cooperatives, and agricultural settlements. These enterprises would also receive contracts and funding from the Mandate government that would enable the labor movement to provide work and salaries. However, such enterprises required investments, and investments required capital. In the absence of a formal ability to enforce taxation, the political leadership had to develop alternative strategies to enhance its fiscal position and its ability to mobilize domestic resources for state building.”

³⁴⁷ “I) the availability of extractible resources; II) a relatively protected position in time and space; III) a continuous supply of political entrepreneurs; IV) success in war; V) homogeneity (initial or created) of the subject population; VI) strong coalitions of the central power with major segments of the landed elite; VII) the intimate connection between the conduct of war, the building of armies, the extension and regularization of taxes and the growth of the state apparatus; IX) the large role of alternating coalitions between the central power and the major social classes within the subject population in determining the broad forms of government; and X) the

I) Disponibilidade de recursos extraíveis

Essa condição não foi exatamente preenchida, mas foi ‘construída’ ao longo das décadas no caso israelense. Isso devido a, pelo menos, quatro razões que se complementam. Primeiro, por ser o sionismo um movimento nacionalista transnacional, reivindicando um território no qual não residiam a maioria dos reivindicadores, portanto, não tinha uma base mínima institucional formada para apenas (re)formatá-la em novos padrões e, sim, teve que construí-la durante o processo de formação do Estado. Segundo, por ser um movimento *settler-colonialist*, e não puramente colonial, não dispunha de colônias para extrair recursos para a formação do Estado e os primeiros imigrantes, em grande parte refugiados, não possuíam recursos financeiros. Terceiro, por ter escolhido um território basicamente rural, fragmentado e pouco desenvolvido, teve que antes investir para depois, pouco a pouco, obter algum retorno. E quarto, devido ao pouco interesse da comunidade judaica da diáspora na causa Herzliana de estabelecer um Estado em um território longínquo, pouco desenvolvido e culturalmente oposto aos valores ocidentais, os recursos apenas começaram a fazer diferença após o holocausto judaico durante a II Guerra Mundial. Entretanto, sempre houve filantropos dispostos a doar, bancos para emprestar recursos e aliados para dar suporte nas guerras.

II) Posição relativamente protegida

A posição geográfica do movimento sionista na Palestina certamente não era protegida, visto que os países árabes vizinhos não enxergavam com bons olhos o estabelecimento de um Estado judaico no território habitado majoritariamente pelos árabes palestinos. Mas, em relação à posição geopolítica do movimento nacionalista judaico, como uma organização política europeia, pode contar com a parceria extraoficial do governo colonial britânico antes e durante o Mandato da Palestina. Essa relação garantiu uma boa vantagem para sua pretensão de independência em contraste com a posição árabe palestina.

further effect of homogenization – or its absence – on the structure and effectiveness of the government” (TILLY, 1975, p. 632-633).

III) Financiamento por parte dos empreendedores políticos

Nos primórdios da colonização judaica da Palestina, que tinha meramente propósitos religiosos, o financiamento era obtido por meio de doações para a caridade como uma tradição dos grandes filantropos judeus da Europa e dos Estados Unidos. A introdução da causa sionista Herzliana na comunidade judaica da diáspora, a princípio, causou muitos constrangimentos e lutas políticas pelo acesso aos recursos doados voluntariamente via instituições não governamentais judaicas. O financiamento aumentou na medida em que os doadores entenderam sua benfeitoria como uma ajuda humanitária aos judeus refugiados do holocausto e, portanto, a formação do Estado de Israel como um necessário *safe haven* para os judeus que já não eram aceitos em seus países de origem ou residência.

IV) Sucesso na guerra

Os grupos paramilitares sionistas tiveram sucesso na(s) guerra(s) de conquista do território e expulsão dos árabes palestinos, principalmente, por duas razões. A primeira, porque seu *lobby* e sua posição privilegiada com o governo colonial britânico rendeu participações na I Guerra Mundial contra o Império Otomano, para as quais receberam treinamento militar que seria utilizado, mais tarde, para garantir sua independência na Palestina. E a segunda razão, porque suas estratégias de inteligência paramilitar foram decisivas para conhecer, expulsar e aniquilar (ainda que parcialmente) seus ‘inimigos’ que habitavam o território disputado pelos sionistas, garantindo também o sucesso de suas posições e consequente vitórias na(s) guerra(s).

V) Homogeneidade e homogeneização da população

Essa condição certamente não foi bem preenchida pelo movimento sionista, uma vez que suas próprias características não eram nada homogêneas desde o início da mobilização política: judeus europeus seculares de diferentes tradições e percepções políticas que organizaram uma mobilização em prol de um Estado que receberia judeus de todas as partes do mundo. Em outras palavras, judeus de diferentes origens, etnias, culturas e tradições religiosas em um Estado com pretensões de ‘construir’ cidadãos israelenses que fossem culturalmente consensuais. A ausência de homogeneidade dos imigrantes judeus rende conflitos e impasses domésticos até hoje - conforme discutido no capítulo 4. No entanto, a

narrativa ‘etno-religio-nacionalista’ sionista deu conta de “homogeneizar”, simbolicamente e temporariamente, uma população judaica imigrante para a colonização da Palestina e a formação do Estado de Israel.

VI) Fortes coalizões do poder central com os principais segmentos da elite agrária

Essa condição não estava presente no caso israelense, uma vez que os territórios foram adquiridos e conquistados dos árabes palestinos ao longo do desenvolvimento político do Estado, e até hoje ocupados militarmente por Israel em grande parte do território destinado a um Estado palestino.

VII) Alto custo da formação do Estado

Como em qualquer processo de formação de um Estado nacional, o caso israelense também preenche proporcionalmente essa condição, tanto em números de recursos humanos para a guerra quanto financiamento para o desenvolvimento da terra a ser colonizada. Além disso, há o custo imposto aos habitantes árabes palestinos nativos, os quais foram expulsos em massa de suas propriedades/residências para tornarem-se refugiados, o que gerou (e ainda gera) diversos enfrentamentos e protestos em Israel e nos territórios palestinos ocupados. Há também o custo político de ser visto como um país ‘inimigo’ em um Oriente Médio majoritariamente árabe e persa, bem como um país que não cumpre com suas obrigações internacionais perante a comunidade internacional, devido às contínuas violações de direitos humanos/direito internacional dentro e fora do território israelense.

VIII) Conexão entre a condução da guerra, a construção dos exércitos, a extensão e regularização dos impostos e o crescimento da estrutura estatal

Essa característica da formação dos Estados nacionais europeus pode ser observada, no caso israelense, na coordenação política da Organização Sionista juntamente com a criação das instituições sionistas pré-Estado que deram conta, *one way or another*, de executar as atividades de guerra, financeiras, de aquisição de terras, trabalhistas, de captação de recursos, de assuntos sociais (incluindo saúde), de obras públicas, de educação e imigratórias para a colonização da Palestina (conforme quadro 14).

IX) Papel das coalizões alternadas entre o poder central e as principais classes sociais na determinação das formas de governo

Essa característica certamente não se aplica ao caso israelense, uma vez que a formação do Estado foi um projeto *settler-colonialist* no qual o sionismo trabalhista dominou as instituições e a política durante o período pré-Estado e por quase 30 anos depois do estabelecimento de Israel (1948-1977). Assim como na quinta condição, o caráter transnacional (sem território definido) e *settler-colonialist* (gradual colonização de território já habitado e sob tutela do Mandato Britânico) viabilizou um Estado *settler* que tinha suas diretrizes e forma de governo relativamente definidas pelo projeto sionista, a partir do ideal Herzliano de um Estado judaico descrito no livro *Altneuland*.

X) Efeito adicional da homogeneização - ou sua ausência - na estrutura e na eficácia do governo

O efeito adicional da ausência de homogeneização na formação de Israel foi a inevitável hierarquização étnico-religiosa-racial da sociedade israelense, que gera impasses políticos e conflitos ideológicos acerca do objetivo maior do Estado. Outro efeito observado, comum aos movimentos nacionalistas do século XIX-XX, é uma ‘homogeneização artificial’ promovida por um Estado altamente militarizado que entende seus cidadãos como ‘iguais’ na luta pela consolidação do território e da supremacia judaica sobre os árabes palestinos. Como um Estado dito democrático, é constantemente questionado pelo visível privilégio da maioria *Ashkenazi* e pela discriminação das minorias *Mizrahim* e, principalmente, da minoria árabe palestina cidadã de Israel.

5.2.2 Semelhanças e Diferenças entre o Modelo Tillyano e o Caso Israelense

As semelhanças entre o caso israelense e o modelo militarista de formação dos Estados nacionais europeus são fruto da reprodução desse modelo e não pela formação de Israel ter acontecido exatamente como na formação dos Estados europeus. O próprio Tilly já havia alertado para as diferenças entre os diversos modos de desenvolvimento político, porém é perceptível as “[...] marcas de suas peculiares instituições políticas. É, provavelmente, verdade [...] que um Estado que adotou formas ocidentais de organização terá mais facilidade

no sistema internacional; afinal, o sistema cresceu em conjunto com essas formas”³⁴⁸ (1975, p. 638).

Assim como no modelo europeu, a formação do Estado de Israel aconteceu gradualmente, a partir das necessidades que surgiam com a ‘aquisição’ de novos territórios e a chegada de novos imigrantes à Palestina. No entanto, a formação dos Estados contemporâneos aconteceu em um período muito mais curto e com muito menos recursos do que os impérios possuíam. No caso de Israel, o desenvolvimento político inicial aconteceu em um período de 51 anos (1897-1948), porém a reprodução do modelo *settler colonialist* e suas consequências na altamente fragmentada sociedade israelense (conforme discuti no capítulo 4) inviabilizaram a completa formação do Estado. Nesse sentido, Israel é (ainda) um Estado em constante construção há 70 anos (72 anos em 2020).

A diferença fundamental na atividade de *war making* de Tilly e do caso israelense é que os rivais se encontravam dentro do território pretendido para o Estado de Israel, já que o *modus operandi* do movimento sionista é do tipo *settler colonialist*. A neutralização dos rivais externos aconteceu após a invasão dos países árabes, no dia seguinte à proclamação da independência de Israel. Parece pouco provável que o recém-formado Estado tivesse interesse em atacar os países vizinhos, mais fortes e mais numerosos, caso não interferissem nas pretensões coloniais sionistas.

Outro ponto de divergência fundamental em relação ao modelo europeu é a formação intencional de um Estado para os judeus, ao contrário da gradual e não intencional formação dos Estados nacionais europeus. Nesse sentido, a Organização Sionista (WZO) é a mentora do projeto de formação de Israel, mesmo que a visão Herzliana de um Estado de cidadania igualitária entre homens e mulheres, judeus e não judeus, não tenha se concretizado integralmente. Israel vem tentando equilibrar a questão maioria vs minoria étnica por meio da discriminação dos árabes PCI desde as primeiras instituições e do regime militar-colonial a que submete os árabes palestinos nos territórios ocupados desde 1967.

É preciso reforçar que o caso israelense não seguiu nenhum dos dois caminhos previstos por Tilly para “[...] ajudar [...] a construir uma ponte do passado para o presente”³⁴⁹ (1975, p. 636). A formação do Estado de Israel não pode ser caracterizada como “[...] a extensão do poder e do alcance de uma unidade política mais ou menos autônoma [...]”³⁵⁰,

³⁴⁸ “[...] imprints of their peculiar political institutions. It is probably even true [...] that a State which has adopted western forms of organizations will have an easier time in the international system; after all, the system grew up in conjunction with those forms.”

³⁴⁹ “[...] help [...] build a bridge from past to present.”

³⁵⁰ “[...] the extension of the power and range of a more or less autonomous political unit [...]”

tampouco como “[...] consistindo na criação mais ou menos deliberada de novos estados pelos estados existentes”³⁵¹ (TILLY, 1975, p.636). Por essa, e por outras razões já discutidas ao longo dos capítulos, o desenvolvimento político de Israel caracteriza-se como um caso extremo de formação do Estado, o qual definitivamente não foi um “[...] subproduto da consolidação do controle central [...]”³⁵² (TILLY, 1990, p.633), um ‘efeito não intencional’ da organização da violência, mas sim um projeto de colonização (*settler-colonialist*) no território da Palestina para o estabelecimento de um Estado exclusivo para os judeus. Esse projeto demandou o planejamento e a criação de instituições (entidades) para a execução das atividades (ações/eventos) específicas para esse propósito, passando pelos processos (atividades) de transformação previstos por Tilly, embora sob diferentes condições.

5.2.3 Conjunturas Críticas

Revelados o processo e as condições da formação do Estado de Israel, agora é preciso esclarecer a ‘dependência de trajetória’ (*path-dependence*) institucional que resultou no sistema legal de discriminação dos árabes palestinos de modo geral e, especificamente, dos árabes palestinos cidadãos de Israel. Alguns eventos desse processo de desenvolvimento político caracterizam-se como ‘pontos de inflexão’ ou ‘pontos de virada’ que levaram os sionistas a decidir, em um dado momento, se seguiriam um plano de ação X ou um plano de ação Y – e não outras alternativas. Essas conjunturas críticas (*critical junctures*)³⁵³ podem ser definidas como “[...] momentos em que a incerteza quanto ao futuro de um arranjo institucional permite que a agência política e a escolha desempenhem um papel causal decisivo de colocar uma instituição em determinado caminho de desenvolvimento, caminho que então persiste por um longo período”³⁵⁴ (CAPOCCIA, 2015, p. 147).

Essa breve análise das conjunturas críticas complementa a análise das variáveis (atividades) de Tilly na medida em que identifica “[...] as origens políticas e a reforma de importantes arranjos institucionais que exercem uma influência duradoura em seu ambiente social e político”³⁵⁵ (CAPOCCIA, 2015, p. 147). Nesse sentido, identifico e analiso cinco

³⁵¹ “[...] consisting of the more or less deliberate creation of new states by existing states.”

³⁵² “[...] by-product of the consolidation of central control [...].”

³⁵³ “O modelo de conjuntura crítica oferece ferramentas para analisar trajetórias de mudança nas quais grandes episódios de inovação geram instituições duradouras” (COLLIER&MUNCK, 2018, s/n).

³⁵⁴ “[...] moments in which uncertainty as to the future of an institutional arrangement allows for political agency and choice to play a decisive causal role in setting an institution on a certain path of development, a path that then persists over a long period of time.”

³⁵⁵ “[...] the political origins and reform of important institutional arrangements that exert a long-lasting influence on their social and political environment.”

conjunturas críticas que foram determinantes para as decisões sionistas exclusivistas e discriminatórias dos árabes palestinos (quadro 17).

QUADRO 17 – CONJUNTURAS CRÍTICAS DO CASO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

EVENTO	DESCRIÇÃO
Revoltas Árabes 1936-1939	Revoltas nacionalistas árabes palestinas antibritânicas e antissionistas
Guerra dos Seis Dias 1967	Ocupação militar de partes dos territórios palestinos
Guerra de <i>Yom Kippur</i> 1973	Radicalização do sionismo religioso
Fracasso dos Acordos de Oslo 1993/1995-2000	Medidas extremas de segurança após a al-Aqsa Intifada
Retirada da Ocupação Militar Israelense na Faixa de Gaza 2005	Aumento da tensão (e pressão) entre Estado – sionismo religioso

FONTE: A autora (2020).

A primeira conjuntura crítica aconteceu durante o período pré-Estado de Israel na Palestina (Revoltas Árabes de 1929/1936-1939) e as outras quatro conjunturas críticas aconteceram no próprio Estado de Israel (Guerra dos Seis Dias 1967, Guerra de *Yom Kippur* 1973, Fracasso dos Acordos de Oslo 1993/1995-2000 e Retirada da Ocupação Israelense na Faixa de Gaza 2005). Esses eventos determinaram a trajetória antidemocrática do regime político israelense em relação à minoria árabe palestina, culminando na institucionalização *de jure* do exclusivismo judaico e da discriminação dos árabes palestinos por meio da nova Lei Básica (*quasi* constitucional) de 2018, *Basic Law: Israel – the Nation State of the Jewish People*. A seguir analiso, brevemente, cada uma dessas conjunturas críticas. O propósito não é reapresentar contextos históricos, mas apenas especificar as mudanças trazidas por esses eventos, as quais contribuíram para criar a dependência da trajetória antidemocrática, exclusivista e discriminatória na formação do Estado de Israel.

1) Revoltas Árabes 1936 – 1939

Desde a publicação da Declaração Balfour (1917), as relações entre os judeus sionistas que imigraram para a Palestina e os árabes palestinos nativos ficaram comprometidas. O suporte britânico ao estabelecimento de um ‘lar nacional judaico’ não foi

bem recebido pelos nativos, que presenciavam a imigração cada vez mais numerosa de judeus de diferentes partes do mundo para formar colônias na Palestina.

Ainda que as relações entre os árabes palestinos e os poucos judeus religiosos das primeiras colônias judaicas fosse, a princípio, amigável; e, por mais que, retrospectivamente, não seja possível afirmar que o governo colonial britânico tivesse a deliberada intenção de ajudar apenas os judeus, ficou claro que as declarações de suporte britânicas incentivaram os sionistas a continuar sua colonização – mesmo por vias ilegais. Portanto, a partir de 1920, os enfrentamentos tornaram-se mais frequentes.

Na verdade, o mandato consistia essencialmente em uma extrapolação e ampliação dos termos da Declaração Balfour relativa ao "estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu". Nem na Declaração Balfour nem no mandato para a Palestina as palavras "árabe" ou "palestino" apareceram, nem houve qualquer referência à esmagadora maioria de 90 por cento da população do território que era árabe, exceto em descrevê-los negativamente e em uma forma indireta como as "comunidades não judias existentes na Palestina". Essa maioria árabe de 90 por cento foi descrita no mandato como não tendo direitos nacionais nem políticos, apenas direitos "civis e religiosos". Em tudo isso, a Liga das Nações refletiu perfeitamente o completo esquecimento dos britânicos em relação às reivindicações nacionais árabes na Palestina, pelo menos durante as primeiras duas décadas de seu controle sobre a Palestina, até que a revolta nacional palestina de 1936-1939 os forçou a aceitar relutância conta dessas reivindicações³⁵⁶ (KHALIDI, 2009, p. 307).

A Grande Revolta Árabe de 1936-1939 foi o evento que marcou a mobilização nacionalista árabe palestina (ainda que não organizada como o sionismo), pois esses perceberam que o movimento sionista, independentemente das proibições impostas pelo Mandato Britânico (*British White Papers* 1922, 1930, 1939), continuaria a colonização a contragosto dos árabes palestinos. Em 1936-1939, o Alto Comitê Árabe (*Arab Higher Committee*, AHC) convocou uma greve geral e o boicote aos produtos das colônias judaicas. Houve também ataques a vilas judaicas e o AHC "[...] anunciou que a greve continuaria até que o governo britânico atendesse a três demandas: a paralisação da imigração judaica, a proibição da transferência de terras para propriedade judaica e o estabelecimento de um

³⁵⁶ "Indeed, the mandate consisted essentially of an extrapolation and amplification of the terms of the Balfour Declaration relating to "the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people." In neither the Balfour Declaration nor the mandate for Palestine did the words 'Arab' or 'Palestinian' appear, nor was there any reference to the overwhelming 90 percent majority of the population of the territory who were Arab, except in describing them negatively and in a back-handed fashion as the "existing non-Jewish communities in Palestine." This 90 percent Arab majority was described in the mandate as having neither national nor political rights, only "civil and religious" ones. In all of this, the League of Nations perfectly reflected the utter obliviousness of the British to Arab national claims in Palestine, at least during the first two decades of their control over Palestine, until the 1936–39 Palestinian national revolt forced them to take grudging account of these claims."

governo representativo geral”³⁵⁷ (JAFI(d), 2005). A revolta terminou com intervenções britânicas e a publicação de uma nova política para ‘apaziguar’ os árabes – o já citado *British White Paper 1939*³⁵⁸. Foram vários enfrentamentos ao longo do período de 1929 a 1939.

A partir desse evento entre 1936-1939, os sionistas entenderam que os árabes palestinos não aceitavam o discurso desenvolvimentista e rejeitavam qualquer colonização ou partição de seu território com os judeus. Portanto, o movimento sionista decidiu prosseguir com seu plano de colonizar a Palestina via imigração ilegal em massa e, a partir de 1944, pressionar o Mandato Britânico pela independência judaica por meio de ataques terroristas ao governo colonial britânico. Embora a “violência estivesse implícita no sionismo desde o início”³⁵⁹, já que era um movimento *settler-colonialist*, essa conjuntura crítica descartou a possibilidade cogitada pelo sionismo trabalhista de que seria possível atingir o objetivo sem o uso da força. Ao mesmo tempo, confirmou a previsão (ou mesmo a intenção) dos sionistas revisionistas de extrema-direita sobre o uso da violência (SHLAIM, 2012, p. 80). Nesse sentido, a mobilização paramilitar sionista seguiu até a realização do objetivo de estabelecer o Estado de Israel (1948).

II) Guerra dos Seis Dias 1967

A Guerra dos Seis Dias representa o interminável impasse geopolítico entre os árabes palestinos e os sionistas/israelenses, pois foi a partir desse evento que Israel começou a ocupar cada vez mais partes do território designado ao Estado palestino – de acordo com o Plano de Partilha da ONU de 1947. Nessa guerra, Israel dominou a Faixa de Gaza (à época sob tutela do Egito) e partes da Cisjordânia e Jerusalém Oriental (à época sob tutela da Jordânia). E passou a expandir seu território e os assentamentos judaicos, “[...] abandonando a partição de facto por ‘razões de segurança’ [...]”³⁶⁰ (SHAFIR, 1996, p. 237). “A Guerra de 1967 abriu as portas para a radicalização da colonização sionista - o abandono das características

³⁵⁷ “[...] announced that the strike would go on until the British government fulfilled three demands: the stoppage of Jewish immigration, the prohibition of the transfer of land to Jewish ownership, and the establishment of a ‘general representative government.’”

³⁵⁸ “O *May White Paper* foi uma declaração da política britânica destinada a regular o domínio britânico na Palestina pelos próximos dez anos. Publicado com a intenção de apaziguar os sentimentos árabes sobre a Palestina, restringiu severamente o crescimento do Lar Nacional Judaico na Palestina; a imigração seria restrita a 75.000 nos próximos cinco anos, após o que o consentimento árabe seria necessário para promover a imigração judaica; a compra de terras na Palestina por judeus seria severamente restringida e supervisionada; os primeiros passos em direção ao autogoverno local deveriam ser dados assim que a paz e a estabilidade reinassem na Palestina e o estabelecimento de um estado independente na Palestina fosse contemplado após dez anos” (COHEN, 1976, p. 727).

³⁵⁹ “[...] violence was implicit in Zionism from the beginning.”

³⁶⁰ “[...] abandoning the de facto partition for ‘security reasons’ [...]”

particulares que resultaram da fraqueza do sionismo e foram associadas à dominação do movimento por sua ala trabalhista”³⁶¹ (SHAFIR, 1996, p. 237).

Como os fenômenos coloniais de povoamento são essencialmente definidos por processos em que um coletivo exógeno substitui um indígena, há uma continuidade subjacente e ininterrupta de intenção que as tentativas sionistas recorrentes e sustentadas de distinguir entre as circunstâncias israelenses pré e pós-1967 são incapazes de disfarçar. No entanto, há pelo menos uma diferença crucial entre a prática colonial dos colonos israelenses antes e depois de 1967: a capacidade de Israel de reproduzir um projeto settler colonial bem-sucedido declinou substancialmente. O settler colonialism israelense/sionista foi notavelmente bem-sucedido antes de 1967, e não teve sucesso depois disso. Na verdade, se o colonialismo de povoamento trata de estabelecer reivindicações legítimas em locais específicos, a ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza, em última análise, tem muito pouco a mostrar depois de mais de quarenta anos de governo irrestrito. [...] A ocupação dos territórios palestinos continua sendo um poderoso fabricante de ilegitimidade, não o seu oposto. [...] Isso é irônico. Durante grande parte de sua história como projeto colonial de colonos, o sionismo alcançou resultados notáveis em circunstâncias comparativamente difíceis. Mas depois de 1967, tendo alcançado a supremacia regional incontestável e adquirido apoio inabalável dos EUA, o sucesso escapou³⁶² (VERACINI, 2013, p. 28-29, 34).

Desde 1967, Israel (re)coloniza, cada vez mais, o território ocupado da Cisjordânia e mantêm um sistema de controle e violência estrutural que ostenta violações de direitos humanos, já condenadas pela comunidade internacional. Esse caráter dualista *settler* e colonial dificulta a consolidação do Estado de Israel como um Estado *settler* propriamente dito, já que não conseguiu eliminar e substituir toda a população nativa da Palestina. Enfim, essa conjuntura crítica possibilitou a expansão territorial sobre os territórios palestinos, a segregação e a violência sistemática nos territórios ocupados ao mesmo tempo em que nega o direito à autodeterminação dos árabes palestinos e viola seus direitos mais fundamentais.

³⁶¹ “The 1967 War opened the door to the radicalization of Zionist colonization – the shedding of the particular characteristics that resulted from the weakness of Zionism and were associated with the domination of the movement by its labor wing.”

³⁶² “As settler colonial phenomena are essentially defined by processes where an exogenous collective replaces an indigenous one, there is an underlying and uninterrupted continuity of intent that recurring and sustained Zionist attempts to distinguish between pre- and post-1967 Israeli circumstances are unable to disguise. Nonetheless, there is at least one crucial difference between pre- and post-1967 Israeli settler colonial practice: Israel’s capacity to reproduce a successful settler colonial project has substantially declined. Israeli/Zionist settler colonialism was remarkably successful before 1967, and was largely unsuccessful thereafter. Indeed, if settler colonialism is about establishing legitimate claims to specific locations, Israel’s occupation of the West Bank and Gaza ultimately has very little to show for after over forty years of unrestrained rule. [...] The occupation of the Palestinian territories remains a powerful manufacturer of illegitimacy, not its opposite. [...] This is ironic. For much of its history as a settler colonial project, Zionism achieved remarkable results in comparatively difficult circumstances. But after 1967, having achieved unchallenged regional supremacy and acquired unwavering U.S. support, success eluded it.”

III) Guerra de Yom Kippur 1973

A ‘guerra surpresa’ de 1973, apesar da rápida recuperação e vitória israelenses, teve muitas baixas e gerou um descontentamento político que transformou para sempre o pacto social entre sionistas seculares e sionistas religiosos. A insegurança trazida pela nova guerra impulsionou a radicalização tanto política quanto religiosa da sociedade israelense. Os impasses político-religiosos, que antes se restringiam aos assuntos externos, agora estavam presentes no âmbito doméstico israelense, resultando no fim do domínio sionista trabalhista e na ascensão da direita aliada aos sionistas religiosos.

A Guerra dos Seis Dias de 1967 e ainda mais a Guerra do Yom Kippur de 1973 trouxeram mudanças tectônicas no movimento religioso sionista. O “pacto histórico” entre o movimento trabalhista secular e os sionistas religiosos moderados, acomodando religiosos sionistas que perseverou desde o início do século XX, foi rompido irremediavelmente. Uma geração jovem, fervorosamente religiosa e nacionalista voltou-se bruscamente para a direita, levando em breve à fundação do Gush Emunim em 1974. Os graduados da Yeshiva Mercaz HaRav em Jerusalém, que muitas vezes alcançaram posições de liderança no Gush Emunim, orquestraram esforços para intensificar a fé religiosa e promover a visão de uma Grande Terra de Israel. Na verdade, a renovação religiosa e a atividade de assentamento são os lados opostos uma da outra; sua união provoca o movimento dos colonos com sua mistura típica de espiritualidade piedosa e nobre e agressiva política local. É, de fato, essa convergência entre as aspirações nacionais/territoriais de um lado e o sentido de uma missão religiosa do outro que torna o Gush Emunim e suas subsequentes encarnações fenômenos tão imponentes e singulares³⁶³ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSER, 2018, p. xv-xvi).

Essa conjuntura crítica dividiu a sociedade em religiosos radicais, que justificavam a necessidade de dominar todo o território, de ‘fechá-lo’ aos árabes palestinos ‘inimigos’, e aqueles que entendiam que a expansão territorial-colonial israelense traria ainda mais prejuízos para Israel. A partir de 1977, o *Labour Party* perdeu seu domínio para o *Likud*. Desde então as políticas exclusivistas e discriminatórias ganharam maior legitimidade religiosa e, conseqüentemente, maior aceitação.

³⁶³ “The Six Day War of 1967 and even more so the Yom Kippur War of 1973 brought about tectonic changes in the religious Zionist movement. The “historic pact” between the secular labor movement and the moderate, accommodating religious Zionists that persevered from the beginning of the twentieth century, was ruptured beyond repair. A young, ardently religious, and nationalist generation turned sharply rightward, leading in short order to the founding of Gush Emunim in 1974. The graduates of the Mercaz HaRav yeshiva in Jerusalem, who often rose to positions of leadership in Gush Emunim, orchestrated efforts to intensify religious faith and to promote the vision of a Greater Land of Israel. Indeed, religious renewal and settlement activity are the obverse sides of each other; their union infuses the settler movement with its typical blend of pious, high-minded spirituality and aggressive, on-the ground politics. It is, in fact, this convergence between national/territorial aspirations on the one hand and the sense of a religious mission on the other that makes Gush Emunim and its subsequent incarnations such imposing and singular phenomena.”

IV) Fracasso dos Acordos de Oslo 1993/1995-2000

O fracasso das negociações de paz entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), por razões que não serão aqui consideradas, colocaram à prova novamente a relação de aproximação entre Israel e Palestina. O acordo de paz foi anunciado, após negociações secretas, como a esperança de uma grande mudança no Oriente Médio. No entanto, seus preceitos não foram bem aceitos por israelenses e árabes palestinos, gerando novas tensões nas sociedades israelense e palestina.

O acordo, firmado em segredo e aplaudido por oficiais americanos, israelenses e da OLP, [tinha] grandes oponentes. Foi combatido pelo Partido Likud, de linha dura israelense, e foi violentamente combatido pelos colonos nos Territórios Ocupados. Mais importante ainda, uma vez que o acordo [não] abordou os palestinos como uma nação e exclui quase 50 por cento - se não mais - dos palestinos que são refugiados e descendentes de refugiados desde 1948, as dúvidas palestinas sobre ele [eram], [naquele] momento, intransponíveis³⁶⁴ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 318).

O assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995, evidenciou o descontentamento dos sionistas religiosos e as desconfianças sobre Yasser Arafat levaram o Fatah e o Hamas em direções extremamente opostas. O descumprimento gradual dos acordos por ambas as partes resultou na expansão (e não retração) dos assentamentos judaicos nos territórios palestinos e no aumento das medidas de controle e segurança para conter a resposta violenta dos palestinos à continuidade da situação precária em que se encontravam desde 1967. A II Intifada ou al-Aqsa Intifada foi a resposta mais contundente ao fracasso dos acordos de Oslo: muito mais violenta do que a I Intifada, com ataques terroristas de *suicide bombers* nos centros comerciais de Israel e lançamentos de foguetes mais precisos e de maior alcance.

A resposta israelense foi a construção ilegal de um muro de 700 km por 8m de altura na Cisjordânia, com o objetivo de separar os territórios palestinos de Israel e, assim, garantir maior segurança para a sociedade israelense por meio de novas restrições de acesso e movimento dos árabes palestinos. Em suma, a “mudança” trazida por essa conjuntura crítica foi a continuidade das políticas de ocupação militar e novos assentamentos judaicos em território palestino, a “volta” da desconfiança entre árabes palestinos e israelenses e novas

³⁶⁴ “The agreement, which was reached in secret and which was cheered by American, Israeli and PLO officials, [had] major opponents. It [was] opposed by the Israeli hardline Likud Party and violently resisted by the settlers in the Occupied Territories. Most importantly, since the agreement [did] not address the Palestinians as a nation and excludes almost 50 per cent - if not more - of the Palestinians who are refugees and descendants of refugees since 1948, Palestinian doubts about it [were], at [that] stage, insurmountable.”

violações de direitos humanos dos árabes palestinos sujeitos ao escrutínio e às ampliadas medidas de segurança israelenses.

V) Retirada da Ocupação Israelense na Faixa de Gaza 2005

Ainda como consequência do fracasso dos acordos de Oslo, a implementação parcial da primeira fase do acordo por Israel (retirada da ocupação militar na Faixa de Gaza e partes da Cisjordânia) não agradou os colonos religiosos e a extrema-direita, que insistem em uma ‘Grande Israel’, nem a comunidade internacional. Essa retirada parcial foi interpretada como um gesto hipócrita frente às contínuas políticas de repressão, segregação, violação de direitos fundamentais e de novos assentamentos na Cisjordânia. O resultado foi novas turbulências político-religiosas na sociedade israelense: a retirada da ocupação militar na Faixa de Gaza e o consequente desmantelamento dos assentamentos, em 2005, levaram os colonos religiosos a confrontarem as forças policiais e militares israelenses.

Em 2006, novamente, a desocupação de áreas na Cisjordânia levou ao enfrentamento entre as forças do Estado e os sionistas religiosos. O resultado foi o aumento da pressão desses últimos sobre o primeiro em relação ao objetivo maior de Israel como um Estado judaico (exclusivo) e messiânico (sagrado), que justificaria qualquer atitude ou medida exclusivista e discriminatória sobre os árabes palestinos e mesmo a desobediência civil desses colonos para a manutenção da ocupação de territórios palestinos. “Com a implementação do plano, as instalações e forças das FDI foram removidas e mais de 900 cidadãos israelenses que viviam em 25 assentamentos foram despejados em 22 de setembro de 2005, a retirada de Israel de toda a Faixa de Gaza para a Linha Verde de 1967 e o despejo dos quatro assentamentos em Samaria foram concluídos”³⁶⁵ (MFA(q), 2020).

Eles [sionistas religiosos/Gush Emunim] não caíram do nada. Entendê-los e seu *modus operandi* requer prestar muita atenção ao contexto do zelo messiânico dos colonos e à trajetória à direita da política israelense. Eles não podem ser dissociados da longa lista de declarações, ideologias, legislação, etc. que minam a democracia, que varreram a vida pública israelense na última década (Fuchs, Blander e Kremnitzer, 2015). Não é segredo que o atrito entre certos elementos da população de colonos e as forças de segurança se tornou mais comum e intenso. Evacuação de postos avançados não autorizados, até mesmo a demolição de uma estrutura semi-construída pode explodir em uma batalha campal. Memórias da retirada [da

³⁶⁵ “With the implementation of the plan, IDF installations and forces were removed and over 900 Israeli citizens living in 25 settlements were evicted by 22 September 2005, Israel’s withdrawal from the entire Gaza Strip to the 1967 Green Line, and the eviction of the four settlements in Samaria was completed.”

ocupação] e de Amona não são facilmente apagadas³⁶⁶ (HELLINGER, HERSHKOWITZ & SUSSEK, 2018, p. 263).

Essas conjunturas críticas somadas consistem nos eventos que determinaram uma trajetória cada vez mais exclusivista e discriminatória, institucionalizada com a aprovação da Lei Básica de 2018 (*Basic Law: Israel – the Nation State of the Jewish People*), a qual selou a união política entre os religiosos e a direita/extrema-direita com a finalidade de consolidar o Estado de Israel no maior território e com a menor presença árabe palestina possível. “Esta lei - que tem características distintas de apartheid - garante o caráter étnico-religioso de Israel como exclusivamente judeu e consolida os privilégios de que gozam os cidadãos judeus, ao mesmo tempo que ancora a discriminação contra os cidadãos palestinos e legitima a exclusão, o racismo e a desigualdade sistêmica”³⁶⁷ (ADALAH, 2018(1), s/n).

Revela as tendências racistas agressivas das instituições israelenses; visa consolidar a ideologia judaica nacional e religiosa do estado; limita a capacidade das instituições políticas e jurídicas de apoiar interpretações democráticas e cívicas de seus preceitos constitucionais; e dispensa os cidadãos não judeus como uma classe politicamente insignificante³⁶⁸ (JAMAL, 2016, p. 41).

Em outras palavras, todos os “esforços” para Israel parecer um Estado democrático, pluralista e inclusivista foram desmascarados com a nova Lei Básica. “Como um projeto nacional de cima, a única diferença entre o *establishment* trabalhista e o novo de centro-direita é a mudança de ações *de facto* no terreno [estrangulamento espacial, divisão e assentamento] para legislações *de jure*”³⁶⁹ (PAPPE, 2019, p. 83 – grifos originais). Apenas entre 2015 e 2018, a ONG MADAR afirma que foram aprovadas 185 leis discriminatórias “[...] destinadas

³⁶⁶ “They have not fallen out of the blue. Understanding them and their *modus operandi* requires paying close attention to the context of settler messianic zeal and the rightward trajectory of Israeli politics. They cannot be dissociated from the long list of democracy-undermining statements, ideologies, legislation, etc. that have swept over Israeli public life in the past decade (Fuchs, Blander and Kremnitzer, 2015). It is no secret that friction between certain elements in the settler population and the security forces has become more common and more intense. Evacuation of unauthorized outposts, even the demolition of a half-built structure can erupt into a pitched battle. Memories of the disengagement and of Amona are not easily expunged.”

³⁶⁷ “This law – which has distinct apartheid characteristics – guarantees the ethnic-religious character of Israel as exclusively Jewish and entrenches the privileges enjoyed by Jewish citizens, while simultaneously anchoring discrimination against Palestinian citizens and legitimizing exclusion, racism, and systemic inequality.”

³⁶⁸ “It reveals the aggressive racist proclivities of Israeli institutions; it aims to entrench the national and religious Jewish ideology of the state; it limits the ability of political and legal institutions to support democratic and civic interpretations of its constitutional precepts; and it dispenses with non-Jewish citizens as a politically insignificant class.”

³⁶⁹ “As a national project from above the only difference between the Labour establishment and new centre-right one is the move from *de facto* actions [spatial strangulation, partition and settlement] on the ground to *de-jure* legislations.”

a consolidar um regime de *apartheid* em ambos os lados da linha verde”³⁷⁰ (PAPPE, 2019, p. 83 – grifo original). “Portanto, a Lei da Nacionalidade é a soma dessas leis e não uma nova lei. [...] as soluções do século 21 para o *dilema* do projeto colonial de um Estado que deseja ser considerado uma democracia e não pode implementar uma limpeza étnica massiva”³⁷¹ (PAPPE, 2019, p. 83-84).

Israel lançou as bases legais, políticas e culturais para atingir seus objetivos coloniais. Mas [...] esses palestinos receberam cidadania israelense e a Declaração de Independência de Israel se referiu a eles como “plenos e iguais”, complicando assim os esforços para implementar abertamente políticas coloniais contra eles. De fato, a decisão de conceder cidadania aos residentes indígenas teve um impacto crítico na dinâmica das relações entre Israel e seus cidadãos palestinos, entre Israel e os palestinos em geral e no próprio lugar e legitimidade de Israel na comunidade internacional. [...] Uma das características mais marcantes da cidadania, o direito de votar e ser eleito, foi concedido, assim como outros direitos sociais e econômicos. Mas, ao mesmo tempo, Israel introduziu políticas que tornaram inatingível uma cidadania significativa. [...] Sua cidadania foi esquecida quando Israel abriu os portões do país apenas para a imigração judaica e os fechou para os palestinos que foram expulsos do país; estabeleceu uma soberania judaica exclusiva em uma pátria que agora é considerada a pátria do povo judeu apenas; manteve a hegemonia sionista que enfatizou o controle judaico exclusivo sobre a terra e o espaço; e institucionalizou e constitucionalizou o estado como judeu”³⁷² (ROUHANA & SABBAGH-KHOURY, 2015, p. 3).

Na base do “problema árabe palestino” encontra-se a limpeza étnica incompleta da Palestina e o domínio de “apenas” 78% do território. “A incapacidade de se livrar de todos os palestinos e tomar o controle de toda a terra é uma incompletude que explica a política israelense em relação aos palestinos desde 1948”³⁷³ (PAPPE, 2019, p. 78). Nesse sentido, o colonialismo e a democracia de/em Israel se reforçam mutuamente na medida em que o primeiro define os limites, segrega e estabiliza os árabes palestinos contribuindo para

³⁷⁰ “[...] meant to consolidate an apartheid regime on both sides of the green line.”

³⁷¹ “Hence the Nationality Law is the summation of these laws and not a new law. [...] the 21st century solutions to the conundrum of settler colonial project of a State wishing to be regarded as a democracy and can not implement massive ethnic cleansing.”

³⁷² “Israel laid the legal, political, and cultural foundations to achieve its settler-colonial goals. But, as mentioned above, these Palestinians were granted Israeli citizenship and Israel’s Declaration of Independence referred to them as ‘full and equal’, thus complicating the efforts to openly implement overt settler-colonial policies against them. Indeed, the decision to grant citizenship to the indigenous residents has had a critical impact on the dynamics of relations between Israel and its Palestinian citizens, between Israel and the Palestinians in general, and on Israel’s own place and legitimacy in the international community. [...] One of the most prominent features of citizenship, the right to vote and be elected, was granted, as were other social and economic rights. But at the same time, Israel introduced policies that made meaningful citizenship unattainable. [...] Their citizenship was overlooked when Israel opened the gates of the country to Jewish immigration only and closed it to Palestinians who were expelled from the country; established an exclusive Jewish sovereignty in a homeland which is now considered the homeland of the Jewish people only; maintained Zionist hegemony that emphasized exclusive Jewish control over land and space; and institutionalized and constitutionalized the state as Jewish.”

³⁷³ “The inability to get rid of all the Palestinians and to takeover the whole land is an incompleteness that explains the Israeli policy towards the Palestinians ever since 1948.”

gerenciar os elementos democráticos indisciplinados. E o segundo, como uma democracia racial, preserva seu projeto colonial contribuindo para estender, ocultar e legitimar o regime colonial baseado na dominação violenta (GORDON, 2010). “O colonialismo acaba gerando processos que desestabilizam a noção de povo e, conseqüentemente, produz um duplo movimento que contrai e amplia a democracia. O que começa como um projeto de subjugação, pode, às vezes, adquirir uma vantagem inesperada de inclusão”³⁷⁴ (GORDON, 2010, s/n)³⁷⁵.

5.2.4 Processo Causal da Desigualdade da Cidadania dos Árabes PCI

Para concluir a análise proposta, retorno agora à pergunta que guiou essa pesquisa, a fim de revelar o processo causal identificado após essa imersão no universo israelense. Nesse sentido, procurei entender ‘como o processo de formação do Estado contribuiu para a desigualdade da cidadania dos palestinos em Israel’. A hipótese apresentada foi que ‘a reprodução de um modelo colonial europeu de formação do Estado de Israel possibilitou ao movimento sionista a organização de instituições fundamentais para o futuro Estado no período anterior a 1948 – como capacidade fiscal, segurança, educação e alianças estratégicas, as quais garantiram a coesão social necessária para a supremacia judaica na Palestina e, posteriormente, um regime democrático que privilegia a maioria judaica’.

Para responder à pergunta, apresento a seguir o processo causal da formação do Estado de Israel que resultou na desigualdade da cidadania dos árabes palestinos. Vale informar que extrapolo os resultados da análise para os árabes palestinos de modo geral, já

³⁷⁴ “Colonialism ends up engendering processes that destabilize the notion of the people and, consequently, produces a double movement that both contracts and extends democracy. What begins as a project of subjugation, may, at times, acquire an unexpected edge of inclusion.”

³⁷⁵ “Outra consideração vital em relação às condições coloniais versus coloniais de povoamento envolve a cidadania. Sob as condições coloniais, os direitos de cidadania dos colonizados são negados ou indefinidamente adiados a fim de proibir as capacidades soberanas nativas. Por outro lado, no modelo colonial clássico de povoamento, devido à redução radical da população indígena, os elementos de uma cidadania settler podem ser oferecidos seletivamente como um meio de erradicar os impulsos soberanos residuais. A perspectiva de integração/assimilação e a afirmação retórica de que os indígenas podem participar da vida política da política dos colonos estão entre as ferramentas mais poderosas disponíveis para consolidar os projetos coloniais dos colonos. Na verdade, o settler colonialism é mais forte quando pode falar em termos universalizantes, quando pode alegar estar “fechando as lacunas”. Este tem sido o caso dentro de Israel, onde os árabes constituam uma minoria. Ainda assim, tais estratégias não podem ser implantadas nos territórios ocupados, onde os palestinos superam em muito os colonos. A ocupação de Israel enfatiza e reforça a distância entre os dois grupos. No contexto de situações coloniais de povoamento viáveis, as subjetividades indígenas são física e/ou discursivamente transferidas, não permanentemente subjugadas. [...] Também importante, porém, [...] é a infiltração de formas coloniais em Israel, onde a integração relativa dos “árabes israelenses” está sendo progressivamente revertida, e onde a própria autonomia de Israel como um a sociedade settler colonial está sendo erodida” (VERACINI, 2013, p. 29-30, 34).

que não foi possível deixá-los completamente fora da análise das instituições israelenses. De qualquer maneira, eu já havia alertado na metodologia para a possibilidade de incluir os territórios palestinos ocupados na análise, sempre que necessário.

No quadro 18, abaixo, esquematizei o processo causal antidemocrático, exclusivista e discriminatório que, por meio de uma dependência de trajetória formada pelas conjunturas críticas, explica como a relação causal determinista entre a formação do Estado (causa X) e a desigualdade da cidadania dos PCI (efeito Y) aconteceu no caso israelense. E explica, também, a desigualdade dos árabes palestinos de modo geral. Para descrever esse processo causal, é preciso antes identificar o mecanismo causal (M) e suas partes ($M_1 + M_2 + M_3 + M_4$), que são, cada um, a união das entidades (instituições) e suas atividades (ações/eventos) que formam a evidência ou traço deixado durante o processo de desenvolvimento político israelense.

QUADRO 18 – PROCESSO CAUSAL DA DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS PCI*

CAUSA (X)	MECANISMO CAUSAL (M)				EFEITO (Y)
FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NA PALESTINA	Instituições Sionistas de Defesa Pré-Estado de Israel (1897-1948)	Instituições Sionistas Pré-Estado de Israel (1897-1948)	Instituições Estatais Israelenses de Defesa (1948-2018)	Instituições Estatais Israelenses + Instituições Sionistas (1948-2018)	DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS ÁRABES PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL
	Planejaram e executaram a limpeza étnica (parcial) do território da Palestina, garantindo as condições territoriais necessárias para a formação do Estado de Israel.	Planejaram e construíram a narrativa sionista, a população de maioria judaica e as estruturas exclusivistas necessárias para o funcionamento do Estado de Israel.	Conquistaram e consolidaram o território de Israel, garantindo sua contínua expansão e o controle e a segregação dos árabes palestinos em Israel e nos territórios palestinos ocupados militarmente pelo Estado de Israel.	Reproduziram a narrativa sionista e consolidaram a exclusividade judaica do Estado de Israel por meio da manutenção da maioria étnica judaica via contínua imigração e novos cidadãos, e da institucionalização da discriminação dos árabes palestinos cidadãos de Israel e (re)colonização dos territórios palestinos ocupados militarmente pelo Estado de Israel.	
	(M ₁)	(M ₂)	(M ₃)	(M ₄)	

FONTE: A Autora (2020).

*Notas do quadro 18:

Mecanismo causal = entidade(s) + atividade(s)

Entidade(s) = Instituições Sionistas Pré-Estado de Israel (de Defesa e Geral**)

Instituições Estatais Israelenses

Instituições Sionistas (em conjunto com as Instituições Estatais Israelenses após 1948)

***Cont. das notas do quadro 18:**

** Todas as demais instituições não militares: políticas, econômicas, fiscais, educacionais etc.

Processo causal = causa (X) → Mecanismo ($M_1 + M_2 + M_3 + M_4$) → efeito (Y) onde:

M_1 = Mecanismo causal paramilitar

M_2 = Mecanismo causal estrutural

M_3 = Mecanismo causal militar

M_4 = Mecanismo causal institucional

Mecanismo causal exclusivista = M_1 (paramilitar) + M_2 (estrutural) + M_3 (militar) + M_4 (institucional)

O primeiro mecanismo causal ou “evidência mecanística” (M_1) dessa trajetória são as atividades realizadas pelas instituições sionistas de defesa pré-Estado (1897-1948), as quais planejaram e executaram a limpeza étnica (parcial) do território da Palestina, garantindo as condições territoriais necessárias para a formação do Estado de Israel. O segundo mecanismo causal (M_2) é atribuído às atividades das instituições sionistas pré-Estado (1897-1948), as quais planejaram e construíram a narrativa sionista, a população de maioria judaica e as estruturas exclusivistas necessárias para o funcionamento do Estado de Israel.

O terceiro mecanismo causal (M_3) foi realizado pelas instituições estatais israelenses de defesa (1948-2018), responsáveis pela conquista e consolidação do território de Israel, garantindo sua contínua expansão e o controle e a segregação dos árabes palestinos em Israel e nos territórios palestinos ocupados militarmente pelo Estado de Israel.

O quarto mecanismo causal (M_4) identificado foram as atividades executadas pelas instituições israelenses em conjunto com as instituições sionistas (1948-2018), responsáveis pela reprodução da narrativa sionista e consolidação da exclusividade judaica do Estado de Israel. Isso aconteceu por meio da manutenção da maioria étnica judaica, via contínua imigração e novos cidadãos e da institucionalização da discriminação dos árabes palestinos cidadãos de Israel e da (re)colonização dos territórios palestinos ocupados militarmente pelo Estado de Israel.

Essas quatro partes do mecanismo causal consistem nas evidências de que a desigualdade da cidadania dos árabes PCI teve origem na formação do Estado de Israel. As decisões tomadas pelas entidades para concretizar o objetivo sionista de estabelecer um Estado judaico na Palestina, por sua vez, excluíram cada vez mais os árabes palestinos de seu próprio território e da oportunidade de uma cidadania plena. O processo causal da desigualdade da cidadania dos árabes PCI – e também da desigualdade dos árabes palestinos em geral – ocorrido durante a formação do Estado de Israel pode ser, assim, resumido:

I) A formação do Estado de Israel, por meio da reprodução do modo settler colonialist europeu, viabilizou a limpeza étnica dos árabes palestinos de modo geral,

constituindo-se no primeiro mecanismo de exclusão e desigualdade durante o período pré-Estado de Israel (1897-1948); II) Simultaneamente, as instituições sionistas pré-Estado trataram de garantir que suas atividades e benefícios ficassem exclusivamente na *Yishuv*, constituindo-se no segundo mecanismo de exclusão e desigualdade durante o período pré-Estado de Israel (1897-1948); III) A partir da formação do Estado de Israel propriamente dito, as instituições israelenses de defesa deram continuidade ao modo *settler colonialist*, além de práticas coloniais nos territórios palestinos ocupados, constituindo-se no terceiro mecanismo de exclusão e desigualdade; e IV) Simultaneamente, as instituições estatais israelenses e as remanescentes instituições sionistas, juntas, mantiveram o “equilíbrio” maioria vs minorias essencial para a manutenção da maioria étnica judaica em Israel e das práticas exclusivistas que permitem a contínua desigualdade dos árabes palestinos de modo geral e, especificamente, como cidadãos de Israel.

Uma última e importante observação é que o *modus operandi settler colonialist* do movimento nacionalista judaico sionista teve um papel fundamental na desigualdade da cidadania dos árabes PCI e na segregação e controle dos árabes palestinos nos territórios ocupados por Israel. Nesse sentido, as atividades realizadas pelas instituições sionistas no período pré-Estado (1897-1948) impactaram a formação de Israel de tal maneira que dificilmente haveria um resultado diferente da exclusão e da desigualdade da cidadania.

Fica claro na Declaração de Independência de Israel que o país nunca pretendeu ser uma expressão política de sua sociedade civil, das pessoas que residem em seu território, ou mesmo de todos os seus cidadãos. Nunca foi pensado para ser uma democracia, mas - para usar a terminologia de Yoav Peled (1992) - uma etnorepública, o estado do povo judeu, onde quer que esteja³⁷⁶ (ABDO&YUVAL-DAVIS, 1995, p. 306-307).

A extensa legislação israelense discriminatória dos árabes PCI (ver anexo 19, páginas 267 a 287) é o resultado dos mecanismos utilizados pelo Estado de Israel ao longo do seu desenvolvimento político para a concretização do objetivo maior sionista de um Estado exclusivo para os judeus do mundo todo. É redundante afirmar que essa legislação, bem como os outros mecanismos utilizados desde o início da colonização da Palestina pelos judeus, violam os direitos fundamentais dos árabes palestinos e também a Carta da ONU (como país membro) e o próprio Plano de Partilha da ONU (como Estado signatário). Além disso, violam as três vertentes dos direitos humanos: o Direito Humanitário/Convenção de Genebra, o Direito dos Refugiados e a Declaração Universal de Direitos Humanos. São considerados ‘direitos inalienáveis do Povo Palestino’, definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o [...] direito à autodeterminação sem interferência externa, o direito à independência

³⁷⁶ “It is clear from the Israeli Declaration of Independence that the country was never meant to be a political expression of its civil society, of the people who reside in its territory, or even of all its citizens. It was never meant to be a democracy, but - to use Yoav Peled's terminology (1992) - an ethnorepublic, the state of the Jewish people, wherever they are.”

e à soberania, e o direito de retorno às suas casas e propriedades das quais foram desalojados” (UNISPAL(a), 2015).

A realidade dos palestinos representa a “maior e mais antiga situação prolongada de refúgio no mundo” (UNHCR, 2006, p. 112). Não há, no entanto, uma discussão sobre a possibilidade de sanções para cessar as violações de direitos humanos dos palestinos devido, principalmente, à parceria estratégica entre Israel e os Estados Unidos. E, embora a declaração de independência israelense cite brevemente um convite para que Árabes palestinos “[...] participa[ssem] na construção do Estado com base na cidadania plena e igualitária e na devida representação em todas as suas instituições provisórias e permanentes”³⁷⁷ (DECLARATION..., 1948), na realidade foi exatamente ao contrário. Hoje é quase impossível reverter o *status quo* em Israel e nos territórios palestinos sem altos custos políticos e sociais (além da falta de vontade política) e do risco de uma guerra civil.

A solução de dois Estados permanece na retórica da comunidade internacional, contudo sua viabilidade está cada dia mais distante. Paradoxalmente, a realização da democracia israelense e a concretização do sonho sionista de um Estado exclusivo para os judeus depende do fim de toda a ocupação militar e da criação de um Estado Palestino (SLATER, 2004). A manutenção de práticas coloniais e *settler-colonialists* apenas contribuem para a deterioração do *status* democrático de Israel e para o aprofundamento da discriminação e violação dos direitos fundamentais dos árabes PCI e, de modo geral, dos árabes palestinos. No próximo, e último, capítulo apresento as considerações finais da tese.

³⁷⁷ “[...] participate in the upbuilding of the State on the basis of full and equal citizenship and due representation in all its provisional and permanent institutions.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados nacionais contemporâneos são um dado, porém esse modelo institucional burocrático tem uma longa história de desenvolvimento político até se transformar no modelo propagado no pós-II Guerra Mundial. De séculos de desenvolvimento político ‘não intencional’ dos Estados modernos europeus, como subproduto da organização da violência e da centralização de suas atividades, chegamos a um desenvolvimento político mais rápido, menos custoso e com menos obstáculos nos Estados nacionais contemporâneos. Junte a esse processo, a formação simultânea de um sistema de Estados, a princípio apenas europeu, que passou a incorporar a quase totalidade das unidades políticas mundiais. Além disso, a incorporação quase unânime do regime político democrático, que considerasse e respeitasse a pluralidade de indivíduos e de interesses (etnias, raças, culturas, tradições, religiões, ideologias etc.) no âmbito doméstico, prometia uma guinada humanitária que não correspondeu integralmente à realidade. Nesse sentido, o propósito da pesquisa era compreender como a formação de um Estado nacional pode impactar o regime político em um caso específico.

A proposta da tese era identificar como o processo de formação do Estado de Israel contribuiu para a desigualdade da cidadania dos árabes palestinos; quais as instituições e os mecanismos que foram responsáveis pela conquista e pela manutenção da maioria étnica judaica em detrimento da igualdade da cidadania dos árabes palestinos nativos do território disputado e dominado pelo movimento nacionalista judaico sionista para o estabelecimento de um Estado judaico. Entender como impasses políticos e institucionais (étnicos e religiosos, por exemplo) permeiam e impactam o sistema político democrático é sempre um tema relevante, já que se entende a democracia como o melhor regime político. Do mesmo modo, é importante refletir sobre a herança colonial impressa nas instituições, nos sistemas e regimes políticos contemporâneos e seu conflito com os princípios fundamentais democráticos.

A escolha de Israel configurou-se como uma boa seleção de caso extremo devido à particularidade do contexto histórico e da formação do Estado a partir de uma proposta de partilha da Palestina pela ONU, que resultou em uma *disputa territorial com os árabes palestinos nativos* e no prolongado conflito Israel-Palestina. Também pela complexidade do caráter étnico-religioso do sistema político israelense que permitiu explorar questões subjacentes relevantes, como a relação entre o Estado e seus cidadãos (*maioria versus*

minorias). Entretanto, guardadas as particularidades e as condições do caso israelense, é um caso de *settler colonialism* como o de outros movimentos nacionalistas.

O objetivo era criar uma narrativa histórica interpretativa macropolítica institucional que revelasse a relação causal entre a variável independente (formação do Estado nacional) e a variável dependente (desigualdade da cidadania), e foi atingido por meio da análise das variáveis militaristas de formação do Estado previstas por Tilly (1975/1985). Os objetivos específicos foram cumpridos na seguinte ordem: o capítulo 2 apresentou uma narrativa histórico-teórica da formação dos Estados nacionais europeus até a formação e democratização do sistema internacional, ressaltando os conceitos essenciais para entender a mobilização judaica sionista; o capítulo 3 revelou as características fundamentais desse movimento nacionalista, com suas semelhanças e diferenças em relação aos demais movimentos nacionais do tipo *settler colonialist*; o capítulo 4 apresentou o Estado democrático de Israel, suas instituições fundamentais, a estratificação social, o regime político e os impasses decorrentes da fragmentação dessa sociedade de imigrantes, que foi construída em um território já habitado pelos árabes palestinos - a Palestina.; e o capítulo 5 analisou a formação do Estado de Israel e seus reflexos na desigualdade da cidadania dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI), bem como dos árabes palestinos de modo geral.

A análise procurou identificar o processo causal (e seus mecanismos) que explica como a formação de Israel resultou na desigualdade dos PCI. A hipótese de que a reprodução de um modelo colonial europeu possibilitou ao movimento sionista a organização de instituições fundamentais no período pré-Estado e que garantiram a supremacia judaica na Palestina e um regime democrático que privilegia a maioria judaica foi confirmada, por meio da análise das variáveis de formação do Estado de Tilly. Somada a essa análise, observei as condições da formação no caso israelense, com a identificação de conjunturas críticas que determinaram uma dependência de trajetória exclusivista e discriminatória, que resultou na desigualdade da cidadania dos PCI.

A operacionalização das variáveis foi realizada por meio do delineamento de processos (*case-centric explaining outcome process-tracing*) para identificar as **entidades**, as **atividades** e, consequentemente, os **mecanismos** que explicam o resultado da relação entre as variáveis independente (formação do Estado de Israel) e dependente (desigualdade da cidadania dos PCI). O propósito era identificar as entidades (instituições), as atividades (ações/eventos) e os mecanismos (evidências) que garantiram a manutenção da maioria étnica judaica e a discriminação dos árabes palestinos cidadãos de Israel (PCI) – e também dos árabes palestinos de modo geral.

As entidades que analisei foram as instituições pré-Estado de Israel (1897-1947) nas quatro áreas de atividades (variáveis) previstas por Tilly (*guerra/war making*, *Estado/state making*, *proteção/protection* e *extração/extraction*). As atividades que analisei, conforme o nome coincide com as variáveis de Tilly, foram as atividades (ações/eventos) praticadas pelas entidades (instituições) para realizar o objetivo de estabelecer um Estado judaico na Palestina. E os mecanismos que identifiquei na análise foram as evidências ou traços deixados pelas atividades das entidades sionistas durante a formação do Estado. Cada mecanismo identificado constitui uma parte do processo (ou mecanismo) causal (BEACH&PEDERSEN, 2013, p. 31). O quadro 19 esquematiza a operacionalização dessa análise via *case-centric explaining outcome process-tracing* ou delineamento de processo centrado em um caso de explicação de resultado.

QUADRO 19 – OPERACIONALIZAÇÃO DO CASE-CENTRIC EXPLAINING OUTCOME PROCESS-TRACING

CAUSA (X)	MECANISMO CAUSAL (M) (EVIDÊNCIAS MECANÍSTICAS)				EFEITO (Y)
FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NA PALESTINA	ENTIDADE(S)	ENTIDADE(S)	ENTIDADE(S)	ENTIDADE(S)	DESIGUALDADE DA CIDADANIA DOS ÁRABES PALESTINOS CIDADÃOS DE ISRAEL
	ATIVIDADE(S)	ATIVIDADE(S)	ATIVIDADE(S)	ATIVIDADE(S)	
	(M ₁)	(M ₂)	(M ₃)	(M ₄)	

FONTE: A Autora, a partir do modelo de *process tracing* de BEACH&PETERSEN (2019).

A análise destacou o papel fundamental do *modus operandi settler colonialist* na construção do exclusivismo e da desigualdade da cidadania dos árabes palestinos cidadãos de Israel. Entretanto, ressaltei que o caso israelense difere-se do modelo europeu na medida em

que o Estado de Israel é um projeto colonial e não um ‘efeito não intencional’ da organização e centralização da violência e da guerra.

A narrativa etno-religio-nacionalista sionista garantiu (e ainda garante) certa coesão social, suficiente para a formação e manutenção da maioria étnica judaica. Foi possível observar que o problema da desigualdade da cidadania é tanto um reflexo do modelo europeu *settler colonialist* reproduzido pelos sionistas, quanto uma questão de fragmentação e ausência de homogeneidade dessa população, o que provoca impasses político-sociais e necessita de constante manutenção (se possível) do pacto histórico acordado durante o desenvolvimento político do Estado.

Um Estado *settler* tende a reforçar as narrativas exclusivistas e um pacto histórico a serviço da supremacia racial branca. Portanto, criando desigualdades, desde a origem do Estado, que são muito difíceis de superar sem mudanças custosas e conflito. Superar o colonialismo/*settler-colonialism* faz-se necessário para que a cidadania democrática seja mais igualitária, uma vez que as desigualdades estruturais e sociais criam relações Estado-sociedade conflituosas e violentas, tornando-se, por sua vez, empecilhos para o melhor funcionamento dos regimes democráticos.

A solução de dois Estados permanece na retórica da comunidade internacional, contudo sua viabilidade está cada dia mais distante devido à falta de vontade política por parte do Estado de Israel. A manutenção de práticas coloniais e *settler-colonialists* apenas contribui para a deterioração do *status* democrático de Israel e para o aprofundamento da discriminação e da violação dos direitos fundamentais dos árabes PCI e dos árabes palestinos que aguardam há décadas o retorno ao seu território de origem.

REFERÊNCIAS

ABDO, Nahla; YUVAL-DAVIS, Nira (1995) Chapter 11 - Palestine, Israel and the Zionist Settler Project, p. 291-322. IN: STASIULIS, Daiva; YUVAL-DAVIS, Nira (1995) *Unsettling Settler Societies: Articulations of Gender, Race, Ethnicity and Class*, vol. 11. London: SAGE Publications. (Sage Series on Race and Ethnic Relations)

ABERNETHY, David B. (2000) *The Dynamics of Global Dominance*. New Haven: Yale University Press.

ADALAH - The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel. *Adalah's Position Paper: Proposed Basic Law: Israel - The Nation State of the Jewish People*, update - 16 July 2018. Disponível em: <https://www.adalah.org/uploads/uploads/Adalah%20Position%20Paper%20-%20Basic%20Law%20Jewish%20Nation%20State%20-%20ENGLISH%20-%2015072018%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 31/10/2020.

ADALAH(1) - The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel. *Israel's Jewish Nation-State Law*, 02/08/2018. Disponível em: <https://www.adalah.org/en/content/view/9569>. Acesso em: 31/10/2020.

ADALAH - The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel. *Discriminatory Laws Database*. Disponível em: <https://www.adalah.org/en/law/index>. Acesso em: 20/10/2020.

ADALAH(a) - The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel. *Discriminatory Laws in Israel – Basic Law: The Government*. Disponível em: <https://www.adalah.org/en/law/view/515>. Acesso em: 31/10/2020.

ALMOG, Shmuel; REINHARZ, Jehuda; SHAPIRA, Anita (1998) *Zionism and Religion*. Hanover, NH: University Press of New England.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. (1989) *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury, CA: Sage Publications, Inc. p. 364.

APARICIO, Eitan B. (2013) *Mapping the Destruction*: launching the first Nakba map in Hebrew – at Zochrot and on Tel Aviv streets. Disponível em: <http://www.zochrot.org/en/article/54783>.

ARDANT, Gabriel (1975) Financial Policy and Economic Infrastructure of Modern States and Nations, p. 164-242. IN: TILLY, Charles. (ed.) (1975) *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.

ARIAN, Barnea; BLOOM, Pazit Ben-Nun. *Auditing Israeli Democracy 2010*, p. 172.

AZM – American Zionist Movement. *The Jerusalem Program – 1951*. Disponível em: <https://azm.org/the-jerusalem-program-1951>. Acesso em: 20/05/2020.

AZMa – American Zionist Movement. *The Jerusalem Program* (2004). Disponível em: <https://azm.org/wzo/jerusalem-program>. Acesso em: 20/05/2020.

ANGHIE, Antony (2004) *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

AVINERI, Shlomo. (1979) Zionism as a National Liberation Movement. *The Jerusalem Quarterly*, Number 10, Winter 1979, p. 133-144. Disponível em: <http://ismi.emory.edu/home/documents/Readings/Avineri%20Zionism%20as%20a%20National%20Liberation%20Movement.pdf>. Acesso em: 08/01/2020.

AVINERI, Shlomo. Zionism – The Ideological Roots of Israel's State and Society, Week 2. IN: FRENKEL, Michal. *Israel State and Society Course* (online), Hebrew University of Jerusalem, 14 weeks, 2018. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/israel>. Acesso em: 23/02/2018.

AVIV, Efrat. Millet System in the Ottoman Empire, 28 november 2016. *Oxford Bibliographies*. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0231.xml>. Acesso em: 10/01/2020.

BALFOUR Declaration (1917). Disponível em: <http://nena-news.it/rashid-khalidi-balfour-declaration-must-be-matched-by-national-home-for-palestinians/>. Acesso em: 20/05/2020.

BARNETT, Michael N. (1996) *Israel in Comparative Politics: Challenging the Conventional Wisdom*. NY: State University of New York Press.

BARNETT(a), Michael N. (1996) Chapter 11 – Identity and Alliances in the Middle East, p. 295-328. IN: Katzenstein, Peter J. (1996) *The Culture of National Security – Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press, 390 p.

BAR-TAL, D. (2007) Socio-psychological foundations of intractable conflicts. *American Behavioral Scientist*, 50, 1430–1453.

BASEL PROGRAM (1897). Disponível em: <https://mfa.gov.il/Jubilee-years/Pages/1897-The-First-Zionist-Congress-takes-place-in-Basel,-Switzerland.aspx>. Acesso em: 20/05/2020.

BEACH, Derek (2017) *Process-Tracing Methods in Social*. Oxford Research Encyclopedia of Politics. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-176>. Acesso em: 16/05/2020.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Ramus Brun. (2013/2019) *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Harbor: University of Michigan Press.

BEN MEIR, Yehuda; SHAKED, Dafna. (2007) *The People Speak: Israeli Public Opinion on National Security 2005–2007*, The Institute for National Security Studies Memorandum No. 90 (May 2007), p. 18.

BEN-MOSHE, Eliahu (2018) Who Are the Israelis? Demographic dynamics and their social consequences - Arab Population by Religion, Week 4. IN: FRENKEL, Michal. *Israel State and Society Course* (online), Hebrew University of Jerusalem, 14 weeks, 2018. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/israel>. Acesso em: 23/02/2018.

BERKOWITZ, Michael (1996) Toward an Understanding of Fundraising, Philanthropy and Charity in Western Zionism, 1897 – 1933. *Voluntas*, vol. 7, issue 3, p. 241 – 258.

BLANCO, Ramon (2013) The Modern State in Western Europe: three narratives of its formation. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.3, p.169-184, set.-dez. 2013.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina T. (2019) Problematising the Ultimate Other of Modernity: the crystallisation of coloniality in international politics. *Contexto Internacional*, vol. 41(3) Sep/Dec, p. 599-619.

BLANNING, T.C.W. (2000) *The 19th Century*. Oxford: Oxford University Press.

BOLLEN, Kenneth A. Political Democracy: Conceptual and Measurement Traps. In: Alex Inkeles (ed), *On Measuring Democracy: Its Consequences and Concomitants* (New Brunswick, NJ, 1991) p. 9-10.

BORBA, Pedro dos S. de (2014) *Sociologia Histórica Como Teoria Política: a formação dos Estados Modernos na Europa e na América Latina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *An Agenda for Democratization*. New York: United Nations, 1996. p. 57.

BOWMAN, Glenn W. (2011) Chapter 3 – A Place for Palestinians in Altneuland: Herzl, anti-Semitism, and the Jewish state, p. 65-79. IN: ZUREIK, Elia; LYON, David; ABU-LABAN, Yasmeen. (2011) *Surveillance and Control in Israel/Palestine: population, territory, and power*. London and New York: Routledge – Taylor & Francis Group, 392 p. (Routledge studies in Middle Eastern politics; 33)

BRUBAKER, Roger (1992) *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick (2010) *Empires in World History*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

BUZAN, Barry. (1983) People, States, and Fear – The National Security Problem in International Relations. Great Britain: Wheatsheaf Books Ltd., 1983, p. 262.

BUZAN, Barry; LAWSON, George (2013) The Global Transformation: The Nineteenth Century and the Making of Modern International Relations. *International Studies Quarterly*, 57, pp. 620–634.

CANÇADO TRINDADE, Antônio A. Cap. IV – Reflexões Finais, p. 233-256. In: _____. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. II. Porto Alegre: Sergio A. Fabris Editor, 1999. 440 p.

CANETTI-NISIM, Daphna; ARIELY, Gal; HALPERIN, Eran (2008) Life, Pocketbook, or Culture the Role of Perceived Security Threats in Promoting Exclusionist Political Attitudes toward Minorities in Israel. *Political Research Quarterly*, Vol. 61, No. 1 (Mar., 2008), pp. 90-103.

CAPOCCIA, Giovanni (2015) 6 - Critical Junctures and Institutional Change, p. 147-179. IN: MAHONEY, J. & THELEN, K. (Eds.), *Advances in Comparative-Historical Analysis* (Strategies for Social Inquiry, pp. 147-179). Cambridge: Cambridge University Press.

CBS – Central Bureau of Statistics. Statistical Abstract of Israel 2018 – No 69, 2. Population, 2.1 Population, by Population Group. Disponível em: <https://www.cbs.gov.il/en/publications/Pages/2018/Population-Statistical-Abstract-of-Israel-2018-No-69.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

CBS(a) – Central Bureau of Statistics. Statistical Abstract of Israel 2018 – No 69, 2. Population, 2.2 Population, by Religion. Disponível em: <https://www.cbs.gov.il/en/publications/Pages/2018/Population-Statistical-Abstract-of-Israel-2018-No-69.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

CBS(b) – Central Bureau of Statistics. Statistical Abstract of Israel 2018 – No 69, 2. Population, 2.7 Population Distribution by Population Group and Religion. Disponível em:

<https://www.cbs.gov.il/en/publications/Pages/2018/Population-Statistical-Abstract-of-Israel-2018-No-69.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

CBS(c) – Central Bureau of Statistics. Statistical Abstract of Israel 2018 – No 69, 1. Geophysical Characteristics, 1.1 Area of Districts, Sub-districts, Natural Regions and Lakes. Disponível em: <https://www.cbs.gov.il/en/publications/Pages/2018/Geophysical-Characteristics-Statistical-Abstract-of-Israel-2018-No-69.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

CBS(d) – Central Bureau of Statistics. Statistical Abstract of Israel 2018 – No 69, 2. Population, 2.28 Land Area, Population and Population Density - International Comparisons. Disponível em: <https://www.cbs.gov.il/en/publications/Pages/2018/Population-Statistical-Abstract-of-Israel-2018-No-69.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

CBS(e) – Central Bureau of Statistics. Israel in Figures 2019 – Selected data from the Statistical Abstract of Israel. Disponível em: http://www.cbs.gov.il/he/publications/DocLib/isr_in_h/isr_in_n19e.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

CERVO, Amado L. (2008) Capítulo 4 – A Instabilidade Internacional (1919-1939), p. 152-190. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO(a), Amado L. (2008) Capítulo 9 - O final do século XX e o início do XXI: dificuldades para construção de uma ordem global, p. 346-371. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHRISTIAN, David (2005) *Maps of Time*. Berkeley, CA: University of California Press.

CHRISTIE, Kenneth; MASAD, Mohammad (ed.) (2013) *State Formation and Identity in the Middle East and North Africa*. NY: Palgrave Macmillan.

CIE – Center for Israel Education. *Political Institutions*. Disponível em: <https://israeled.org/themes/political-institutions/>. Acesso em: 31/10/2020.

COGGINS, Bridget (2011) Friends in High Places: International Politics and the Emergence of States from Secessionism. *International Organization*, Vol. 65, No. 3, Summer 2011, pp. 433-467.

COGGINS, Bridget (2014) Chapter 2 – Statehood in Theory and Practice, p. 14-43. IN COGGINS, B. *Power Politics and State Formation in the Twentieth Century: The Dynamics of Recognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

COHEN, Michael J. (1976) The British White Paper on Palestine, May 1939. Part II: The Testing of a Policy, 1942-1945. *The Historical Journal*, 19, 3 (1976), pp. 727-758.

COHEN, Hillel (2008) *Army of Shadow: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917-1948*. Translated by Haim Watzman. Los Angeles, CA: University of California Press.

COLLIER, David (2011) Understanding Process tracing. *PS: Political Science and Politics*, 44, n. 4, 2011, p. 823-830.

COLLIER, David; MUNCK, Gerardo L. (2018) *Critical Juncture Project - 1. Introduction*. Disponível em: <http://www.critical-juncture.net/>. Acesso em: 27/11/2020.

CONVENTION on the Rights and Duties of States, 1933. Department of International Law, Organization of American States – OAS. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-40.html>. Acesso em: 27/04/2020.

COPPEDGE, Michael; GERRING, John, et al. (2011) *Conceptualising and Measuring Democracy* – a new Approach.

DAHL, Robert A. (2005) *Poliarquia: Participação e Oposição* -1a ed., 1a reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 237. (Clássicos 9)

DAHL, Robert A. (2002). Democracy and Human Rights Under Different Conditions of Development. In: SAVIC, Obrad; KRUG, Beogradski. *The Politics of Human Rights*. Edited by Belgrade Circle. London/New York: Verso, p. 166-180.

DAHL, Robert A. (1971) *Polyarchy, Participation, and Observation* (New Haven, CT) 3, 9, 248.

DANA, Tariq; JARBAWI, Ali (2017) A Century of Settler Colonialism in Palestine. *The Brown Journal of World Affairs*, fall/winter, vol. XXIV, issue I, p. 197- 220.

DARWIN, John (2007) *After Tamerlane*. London: Penguin.

DAVIS, Mike (2002) *Late Victorian Holocausts*. London: Verso.

DECLARATION of the Establishment of the State of Israel (1948). Disponível em: <https://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/declaration%20of%20establishment%20of%20state%20of%20israel.aspx>. Acesso em: 20/05/2020.

DEGANI, Arnon Yehuda (2015) The decline and fall of the Israeli Military Government, 1948–1966: a case of settler-colonial consolidation?, *Settler Colonial Studies*, 5:1, 84-99.

DIAMOND, Larry. The Global State of Democracy. *Current History*, December 2000, p. 413-418.

DIAMOND, Larry. *Advancing Democratic Governance: A Global Perspective on the Status of Democracy and Directions for International Assistance*. Stanford University, 2003.

DIAMOND, Larry. *The Global Expansion of Democracy and Freedom, 1974-2015*. Stanford Connects – Global Democracy: Is there na emerging global crisis of Democracy?, Lecture, May 21, 2016. Disponível em: <https://stanfordconnects.stanford.edu/watch/global-democracy-there-emerging-global-crisis-democracy/index.html> Acesso em: 10/07/2017.

DÖPCKE, Wolfgang (2008) Capítulo 3 - Apogeu e Colapso do Sistema Internacional Europeu (1871-1918), p. 96-151. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOWTY, Alan. (1999) Is Israel Democratic? Substance and Semantics in the “ethnic democracy” debate. *Israel Studies*, Vol. 4, No. 2 (Fall), pp. 1-15.

DOWTY, Alan. (1998) *The Jewish State: a century later*. (Berkeley, CA, 1998).

DROR, Yehezkel (1996) Chapter 10 – On the Uniqueness of Israel: Multiple Readings. IN: BARNETT, Michael N. *Israel on Comparative Perspective: challenging the conventional wisdom*. Albany: SUNY Press, 1996.

DUSZA, K. (1989) Max Weber's Conception of the State. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 3, n. 1, pp. 71-105.

ERTMAN, Thomas (1997) *Birth of Leviathan* – building states and regimes in medieval and early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, p. 378.

FISCHER, Wolfram; LUNDGREEN, Peter (1975) The Recruitment and Training of Administrative and Technical Personnel, p. 456-561. IN: TILLY, Charles. (ed.) (1975) *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.

FREEDOM House. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org>.

FUTURE Government of Palestine (A/RES/181 (II), 1947). Disponível em: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/7F0AF2BD897689B785256C330061D253>. Acesso em: 20/05/2020.

GALNOOR, Itzhak (2009) The Zionist Debates on Partition (1919 – 1947). *Israel Studies*, Vol. 14, No. 2 (Summer, 2009), pp. 74-87.

GALTUNG, Johan (1990) Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, Manoa, v. 27, n. 3, ago.1990, p. 291-305

GAIVISON, Ruth. *Jewish and Democratic? A Rejoinder to the Ethnic Democracy Debate*. *Israel Studies*, 4(1) (1999) 44-72.

GHANEM, As'ad; ROUHANA, Nadim and YIFTACHEL, Oren. *Questioning Ethnic Democracy: A Response to Sammy Smooha*. *Israel Studies*, 3(2) (1998) 253-67.

GELLNER, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.

GELLNER, Ernest (1988) *Plough, Sword and Book*. London: Collins Harvill.

GERRING, John (2001) Chapter 9 – Methods. IN: GERRING, John (2001) *Social Science Methodology: A Criterial Framework*. Boston: Cambridge University Press, 322 p.

GERRING, John (2006) Single-Outcome Studies: A Methodological Primer. *International Sociology*, 21 (5), p. 707-734.

GIBSON, J. L. (2006) Enigmas of intolerance: Fifty years after Stouffer's communism, conformity, and civil liberties. *Perspectives on Politics*, 4, 21–34.

GIDDENS, Anthony (1985) *The Nation-State and Violence*. Cambridge: Polity.

GILADI, Gideon N. (1990) *Discord in Zion: conflict between Ashkenazi & Sephardi Jews in Israel*. Ed. Scorpion.

GORDON, Neve (2010) Democracy and Colonialism. *Theory & Event*, v. 13, issue 2, 2010, s/n.

GORDON, Neve; RAM, Moriel (2016) Ethnic Cleansing and the Formation of Settler Colonial Geographies. *Political Geography*, 53, (2016), p. 20-29.

GOUREVITCH, Peter (1978) The Second Image Reversed: the international sources of domestic politics. *International Organization*, Vol. 32, No. 4, Autumn, 1978, pp. 881-912.

GREEN, Daniel M. Democratization: The World-Wide Spread of Democracy in the Modern Age. In: MODELSKI, George & DENEMARK, Robert A. (ed.), *World System History*. UNESCO-EOLSS Publishers, 2008. [e-book]

GROSFELD, Irena; SAKALLI, Seyhun O.; ZHURAVSKAYA, Ekaterina. Middleman Minorities and Ethnic Violence: Anti-Jewish Pogroms in the Russian Empire, *The Review of Economic Studies*, Volume 87, Issue 1, January 2020, Pages 289–342. Disponível em: <https://academic.oup.com/restud/article/87/1/289/5280103>. Acesso em: 08/01/2020.

HADDAD, H. S. (1974) The Biblical Bases of Zionist Colonialism. *Journal of Palestine Studies*, vol.3, issue 4, July 1974, p. 97–113.

HALPERIN, Eran; CANETTI-NISIM, Daphna; HIRSCH-HOEFLER, Sivan. (2009) The Central Role of Group-Based Hatred as an Emotional Antecedent of Political Intolerance: Evidence from Israel. *Political Psychology*, vol. 30, n. 1, 2009, p. 93-123.

HALPERIN, Samuel (1960) Ideology or Philanthropy? The Politics of Zionist Fundraising. *Western Political Quarterly*, vol. 13, issue 4, December 1960, p. 950 - 973.

HELLINGER, Moshe; HERSHKOWITZ, Isaac; SUSSER, Bernard (2018) *Religious Zionism and the Settlement Project: ideology, politics, and civil disobedience*. Albany, NY: SUNY Press.

HERMANN, Tamar et al. *The Israeli Democracy Index 2011*. Israel Democracy Institute, p. 123.

HERZL, Theodor (1896/2008) *The Jewish State (Der Judenstaat)*. Tradução e lançamento para The Project Gutenberg, 2008. New York: Dover Publications, Inc. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/25282/25282-h/25282-h.htm>. Acesso em: 31/08/2020.

HOLSTI, Kalevi. *The state, war, and the state of war*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HUDDY, L.; KHATID, N.; CAPELOS, T. (2002) *Trends: Reactions to the terrorism attacks of September 11, 2001*. *Public Opinion Quarterly*, 66, 418–450.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

IDF – Israel Defense Forces. *Operation Litani*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-litani/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(a) – Israel Defense Forces. *First Lebanon War*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/first-lebanon-war/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(b) – Israel Defense Forces. *Operation Defensive Shield*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-defensive-shield/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(c) – Israel Defense Forces. *The War of Attrition*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/the-war-of-attrition/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(d) – Israel Defense Forces. *The Sinai Campaign*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/the-sinai-campaign/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(e) – Israel Defense Forces. *Yom Kippur War*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/yom-kippur-war/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(f) – Israel Defense Forces. *War of Independence*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/war-of-independence/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(g) – Israel Defense Forces. *Operation Grapes of Wrath*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-grapes-of-wrath/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(h) – Israel Defense Forces. *Second Lebanon War*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/second-lebanon-war/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(i) – Israel Defense Forces. *Operation Cast Lead*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-cast-lead/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(j) – Israel Defense Forces. *Operation Pillar of Defense*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-pillar-of-defense/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDF(k) – Israel Defense Forces. *Operation Protective Edge*. Disponível em: <https://www.idf.il/en/minisites/wars-and-operations/operation-protective-edge/>. Acesso em: 20/10/2020.

IDI – The Israel Democracy Institute. *Elections and Parties - Israel's 35th Government* (May, 2020). Disponível em: <https://en.idi.org.il/israeli-elections-and-parties/>. Acesso em: 31/10/2020.

INGLEHART, Ronald; MANSOOR, Moaddel; TESSLER, Mark (2006) Xenophobia and in-group solidarity in Iraq: A natural experiment on the impact of insecurity. *Perspective on Politics* 4 (3): 495-505.

INOZEMTSEV, Vladislav. The Cultural Contradictions of Democracy. *The American Interest*, vol. 7, n. 4, Feb. 1, 2012.

JAFI – The Jewish Agency for Israel. *The Theory of Zionism - Different Models*, 06 Jul 2005. Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/zionism/content/27006>. Acesso em: 10/01/2020.

JAFI(a) – The Jewish Agency for Israel. *Modern Zionist Aliyot to Israel*. Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/historical-aliyah/content/28841>. Acesso em: 31/08/2020.

JAFI(b) – The Jewish Agency for Israel. *What Exactly is a Kibbutz?* Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/first-home-homeland/program/16766>. Acesso em: 31/08/2020.

JAFI(c) – The Jewish Agency for Israel. *Early Operations of Israeli Intelligence* (2005). Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/secret-service/content/25347>. Acesso em: 31/08/2020.

JAFI(d) – The Jewish Agency for Israel. *The Arab Jewish Struggle*, 31 May 2005. Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/peace-and-conflict/content/23703>. Acesso em: 27/11/2020.

JEPPERSON, Ronald L; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. (1996) Chapter 2 – Norms, Identity, and Culture in national Security, p. 33-64. In: Katzenstein, Peter J. (1996) *The Culture of National Security – Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press. p. 390.

JVL- Jewish Virtual Library. *Israel: Zionism*. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/zionism>. Acesso em: 10/01/2020.

JVL(a) – Jewish Virtual Library. *Zionism: Religious Zionism*. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/religious-zionism>. Acesso em: 10/01/2020.

JVL(b) – Jewish Virtual Library. *Zionism: Radical Messianic Zionism*. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/radical-messianic-zionism>. Acesso em: 10/01/2020.

JVL(c) – Jewish Virtual Library. *Zionist Congress: First Zionist Congress & Basel Program (August 1897)*. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/first-zionist-congress-and-basel-program-1897>. Acesso em: 10/08/2018.

KALLEN, Horace. M. (1921) *Zionism and World Politics: a study in history and social psychology*. Garden City, NY: Doubleday, Page & Company.

KAPLAN, Dana E. (2003) Chapter 17 – Reform Judaism, p. 291- 310. IN: NEUSNER, Jacob; AVERY-PECK, Alan J. (2003) *The Blackwell Companion to Judaism*. Malden: Blackwell Publishing.

KAPLAN, Era (2005) *The Jewish Radical Right: Revisionist Zionism and its ideological legacy*. Madison: University of Wisconsin Press. (Studies on Israel)

KARLIP, Joshua M. (2013) *The tragedy of a Generation: the rise and fall of Jewish nationalism in Eastern Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

KATZENSTEIN, Peter J.(1996) Chapter 1 – Introduction: Alternative Perspectives on National Security, p. 09-32. In: KATZENSTEIN, Peter J. (1996) *The Culture of National Security – Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press. p. 390.

KHALIDI, Rashid (2009) Chapter 14 – Palestine and the Middle East: from Vienna to Washington, 1815-2008, p. 299-315. IN: MANSOUR, Camille FAWAZ, Leila (ed.) *Transformed Landscapes – Essays on Palestine and the Middle East in Honor of Walid Khalidi*. Cairo, Egypt: American University in Cairo Press.

KIDRON, Hedva Ben-Israel (2003) Zionism and European Nationalisms: comparative aspects. *Israel Studies*, Volume 8, Number 1, Spring 2003, pp. 91-104.

KNESSET – Israeli Parliament. (2018) *Basic Law: Israel as the Nation-State of the Jewish People*. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiulZa8kZTsAhWiHLkGHZD-BFYQFjABegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fknesset.gov.il%2Fflaws%2Fspecial%2Feng%2FBasicLawNationState.pdf&usg=AOvVaw1qbWezTIorJ0kEv5zPNv3H>. Acesso em: 31/08/2020.

KNESSET (a) – Israel's Parliament. *Lexicon of Terms - Hibbat Zion*, 2009. Disponível em: https://www.knesset.gov.il/lexicon/eng/zion_eng.htm. Acesso em: 09/01/2019.

KOLSKY, Thomas A. (1990) *Jews Against Zionism: the American Council for Judaism, 1942-1948*. Philadelphia, USA: Temple University Press.

KOOK, Rebecca (1996) Chapter 8 - Between Uniqueness and Exclusion: The Politics of Identity in Israel in Comparative Perspective, p. 199-225. IN BARNETT, Michael N. (1996) *Israel in Comparative Politics: Challenging the Conventional Wisdom*. NY: State University of New York Press.

KOOPMANS, Ruud; SCHAEPPDRIJVER, Sophie de. (1993) Mechanisms of State Formation and Collective Action: An interview with Charles Tilly - May 31, 1993 in Amsterdam. *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, jrg. 20, nr. 2, oktober 1993.

KOREH, Michal; BÉLAND, Daniel (2017) The Fiscal Path to the State of Israel: social policy and state building in the Yishuv during the Mandate. *Israel Studies*, vol. 22, n. 2, summer 2017, p. 145-168.

LIJPHART, Arend. *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries* (New Haven, CT, 1984) 2, 38.

LIJPHART, Arend. *Democracies: Forms, Performance, and Constitutional Engineering*. *European Journal of Political Research*, 25 (January, 1994) 1-17.

LUND, Christian (2017) Chapter 1 - Rule and Rupture: State Formation through the Production of Property and Citizenship, p. 1-29. IN: LUND, Christian; EILENBERG, Michael (ed.) *Rule and Rupture: State Formation through the Production of Property and Citizenship*. Oxford, UK: Wiley Blackwell, 2017.

MANDATE for Palestine (1922-1948). Disponível em:
<https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/2FCA2C68106F11AB05256BCF007BF3CB>. Acesso em: 20/05/2020.

MANN, Michael (1993) *The Sources of Social Power*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press.

MASSAD, Joseph A. (2006) *The Persistence of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians*. New York, USA: Routledge.

MEDOFF, Rafael; WAXMAN, Chaim I. (2009) *The A to Z of Zionism*. Plymouth, UK: The Scarecrow Press, Inc., 2 ed., 270 p. (The A to Z Guide Series, No 102)

MEYER, John W.; BOLI, John; THOMAS, George M.; RAMIREZ, Francisco O. (1997) World Society and the Nation-State. *American Journal of Sociology*, Vol. 103, N. 1, July 1997, pp. 144-181.

MFA - Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israeli Democracy - How does it work*. Disponível em:
[http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Democracy/Pages/Israeli Democracy - How does it work.aspx](http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Democracy/Pages/Israeli%20Democracy%20-%20How%20does%20it%20work.aspx). Acesso em: 11/06/2017.

MFA(a) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Herzl and Zionism*, 20 Jul 2004. Disponível em:
<https://mfa.gov.il/MFA/MFA-Archive/2004/Pages/Herzl%20and%20Zionism.aspx>. Acesso em: 03/01/2019.

MFA(b) - Israel Ministry of Foreign Affairs. *Facts About Israel: History (2010)*. Disponível em:
<https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/history/pages/facts%20about%20israel-%20history.aspx> . Acesso em: 31/08/2020.

MFA(c) - Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel's Wars*. Disponível em:
<https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/History/Pages/Israel-Wars.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(d) - Israel Ministry of Foreign. *Israel in Maps*. Disponível em:
<https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Maps/Pages/Israel%20in%20Maps.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(e) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The Lebanon War: Operation Peace for Galilee (1982)*. Disponível em:
<https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/History/Pages/Operation%20Peace%20for%20Galilee%20-%201982.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(f) - Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel in Maps - The Second Lebanon War (2006)*. Disponível em: . Acesso em: 20/10/2020.. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Maps/Pages/The-Second-Lebanon-War.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(g) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Political Structure and Elections*, 01 Jan 2018. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Spotlight/Pages/Political%20Structure%20and%20Elections.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(h) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The State: Legislature: The Knesset*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/state/pages/the%20state-%20legislature-%20the%20knesset.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(i) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Human Rights and the Rule of Law*, 01 Jun 1999. Disponível em: <https://mfa.gov.il/mfa/mfa-archive/1999/pages/human%20rights%20and%20the%20rule%20of%20law.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

MFA(j) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The State: The Law of the Land*, 28 Nov 2010. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Pages/THE%20STATE-%20The%20Law%20of%20the%20Land.aspx>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(k) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Facts About Israel - Israel at a Glance (2018)*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Pages/Facts-about-Israel-2018.aspx>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(l) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The State: Local Government*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Pages/THE%20STATE-%20Local%20Government.aspx#>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(m) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The Land: Urban Life*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/Land/Pages/THE%20LAND-%20Urban%20Life.aspx>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(n) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The State: Law Enforcement*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Pages/THE%20STATE-%20Law%20Enforcement.aspx>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(o) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *The State: Israel Defense Forces (IDF)*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Pages/THE%20STATE-%20Israel%20Defense%20Forces%20-IDF-.aspx>. Acesso em: 22/10/2020.

MFA(p) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel's War of Independence (1947-1949)*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/history/pages/israels%20war%20of%20independence%20-201947%20-%201949.aspx>. Acesso em: 31/10/2020.

MFA(q) – Israel Ministry of Foreign Affairs. *Israel's Disengagement from Gaza and North Samaria (2005)*. Disponível em: <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/maps/pages/israels%20disengagement%20plan-%202005.aspx>. Acesso em: 31/10/2020.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. (2017) *Essentials of International Relations*, 7th ed., NY, NY: W. W. Norton & Company.

MORRIS, Benny (2008) *1948: A History of the First Arab-Israeli War*. New Haven and London: Yale University Press, 561 p.

MUSLIH, Muhammad Y. Arab Politics and the Rise of Palestinian Nationalism. *Journal of Palestine Studies*, vol. 16, n. 4, Summer 1987, p. 77-94. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/jps/fulltext/39196>. Acesso em: 10/01/2020.

MUSLIH, Muhammad Y. (1988) *The Origins of Palestinian Nationalism*. NY: Columbia University Press, p. 277. (The Institute for Palestine Studies Series)

NAVEH, Eyal; SUSSER, Asher (2018) *The History of Modern Israel - Part II: Challenges of Israel as a sovereign state Course* (online), Tel Aviv University, 05 weeks, 2018. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/history-israel-sovereign-state/home/welcome>.

NEUBERGER, Binyamin. *Zionism – an Introduction*, 20 Aug 2001. World Conference Against Racism – Durban. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/MFA-Archive/2001/Pages/Zionism%20-%20an%20Introduction.aspx>. Acesso em: 03/01/2019.

OCHAOPT – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs Occupied Palestinian Territory. Over 700 road obstacles control Palestinian movement within the West Bank (West Bank Obstacle Types Figure), 8 October 2018. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/over-700-road-obstacles-control-palestinian-movement-within-west-bank>. Acesso em: 31/10/2020.

OFFICIAL Basel Program (First Zionist Congress, 1897). Disponível em: https://messianicjewishhistory.files.wordpress.com/2015/09/the_-basel_program-_at_the_first_zionist_congress_in_1897.jpg. Acesso em: 20/05/2020.

OSIANDER, Andreas (2001) Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. *International Organization*, Vol. 55, N. 2, Spring 2001, pp. 251-287.

ÖZTÜRK, Fatih (2014) Chapter 1 - The Ottoman Millet System, p. 1-22. IN: ÖZTÜRK, Fatih. *Ottoman and Turkish Law*, Bloomington: iUniverse LLC, 2014, p. 224.

PAINTER, J.; JEFFREY, A. (2009) Chapter 2 – State Formation, p. 19-43. IN: *Political Geography: an introduction to space and power*. London: Sage, 2009.

PALJOURNEYS – Palestinian Journeys -a joint project of the Palestinian Museum and the Institute for Palestine Studies, powered by Visualizing Palestine. *Military Operations and Zionist Ethnic Cleansing* (thematic chronologies). Disponível em: [https://www.paljourneys.org/en/timeline/overallchronology?chronos\[\]=140&nid=140](https://www.paljourneys.org/en/timeline/overallchronology?chronos[]=140&nid=140). Acesso em: 22/10/2020.

PALJOURNEYS(a) – Palestinian Journeys -a joint project of the Palestinian Museum and the Institute for Palestine Studies, powered by Visualizing Palestine. *UN Partition Plan 1947*. Disponível em: <https://www.paljourneys.org/en/timeline/highlight/159/un-partition-plan-1947> . Acesso em: 31/10/2020.

PALJOURNEYS(b) – Palestinian Journeys -a joint project of the Palestinian Museum and the Institute for Palestine Studies, powered by Visualizing Palestine. *Overall Chronology* . Disponível em: <https://www.paljourneys.org/en/timeline/overallchronology>. Acesso em: 31/01/2020.

PAPPÉ, Ilan (2006) The 1948 Ethnic Cleansing of Palestine. *Journal of Palestine Studies*, v.36, n. 1, (Autumn 2006), p. 6-20.

PAPPÉ, Ilan (2019) The Israeli Nationality Law – a blueprint for a 21st century settler colonial state. *Nuovi Autoritarismi e Democrazie* (NAD-DIS), n. 1/2019, June, p. 75-86.

PARSONS, Laila (2007) The Druze and the Birth of Israel, p. 60-78. IN: ROGAN, Eugene L.; SHLAIM, Avi (2007) *The War for Palestine: rewriting the History of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 285 p. (CAMBRIDGE MIDDLE EAST STUDIES 15)

PEE, Robert E. *The Cold War and the Origins of US Democracy Promotion*. British Association of American Studies, U.S. Studies Online – History, May 8, 2014. Disponível em: <http://www.baas.ac.uk/usso/cold-war-democracy-promotion/>. Acesso em: 27/06/2017.

PEREIRA, Alexsandro E. (2011) A Reforma do Conselho de Segurança e a "Democracia Global". In: *Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI - Associação Brasileira de Relações Internacionais*, Instituto de Relações Internacionais - USP, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100006&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 02/04/2014.

PERISSINOTTO, Renato (2013) Comparação, História e Interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 28, n° 83, outubro/2013, p. 151-240.

PNC – Palestine National Council. *Palestine People and land (palestinian-loss-of-land-1946-2010)*. Disponível em: <https://www.palestinepnc.org/en/news/item/14-palestine-people-and-land-palestinian-loss-of-land-1946-2010>. Acesso em: 19/11/2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desarrolllo Humano: Informe 1992*, Bogotá, PNUD, 1992, p. 70.

POGGI, Gianfranco (1990) *The State - Its Nature, Development, and Prospects*. Cambridge: Polity Press.

POGGI, Gianfranco (2012) Chapter 9 – Theories of State Formation, p.95-106. IN: AMENTA, Edwin; NASH, Kate; SCOTT, Alan. *The Wiley-Blackwell Companion to Political Sociology*. 1st ed. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.

POWELL, Bingham G. *Contemporary Democracies: Participation, Stability, and Violence* (Cambridge, MA, 1982) 3, 5.

PRC – Pew Research Center. Israel's Religiously Divided Society. Disponível em: <https://www.pewforum.org/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/>. Acesso em: 22/10/2020.

QUIJANO, Aníbal (2002) Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Ano 17, No 37, p. 4-28. Tradução de DinaLida Kinoshita.

RAHAT, Gideon (2018) Israel's Political System, Week 5. IN: FRENKEL, Michal. *Israel State and Society Course* (online), Hebrew University of Jerusalem, 14 weeks, 2018. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/israel>. Acesso em: 23/02/2018.

RITZER, George (1975) Professionalization, Bureaucratization and Rationalization: the views of Max Weber. *Social Forces*, vol. 53, n. 4, June, pp. 627-634.

ROGAN, Eugene L.; SHLAIM, Avi (2007) *The War for Palestine: rewriting the History of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 ed., 285 p. (CAMBRIDGE MIDDLE EAST STUDIES 15)

ROKKAN, Stein (1975) Dimensions of State Formation and Nation-Building: a possible paradigm for research on variations within Europe, p. 562-600. IN: TILLY, Charles. (ed.) (1975) *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.

ROSENBERG, Justin (2010) Problems in the Theory of Uneven and Combined Development. *Cambridge Review of International Affairs*, 23, pp. 165–189.

ROSENTHAL, Gadi; EIGES, Hadas (2013) Agricultural cooperatives in Israel. FAO Regional Office for Europe and Central Asia, *Policy Studies on Rural Transition No. 2013-5*.

ROUHANA, Nadim; SABBAGH-KHOURY, Areej. (2015) Settler-colonial Citizenship: conceptualizing the relationship between Israel and its Palestinian citizens. *Settler Colonial Studies*, Volume 5, Issue 3: Settler Colonial Studies and Israel-Palestine, p. 1-21.

ROUHANA, Nadim; SULTANY, Nimer, (2003) *Redrawing the Boundaries of Citizenship*. Journal of Palestine Studies, Vol. 33, No. 1 (Fall 2003), pp. 5-22.

RUSTOW, Dankwart. *A World of Nations: Problems of Political Modernization* (Washington, DC, 1967) 94, 290.

SACHS, Natan; HUGGARD, Kevin. (2020) Order from Chaos - In Israel, Benny Gantz decides to join with rival Netanyahu, Friday, March 27, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/03/27/in-israel-benny-gantz-decides-to-join-with-rival-netanyahu/>. Acesso em: 02/11/2020.

SALMON, Yosef (1998) Zionism and Anti-Zionism in Traditional Judaism in Eastern Europe, p. 25-43. IN: ALMOG, Shmuel; REINHARZ, Jehuda; SHAPIRA, Anita (1998) *Zionism and Religion*. Hanover, NH: University Press of New England.

SAOULI, Adham (2012) *The Arab State: dilemmas of late formation*. London and New York: Routledge.

SARAIVA, José Flávio S. (2008) Capítulo 5 - A Agonia Européia e a Geração da Nova Ordem Internacional (1939-1947), p. 191- 219. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SATO, Eiiti (2003) Conflito e Cooperação nas Relações Internacionais: as Organizações Internacionais no Século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 161-176.

SCHROEDER, Paul W. (1986) The 19th Century International System: Changes in the Structure. *World Politics*, 39, pp. 1-26.

SCHOENBERG, Shira (2020) *Modern Jewish History: the Haskalah*. Jewish Virtual Library – a project of American-Israeli Cooperative Enterprise. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/the-haskalah>. Acesso em: 13/05/2020.

SCIENCE – Israel Science and Technology Directory. *Government: Political Parties in Israel*, 2019. Disponível em: <https://www.science.co.il/gov/Parties.php>. Acesso em: 31/10/2020.

SELENGUT, Charles (2015) *Our Promised Land: Faith and Militant Zionism in Israeli Settlements*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.

SHAFIR, Gershon; PELED, Yoav. (1998) Citizenship and Stratification in an Ethnic Democracy. *Ethnic and Racial Studies*, Volume 21, Number 3, May 1998, p. 408-427.

SHAFIR, Gershon (2017) *A Half Century of Occupation: Israel, Palestine, and the world's most intractable conflict*. Oakland, CA: University of California Press.

SHAMIR, Michal; SAGIV-SCHIFTER, Tammy (2006) Conflict, identity and tolerance: Israel in the Al-Aqsa intifada. *Political Psychology* 27 (4): 569-95.

SHARP, Jeremy M. (2018) U.S. Foreign Aid to Israel - Congressional Research Service 7-5700, (February 26, 2018). Disponível em: <http://www.everycrsreport.com>. Acesso em: 31/10/2020.

SHLAIM, Avi (2012) *The Iron Wall Revisited*. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 41, No. 2 (Winter 2012), pp. 80-98.

SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SLATER, Jerome. Israeli Democracy and the “Demography” Problem. *Tikkun*, vol.19, n.5, Sept./Oct.2004.

SMITH, Graham. Studying Democratic Innovations: an analytical framework. In:_____. *Democratic Innovations – Designing Institutions for Citizen Participation*. New York: Cambridge University Press, 2009, Introduction and Chapter 1, p. 1-29. (Theories of Institutional Design)

SMOOHA, Sammy (2010) *Index of Arab-Jewish Relations in Israel 2003–2009* (Haifa: The Jewish Arab-Center, University of Haifa, December 2010), p. 35.

SMOOHA, Sammy (2002) The Model of Ethnic Democracy: Israel as a Jewish and democratic state. *Nations and Nationalism*, 8 (4), 2002, 475-503.

SMOOHA, Sammy (1997) *Ethnic Democracy: Israel as an Archetype*. *Israel Studies*, 2 (Fall 1997) 198-241.

SNITKOFF, Rabbi Ed. *Secular Zionism*. Disponível em: <https://www.myjewishlearning.com/article/secular-zionism/>. Acesso em: 10/01/2020.

STANISLAWSKI, Michael (2017) *Zionism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press. (Very Short Introductions 507)

STEPHAN, Claudia (2014) *A UNRWA e a Assistência Humanitária Prolongada aos Refugiados Palestinos: uma análise do papel da agência no Conflito Árabe-Israelense* (Dissertação)

STEPHAN, Claudia (2017) O Lugar dos Direitos Humanos nas Democracias Contemporâneas (1945-2015). *Conjuntura Global*, vol. 6, n. 3, set./dez. 2017, p. 337-371.

STEPHAN, Claudia (2017) Política e Segurança em Israel. *Revista Mundorama*, 30/11/2017. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=24299>.

STEPHAN, Claudia (2018) Democracia e Segurança em Israel. *Revista Mundorama*, 27/06/2018. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=24697>.

SULLIVAN, John L.; SHAMIR, Michal; WALSH, Patrick; ROBERTS, Nigel S. (1985) *Political tolerance in context: Support for unpopular minorities in Israel, New Zealand and the United States*. Boulder, CO: Westview.

SULLIVAN, J. L.; PIERESON, J.; MARCUS, G. E. (1982) *Political tolerance and American democracy*. Chicago: The University of Chicago Press.

SUZUKI, Shogo. (2005) Japan's Socialization into Janus-Faced European International Society. *European Journal of International Relations*, 11, pp. 137–164.

TARROW, Sidney. (2008) Debating War, States, and Rights with Charles Tilly: A Contentious Conversation. The Social Science Research Council - Contention, Change, and Explanation: A Conference in Honor of Charles Tilly. New York, October 3-5, 2008.

TAWIL-SOURI, Helga (2012) Uneven Borders, Coloured (Im)mobilities: ID Cards in Palestine/Israel. *Geopolitics*, v. 17, issue 1, p. 153–176.

THE JERUSALEM PROGRAM (1951). Disponível em: <https://azm.org/the-jerusalem-program-1951>. Acesso em: 20/05/2020.

THE KNESSET – Israeli Parliament. *Basic Laws of the State of Israel*. Disponível em: <https://main.knesset.gov.il/en/activity/pages/basiclaws.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(a) – Israeli Parliament. *The Knesset and the Judiciary*. Disponível em: https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal5.htm. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(b) – Israeli Parliament. *Elections for the Knesset*. Disponível em: <https://main.knesset.gov.il/EN/mk/Pages/Elections.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(c) – Israeli Parliament. *About Parliamentary Groups*. Disponível em: <https://main.knesset.gov.il/en/mk/Pages/FactionIntroduction.aspx>. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(d) – Israeli Parliament. *Parties, Lists, Parliamentary Groups, etc.* Disponível em: https://www.knesset.gov.il/faction/eng/FactionEtc_eng.asp. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(e) – Israeli Parliament. *Constitution for Israel*. Disponível em: <https://knesset.gov.il/constitution/ConstMGovt.htm>. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(f) – Israeli Parliament. *Constitution for Israel: The State of Israel as a Jewish State*. Disponível em: <https://knesset.gov.il/constitution/ConstMJewishState.htm>. Acesso em: 20/10/2020.

THE KNESSET(g) – Israeli Parliament. *Basic Laws - The Existing Basic Laws: Summary*. Disponível em: https://www.knesset.gov.il/description/eng/eng_mimshal_yesod2.htm. Acesso em: 22/10/2020.

THE NEW JERUSALEM PROGRAM (2004). Disponível em: <https://azm.org/wzo/jerusalem-program>. Acesso em: 20/05/2020.

THE REVISED JERUSALEM PROGRAM (1968). Disponível em: <https://azm.org/the-revised-jerusalem-program-1968>. Acesso em: 20/05/2020.

THE WHITE HOUSE PRESIDENT BARACK OBAMA. (2016) FACT SHEET: Memorandum of Understanding Reached with Israel, The White House - Office of the Press Secretary, September 14, 2016. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/09/14/fact-sheet-memorandum-understanding-reached-israel>. Acesso em: 31/10/2020.

THOMSON, Janice E. (1995) State Sovereignty in International Relations: Bridging the Gap between Theory and Empirical Research. *International Studies Quarterly*, vol. 39, no. 2, 1995, pp. 213–233.

TILLY, Charles. (ed.) (1975) *The Formation of National States in Western Europe*.

Princeton, Princeton University Press.

TILLY, Charles (1982) *Warmaking and Statemaking as Organized Crime*. CRSO Working Paper No 256, February, University of Michigan.

TILLY, Charles (1984) Chapter 4 – Comparing, p. 60-86. IN: *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation.

TILLY, Charles (1985) War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ed.). *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169-191.

TILLY, Charles. (1990) *Coercion, Capital and European States – AD 990-1992*. Blackwell.

TILLY, Charles (2011) Why and How History Matters. IN: GOODIN, R. E. (ed.) *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford Handbooks Online.

TIN-BOR-HUI, Victoria (2005) *War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

UN REPORT S/1994/674, 27 May 1994. United Nations Report of the Commission of Experts Established Pursuant to United Nations Security Council Resolution 780 (1992). Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/582060704.html>. Acesso em: 01/10/2020.

UNISPAL – United Nations Information System on the Question of Palestine. *UN Partition Plan – 1947* (Map). Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-208958/>. Acesso em: 31/08/2020.

UNISPAL(a) – United Nations Information System on the Question of Palestine. *The Question of Palestine and the UN*. New York: DPI – United Nations Department of Public Information, 2008, p. 121.

UNRWA - *UNRWA Statistics - Number of Registered Refugees (1950-2008)*. Disponível em: [http://www.unrwa.org/userfiles/reg-ref\(2\).pdf](http://www.unrwa.org/userfiles/reg-ref(2).pdf). Acesso em: 15/10/2012.

USDS – United States Department of State. Office of the Historian, Milestones: 1921- 1936, *The Immigration Act of 1924* (The Johnson-Reed Act). Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>. Acesso em: 31/08/2020.

VAN DER LINDEN, Marcel (2009) Charles Tilly's Historical Sociology. *Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis, IRSH* 54 (2009), pp. 237–274.

VERACINI, Lorenzo (2010) *Settler Colonialism: a theoretical overview*. London: Palgrave MacMillan, 182 p.

VERACINI, Lorenzo (2013) The Other Shift: settler colonialism, Israel, and the occupation. *Journal of Palestine Studies*, v. XI.II, n. 2, (Winter 2013), p. 26-42.

VERACINI, Lorenzo (2016) Afterword: a history of the settler colonial present. *Settler Colonial Studies*, v. 6, n. 2, p. 174-179.

VP – Visualizing Palestine. *Identity Crisis: The Israeli ID System*. Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/identity-crisis-the-israeli-id-system>. Acesso em: 31/10/2020.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. Nova Iorque: New Graw Hill, 1979.

WAXMAN, Dov. (2012) *A Dangerous Divide: the deterioration of Jewish-Palestinian relations in Israel*. The Middle East Journal, vol.66, n.1, winter 2012, pp. 11-29.

WEBER, Max (1978) *Economy and Society – an outline of interpretive sociology*. Berkeley, CA: University of California Press.

WOLFE, Patrick (2006) Settler Colonialism and the Elimination of the Native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387-409.

WZO – World Zionist Organization. Partners - *The National Institutions*. Disponível em: <https://www.wzo.org.il/congress/index.php?dir=site&page=content&cs=3010&langpage=eng>. Acesso em: 31/08/2020.

WZO(a) – World Zionist Organization. Institutions - *Zionist Congress*. Disponível em: <https://www.wzo.org.il/organization-structure>. Acesso em: 31/08/2020.

YIFTACHEL, Oren. (2002) *The Shrinking Space of Citizenship: Ethnocratic Politics in Israel*. Middle East Report, No. 223, pp. 40–41.

YIFTACHEL, Oren. (2006) *Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 368 p.

ZÜRCHER, Erik J. (2019) The Young Turk revolution: comparisons and connections, *Middle Eastern Studies*, vol. 55, n. 4, p. 481-498.

ZÜRN, Michael; LEIBFRIED, Stephan (2010) Chapter 1 - Reconfiguring the national constellation, p. 1-36 . IN: LEIBFRIED, Stephan; ZÜRN, Michael. *Transformations of the State?* Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXO 1 – ORIGINAL BASEL PROGRAM (FIRST ZIONIST CONGRESS, 1897)

Programm.

Der Zionismus erstrebt für das jüdische Volk die Schaffung einer rechtlich gesicherten Heimstätte in Palästina.

Zur Erreichung dieses Zieles nimmt der Congress folgende Mittel in Aussicht:

- I. Die zweckdienliche Förderung der Besiedlung Palästinas mit jüdischem Ackerbauern, Handwerkern und Gewerbetreibenden.
- II. Die Gliederung und Zusammenfassung der gesamten Jüdischen Gesellschaft durch geeignete örtliche und allgemeine Veranstaltungen nach den Landesgesetzen.
- III. Die Stärkung des jüdischen Volksgefühls und Volksbewußtseins.
- IV. Vorbereitende Schritte zur Erlangung der Regierungsgestattung, die nötig sind, um das Ziel des Zionismus zu erreichen.

ANEXO 2 – BALFOUR DECLARATION (1917)

Foreign Office,
November 2nd, 1917.

Dear Lord Rothschild,

I have much pleasure in conveying to you, on behalf of His Majesty's Government, the following declaration of sympathy with Jewish Zionist aspirations which has been submitted to, and approved by, the Cabinet

"His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country".

I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist Federation.

Yours
Arthur James Balfour

ANEXO 3 – MANDATE FOR PALESTINE (1922-1948)

C. 529. M. 314. 1922. VI.

Communiqué au Conseil et aux Membres de la Société

Genève, le 12 août 1922.

SOCIÉTÉ DES NATIONS

MANDAT POUR LA PALESTINE

LEAGUE OF NATIONS

MANDATE FOR PALESTINE

LEAGUE OF NATIONS*

MANDATE FOR PALESTINE

The Council of the League of Nations:

Whereas the Principal Allied Powers have agreed, for the purpose of giving effect to the provisions of Article 22 of the Covenant of the League of Nations, to entrust to a Mandatory selected by the said Powers the administration of the territory of Palestine, which formerly belonged to the Turkish Empire, within such boundaries as may be fixed by them; and

Whereas the Principal Allied Powers have also agreed that the Mandatory should be responsible for putting into effect the declaration originally made on November 2nd, 1917, by the Government of His Britannic Majesty, and adopted by the said Powers, in favour of the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, it being clearly understood that nothing should be done which might prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country; and

Whereas recognition has thereby been given to the historical connection of the Jewish people with Palestine and to the grounds for reconstituting their national home in that country; and

Whereas the Principal Allied Powers have selected His Britannic Majesty as the Mandatory for Palestine; and

Whereas the mandate in respect of Palestine has been formulated in the following terms and submitted to the Council of the League for approval; and

Whereas His Britannic Majesty has accepted the mandate in respect of Palestine and undertaken to exercise it on behalf of the League of Nations in conformity with the following provisions; and

Whereas by the aforementioned Article 22 (paragraph 8), it is provided that the degree of authority, control or administration to be exercised by the Mandatory, not having been previously agreed upon by the Members of the League, shall be explicitly defined by the Council of the League of Nations;

Confirming the said mandate, defines its terms as follows:

Article 1

The Mandatory shall have full powers of legislation and of administration, save as they may be limited by the terms of this mandate.

Article 2

The Mandatory shall be responsible for placing the country under such political, administrative and economic conditions as will secure the establishment of the Jewish national home, as laid down in the preamble, and the development of self-governing institutions, and also for safeguarding the civil and religious rights of all the inhabitants of Palestine, irrespective of race and religion.

Article 3

The Mandatory shall, so far as circumstances permit, encourage local autonomy.

Article 4

An appropriate Jewish agency shall be recognised as a public body for the purpose of advising and co-operating with the Administration of Palestine in such economic, social and other matters as may affect the establishment of the Jewish national home and the interests of the Jewish population in Palestine, and, subject always to the control of the Administration, to assist and take part in the development of the country.

The Zionist Organisation, so long as its organisation and constitution are in the opinion of the Mandatory appropriate, shall be recognised as such agency. It shall take steps in consultation with His Britannic Majesty's Government to secure the co-operation of all Jews who are willing to assist in the establishment of the Jewish national home.

Article 5

The Mandatory shall be responsible for seeing that no Palestine territory shall be ceded or leased to, or in any way placed under the control of, the Government of any foreign Power.

Article 6

The Administration of Palestine, while ensuring that the rights and position of other sections of the population are not prejudiced, shall facilitate Jewish immigration under suitable conditions and shall encourage, in co-operation with the Jewish agency referred to in Article 4, close settlement by Jews on the land, including State lands and waste lands not required for public purposes.

Article 7

The Administration of Palestine shall be responsible for enacting a nationality law. There shall be included in this law provisions framed so as to facilitate the acquisition of Palestinian citizenship by Jews who take up their permanent residence in Palestine.

Article 8

The privileges and immunities of foreigners, including the benefits of consular jurisdiction and protection as formerly enjoyed by Capitulation or usage in the Ottoman Empire, shall not be applicable in Palestine.

Unless the Powers whose nationals enjoyed the afore-mentioned privileges and immunities on August 1st, 1914, shall have previously renounced the right to their re-establishment, or shall have agreed to their non-application for a specified period, these privileges and immunities shall, at the expiration of the mandate, be immediately reestablished in their entirety or with such modifications as may have been agreed upon between the Powers concerned.

Article 9

The Mandatory shall be responsible for seeing that the judicial system established in Palestine shall assure to foreigners, as well as to natives, a complete guarantee of their rights.

Respect for the personal status of the various peoples and communities and for their religious interests shall be fully guaranteed. In particular, the control and administration of Wakfs shall be exercised in accordance with religious law and the dispositions of the founders.

Article 10

Pending the making of special extradition agreements relating to Palestine, the extradition treaties in force between the Mandatory and other foreign Powers shall apply to Palestine.

Article 11

The Administration of Palestine shall take all necessary measures to safeguard the interests of the community in connection with the development of the country, and, subject to any international obligations accepted by the Mandatory, shall have full power to provide for public ownership or control of any of the natural resources of the country or of the public works, services and utilities established or to be established therein. It shall introduce a land system appropriate to the needs of the country, having regard, among other things, to the desirability of promoting the close settlement and intensive cultivation of the land.

The Administration may arrange with the Jewish agency mentioned in Article 4 to construct or operate, upon fair and equitable terms, any public works, services and utilities, and to develop any of the natural resources of the country, in so far as these matters are not directly undertaken by the Administration. Any such arrangements shall provide that no profits distributed by such agency, directly or indirectly, shall exceed a reasonable rate of interest on the capital, and any further profits shall be utilised by it for the benefit of the country in a manner approved by the Administration.

Article 12

The Mandatory shall be entrusted with the control of the foreign relations of Palestine and the right to issue exequaturs to consuls appointed by foreign Powers. He shall also be entitled to afford diplomatic and consular protection to citizens of Palestine when outside its territorial limit.

Article 13

All responsibility in connection with the Holy Places and religious buildings or sites in Palestine, including that of preserving existing rights and of securing free access to the Holy Places, religious buildings and sites and the free exercise of worship, while ensuring the requirements of public order and decorum, is assumed by the Mandatory, who shall be responsible solely to the League of Nations in all matters connected herewith, provided that nothing in this article shall prevent the Mandatory from entering into such arrangements as he may deem reasonable with the Administration for the purpose of carrying the provisions of this article into effect; and provided also that nothing in this mandate shall be construed as conferring upon the Mandatory authority to interfere with the fabric or the management of purely Moslem sacred shrines, the immunities of which are guaranteed.

Article 14

A special Commission shall be appointed by the Mandatory to study, define and determine the rights and claims in connection with the Holy Places and the rights and claims relating to the different religious communities in Palestine. The method of nomination, the composition and the functions of this Commission shall be submitted to the Council of the League for its approval, and the Commission shall not be appointed or enter upon its functions without the approval of the Council.

Article 15

The Mandatory shall see that complete freedom of conscience and the free exercise of all forms of worship, subject only to the maintenance of public order and morals, are ensured to all. No discrimination of any kind shall be made between the inhabitants of Palestine on the ground of race, religion or language. No person shall be excluded from Palestine on the sole ground of his religious belief.

The right of each community to maintain its own schools for the education of its own members in its own language, while conforming to such educational requirements of a general nature as the Administration may impose, shall not be denied or impaired.

Article 16

The Mandatory shall be responsible for exercising such supervision over religious or eleemosynary bodies of all faiths in Palestine as may be required for the maintenance of public order and good government. Subject to such supervision, no measures shall be taken in Palestine to obstruct or interfere with the enterprise of such bodies or to discriminate against any representative or member of them on the ground of his religion or nationality.

Article 17

The Administration of Palestine may organise on a voluntary basis the forces necessary for the preservation of peace and order, and also for the defence of the country, subject, however, to the supervision of the Mandatory, but shall not use them for purposes other than those above specified save with the consent of the Mandatory. Except for such purposes, no military, naval or air forces shall be raised or maintained by the Administration of Palestine.

Nothing in this article shall preclude the Administration of Palestine from contributing to the cost of the maintenance of the forces of the Mandatory in Palestine.

The Mandatory shall be entitled at all times to use the roads; railways and ports of Palestine for the movement of armed forces and the carriage of fuel and supplies.

Article 18

The Mandatory shall see that there is no discrimination in Palestine against the nationals of any State Member of

the League of Nations (including companies incorporated under its laws) as compared with those of the Mandatory or of any foreign State in matters concerning taxation, commerce or navigation, the exercise of industries or professions, or in the treatment of merchant vessels or civil aircraft. Similarly, there shall be no discrimination in Palestine against goods originating in or destined for any of the said States, and there shall be freedom of transit under equitable conditions across the mandated area.

Subject as aforesaid and to the other provisions of this mandate, the Administration of Palestine may, on the advice of the Mandatory, impose such taxes and customs duties as it may consider necessary and take such steps as it may think best to promote the development of the natural resources of the country and to safeguard the interests of the population. It may also, on the advice of the Mandatory, conclude a special customs agreement with any State the territory of which in 1914 was wholly included in Asiatic Turkey or Arabia.

Article 19

The Mandatory shall adhere on behalf of the Administration of Palestine to any general international conventions already existing, or which may be concluded hereafter with the approval of the League of Nations, respecting the slave traffic, the traffic in arms and ammunition, or the traffic in drugs, or relating to commercial equality, freedom of transit and navigation, aerial navigation and postal, telegraphic and wireless communication or literary, artistic or industrial property.

Article 20

The Mandatory shall co-operate on behalf of the Administration of Palestine, so far as religious, social and other conditions may permit, in the execution of any common policy adopted by the League of Nations for preventing and combating disease, including diseases of plants and animals.

Article 21

The Mandatory shall secure the enactment within twelve months from this date, and shall ensure the execution of a Law of Antiquities based on the following rules. This law shall ensure equality of treatment in the matter of excavations and archaeological research to the nationals of all States Members of the League of Nations.

(1)

"Antiquity" means any construction or any product of human activity earlier than the year 1700 A.D.

(2)

The law for the protection of antiquities shall proceed by encouragement rather than by threat.

Any person who, having discovered an antiquity without being furnished with the authorisation referred to in paragraph 5, reports the same to an official of the competent Department, shall be rewarded according to the value of the discovery.

(3)

No antiquity may be disposed of except to the competent Department, unless this Department renounces the acquisition of any such antiquity.

No antiquity may leave the country without an export licence from the said Department.

(4)

Any person who maliciously or negligently destroys or damages an antiquity shall be liable to a penalty to be fixed.

(5)

No clearing of ground or digging with the object of finding antiquities shall be permitted, under penalty of fine, except to persons authorised by the competent Department.

(6)

Equitable terms shall be fixed for expropriation, temporary or permanent, of lands which might be of historical or archaeological interest.

(7)

Authorisation to excavate shall only be granted to persons who show sufficient guarantees of archaeological experience. The Administration of Palestine shall not, in granting these authorisations, act in such a way as to exclude scholars of any nation without good grounds.

(8)

The proceeds of excavations may be divided between the excavator and the competent Department in a proportion fixed by that Department. If division seems impossible for scientific reasons, the excavator shall receive a fair indemnity in lieu of a part of the find.

Article 22

English, Arabic and Hebrew shall be the official languages of Palestine. Any statement or inscription in Arabic on stamps or money in Palestine shall be repeated in Hebrew and any statement or inscription in Hebrew shall be repeated in Arabic.

Article 23

The Administration of Palestine shall recognise the holy days of the respective communities in Palestine as legal days of rest for the members of such communities.

Article 24

The Mandatory shall make to the Council of the League of Nations an annual report to the satisfaction of the Council as to the measures taken during the year to carry out the provisions of the mandate. Copies of all laws and regulations promulgated or issued during the year shall be communicated with the report.

Article 25

In the territories lying between the Jordan and the eastern boundary of Palestine as ultimately determined, the Mandatory shall be entitled, with the consent of the Council of the League of Nations, to postpone or withhold application of such provisions of this mandate as he may consider inapplicable to the existing local conditions, and to make such provision for the administration of the territories as he may consider suitable to those conditions, provided that no action shall be taken which is inconsistent with the provisions of Articles 15, 16 and 18.

Article 26

The Mandatory agrees that, if any dispute whatever should arise between the Mandatory and another Member of the League of Nations relating to the interpretation or the application of the provisions of the mandate, such dispute, if it cannot be settled by negotiation, shall be submitted to the Permanent Court of International Justice provided for by Article 14 of the Covenant of the League of Nations.

Article 27

The consent of the Council of the League of Nations is required for any modification of the terms of this mandate.

Article 28

In the event of the termination of the mandate hereby conferred upon the Mandatory, the Council of the League of Nations shall make such arrangements as may be deemed necessary for safeguarding in perpetuity, under guarantee of the League, the rights secured by Articles 13 and 14, and shall use its influence for securing, under

the guarantee of the League, that the Government of Palestine will fully honour the financial obligations legitimately incurred by the Administration of Palestine during the period of the mandate, including the rights of public servants to pensions or gratuities.

The present instrument shall be deposited in original in the archives of the League of Nations and certified copies shall be forwarded by the Secretary-General of the League of Nations to all Members of the League.

Done at London the twenty-fourth day of July, one thousand nine hundred and twenty-two.

Certified true copy:

SECRETARY-GENERAL

* Nineteenth Session of the Council

Thirteenth Meeting

Held at St James' Palace, London on July 24th, 1922, at 3.p.m

ANEXO 4 – FUTURE GOVERNMENT OF PALESTINE (A/RES/181 (II), 1947)

UNITED
NATIONS

A

General Assembly

A/RES/181 (II)
29 November 1947

Resolution 181 (II). Future government of Palestine

A

The General Assembly,

Having met in special session at the request of the mandatory Power to constitute and instruct a special committee to prepare for the consideration of the question of the future government of Palestine at the second regular session;

Having constituted a Special Committee and instructed it to investigate all questions and issues relevant to the problem of Palestine, and to prepare proposals for the solution of the problem, and

Having received and examined the report of the Special Committee (document A/364) 1/ including a number of unanimous recommendations and a plan of partition with economic union approved by the majority of the Special Committee,

Considers that the present situation in Palestine is one which is likely to impair the general welfare and friendly relations among nations;

Takes note of the declaration by the mandatory Power that it plans to complete its evacuation of Palestine by 1 August 1948;

Recommends to the United Kingdom, as the mandatory Power for Palestine, and to all other Members of the United Nations the adoption and implementation, with regard to the future government of Palestine, of the Plan of Partition with Economic Union set out below;

Requests that

- (a) The Security Council take the necessary measures as provided for in the plan for its implementation;
- (b) The Security Council consider, if circumstances during the transitional period require such consideration, whether the situation in Palestine constitutes a threat to the peace. If it decides that such a threat exists, and in order to maintain international peace and security, the Security Council should supplement the authorization of the General Assembly by taking measures, under Articles 39 and 41 of the Charter, to empower the United Nations Commission, as provided in this resolution, to exercise in Palestine the functions which are assigned to it by this resolution;
- (c) The Security Council determine as a threat to the peace, breach of the peace or act of aggression, in accordance with Article 39 of the Charter, any attempt to alter by force the settlement envisaged by this resolution;
- (d) The Trusteeship Council be informed of the responsibilities envisaged for it in this plan;

Calls upon the inhabitants of Palestine to take such steps as may be necessary on their part to put this plan into effect;

Appeals to all Governments and all peoples to refrain from taking action which might hamper or delay the carrying out of these recommendations, and

Authorizes the Secretary-General to reimburse travel and subsistence expenses of the members of the Commission referred to in Part I, Section B, paragraph 1 below, on such basis and in such form as he may determine most appropriate in the circumstances, and to provide the Commission with the necessary staff to assist in carrying out the functions assigned to the Commission by the General Assembly.

B 2/

The General Assembly

Authorizes the Secretary-General to draw from the Working Capital Fund a sum not to exceed \$2,000,000 for the purposes set forth in the last paragraph of the resolution on the future government of Palestine.

Hundred and twenty-eighth plenary meeting
29 November 1947

[At its hundred and twenty-eighth plenary meeting on 29 November 1947 the General Assembly, in accordance with the terms of the above resolution [181 A], elected the following members of the United Nations Commission on Palestine: **Bolivia, Czechoslovakia, Denmark, Panama and Philippines.**]

PLAN OF PARTITION WITH ECONOMIC UNION PART I

Future constitution and government of Palestine

A. TERMINATION OF MANDATE, PARTITION AND INDEPENDENCE

1. The Mandate for Palestine shall terminate as soon as possible but in any case not later than 1 August 1948.
2. The armed forces of the mandatory Power shall be progressively withdrawn from Palestine, the withdrawal to be completed as soon as possible but in any case not later than 1 August 1948.

The mandatory Power shall advise the Commission, as far in advance as possible, of its intention to terminate the Mandate and to evacuate each area.

The mandatory Power shall use its best endeavours to ensure that an area situated in the territory of the Jewish State, including a seaport and hinterland adequate to provide facilities for a substantial immigration, shall be evacuated at the earliest possible date and in any event not later than 1 February 1948.

3. Independent Arab and Jewish States and the Special International Regime for the City of Jerusalem, set forth in part III of this plan, shall come into existence in Palestine two months after the evacuation of the armed forces of the mandatory Power has been completed but in any case not later than 1 October 1948. The boundaries of the Arab State, the Jewish State, and the City of Jerusalem shall be as described in parts II and III below.

4. The period between the adoption by the General Assembly of its recommendation on the question of Palestine and the establishment of the independence of the Arab and Jewish States shall be a transitional period.

B. STEPS PREPARATORY TO INDEPENDENCE

1. A Commission shall be set up consisting of one representative of each of five Member States. The Members represented on the Commission shall be elected by the General Assembly on as broad a basis, geographically and otherwise, as possible.
2. The administration of Palestine shall, as the mandatory Power withdraws its armed forces, be progressively turned over to the Commission; which shall act in conformity with the recommendations of the General

Assembly, under the guidance of the Security Council. The mandatory Power shall to the fullest possible extent co-ordinate its plans for withdrawal with the plans of the Commission to take over and administer areas which have been evacuated.

In the discharge of this administrative responsibility the Commission shall have authority to issue necessary regulations and take other measures as required.

The mandatory Power shall not take any action to prevent, obstruct or delay the implementation by the Commission of the measures recommended by the General Assembly.

3. On its arrival in Palestine the Commission shall proceed to carry out measures for the establishment of the frontiers of the Arab and Jewish States and the City of Jerusalem in accordance with the general lines of the recommendations of the General Assembly on the partition of Palestine. Nevertheless, the boundaries as described in part II of this plan are to be modified in such a way that village areas as a rule will not be divided by state boundaries unless pressing reasons make that necessary.

4. The Commission, after consultation with the democratic parties and other public organizations of The Arab and Jewish States, shall select and establish in each State as rapidly as possible a Provisional Council of Government. The activities of both the Arab and Jewish Provisional Councils of Government shall be carried out under the general direction of the Commission.

If by 1 April 1948 a Provisional Council of Government cannot be selected for either of the States, or, if selected, cannot carry out its functions, the Commission shall communicate that fact to the Security Council for such action with respect to that State as the Security Council may deem proper, and to the Secretary-General for communication to the Members of the United Nations.

5. Subject to the provisions of these recommendations, during the transitional period the Provisional Councils of Government, acting under the Commission, shall have full authority in the areas under their control, including authority over matters of immigration and land regulation.

6. The Provisional Council of Government of each State acting under the Commission, shall progressively receive from the Commission full responsibility for the administration of that State in the period between the termination of the Mandate and the establishment of the State's independence.

7. The Commission shall instruct the Provisional Councils of Government of both the Arab and Jewish States, after their formation, to proceed to the establishment of administrative organs of government, central and local.

8. The Provisional Council of Government of each State shall, within the shortest time possible, recruit an armed militia from the residents of that State, sufficient in number to maintain internal order and to prevent frontier clashes.

This armed militia in each State shall, for operational purposes, be under the command of Jewish or Arab officers resident in that State, but general political and military control, including the choice of the militia's High Command, shall be exercised by the Commission.

9. The Provisional Council of Government of each State shall, not later than two months after the withdrawal of the armed forces of the mandatory Power, hold elections to the Constituent Assembly which shall be conducted on democratic lines.

The election regulations in each State shall be drawn up by the Provisional Council of Government and approved by the Commission. Qualified voters for each State for this election shall be persons over eighteen years of age who are: (a) Palestinian citizens residing in that State and (b) Arabs and Jews residing in the State, although not Palestinian citizens, who, before voting, have signed a notice of intention to become citizens of such State.

Arabs and Jews residing in the City of Jerusalem who have signed a notice of intention to become citizens, the Arabs of the Arab State and the Jews of the Jewish State, shall be entitled to vote in the Arab and Jewish States respectively.

Women may vote and be elected to the Constituent Assemblies.

During the transitional period no Jew shall be permitted to establish residence in the area of the proposed Arab State, and no Arab shall be permitted to establish residence in the area of the proposed Jewish State, except by special leave of the Commission.

10. The Constituent Assembly of each State shall draft a democratic constitution for its State and choose a provisional government to succeed the Provisional Council of Government appointed by the Commission. The constitutions of the States shall embody chapters 1 and 2 of the Declaration provided for in section C below and include inter alia provisions for:

- (a) Establishing in each State a legislative body elected by universal suffrage and by secret ballot on the basis of proportional representation, and an executive body responsible to the legislature;
- (b) Settling all international disputes in which the State may be involved by peaceful means in such a manner that international peace and security, and justice, are not endangered;
- (c) Accepting the obligation of the State to refrain in its international relations from the threat or use of force against the territorial integrity of political independence of any State, or in any other manner inconsistent with the purposes of the United Nations;
- (d) Guaranteeing to all persons equal and non-discriminatory rights in civil, political, economic and religious matters and the enjoyment of human rights and fundamental freedoms, including freedom of religion, language, speech and publication, education, assembly and association;
- (e) Preserving freedom of transit and visit for all residents and citizens of the other State in Palestine and the City of Jerusalem, subject to considerations of national security, provided that each State shall control residence within its borders.

11. The Commission shall appoint a preparatory economic commission of three members to make whatever arrangements are possible for economic co-operation, with a view to establishing, as soon as practicable, the Economic Union and the Joint Economic Board, as provided in section D below.

12. During the period between the adoption of the recommendations on the question of Palestine by the General Assembly and the termination of the Mandate, the mandatory Power in Palestine shall maintain full responsibility for administration in areas from which it has not withdrawn its armed forces. The Commission shall assist the mandatory Power in the carrying out of these functions. Similarly the mandatory Power shall co-operate with the Commission in the execution of its functions.

13. With a view to ensuring that there shall be continuity in the functioning of administrative services and that, on the withdrawal of the armed forces of the mandatory Power, the whole administration shall be in the charge of the Provisional Councils and the Joint Economic Board, respectively, acting under the Commission, there shall be a progressive transfer, from the mandatory Power to the Commission, of responsibility for all the functions of government, including that of maintaining law and order in the areas from which the forces of the mandatory Power have been withdrawn.

14. The Commission shall be guided in its activities by the recommendations of the General Assembly and by such instructions as the Security Council may consider necessary to issue.

The measures taken by the Commission, within the recommendations of the General Assembly, shall become immediately effective unless the Commission has previously received contrary instructions from the Security Council.

The Commission shall render periodic monthly progress reports, or more frequently if desirable, to the Security Council.

15. The Commission shall make its final report to the next regular session of the General Assembly and to the Security Council simultaneously.

C. DECLARATION

A declaration shall be made to the United Nations by the provisional government of each proposed State before independence. It shall contain inter alia the following clauses:

General Provision

The stipulations contained in the declaration are recognized as fundamental laws of the State and no law, regulation or official action shall conflict or interfere with these stipulations, nor shall any law, regulation or official action prevail over them.

Chapter 1

Holy Places, religious buildings and sites

1. Existing rights in respect of Holy Places and religious buildings or sites shall not be denied or impaired.

2. In so far as Holy Places are concerned, the liberty of access, visit and transit shall be guaranteed, in conformity with existing rights, to all residents and citizens of the other State and of the City of Jerusalem, as well as to aliens, without distinction as to nationality, subject to requirements of national security, public order and decorum.

Similarly, freedom of worship shall be guaranteed in conformity with existing rights, subject to the maintenance of public order and decorum.

3. Holy Places and religious buildings or sites shall be preserved. No act shall be permitted which may in any way impair their sacred character. If at any time it appears to the Government that any particular Holy Place, religious building or site is in need of urgent repair, the Government may call upon the community or communities concerned to carry out such repair. The Government may carry it out itself at the expense of the community or communities concerned if no action is taken within a reasonable time.

4. No taxation shall be levied in respect of any Holy Place, religious building or site which was exempt from taxation on the date of the creation of the State.

No change in the incidence of such taxation shall be made which would either discriminate between the owners or occupiers of Holy Places, religious buildings or sites, or would place such owners or occupiers in a position less favourable in relation to the general incidence of taxation than existed at the time of the adoption of the Assembly's recommendations.

5. The Governor of the City of Jerusalem shall have the right to determine whether the provisions of the Constitution of the State in relation to Holy Places, religious buildings and sites within the borders of the State and the religious rights appertaining thereto, are being properly applied and respected, and to make decisions on the basis of existing rights in cases of disputes which may arise between the different religious communities or the rites of a religious community with respect to such places, buildings and sites. He shall receive full co-operation and such privileges and immunities as are necessary for the exercise of his functions in the State.

Chapter 2

Religious and Minority Rights

1. Freedom of conscience and the free exercise of all forms of worship, subject only to the maintenance of public order and morals, shall be ensured to all.

2. No discrimination of any kind shall be made between the inhabitants on the ground of race, religion, language or sex.

3. All persons within the jurisdiction of the State shall be entitled to equal protection of the laws.

4. The family law and personal status of the various minorities and their religious interests, including endowments, shall be respected.

5. Except as may be required for the maintenance of public order and good government, no measure shall be taken to obstruct or interfere with the enterprise of religious or charitable bodies of all faiths or to discriminate against any representative or member of these bodies on the ground of his religion or nationality.

6. The State shall ensure adequate primary and secondary education for the Arab and Jewish minority, respectively, in its own language and its cultural traditions.

The right of each community to maintain its own schools for the education of its own members in its own language, while conforming to such educational requirements of a general nature as the State may impose, shall not be denied or impaired. Foreign educational establishments shall continue their activity on the basis of their existing rights.

7. No restriction shall be imposed on the free use by any citizen of the State of any language in private intercourse, in commerce, in religion, in the Press or in publications of any kind, or at public meetings.^{3/}

8. No expropriation of land owned by an Arab in the Jewish State (by a Jew in the Arab State)^{4/} shall be allowed except for public purposes. In all cases of expropriation full compensation as fixed by the Supreme Court shall be paid previous to dispossession.

Chapter 3

Citizenship, international conventions and financial obligations

1. Citizenship. Palestinian citizens residing in Palestine outside the City of Jerusalem, as well as Arabs and Jews who, not holding Palestinian citizenship, reside in Palestine outside the City of Jerusalem shall, upon the recognition of independence, become citizens of the State in which they are resident and enjoy full civil and political rights. Persons over the age of eighteen years may opt, within one year from the date of recognition of independence of the State in which they reside, for citizenship of the other State, providing that no Arab residing in the area of the proposed Arab State shall have the right to opt for citizenship in the proposed Jewish State and no Jew residing in the proposed Jewish State shall have the right to opt for citizenship in the proposed Arab State. The exercise of this right of option will be taken to include the wives and children under eighteen years of age of persons so opting.

Arabs residing in the area of the proposed Jewish State and Jews residing in the area of the proposed Arab State who have signed a notice of intention to opt for citizenship of the other State shall be eligible to vote in the elections to the Constituent Assembly of that State, but not in the elections to the Constituent Assembly of the State in which they reside.

2. International conventions. (a) The State shall be bound by all the international agreements and conventions, both general and special, to which Palestine has become a party. Subject to any right of denunciation provided for therein, such agreements and conventions shall be respected by the State throughout the period for which they were concluded.

(b) Any dispute about the applicability and continued validity of international conventions or treaties signed or adhered to by the mandatory Power on behalf of Palestine shall be referred to the International Court of Justice in accordance with the provisions of the Statute of the Court.

3. Financial obligations. (a) The State shall respect and fulfil all financial obligations of whatever nature assumed on behalf of Palestine by the mandatory Power during the exercise of the Mandate and recognized by the State. This provision includes the right of public servants to pensions, compensation or gratuities.

(b) These obligations shall be fulfilled through participation in the Joint economic Board in respect of those obligations applicable to Palestine as a whole, and individually in respect of those applicable to, and fairly apportionable between, the States.

(c) A Court of Claims, affiliated with the Joint Economic Board, and composed of one member appointed by the United Nations, one representative of the United Kingdom and one representative of the State concerned, should be established. Any dispute between the United Kingdom and the State respecting claims not recognized by the latter should be referred to that Court.

(d) Commercial concessions granted in respect of any part of Palestine prior to the adoption of the resolution by the General Assembly shall continue to be valid according to their terms, unless modified by agreement between the concession-holder and the State.

Chapter 4

Miscellaneous provisions

1. The provisions of chapters 1 and 2 of the declaration shall be under the guarantee of the United Nations, and no modifications shall be made in them without the assent of the General Assembly of the United Nations. Any Member of the United Nations shall have the right to bring to the attention of the General Assembly any infraction or danger of infraction of any of these stipulations, and the General Assembly may thereupon make such recommendations as it may deem proper in the circumstances.

2. Any dispute relating to the application or the interpretation of this declaration shall be referred, at the request of either party, to the International Court of Justice, unless the parties agree to another mode of settlement.

D. ECONOMIC UNION AND TRANSIT

1. The Provisional Council of Government of each State shall enter into an undertaking with respect to economic union and transit. This undertaking shall be drafted by the commission provided for in section B, paragraph 1, utilizing to the greatest possible extent the advice and co-operation of representative organizations and bodies from each of the proposed States. It shall contain provisions to establish the Economic Union of Palestine and provide for other matters of common interest. If by 1 April 1948 the Provisional Councils of Government have not entered into the undertaking, the undertaking shall be put into force by the Commission.

The Economic Union of Palestine

2. The objectives of the Economic Union of Palestine shall be:

(a) A customs union;

(b) A joint currency system providing for a single foreign exchange rate;

(c) Operation in the common interest on a non-discriminatory basis of railways; inter-State highways; postal, telephone and telegraphic services, and port and airports involved in international trade and commerce;

(d) Joint economic development, especially in respect of irrigation, land reclamation and soil conservation;

(e) Access for both States and for the City of Jerusalem on a non-discriminatory basis to water and power facilities.

3. There shall be established a Joint Economic Board, which shall consist of three representatives of each of the two States and three foreign members appointed by the Economic and Social Council of the United Nations. The foreign members shall be appointed in the first instance for a term of three years; they shall serve as individuals and not as representatives of States.

4. The functions of the Joint Economic Board shall be to implement either directly or by delegation the measures necessary to realize the objectives of the Economic Union. It shall have all powers of organization and administration necessary to fulfil its functions.

5. The States shall bind themselves to put into effect the decisions of the Joint Economic Board. The Board's decisions shall be taken by a majority vote.

6. In the event of failure of a State to take the necessary action the Board may, by a vote of six members, decide to withhold an appropriate portion of that part of the customs revenue to which the State in question is entitled under the Economic Union. Should the State persist in its failure to co-operate, the Board may decide by a simple majority vote upon such further sanctions, including disposition of funds which it has withheld, as it may deem appropriate.

7. In relation to economic development, the functions of the Board shall be the planning, investigation and encouragement of joint development projects, but it shall not undertake such projects except with the assent of both States and the City of Jerusalem, in the event that Jerusalem is directly involved in the development project.

8. In regard to the joint currency system the currencies circulating in the two States and the City of Jerusalem shall be issued under the authority of the Joint Economic Board, which shall be the sole issuing authority and which shall determine the reserves to be held against such currencies.

9. So far as is consistent with paragraph 2 (b) above, each State may operate its own central bank, control its own fiscal and credit policy, its foreign exchange receipts and expenditures, the grant of import licenses, and may conduct international financial operations on its own faith and credit. During the first two years after the termination of the Mandate, the Joint Economic Board shall have the authority to take such measures as may be necessary to ensure that--to the extent that the total foreign exchange revenues of the two States from the export of goods and services permit, and provided that each State takes appropriate measures to conserve its own foreign exchange resources--each State shall have available, in any twelve months' period, foreign exchange sufficient to assure the supply of quantities of imported goods and services for consumption in its territory equivalent to the quantities of such goods and services consumed in that territory in the twelve months' period ending 31 December 1947.

10. All economic authority not specifically vested in the Joint Economic Board is reserved to each State.

11. There shall be a common customs tariff with complete freedom of trade between the States, and between the States and the City of Jerusalem.

12. The tariff schedules shall be drawn up by a Tariff Commission, consisting of representatives of each of the States in equal numbers, and shall be submitted to the Joint Economic Board for approval by a majority vote. In case of disagreement in the Tariff Commission, the Joint Economic Board shall arbitrate the points of difference. In the event that the Tariff Commission fails to draw up any schedule by a date to be fixed, the Joint Economic Board shall determine the tariff schedule.

13. The following items shall be a first charge on the customs and other common revenue of the Joint Economic Board:

(a) The expenses of the customs service and of the operation of the joint services;

(b) The administrative expenses of the Joint Economic Board;

(c) The financial obligations of the Administration of Palestine consisting of:

(i) The service of the outstanding public debt;

(ii) The cost of superannuation benefits, now being paid or falling due in the future, in accordance with the rules and to the extent established by paragraph 3 of chapter 3 above.

14. After these obligations have been met in full, the surplus revenue from the customs and other common services shall be divided in the following manner: not less than 5 per cent and not more than 10 per cent to the City of Jerusalem; the residue shall be allocated to each State by the Joint Economic Board equitably, with the objective of maintaining a sufficient and suitable level of government and social services in each State, except that the share of either State shall not exceed the amount of that State's contribution to the revenues of the Economic Union by more than approximately four million pounds in any year. The amount granted may be adjusted by the Board according to the price level in relation to the prices prevailing at the time of the establishment of the Union. After five years, the principles of the distribution of the joint revenues may be revised by the Joint Economic Board on a basis of equity.

15. All international conventions and treaties affecting customs tariff rates, and those communications services under the jurisdiction of the Joint Economic Board, shall be entered into by both States. In these matters, the two States shall be bound to act in accordance with the majority vote of the Joint Economic Board.

16. The Joint Economic Board shall endeavour to secure for Palestine's export fair and equal access to world markets.

17. All enterprises operated by the Joint Economic Board shall pay fair wages on a uniform basis.

Freedom of transit and visit

18. The undertaking shall contain provisions preserving freedom of transit and visit for all residents or citizens of both States and of the City of Jerusalem, subject to security considerations; provided that each state and the City shall control residence within its borders.

Termination, modification and interpretation of the undertaking

19. The undertaking and any treaty issuing therefrom shall remain in force for a period of ten years. It shall continue in force until notice of termination, to take effect two years thereafter, is given by either of the parties.

20. During the initial ten-year period, the undertaking and any treaty issuing therefrom may not be modified except by consent of both parties and with the approval of the General Assembly.

21. Any dispute relating to the application or the interpretation of the undertaking and any treaty issuing therefrom shall be referred, at the request of either party, to the international Court of Justice, unless the parties agree to another mode of settlement.

E. ASSETS

1. The movable assets of the Administration of Palestine shall be allocated to the Arab and Jewish States and the City of Jerusalem on an equitable basis. Allocations should be made by the United Nations Commission referred to in section B, paragraph 1, above. Immovable assets shall become the property of the government of the territory in which they are situated.

2. During the period between the appointment of the United Nations Commission and the termination of the Mandate, the mandatory Power shall, except in respect of ordinary operations, consult with the Commission on any measure which it may contemplate involving the liquidation, disposal or encumbering of the assets of the Palestine Government, such as the accumulated treasury surplus, the proceeds of Government bond issues, State lands or any other asset.

F. ADMISSION TO MEMBERSHIP IN THE UNITED NATIONS

When the independence of either the Arab or the Jewish State as envisaged in this plan has become effective and the declaration and undertaking, as envisaged in this plan, have been signed by either of them, sympathetic consideration should be given to its application for admission to membership in the United Nations in accordance with Article 4 of the Charter of the United Nations.

PART II Boundaries 5/

A. THE ARAB STATE

The area of the Arab State in Western Galilee is bounded on the west by the Mediterranean and on the north by the frontier of the Lebanon from Ras en Naqura to a point north of Saliha. From there the boundary proceeds southwards, leaving the built-up area of Saliha in the Arab State, to join the southernmost point of this village. Thence it follows the western boundary line of the villages of `Alma, Rihaniya and Teitaba, thence following the northern boundary line of Meirun village to join the Acre-Safad sub-district boundary line. It follows this line to a point west of Es Sammu'i village and joins it again at the northernmost point of Farradiya. Thence it follows the sub-district boundary line to the Acre-Safad main road. From here it follows the western boundary of Kafr I'nan village until it reaches the Tiberias-Acre sub-district boundary line, passing to the west of the junction of the Acre-Safad and Lubiya-Kafr I'nan roads. From south-west corner of Kafr I'nan village the boundary line follows the western boundary of the Tiberias sub-district to a point close to the boundary line between the villages of Maghar and Eilabun, thence bulging out to the west to include as much of the eastern part of the plain of Battuf as is necessary for the reservoir proposed by the Jewish Agency for the irrigation of lands to the south and east.

The boundary rejoins the Tiberias sub-district boundary at a point on the Nazareth-Tiberias road south-east of the built-up area of Tur'an; thence it runs southwards, at first following the sub-district boundary and then passing between the Kadoorie Agricultural School and Mount Tabor, to a point due south at the base of Mount Tabor. From here it runs due west, parallel to the horizontal grid line 230, to the north-east corner of the village lands of Tel Adashim. It then runs to the north-west corner of these lands, whence it turns south and west so as to include in the Arab State the sources of the Nazareth water supply in Yafa village. On reaching Ginneiger it follows the eastern, northern and western boundaries of the lands of this village to their south-west corner, whence it proceeds in a straight line to a point on the Haifa-Afula railway on the boundary between the villages of Sarid and El Mujeidil. This is the point of intersection.

The south-western boundary of the area of the Arab State in Galilee takes a line from this point, passing northwards along the eastern boundaries of Sarid and Gevat to the north-eastern corner of Nahalal, proceeding thence across the land of Kefar ha Horesh to a central point on the southern boundary of the village of 'Ilut, thence westwards along that village boundary to the eastern boundary of Beit Lahm, thence northwards and north-eastwards along its western boundary to the north-eastern corner of Waldheim and thence north-westwards across the village lands of Shafa 'Amr to the south-eastern corner of Ramat Yohanan'. From here it runs due north-north-east to a point on the Shafa 'Amr-Haifa road, west of its junction with the road to I'Billin. From there it proceeds north-east to a point on the southern boundary of I'Billin situated to the west of the I'Billin-Birwa road. Thence along that boundary to its westernmost point, whence it turns to the north, follows across the village land of Tamra to the north-westernmost corner and along the western boundary of Julis until it reaches the Acre-Safad road. It then runs westwards along the southern side of the Safad-Acre road to the Galilee-Haifa District boundary, from which point it follows that boundary to the sea.

The boundary of the hill country of Samaria and Judea starts on the Jordan River at the Wadi Malih south-east of Beisan and runs due west to meet the Beisan-Jericho road and then follows the western side of that road in a north-westerly direction to the junction of the boundaries of the sub-districts of Beisan, Nablus, and Jenin. From that point it follows the Nablus-Jenin sub-district boundary westwards for a distance of about three kilometres and then turns north-westwards, passing to the east of the built-up areas of the villages of Jalbun and Faqqu'a, to the boundary of the sub-districts of Jenin and Beisan at a point north-east of Nuris. Thence it proceeds first north-westwards to a point due north of the built-up area of Zir'in and then westwards to the Afula-Jenin railway, thence north-westwards along the district boundary line to the point of intersection on the Hejaz railway. From here the boundary runs south-westwards, including the built-up area and some of the land of the village of Kh.Lid in the Arab State to cross the Haifa-Jenin road at a point on the district boundary between Haifa and Samaria west of El Mansi. It follows this boundary to the southernmost point of the village of El Buteimat. From here it follows the northern and eastern boundaries of the village of Ar'ara, rejoining the Haifa-Samaria district boundary at Wadi'Ara, and thence proceeding south-south-westwards in an approximately straight line joining up with the western boundary of Qaqun to a point east of the railway line on the eastern boundary of Qaqun village. From here it runs along the railway line some distance to the east of it to a point just east of the Tulkarm railway station. Thence the boundary follows a line half-way between the railway and the Tulkarm-Qalqiliya-Jaljuliya and Ras el Ein road to a point just east of Ras el Ein station, whence it proceeds along the railway some distance to the east of it to the point on the railway line south of the junction of the Haifa-Lydd and Beit Nabala lines, whence it proceeds along the southern border of Lydda airport to its south-west corner, thence in a south-westerly direction to a point just west of the built-up area of Sarafand el'Amar, whence it turns south, passing just to the west of the built-up area of Abu el Fadil to the north-east corner of the lands of Beer Ya'Aqov. (The boundary line should be so demarcated as to allow direct access from the Arab State to the airport.) Thence the boundary line follows the western and southern boundaries of Ramle village, to the north-east corner of El Na'ana village, thence in a straight line to the southernmost point of El Barriya, along the eastern boundary of that village and the southern boundary of Innaba village. Thence it turns north to follow the southern side of the Jaffa-Jerusalem road until El Qubab, whence it follows the road to the boundary of Abu Shusha. It runs along the eastern boundaries of Abu Shusha, Seidun, Hulda to the southernmost point of Hulda, thence westwards in a straight line to the north-eastern corner of Umm Kalkha, thence following the northern boundaries of Umm Kalkha, Qazaza and the northern and western boundaries of Mukhezim to the Gaza District boundary and thence runs across the village lands of El Mismiya, El Kabira, and Yasur to the southern point of intersection, which is midway between the built-up areas of Yasur and Batani Sharqi.

From the southern point of intersection the boundary lines run north-westwards between the villages of Gan Yavne and Barqa to the sea at a point half way between Nabi Yunis and Minat el Qila, and south-eastwards to a point west of Qastina, whence it turns in a south-westerly direction, passing to the east of the built-up areas of Es Sawafir, Es Sharqiya and Ibdis. From the south-east corner of Ibdis village it runs to a point south-west of the built-up area of Beit 'Affa, crossing the Hebron-El Majdal road just to the west of the built-up area of Iraq

Suweidan. Thence it proceeds southwards along the western village boundary of El Faluja to the Beersheba sub-district boundary. It then runs across the tribal lands of 'Arab el Jubarat to a point on the boundary between the sub-districts of Beersheba and Hebron north of Kh. Khuweilifa, whence it proceeds in a south-westerly direction to a point on the Beersheba-Gaza main road two kilometres to the north-west of the town. It then turns south-eastwards to reach Wadi Sab' at a point situated one kilometre to the west of it. From here it turns north-eastwards and proceeds along Wadi Sab' and along the Beersheba-Hebron road for a distance of one kilometre, whence it turns eastwards and runs in a straight line to Kh. Kuseifa to join the Beersheba-Hebron sub-district boundary. It then follows the Beersheba-Hebron boundary eastwards to a point north of Ras Ez Zuweira, only departing from it so as to cut across the base of the indentation between vertical grid lines 150 and 160.

About five kilometres north-east of Ras ez Zuweira it turns north, excluding from the Arab State a strip along the coast of the Dead Sea not more than seven kilometres in depth, as far as Ein Geddi, whence it turns due east to join the Transjordan frontier in the Dead Sea.

The northern boundary of the Arab section of the coastal plain runs from a point between Minat el Qila and Nabi Yunis, passing between the built-up areas of Gan Yavne and Barqa to the point of intersection. From here it turns south-westwards, running across the lands of Batani Sharqi, along the eastern boundary of the lands of Beit Daras and across the lands of Julis, leaving the built-up areas of Batani Sharqi and Julis to the westwards, as far as the north-west corner of the lands of Beit Tima. Thence it runs east of El Jiya across the village lands of El Barbara along the eastern boundaries of the villages of Beit Jirja, Deir Suneid and Dimra. From the south-east corner of Dimra the boundary passes across the lands of Beit Hanun, leaving the Jewish lands of Nir-Am to the eastwards. From the south-east corner of Dimra the boundary passes across the lands of Beit Hanun, leaving the Jewish lands of Nir-Am to the eastwards. From the south-east corner of Beit Hanun the line runs south-west to a point south of the parallel grid line 100, then turns north-west for two kilometres, turning again in a south-westerly direction and continuing in an almost straight line to the north-west corner of the village lands of Kirbet Ikhza'a. From there it follows the boundary line of this village to its southernmost point. It then runs in a southerly direction along the vertical grid line 90 to its junction with the horizontal grid line 70. It then turns south-eastwards to Kh. el Ruheiba and then proceeds in a southerly direction to a point known as El Baha, beyond which it crosses the Beersheba-El 'Auja main road to the west of Kh. el Mushrif. From there it joins Wadi El Zaiyatin just to the west of El Subeita. From there it turns to the north-east and then to the south-east following this Wadi and passes to the east of 'Abda to join Wadi Nafkh. It then bulges to the south-west along Wadi Nafkh. It then bulges to the south-west along Wadi Nafkh, Wadi Ajrim and Wadi Lassan to the point where Wadi Lassan crosses the Egyptian frontier.

The area of the Arab enclave of Jaffa consists of that part of the town-planning area of Jaffa which lies to the west of the Jewish quarters lying south of Tel-Aviv, to the west of the continuation of Herzl street up to its junction with the Jaffa-Jerusalem road, to the south-west of the section of the Jaffa-Jerusalem road lying south-east of that junction, to the west of Miqve Israel lands, to the north-west of Holon local council area, to the north of the line linking up the north-west corner of Holon with the north-east corner of Bat Yam local council area and to the north of Bat Yam local council area. The question of Karton quarter will be decided by the Boundary Commission, bearing in mind among other considerations the desirability of including the smallest possible number of its Arab inhabitants and the largest possible number of its Jewish inhabitants in the Jewish State.

B. THE JEWISH STATE

The north-eastern sector of the Jewish State (Eastern Galilee) is bounded on the north and west by the Lebanese frontier and on the east by the frontiers of Syria and Transjordan. It includes the whole of the Hula Basin, Lake Tiberias, the whole of the Beisan sub-district, the boundary line being extended to the crest of the Gilboa mountains and the Wadi Malih. From there the Jewish State extends north-west, following the boundary described in respect of the Arab State.

The Jewish Section of the coastal plain extends from a point between Minat et Qila and Nabi Yunis in the Gaza sub-district and includes the towns of Haifa and Tel-Aviv, leaving Jaffa as an enclave of the Arab State. The eastern frontier of the Jewish State follows the boundary described in respect of the Arab State.

The Beersheba area comprises the whole of the Beersheba sub-district, including the Negev and the eastern part of the Gaza sub-district, but excluding the town of Beersheba and those areas described in respect of the Arab State. It includes also a strip of land along the Dead Sea stretching from the Beersheba-Hebron sub-district boundary line to Ein Geddi, as described in respect of the Arab State.

C. THE CITY OF JERUSALEM

The boundaries of the City of Jerusalem are as defined in the recommendations on the City of Jerusalem. (See Part III, Section B, below).

PART III **City of Jerusalem**

A. SPECIAL REGIME

The City of Jerusalem shall be established as a corpus separatum under a special international regime and shall be administered by the United Nations. The Trusteeship Council shall be designated to discharge the responsibilities of the Administering Authority on behalf of the United Nations.

B. BOUNDARIES OF THE CITY

The City of Jerusalem shall include the present municipality of Jerusalem plus the surrounding villages and towns, the most eastern of which shall be Abu Dis; the most southern, Bethlehem; the most western, Ein Karim (including also the built-up area of Motsa); and the most northern Shu'fat, as indicated on the attached sketch-map (annex B).

C. STATUTE OF THE CITY

The Trusteeship Council shall, within five months of the approval of the present plan, elaborate and approve a detailed Statute of the City which shall contain inter alia the substance of the following provisions:

1. Government machinery; special objectives. The Administering Authority in discharging its administrative obligations shall pursue the following special objectives:

(a) To protect and to preserve the unique spiritual and religious interests located in the city of the three great monotheistic faiths throughout the world, Christian, Jewish and Moslem; to this end to ensure that order and peace, and especially religious peace, reign in Jerusalem;

(b) To foster co-operation among all the inhabitants of the city in their own interests as well as in order to encourage and support the peaceful development of the mutual relations between the two Palestinian peoples throughout the Holy Land; to promote the security, well-being and any constructive measures of development of the residents, having regard to the special circumstances and customs of the various peoples and communities.

2. Governor and administrative staff. A Governor of the City of Jerusalem shall be appointed by the Trusteeship Council and shall be responsible to it. He shall be selected on the basis of special qualifications and without regard to nationality. He shall not, however, be a citizen of either State in Palestine.

The Governor shall represent the United Nations in the City and shall exercise on their behalf all powers of administration, including the conduct of external affairs. He shall be assisted by an administrative staff classed as international officers in the meaning of Article 100 of the Charter and chosen whenever practicable from the residents of the city and of the rest of Palestine on a non-discriminatory basis. A detailed plan for the organization of the administration of the city shall be submitted by the Governor to the Trusteeship Council and duly approved by it.

3. Local autonomy. (a) The existing local autonomous units in the territory of the city (villages, townships and municipalities) shall enjoy wide powers of local government and administration.

(b) The Governor shall study and submit for the consideration and decision of the Trusteeship Council a plan for the establishment of a special town units consisting respectively, of the Jewish and Arab sections of new Jerusalem. The new town units shall continue to form part of the present municipality of Jerusalem.

4. Security measures. (a) The City of Jerusalem shall be demilitarized; its neutrality shall be declared and preserved, and no para-military formations, exercises or activities shall be permitted within its borders.

(b) Should the administration of the City of Jerusalem be seriously obstructed or prevented by the non-co-operation or interference of one or more sections of the population, the Governor shall have authority to take such measures as may be necessary to restore the effective functioning of the administration.

(c) To assist in the maintenance of internal law and order and especially for the protection of the Holy Places and religious buildings and sites in the city, the Governor shall organize a special police force of adequate strength, the members of which shall be recruited outside of Palestine. The Governor shall be empowered to direct such budgetary provision as may be necessary for the maintenance of this force.

5. Legislative organization. A Legislative Council, elected by adult residents of the city irrespective of nationality on the basis of universal and secret suffrage and proportional representation, shall have powers of legislation and taxation. No legislative measures shall, however, conflict or interfere with the provisions which will be set forth in the Statute of the City, nor shall any law, regulation, or official action prevail over them. The Statute shall grant to the Governor a right of vetoing bills inconsistent with the provisions referred to in the preceding sentence. It shall also empower him to promulgate temporary ordinances in case the council fails to adopt in time a bill deemed essential to the normal functioning of the administration.

6. Administration of justice. The Statute shall provide for the establishment of an independent judiciary system, including a court of appeal. All the inhabitants of the City shall be subject to it.

7. Economic union and economic regime. The City of Jerusalem shall be included in the Economic Union of Palestine and be bound by all stipulations of the undertaking and of any treaties issued therefore, as well as by the decision of the Joint Economic Board. The headquarters of the Economic Board shall be established in the territory of the City.

The Statute shall provide for the regulation of economic matters not falling within the regime of the Economic Union, on the basis of equal treatment and non-discrimination for all members of the United Nations and their nationals.

8. Freedom of transit and visit; control of residents. Subject to considerations of security, and of economic welfare as determined by the Governor under the directions of the Trusteeship Council, freedom of entry into, and residence within, the borders of the City shall be guaranteed for the residents or citizens of the Arab and Jewish States. Immigration into, and residence within, the borders of the city for nationals of other States shall be controlled by the Governor under the directions of the Trusteeship Council.

9. Relations with the Arab and Jewish States. Representatives of the Arab and Jewish States shall be accredited to the Governor of the City and charged with the protection of the interests of their States and nationals in connexion with the international administration of the City.

10. Official languages. Arabic and Hebrew shall be the official languages of the city. This will not preclude the adoption of one or more additional working languages, as may be required.

11. Citizenship. All the residents shall become *ipso facto* citizens of the City of Jerusalem unless they opt for citizenship of the State of which they have been citizens or, if Arabs or Jews, have filed notice of intention to become citizens of the Arab or Jewish State respectively, according to part I, section B, paragraph 9, of this plan.

The Trusteeship Council shall make arrangements for consular protection of the citizens of the City outside its territory.

12. Freedoms of Citizens. (a) Subject only to the requirements of public order and morals, the inhabitants of the City shall be ensured the enjoyment of human rights and fundamental freedoms, including freedom of conscience, religion and worship, language, education, speech and press, assembly and association, and petition.

(b) No discrimination of any kind shall be made between the inhabitants on the grounds of race, religion, language or sex.

(c) All persons within the City shall be entitled to equal protection of the laws.

(d) The family law and personal status of the various persons and communities and their religious interests, including endowments, shall be respected.

(e) Except as may be required for the maintenance of public order and good government, no measure shall be taken to obstruct or interfere with the enterprise of religious or charitable bodies of all faiths or to discriminate against any representative or member of these bodies on the ground of his religion or nationality.

(f) The City shall ensure adequate primary and secondary education for the Arab and Jewish communities respectively, in their own languages and in accordance with their cultural traditions.

The right of each community to maintain its own schools for the education of its own members in its own language, while conforming to such educational requirements of a general nature as the City may impose, shall not be denied or impaired. Foreign educational establishments shall continue their activity on the basis of their existing rights.

(g) No restriction shall be imposed on the free use by any inhabitant of the City of any language in private intercourse, in commerce, in religion, in the Press or in publications of any kind, or at public meetings.

13. Holy Places. (a) Existing rights in respect of Holy Places and religious buildings or sites shall not be denied or impaired.

(b) Free access to the Holy Places and religious buildings or sites and the free exercise of worship shall be secured in conformity with existing rights and subject to the requirements of public order and decorum.

(c) Holy Places and religious buildings or sites shall be preserved. No act shall be permitted which may in any way impair their sacred character. If at any time it appears to the Governor that any particular Holy Place, religious building or site is in need of urgent repair, the Governor may call upon the community or communities concerned to carry out such repair. The Governor may carry it out himself at the expense of the community or communities concerned if no action is taken within a reasonable time.

(d) No taxation shall be levied in respect of any Holy Place, religious building or site which was exempt from taxation on the date of the creation of the City. No change in the incidence of such taxation shall be made which would either discriminate between the owners or occupiers of Holy Places, religious buildings or sites, or would place such owners or occupiers in a position less favourable in relation to the general incidence of taxation than existed at the time of the adoption of the Assembly's recommendations.

14. Special powers of the Governor in respect of the Holy Places, religious buildings and sites in the City and in any part of Palestine. (a) The protection of the Holy Places, religious buildings and sites located in the City of Jerusalem shall be a special concern of the Governor.

(b) With relation to such places, buildings and sites in Palestine outside the city, the Governor shall determine, on the ground of powers granted to him by the Constitutions of both States, whether the provisions of the Constitutions of the Arab and Jewish States in Palestine dealing therewith and the religious rights appertaining thereto are being properly applied and respected.

(c) The Governor shall also be empowered to make decisions on the basis of existing rights in cases of disputes which may arise between the different religious communities or the rites of a religious community in respect of the Holy Places, religious buildings and sites in any part of Palestine.

In this task he may be assisted by a consultative council of representatives of different denominations acting in an advisory capacity.

D. DURATION OF THE SPECIAL REGIME

The Statute elaborated by the Trusteeship Council on the aforementioned principles shall come into force not later than 1 October 1948. It shall remain in force in the first instance for a period of ten years, unless the Trusteeship Council finds it necessary to undertake a re-examination of these provisions at an earlier date. After the expiration of this period the whole scheme shall be subject to re-examination by the Trusteeship Council in the light of the experience acquired with its functioning. The residents of the City shall be then free to express by means of a referendum their wishes as to possible modifications of the regime of the City.

PART IV CAPITULATIONS

States whose nationals have in the past enjoyed in Palestine the privileges and immunities of foreigners, including the benefits of consular jurisdiction and protection, as formerly enjoyed by capitulation or usage in the Ottoman Empire, are invited to renounce any right pertaining to them to the re-establishment of such privileges and immunities in the proposed Arab and Jewish States and the City of Jerusalem.

* * *

Notes

1/ See Official Records of the second session of the General Assembly, Supplement No. 11, Volumes I-IV.

2/ This resolution was adopted without reference to a Committee.

3/ The following stipulation shall be added to the declaration concerning the Jewish State: "In the Jewish State adequate facilities shall be given to Arab-speaking citizens for the use of their language, either orally or in writing, in the legislature, before the Courts and in the administration."

4/ In the declaration concerning the Arab State, the words "by an Arab in the Jewish State" should be replaced by the words "by a Jew in the Arab State".

5/ The boundary lines described in part II are indicated in Annex A. The base map used in marking and describing this boundary is "Palestine 1:250000" published by the Survey of Palestine, 1946.

ANEXO 5 – UN PARTITION PLAN – 1947



ANEXO 6 – DECLARATION OF THE ESTABLISHMENT OF THE STATE OF ISRAEL

ERETZ-ISRAEL (the Land of Israel) was the birthplace of the Jewish people. Here their spiritual, religious and political identity was shaped. Here they first attained to statehood, created cultural values of national and universal significance and gave to the world the eternal Book of Books.

After being forcibly exiled from their land, the people kept faith with it throughout their Dispersion and never ceased to pray and hope for their return to it and for the restoration in it of their political freedom.

Impelled by this historic and traditional attachment, Jews strove in every successive generation to re-establish themselves in their ancient homeland. In recent decades they returned in their masses. Pioneers, ma'pilim (immigrants coming to Eretz-Israel in defiance of restrictive legislation) and defenders, they made deserts bloom, revived the Hebrew language, built villages and towns, and created a thriving community controlling its own economy and culture, loving peace but knowing how to defend itself, bringing the blessings of progress to all the country's inhabitants, and aspiring towards independent nationhood.

In the year 5657 (1897), at the summons of the spiritual father of the Jewish State, Theodore Herzl, the First Zionist Congress convened and proclaimed the right of the Jewish people to national rebirth in its own country.

This right was recognized in the Balfour Declaration of the 2nd November, 1917, and re-affirmed in the Mandate of the League of Nations which, in particular, gave international sanction to the historic connection between the Jewish people and Eretz-Israel and to the right of the Jewish people to rebuild its National Home.

The catastrophe which recently befell the Jewish people — the massacre of millions of Jews in Europe — was another clear demonstration of the urgency of solving the problem of its homelessness by re-establishing in Eretz-Israel the Jewish State, which would open the gates of the homeland wide to every Jew and confer upon the Jewish people the status of a fully privileged member of the community of nations.

Survivors of the Nazi holocaust in Europe, as well as Jews from other parts of the world, continued to migrate to Eretz-Israel, undaunted by difficulties, restrictions and dangers, and never ceased to assert their right to a life of dignity, freedom and honest toil in their national homeland.

In the Second World War, the Jewish community of this country contributed its full share to the struggle of the freedom- and peace-loving nations against the forces of Nazi wickedness and, by the blood of its soldiers and its war effort, gained the right to be reckoned among the peoples who founded the United Nations.

On the 29th November, 1947, the United Nations General Assembly passed a resolution calling for the establishment of a Jewish State in Eretz-Israel; the General Assembly required the inhabitants of Eretz-Israel to take such steps as were necessary on their part for the implementation of that resolution. This recognition by the United Nations of the right of the Jewish people to establish their State is irrevocable.

This right is the natural right of the Jewish people to be masters of their own fate, like all other nations, in their own sovereign State.

ACCORDINGLY WE, MEMBERS OF THE PEOPLE'S COUNCIL, REPRESENTATIVES OF THE JEWISH COMMUNITY OF ERETZ-ISRAEL AND OF THE ZIONIST MOVEMENT, ARE HERE ASSEMBLED ON THE DAY OF THE TERMINATION OF THE BRITISH MANDATE OVER ERETZ-ISRAEL AND, BY VIRTUE OF OUR NATURAL AND HISTORIC RIGHT AND ON THE STRENGTH OF THE RESOLUTION OF THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, HEREBY DECLARE THE ESTABLISHMENT OF A JEWISH STATE IN ERETZ-ISRAEL, TO BE KNOWN AS THE STATE OF ISRAEL.

WE DECLARE that, with effect from the moment of the termination of the Mandate being tonight, the eve of Sabbath, the 6th Iyar, 5708 (15th May, 1948), until the establishment of the elected, regular authorities of the State in accordance with the Constitution which shall be adopted by the Elected Constituent Assembly not later

than the 1st October 1948, the People's Council shall act as a Provisional Council of State, and its executive organ, the People's Administration, shall be the Provisional Government of the Jewish State, to be called "Israel".

THE STATE OF ISRAEL will be open for Jewish immigration and for the Ingathering of the Exiles; it will foster the development of the country for the benefit of all its inhabitants; it will be based on freedom, justice and peace as envisaged by the prophets of Israel; it will ensure complete equality of social and political rights to all its inhabitants irrespective of religion, race or sex; it will guarantee freedom of religion, conscience, language, education and culture; it will safeguard the Holy Places of all religions; and it will be faithful to the principles of the Charter of the United Nations.

THE STATE OF ISRAEL is prepared to cooperate with the agencies and representatives of the United Nations in implementing the resolution of the General Assembly of the 29th November, 1947, and will take steps to bring about the economic union of the whole of Eretz-Israel.

WE APPEAL to the United Nations to assist the Jewish people in the building-up of its State and to receive the State of Israel into the comity of nations.

WE APPEAL — in the very midst of the onslaught launched against us now for months — to the Arab inhabitants of the State of Israel to preserve peace and participate in the upbuilding of the State on the basis of full and equal citizenship and due representation in all its provisional and permanent institutions.

WE EXTEND our hand to all neighbouring states and their peoples in an offer of peace and good neighbourliness, and appeal to them to establish bonds of cooperation and mutual help with the sovereign Jewish people settled in its own land. The State of Israel is prepared to do its share in a common effort for the advancement of the entire Middle East.

WE APPEAL to the Jewish people throughout the Diaspora to rally round the Jews of Eretz-Israel in the tasks of immigration and upbuilding and to stand by them in the great struggle for the realization of the age-old dream — the redemption of Israel.

PLACING OUR TRUST IN THE ALMIGHTY, WE AFFIX OUR SIGNATURES TO THIS
PROCLAMATION AT THIS SESSION OF THE PROVISIONAL COUNCIL OF STATE, ON THE SOIL OF
THE HOMELAND, IN THE CITY OF TEL-AVIV, ON THIS SABBATH EVE
THE 5TH DAY OF IYAR, 5708 - 14TH MAY, 1948.

David Ben-Gurion Rabbi Kalman Kahana Aharon Zisling Yitzhak Ben Zvi Sa'adia Kobashi Daniel Auster

Rachel Cohen David Zvi Pinkas Mordechai Bentov Moshe Kolodny Eliyahu Berligne Rabbi Yitzchak Meir Levin

Eliezer Kaplan Fritz Bernstein Abraham Katznelson Rabbi Wolf Gold Meir David Loewenstein Felix Rosenblueth

Meir Grabovsky David Remez Yitzchak Gruenbaum Zvi Luria Berl Repetur Dr. Abraham Granovsky Zvi Segal

Golda Myerson Mordekhai Shattner Nachum Nir Ben Zion Sternberg Eliyahu Dobkin Herzl Vardi

Bekhor Shitreet Meir Wilner-Kovner Rabbi Yehuda Leib Hacohen Fishman Moshe Shapira Zerach Wahrhaftig Moshe Shertok

ANEXO 7 – POPULATION, BY POPULATION GROUP (CBS, 2018)

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS				למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה			
אוכלוסייה, לפי קבוצת אוכלוסייה				2.1			
POPULATION, BY POPULATION GROUP				אלפים			
Thousands				אוכלוסייה בסוף השנה			
Average population				Population at end of year			
אחרים(1) Others(1)	ערבים(1) Arabs(1)	יהודים Jews	סך כולל Grand total	אחרים(1) Others(1)	ערבים(1) Arabs(1)	יהודים Jews	סך כולל Grand total
..	156.0	716.7	872.7
..	..	671.9	758.7	..
..	158.0	901.0	1,059.0	..	160.0	1,013.9	1,173.9
..	163.8	1,103.0	1,266.8	..	167.1	1,203.0	1,370.1
..	170.3	1,324.0	1,494.3	..	173.4	1,404.4	1,577.8
..	176.4	1,429.8	1,606.2	..	179.3	1,450.2	1,629.5
..	182.6	1,467.7	1,650.3	..	185.8	1,483.6	1,669.4
..	188.8	1,500.7	1,689.5	..	191.8	1,526.0	1,717.8
..	195.1	1,555.3	1,750.4	..	198.6	1,590.5	1,789.1
..	202.0	1,626.4	1,828.4	..	204.9	1,667.5	1,872.4
..	209.3	1,721.2	1,930.4	..	213.2	1,762.8	1,976.0
..	217.4	1,782.7	2,000.1	..	221.5	1,810.2	2,031.7
..	225.9	1,836.2	2,062.1	..	229.9	1,858.8	2,088.7
..	234.4	1,882.6	2,117.0	..	239.1	1,911.3	2,150.4
..	243.7	1,943.8	2,187.5	..	248.1	1,985.5	2,233.6
..	247.9	1,942.0	2,189.9	..	252.5	1,981.7	2,234.2
..	257.7	2,030.5	2,288.2	..	262.9	2,068.9	2,331.8
..	268.4	2,111.3	2,379.7	..	274.5	2,155.6	2,430.1
..	280.4	2,197.1	2,477.5	..	286.4	2,239.2	2,525.6
..	292.8	2,269.8	2,562.6	..	299.3	2,299.1	2,598.4
..	306.0	2,323.2	2,629.2	..	312.5	2,344.9	2,657.4
..	352.7	2,362.6	2,715.2	..	392.7	2,383.6	2,776.3
..	398.9	2,407.6	2,806.5	..	406.3	2,434.8	2,841.1
..	414.6	2,469.6	2,884.2	..	422.7	2,506.8	2,929.5
..	431.0	2,543.1	2,974.0	..	440.1	2,582.0	3,022.1
..	449.3	2,620.1	3,069.3	..	458.7	2,662.0	3,120.7
..	466.3	2,697.1	3,163.5	..	477.2	2,749.4	3,226.6
..	468.0	2,704.6	3,172.6	..	472.2	2,752.7	3,225.0
..	482.4	2,795.6	3,278.1	..	493.2	2,845.0	3,338.2
..	503.8	2,873.6	3,377.4	..	514.7	2,906.9	3,421.6
..	524.0	2,931.2	3,455.3	..	533.7	2,959.4	3,493.2
..	544.9	2,988.3	3,533.0	..	554.9	3,020.4	3,575.4
..	565.9	3,047.2	3,613.0	..	575.9	3,077.3	3,653.2
..	585.7	3,106.9	3,692.6	..	596.3	3,141.2	3,737.6
..	606.9	3,179.5	3,786.4	..	617.8	3,218.4	3,836.2
..	628.4	3,249.4	3,877.7	..	638.9	3,282.7	3,921.7
..	648.1	3,300.0	3,948.1	..	657.5	3,320.3	3,977.7
..	680.0	3,346.6	4,026.7	..	690.4	3,373.2	4,063.6
..	701.4	3,404.6	4,106.1	..	712.5	3,436.1	4,148.5
..	695.1	3,381.0	4,076.2	..	706.1	3,412.5	4,118.6
..	717.0	3,442.1	4,159.1	..	727.9	3,471.7	4,199.7
..	738.5	3,494.5	4,233.0	..	749.0	3,517.2	4,266.2
..	759.5	3,539.3	4,298.8	..	769.9	3,561.4	4,331.3
..	781.7	3,587.2	4,368.9	..	793.6	3,612.9	4,406.5
..	805.6	3,636.0	4,441.7	..	817.7	3,659.0	4,476.8
..	830.1	3,688.1	4,518.2	..	842.5	3,717.1	4,559.6
..	857.4	3,802.7	4,660.2	..	875.0	3,946.7	4,821.7
..	894.8	4,054.3	4,949.1	..	914.2	4,144.6	5,058.8
..	933.7	4,189.8	5,123.5	..	953.4	4,242.5	5,195.9
..	972.8	4,288.7	5,261.4	..	992.5	4,335.2	5,327.6
..	1,011.3	4,388.0	5,399.3	..	1,030.5	4,441.1	5,471.5

Published: 04.09.2018.

פורסם: 04.09.2018

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS

למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה

אוכלוסייה, לפי קבוצת אוכלוסייה (המשך)

2.1

POPULATION, BY POPULATION GROUP (Cont.)

Thousands				אלפים			
Average population				אוכלוסייה בסוף השנה			
אחרים Others	ערבים Arabs	יהודים Jews	סך כולל Grand total	אחרים Others	ערבים Arabs	יהודים Jews	סך כולל Grand total
(1) .	(1)1,049.8	4,495.1	5,544.9	(1) .	(1)1,122.0	4,549.5	5,619.0
..	85.1	1,004.9	4,522.3	5,612.3
94.6	1,021.3	4,569.2	5,685.1	104.1	1,037.7	4,616.1	5,757.9
116.6	1,053.5	4,658.8	5,828.9	129.0	1,069.4	4,701.6	5,900.0
139.9	1,087.4	4,743.4	5,970.7	150.9	1,105.4	4,785.1	6,041.4
171.6	1,124.7	4,829.0	6,125.3	192.4	1,143.9	4,872.8	6,209.1
208.8	1,166.3	4,914.1	6,289.2	225.2	1,188.7	4,955.4	6,369.3
240.8	1,208.1	4,990.2	6,439.0	256.3	1,227.5	5,025.0	6,508.8
264.6	1,245.7	5,059.6	6,570.0	273.0	1,263.9	5,094.2	6,631.1
277.2	1,282.8	5,129.8	6,689.7	281.3	1,301.6	5,165.4	6,748.4
286.5	1,320.9	5,201.5	6,809.0	291.7	1,340.2	5,237.6	6,869.5
295.8	1,358.7	5,275.7	6,930.1	299.9	1,377.1	5,313.8	6,990.7
304.9	1,395.2	5,353.6	7,053.7	309.9	1,413.3	5,393.4	7,116.7
312.7	1,431.7	5,435.8	7,180.1	315.4	1,450.0	5,478.2	7,243.6
316.3	1,468.8	5,523.7	7,308.8	317.1	1,487.6	5,569.2	7,374.0
..	310.3	1,499.9	5,608.9	7,419.1
312.3	1,517.8	5,655.4	7,485.6	314.3	1,535.8	5,701.9	7,552.0
316.9	1,554.4	5,752.2	7,623.6	319.5	1,573.1	5,802.4	7,695.1
324.0	1,591.4	5,850.4	7,765.8	328.5	1,609.8	5,898.4	7,836.6
333.1	1,628.5	5,949.0	7,910.5	337.8	1,647.2	5,999.6	7,984.5
342.3	1,665.2	6,052.0	8,059.5	346.8	1,683.2	6,104.5	8,134.5
352.1	1,701.7	6,161.8	8,215.7	357.5	1,720.3	6,219.2	8,296.9
364.3	1,739.0	6,276.8	8,380.1	371.1	1,757.8	6,334.5	8,463.4
378.2	1,777.5	6,390.3	8,546.0	385.2	1,797.3	6,446.1	8,628.6
395.2	1,817.7	6,500.3	8,713.3	405.3	1,838.2	6,554.5	8,797.9

הנתונים מבוססים על: למ"ס, מפקד האוכלוסין; רשות האוכלוסין וההגירה, מרשם האוכלוסין.
 Data based on: CBS, Population Census; Population and Immigration Authority, Population Register.

1. Until 1995, before publication of the Census results "Arabs" also included "others".

1. עד 1995, לפני פרסום תוצאות המפקד, "ערבים" כללו גם "אחרים".

2. Date of population registration.

2. תאריך רישום התושבים.

3. Based on the previous Census.

3. על בסיס המפקד הקודם.

4. Based on the Census of that year.

4. על בסיס המפקד באותה שנה.

5. As of 2000, the total and the Arab populations also includes Lebanese who were not classified by religion at the Population Register (1.6 thousand at the end of 2017).

5. משנת 2000, סך כל האוכלוסייה והאוכלוסייה הערבית כולל את הלבנונים שלא סווגו לפי דת במרשם האוכלוסין (1.6 אלף בסוף שנת 2017).

Published: 04.09.2018.

פורסם: 04.09.2018.

ANEXO 8 – POPULATION, BY RELIGION (CBS(a), 2018)

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS					למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה				
אוכלוסייה, לפי דת					2.2				
POPULATION, BY RELIGION					אלפים				
Thousands					אלפים				
Religion					דת				
Average population					אוכלוסייה בסוף השנה				
אוכלוסייה ממוצעת					Population at end of year				
דרוזים	נוצרים(1)	מוסלמים	יהודים	סך כולל	דרוזים	נוצרים(1)	מוסלמים	יהודים	סך כולל
Druze	Chris- tians(1)	Moslems	Jews	Grand total	Druze	Chris- tians(1)	Moslems	Jews	Grand total
..	156.0	..	716.7	872.7	(2)8.11.1948
..	671.9	758.7	..	1948
158.0	901.0	1,059.0	14.5	34.0	111.5	1,013.9	1,173.9
14.8	35.0	113.8	1,103.0	1,266.8	15.0	36.0	116.1	1,203.0	1,370.1
15.3	37.5	117.5	1,324.0	1,494.3	15.5	39.0	118.9	1,404.4	1,577.8
15.8	39.7	120.8	1,429.8	1,606.2	16.1	40.4	122.8	1,450.2	1,629.5
16.5	40.9	125.2	1,467.7	1,650.3	16.8	41.4	127.5	1,483.6	1,689.4
17.4	41.7	129.7	1,500.7	1,689.5	18.0	42.0	131.8	1,526.0	1,717.8
18.5	42.7	134.1	1,555.3	1,750.4	19.0	43.3	136.2	1,590.5	1,789.1
19.4	43.5	138.9	1,626.4	1,828.4	19.8	43.7	141.3	1,667.5	1,872.4
20.2	44.8	144.1	1,721.2	1,930.4	20.5	45.8	146.8	1,762.8	1,976.0
21.0	46.6	149.8	1,782.7	2,000.1	21.4	47.3	152.8	1,810.2	2,031.7
21.9	47.8	156.0	1,836.2	2,062.1	22.3	48.3	159.2	1,858.8	2,088.7
22.8	49.0	162.8	1,882.6	2,117.0	23.3	49.6	166.3	1,911.3	2,150.4
..	1,943.8	2,187.5	24.3	50.5	173.3	1,985.5	2,233.6
25.8	50.7	171.2	1,942.0	2,189.9	26.3	51.3	174.9	1,981.7	2,234.2
26.8	51.9	178.9	2,030.5	2,288.2	27.3	52.6	183.0	2,068.9	2,331.8
27.9	53.2	187.7	2,111.3	2,379.7	28.5	53.9	192.2	2,155.6	2,430.1
28.5	54.6	197.3	2,197.1	2,477.5	28.6	55.5	202.3	2,239.2	2,525.6
29.2	56.3	207.3	2,269.8	2,562.6	29.8	57.1	212.4	2,299.1	2,588.4
30.4	57.8	217.7	2,323.2	2,629.2	31.0	58.5	223.0	2,344.9	2,657.4
31.5	64.8	256.2	2,362.6	2,715.2	32.1	71.0	289.6	2,383.6	2,776.3
32.6	71.8	294.6	2,407.6	2,806.5	33.3	72.2	300.8	2,434.8	2,841.1
33.9	72.9	307.8	2,469.6	2,884.2	34.6	73.5	314.5	2,506.8	2,929.5
35.2	74.5	321.2	2,543.1	2,974.0	35.9	75.5	328.6	2,582.0	3,022.1
36.6	76.4	336.1	2,620.1	3,069.3	37.3	77.3	344.0	2,662.0	3,120.7
37.9	78.2	350.3	2,697.1	3,163.5	2,749.4	3,226.6
37.8	77.8	352.3	2,704.6	3,172.6	37.8	73.8	360.6	2,752.7	3,225.0
38.5	75.2	368.7	2,795.6	3,278.1	39.3	76.7	377.2	2,845.0	3,338.2
40.0	77.7	386.1	2,873.6	3,377.4	40.8	78.7	395.2	2,906.9	3,421.6
41.5	79.4	403.1	2,931.2	3,455.3	42.2	80.1	411.4	2,959.4	3,493.2
43.1	81.2	420.6	2,988.3	3,533.0	43.9	82.0	429.0	3,020.4	3,575.4
44.8	83.0	438.1	3,047.2	3,613.0	45.6	83.8	446.5	3,077.3	3,653.2
46.4	84.6	454.7	3,108.9	3,692.6	47.3	85.5	463.5	3,141.2	3,737.6
48.1	86.6	472.2	3,179.5	3,766.4	49.0	87.6	481.2	3,218.4	3,836.2
49.9	88.8	489.7	3,249.4	3,877.7	50.7	89.9	498.3	3,282.7	3,921.7
51.5	90.7	505.9	3,300.0	3,948.1	52.3	91.5	513.7	3,320.3	3,977.7
64.6	92.8	522.6	3,346.6	4,026.7	65.6	94.0	530.8	3,373.2	4,083.6
66.7	95.1	539.7	3,404.6	4,106.1	67.7	96.2	548.6	3,436.1	4,148.5
67.0	94.8	533.3	3,381.0	4,076.2	68.0	95.9	542.2	3,412.5	4,118.6
69.0	97.0	551.0	3,442.1	4,159.1	70.0	98.2	559.7	3,471.7	4,199.7
71.0	98.8	568.7	3,494.5	4,233.0	72.0	99.4	577.6	3,517.2	4,266.2
73.0	100.2	586.3	3,539.3	4,298.8	74.0	100.9	595.0	3,561.4	4,331.3
75.0	102.0	604.7	3,587.2	4,368.9	76.1	103.0	614.5	3,612.9	4,406.5
77.1	104.0	624.5	3,636.0	4,441.7	78.1	105.0	634.6	3,659.0	4,476.8
79.2	106.0	644.9	3,688.1	4,518.2	80.3	107.0	655.2	3,717.1	4,559.6
81.4	109.8	666.2	3,802.7	4,660.2	82.6	114.7	677.7	3,946.7	4,821.7
83.7	121.6	689.5	4,054.3	4,949.1	84.8	128.0	701.4	4,144.6	5,058.8
85.9	134.6	713.2	4,189.8	5,123.5	87.1	140.9	725.4	4,242.5	5,195.9
88.1	146.3	738.4	4,288.7	5,261.4	89.3	151.8	751.4	4,335.2	5,327.6
90.4	154.5	766.4	4,388.0	5,399.3	91.7	157.3	781.5	4,441.1	5,471.5
Published: 04.09.2018.					פורסם: 04.09.2018.				

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS

למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה

אוכלוסייה, לפי דת (המשך)

POPULATION, BY RELIGION (Cont.)

2.2

Thousands

אלפים

Religion					דת					
Average population					אוכלוסייה בסוף השנה					
אוכלוסייה ממוצעת					Population at end of year					
דרוזים Druze	נוצרים(1)(6) Chris- tians(1)(6)	מוסלמים Moslems	יהודים Jews	סך כולל(5) Grand total(5)	דרוזים Druze	נוצרים(1)(6) Chris- tians(1)(6)	מוסלמים Moslems	יהודים Jews	סך כולל(5) Grand total(5)	
92.8	159.9	797.2	4,495.1	5,544.9	94.0	162.6	813.0	4,549.5	5,619.0	(3)1995
..	92.2	120.6	811.2	4,522.3	5,612.3	(4)1995
93.4	122.0	825.5	4,569.2	5,685.1	94.5	123.4	839.9	4,616.1	5,757.9	1996
95.6	124.7	853.9	4,658.8	5,828.9	96.7	126.1	867.9	4,701.6	5,900.0	1997
97.8	127.4	883.9	4,743.4	5,970.7	99.0	128.7	899.8	4,785.1	6,041.4	1998
100.1	130.3	916.9	4,829.0	6,125.3	101.2	131.8	934.1	4,872.8	6,209.1	1999
102.5	133.4	952.0	4,914.1	6,289.2	103.8	135.1	970.0	4,955.4	6,369.3	2000
105.0	136.8	987.3	4,990.2	6,439.0	106.3	138.5	1,004.6	5,025.0	6,508.8	2001
107.4	139.4	1,021.4	5,059.6	6,570.0	108.5	140.4	1,038.3	5,094.2	6,631.1	2002
109.6	141.4	1,055.4	5,129.8	6,689.7	110.8	142.4	1,072.5	5,165.4	6,748.4	2003
111.9	143.4	1,090.0	5,201.5	6,809.0	113.0	144.3	1,107.4	5,237.6	6,869.5	2004
114.1	145.4	1,124.0	5,275.7	6,930.1	115.2	146.4	1,140.6	5,313.8	6,990.7	2005
116.4	147.8	1,158.9	5,353.6	7,053.7	117.5	149.1	1,173.1	5,393.4	7,116.7	2006
118.6	150.3	1,189.6	5,435.8	7,180.1	119.7	151.6	1,206.1	5,478.2	7,243.6	2007
120.8	152.4	1,223.0	5,523.7	7,308.8	121.9	153.1	1,240.0	5,569.2	7,374.0	(3)2008
..	123.2	150.2	1,254.1	5,608.9	7,419.1	(4)2008
124.3	151.0	1,270.3	5,655.4	7,485.6	125.3	151.9	1,286.5	5,701.9	7,552.0	2009
126.4	152.6	1,303.5	5,752.2	7,623.6	127.5	153.4	1,320.5	5,802.4	7,695.1	2010
128.5	154.6	1,337.0	5,850.4	7,765.8	129.5	155.8	1,353.6	5,898.4	7,836.6	2011
130.5	157.1	1,370.6	5,949.0	7,910.5	131.5	158.4	1,387.5	5,999.6	7,984.5	2012
132.4	159.6	1,403.9	6,052.0	8,059.5	133.4	160.9	1,420.3	6,104.5	8,134.5	2013
134.4	162.2	1,437.1	6,161.8	8,215.7	135.4	163.5	1,453.8	6,219.2	8,296.9	2014
136.3	164.7	1,470.9	6,276.8	8,380.1	137.3	165.9	1,488.0	6,334.5	8,463.4	2015
138.3	167.1	1,506.0	6,390.3	8,546.0	139.3	168.3	1,524.0	6,446.1	8,628.6	2016
140.3	170.1	1,542.9	6,500.3	8,713.3	141.2	171.9	1,561.7	6,554.5	8,797.9	2017

Data based on: CBS, Population Census; Population and Immigration Authority, Population Register.

הנתונים מבוססים על: למ"ס, מפקד האוכלוסין; רשות האוכלוסין וההגירה, מרשם האוכלוסין.

1. Until 1995, before publication of the Census results, also included those not classified by religion at the Population Register.

1. עד 1995, לפני פרסום תוצאות המפקד, הנתונים כללו גם מי שלא סווגו לפי דת במרשם האוכלוסין.

2. Date of population registration.

2. תאריך רישום התושבים.

3. Based on the previous Census.

3. על בסיס המפקד הקודם.

4. Based on the Census of that year.

4. על בסיס המפקד באותה השנה.

5. Incl. those not classified by religion and Lebanese who were not classified by religion.

5. כולל אוכלוסייה ללא סיווג דת וגם את הלבנונים שלא סווגו לפי דת.

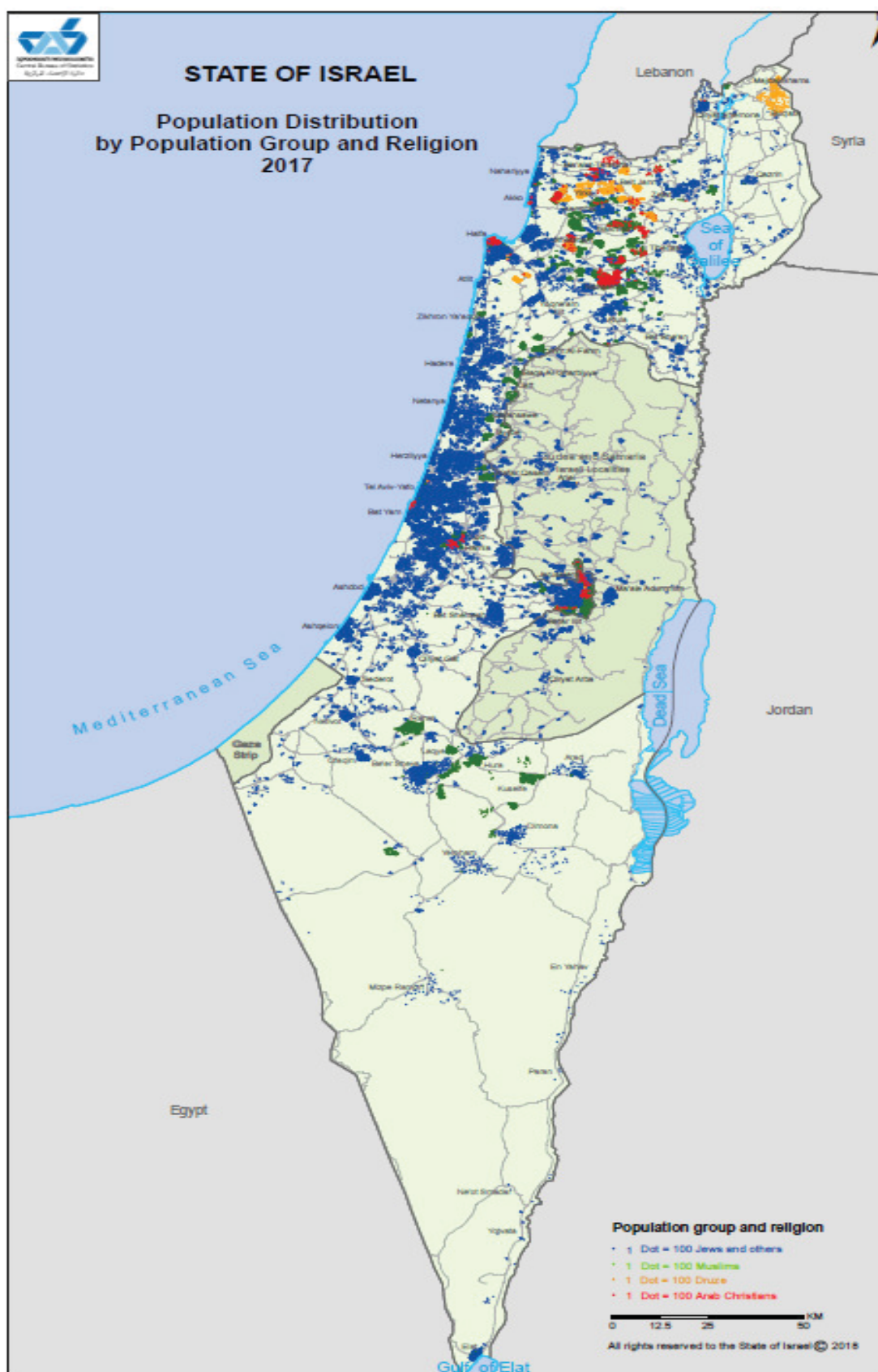
6. Incl. Arab Christians and non-Arab Christians.

6. כולל נוצרים ערבים ונוצרים לא-ערבים.

Published: 04.09.2018.

פורסם: 04.09.2018.

ANEXO 9 - POPULATION DISTRIBUTION BY POPULATION GROUP AND RELIGION (CBS(b), 2018)



ANEXO 10 - AREA OF DISTRICTS, SUB-DISTRICTS, NATURAL REGIONS AND LAKES (CBS(c), 2018)

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS		למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה
		1.1
שטח מחוזות, נפות, אזורים טבעיים וימות		
AREA OF DISTRICTS, SUB-DISTRICTS, NATURAL REGIONS AND LAKES		
District, sub-district, natural region and lakes	שטח (קמ"ר)(1) Area (sq. km.)(1)	מחוז, נפה, אזור טבעי וימות
ISRAEL - GRAND TOTAL	22,072	ישראל - סך כולל
LAND AREA - TOTAL	21,643	שטח יבשתי - סך הכל
JERUSALEM DISTRICT	653	מחוז ירושלים
Jerusalem Sub-district	653	נפת ירושלים
Judean Mountains	316	הרי יהודה
Judean Foothills	337	שפלת יהודה
NORTHERN DISTRICT	4,473	מחוז הצפון
Zefat Sub-district	670	נפת צפת
Hula Basin	232	עמק חולה
Eastern Upper Galilee	336	גליל עליון מזרחי
Hazor Region	102	אזור חצור
Kinneret Sub-district	529	נפת כנרת
Kinnerot	191	כנרת
Eastern Lower Galilee	338	גליל תחתון מזרחי
Yizre'el Sub-district	1,193	נפת יזרעאל
Bet She'an Basin	217	עמק בית שאן
Harod Valley	106	עמק חרוד
Kokhav Plateau	154	רמת כוכב
Yizre'el Basin	297	עמק יזרעאל
Yoque'am Region	61	אזור יקנעם
Menashe Plateau	102	רמת מנשה
Nazareth-Tir'an Mountains	256	הרי נצרת-תירען
Akko Sub-district	928	נפת עכו
Shefar'am Region	249	אזור שפרעם
Kami'el Region	107	אזור כרמיאל
Yehi'am Region	240	אזור יחי'עם
Elon Region	136	אזור אילון
Nahariyya Region	99	אזור נהרייה
Akko Region	97	אזור עכו
Golan Sub-district	1,154	נפת גולן
Hermon Region	99	אזור החרמון
Northern Golan	479	גולן צפוני
Central Golan	295	גולן תיכון
Southern Golan	281	גולן דרומי
Published: 16.08.2018.		פורסם: 16.08.2018.

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS

למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה

1.1

שטח מחוזות, נפות, אזורים טבעיים וימות (המשך)
AREA OF DISTRICTS, SUB-DISTRICTS, NATURAL REGIONS AND LAKES (Cont.)

District, sub-district, natural region and lakes	שטח (קמ"ר)(1) Area (sq. km.)(1)	מחוז, נפה, אזור טבעי וימות
HAIFA DISTRICT	866	מחוז חיפה
<i>Haifa Sub-district</i>	294	נפת חיפה
Haifa Region	294	אזור חיפה
<i>Hadera Sub-district</i>	572	נפת חדרה
Hof HaKarmel	74	חוף הכרמל
Zikhron Ya'akov Region	138	אזור זכרון יעקב
Alexander Mountain	125	הר אלכסנדר
Hadera Region	235	אזור חדרה
CENTRAL DISTRICT	1,294	מחוז המרכז
<i>Sharon Sub-district</i>	348	נפת השרון
Western Sharon	261	מערב השרון
Eastern Sharon	87	מזרח השרון
<i>Petah Tiqwa Sub-district</i>	283	נפת פתח תקווה
Southern Sharon	124	דרום השרון
Petah Tiqwa Region	159	אזור פתח תקווה
<i>Ramla Sub-district</i>	339	נפת רמלה
Ramla Region	225	אזור רמלה
Modi'in Region	114	אזור מודיעין
<i>Rehovot Sub-district</i>	324	נפת רחובות
Rehovot Region	207	אזור רחובות
Rishon LeZiyyon Region	117	אזור ראשון לציון

Published: 16.08.2018.

פורסם: 16.08.2018.

1.1

שטח מחוזות, נפות, אזורים טבעיים וימות (המשך)
AREA OF DISTRICTS, SUB-DISTRICTS, NATURAL REGIONS AND LAKES (Cont.)

District, sub-district, natural region and lakes	שטח (קמ"ר)(1) Area (sq. km.)(1)	מחוז, נפה, אזור טבעי וימות
TEL AVIV DISTRICT	172	מחוז תל אביב
<i>Tel Aviv Sub-district</i>	172	נפת תל אביב
Tel Aviv Region	94	אזור תל אביב
Ramat Gan Region	40	אזור רמת גן
Holon Region	38	אזור חולון
SOUTHERN DISTRICT(3)	14,185	מחוז הדרום(3)
<i>Ashqelon Sub-district</i>	1,260	נפת אשקלון
Mal'akhi Region	323	אזור מלאכי
Lakhish Region	477	אזור לכיש
Ashdod Region	52	אזור אשדוד
Ashqelon Region	408	אזור אשקלון
<i>Be'er Sheva Sub-district</i>	12,925	נפת באר שבע
Gerar Region	310	אזור גרר
Besor Region	1,081	אזור בשור
Be'er Sheva Region	2,009	אזור באר שבע
Dead Sea Region	634	אזור ים המלח
Arava Region	1,123	אזור הערבה
Northern Negev Mountains	4,831	הר הנגב הצפוני
Southern Negev Mountains	2,937	הר הנגב הדרומי
AREA OF LAKES - TOTAL	429	שטח הימות - סך הכל
Sea of Galilee	164	ים כנרת
Dead Sea(2)	265	ים המלח(2)

Data based on: Ministry of Interior.

Data on natural regions are based on GIS-CBS.

1. The areas of districts and sub-districts were revised according to boundary adjustments made by the Ministry of the Interior (published in June 2004).

2. Also incl. the southern basin of the Dead Sea, an evaporation pond at present, which is fed by the water of the northern basin.

3. In 2017, areas in the Southern District have been updated.

הנתונים מבוססים על: משרד הפנים.

הנתונים של אזורים טבעיים מבוססים על מ"ג-למ"ס.

1. שטחי המחוזות והנפות עודכנו על סמך תיקוני גבול שערך משרד הפנים (פורסמו ביוני 2004).

2. כולל גם את האגן הדרומי של ים המלח, שכיום משמש כבריכת אידוי, המוזנת ממימי האגן הצפוני.

3. בשנת 2017 עודכנו שטחים במחוז הדרום.

ANEXO 11 – LAND AREA, POPULATION AND POPULATION DENSITY -
INTERNATIONAL COMPARISONS (CBS(d), 2018)

CBS, CENTRAL BUREAU OF STATISTICS

למ"ס, הלשכה המרכזית לסטטיסטיקה

2.28

שטח יבשתי, אוכלוסייה וצפיפות אוכלוסייה - השוואות בין-לאומיות

LAND AREA, POPULATION AND POPULATION DENSITY -

INTERNATIONAL COMPARISONS

ממוצע 2017 Average

	צפיפות אוכלוסייה (נפשות לקמ"ר) Population density (per sq. km)	סך הכל אוכלוסייה (אלפים) Total population (thousands)	שטח (קמ"ר) Area (sq. km)	
OECD MEMBER COUNTRIES				מדינות חברות ב-OECD
ISRAEL(1)	384	8,307	21,643	ישראל(1)
Austria	107	8,809	82,523	אוסטריה
Australia	3	24,599	7,682,300	אוסטרליה
Italy	206	60,551	294,140	איטליה
Iceland	3	341	100,250	אيسלנד
Ireland	70	4,814	68,890	אירלנד
Estonia	31	1,315	42,390	אסטוניה
United States	36	325,719	9,147,420	ארצות הברית
Belgium	376	11,372	30,280	בלגיה
Germany	237	82,695	348,900	גרמניה
Denmark	137	5,770	42,262	דנמרק
Netherlands	509	17,133	33,690	הולנד
Hungary	109	9,845	90,530	הונגריה
United Kingdom	273	66,022	241,930	הממלכה המאוחדת
Turkey	105	80,745	769,630	טורקיה
Greece	83	10,760	128,900	יוון
Japan	348	126,786	364,560	יפן
Luxembourg	231	599	2,590	לוקסמבורג
Mexico	66	129,163	1,943,950	מקסיקו
Norway	14	5,282	365,245	נורווגיה
New Zealand	18	4,794	263,310	ניו זילנד
Slovenia	103	2,067	20,140	סלובניה
Slovakia	113	5,440	48,086	סלובקיה
Spain	93	46,572	500,210	ספרד
Poland	124	37,976	306,190	פולין
Portugal	112	10,294	91,605	פורטוגל
Finland	18	5,511	303,890	פינלנד
Chile	24	18,055	743,532	צ'ילה
Czech Republic	137	10,591	77,210	צ'כיה
France	123	67,119	547,557	צרפת
South Korea	528	51,466	97,480	קוריאה הדרומית
Canada	4	36,708	9,093,510	קנדה
Sweden	25	10,068	407,310	שוודיה
Switzerland	214	8,466	39,516	שווייץ

Data based on: Data on population and land area are taken from World Bank.

Data for Israel: CBS, Population Census; Population and Immigration Authority, Population Register.

1. Excl. Israeli localities in the Judea and Samaria Area whose population in the middle of 2017 was estimated at 406,328.

הנתונים מבוססים על: נתוני האוכלוסייה והשטח היבשתי לקוחים מהבנק העולמי.

הנתונים של ישראל: למ"ס, מפקד האוכלוסין; רשות האוכלוסין וההגירה, מרשם האוכלוסין.

1. לא כולל יישובים ישראליים באזור יהודה ושומרון שהאוכלוסייה בהם באמצע 2017 נאמדה ב-406,328.

Published: 04.09.2018.

פורסם: 04.09.2018.

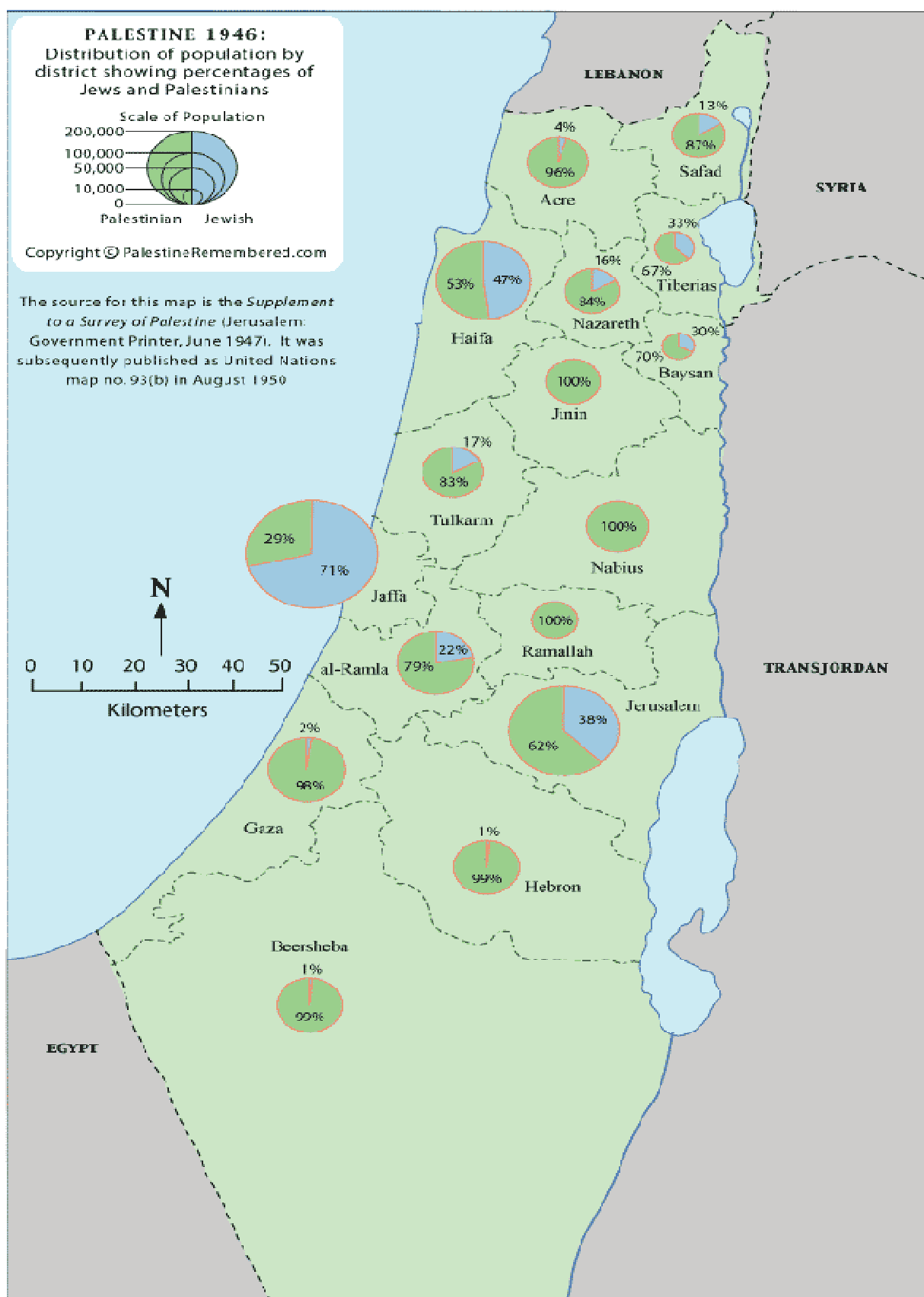
ANEXO 12 – TABELA 4 – GOVERNMENT: POLITICAL PARTIES IN ISRAEL (2019)

PARTIES	2019	2015	2013	2009	2006	2003	1999
No. of KNESSET	21	20	19	18	17	16	15
<i>Blue and White</i>	35						
<i>Likud</i>	35	30	31	27	12	38	19
<i>Shas</i>	8	7	11	11	12	11	17
<i>Torah Judaism</i>	8	6	7	5	6	5	5
<i>Democratic Front for Peace and Equality</i>	6		4	4	3	3	3
<i>Labor</i>	6	24	15	13	19	19	26
<i>Habayit HaYehudi</i>	5	8	12	3		6	5
<i>Israel Beytenu</i>	5	6		15	11		4
<i>Kulanu</i>	4	10					
<i>Meretz</i>	4	5	6	3	5	6	10
<i>United Arab List (Raam)</i>	4	13	4	4	4	2	5
<i>Am Ehad</i>						3	2
<i>Center Party</i>							6
<i>Gil - Gimla'ey Yisrael</i>					7		
<i>Hatnua</i>			6				
<i>Kadima</i>			2	28	29		
<i>National Democratic Alliance (Balad)</i>			3	3	3	3	2
<i>National Union</i>				4		7	4
<i>National Union - Mafdal</i>					9		
<i>Shinui</i>						15	6
<i>Yesh Atid</i>		11	19				
<i>Yisrael B'Aliya</i>						2	6
TOTAL NUMBER OF MKs (Members of the Knesset)	120	120	120	120	120	120	120

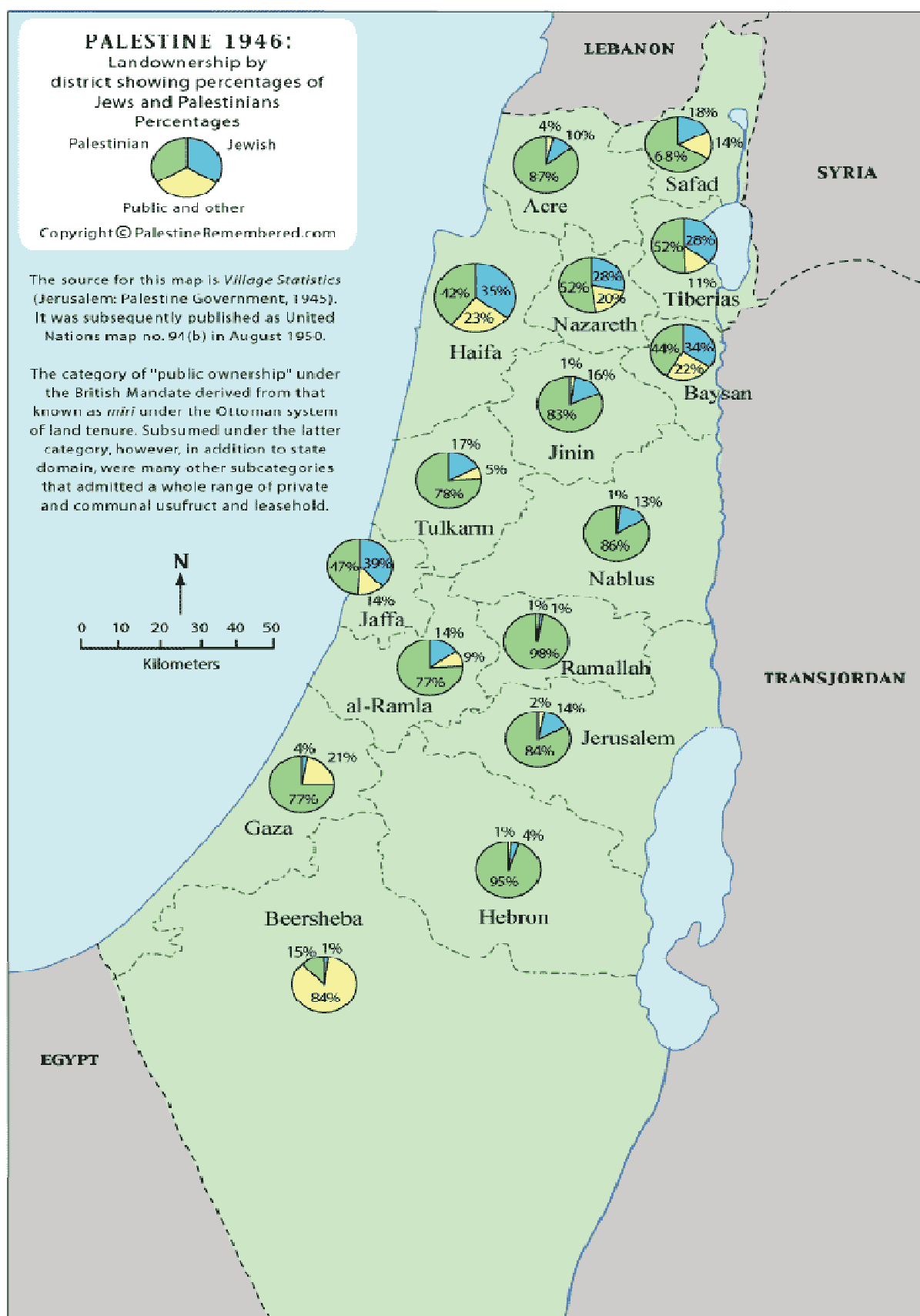
FONTE: SCIENCE, 2019³⁷⁸.

³⁷⁸ Nota da fonte: os partidos que fazem parte do [...] governo de coalizão são marcados por um fundo [cinza].

ANEXO 13 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PALESTINA POR DISTRITO EM 1946 (JUDEUS VS PALESTINOS)



ANEXO 14 – PROPRIEDADE DAS TERRAS NA PALESTINA POR DISTRITO EM 1946 (PROPRIETÁRIOS JUDEUS VS PALESTINOS)



ANEXO 15 – PERDA DE TERRAS PALESTINAS, 1946-2010



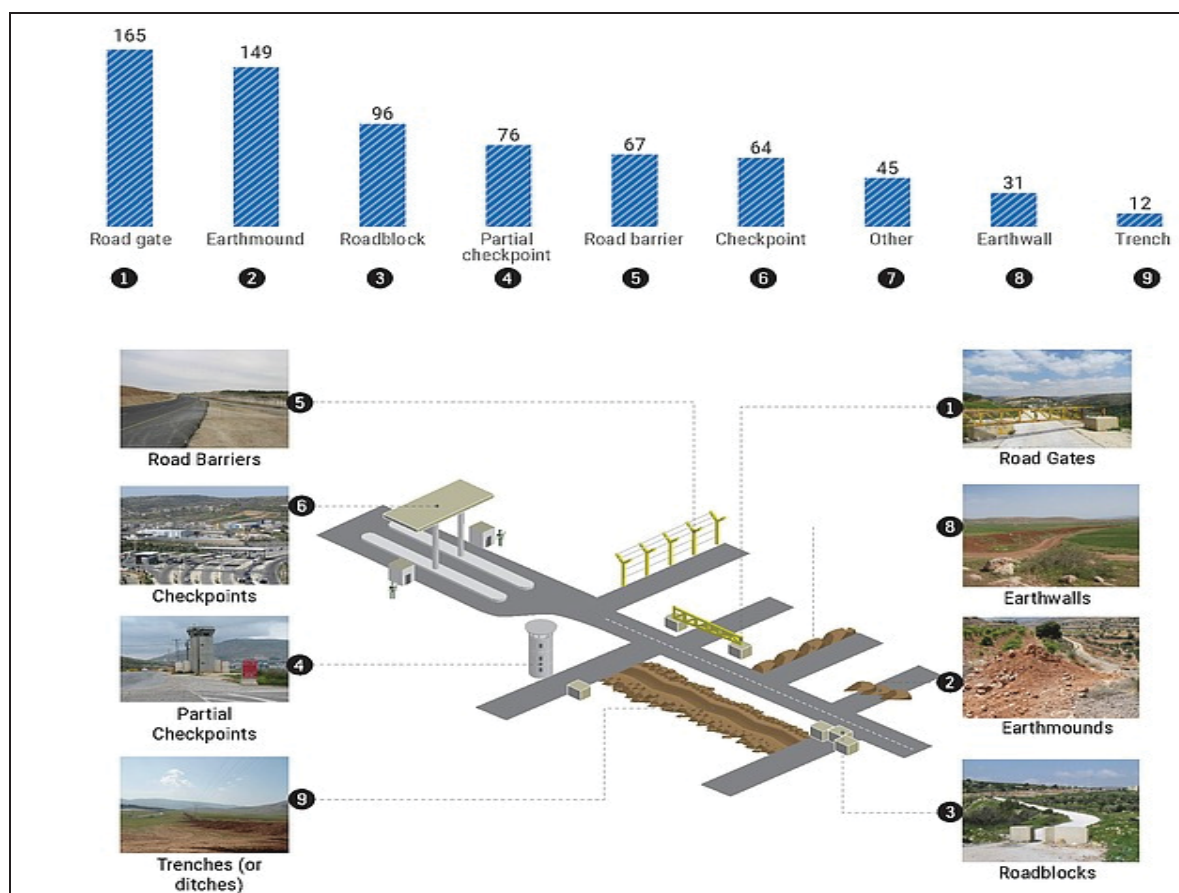
FONTE: PNC, 2020.

ANEXO 16 – NÚMERO DE REFUGIADOS REGISTRADOS (1950-2008)

ÁREA	1950	1960	1970	1980	1990	1995	2000	2005	2008
Jordânia	506.260	613.743	506.038	716.372	929.097	1.288.197	1.570.192	1.795.326	1.930.703
Líbano	127.600	136.561	175.958	226.554	302.049	346.164	376.172	401.071	416.608
Síria	82.194	115.043	158.717	209.362	280.731	337.308	383.199	426.919	456.983
Cisjordânia⁽²⁾	-	-	272.692	324.035	414.298	517.412	583.009	690.988	754.263
Faixa de Gaza	198.227	255.542	311.814	367.995	496.339	683.560	824.622	969.588	1.059.584
TOTAL	914.221⁽⁹⁾	1.120.889	1.425.219	1.844.318	2.422.514	3.172.641	3.737.494	4.283.892	4.618.141

FONTE: UNRWA Statistics (2008).

ANEXO 17 – TIPOS DE OBSTÁCULOS IMPOSTOS POR ISRAEL NO TERRITÓRIO OCUPADO PALESTINO DA CISJORDÂNIA



FONTE: OCHA OPT, 2018.

ANEXO 18 – TEXTO ORIGINAL TRADUZIDO DA *BASIC LAW: ISRAEL – THE NATION STATE OF THE JEWISH PEOPLE* (KNESSET, 2018)³⁷⁹

Basic Principles

1. (a) The Land of Israel is the historical homeland of the Jewish people, in which the State of Israel was established.
- (b) The State of Israel is the nation state of the Jewish People, in which it realizes its natural, cultural, religious and historical right to self-determination.
- (c) The exercise of the right to national self-determination in the State of Israel is unique to the Jewish People.

State Symbols

2. (a) The name of the State is "Israel".
- (b) The State flag is white, with two light-blue stripes close to the edge, and a light-blue Star of David in its centre.
- (c) The State emblem is a seven-branched menorah with olive leaves on both sides, and the word "Israel" at its base.
- (d) The State anthem is "Hatikvah".
- (e) Details regarding the State symbols shall be determined by law.

State Capital

3. Jerusalem, complete and united, is the capital of Israel.

Language

4. (a) Hebrew is the State language.
- (b) The Arabic language has a special status in the State; arrangements regarding the use of Arabic in state institutions or vis-à-vis them will be set by law.
- (c) Nothing in this article shall affect the status given to the Arabic language before this law came into force.

Ingathering of the Exiles

5. The State shall be open for Jewish immigration, and for the Ingathering of the Exiles.

The Connection with the Jewish People

6. (a) The State shall strive to ensure the safety of members of the Jewish People and of its citizens, who are in trouble and in captivity, due to their Jewishness or due to their citizenship.
- (b) The State shall act, in the Diaspora, to preserve the ties between the State and members of the Jewish People.
- (c) The State shall act to preserve the cultural, historical and religious heritage of the Jewish People among Jews in the Diaspora.

Jewish Settlement

7. The State views the development of Jewish settlement as a national value, and shall act to encourage and promote its establishment and strengthening.

Official Calendar

8. The Hebrew calendar is an official calendar of the State, and the Gregorian calendar shall serve alongside it as an official calendar; the use of the Hebrew calendar and the Gregorian calendar shall be determined by law.

Independence Day and Memorial Days

9. (a) Independence Day is the official national holiday of the State.
- (b) Memorial Day for the Fallen in Israel's Wars, and the Holocaust Martyrs' and Heroes' Remembrance Day, are official memorial days of the state.

Days of Rest and Statutory Holidays

10. The Sabbath and the Jewish holidays are the established days of rest in the State; non-Jews have the right to observe the days of rest on their days of Sabbath and holidays; details regarding this matter shall be determined by law.

Entrenchment

11. This Basic law shall not be modified except by a Basic Law, passed by a majority of the members of the Knesset.

³⁷⁹ Tradução não oficial do hebraico para o inglês por Dr. Susan Hattis Rolef.

ANEXO 19 - QUADROS DAS LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS ÁRABES PCI POR CATEGORIA DE DIREITO VIOLADO

QUADRO 20 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS EM 1967

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basic Law: Jerusalem, Capital of Israel</i>	Após a guerra de 1967, o governo israelense decidiu anexar aproximadamente 70.500 dunams do território ocupado ao norte, leste e sul de Jerusalém (agora conhecido como Jerusalém Oriental). O estado exerceu a decisão por meio da adição do Artigo 11b ao Decreto de Administração e Lei, que autoriza o governo de Israel a aplicar a lei israelense em todas as áreas que estavam dentro da Palestina obrigatória. Em 1980, o Knesset aprovou a Lei Básica: Jerusalém, Capital de Israel, que afirma no Artigo 1 que "Jerusalém, completa e unida, é a capital de Israel". Em 2000, a Lei Básica foi alterada para fornecer uma defesa legal e constitucional para a aplicação da lei israelense em Jerusalém Oriental e também para limitar a capacidade de alterar a "área" e jurisdição da cidade.	1980
<i>The Golan Heights Law</i>	Esta lei é outra lei de anexação que visa fornecer uma defesa legal para a aplicação da lei israelense nas Colinas de Golã, que foram ocupadas por Israel na guerra de 1967.	1981
<i>Income Tax Ordinance - Amendment No. 191</i>	A lei, que foi aprovada em julho de 2012, concede uma isenção de impostos de 35% sobre as doações a instituições que promovem o "assentamento sionista". A lei diferencia as instituições públicas em bases políticas e ideológicas, contradizendo a finalidade pretendida de benefícios fiscais para servir a objetivos sociais, como a promoção da educação, cultura e religião. Essa distinção proposta viola o princípio da igualdade entre as instituições públicas, independentemente da base de seu trabalho. O benefício se aplica a instituições que promovem o estabelecimento ou expansão de assentamentos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, que são consideradas ilegais pelo direito internacional.	2012
<i>Civil Wrongs Law - Amendment No. 8 (Liability of the State)</i>	Introduz obstáculos quase intransponíveis à justiça, responsabilidade e indenização para vítimas civis prejudicadas por atos das forças de segurança realizados na TPO, mesmo atos que violam o direito internacional, e consolida a imunidade do Estado contra ações ilícitas movidas contra ele. A lei isenta amplamente Israel de sua responsabilidade por ferimentos e danos infligidos aos palestinos no ou do OPT pelos militares israelenses. Primeiro, a emenda redefine o termo "ato de guerra" ao substituir um parágrafo que exigia que houvesse perigo iminente para a vida e o corpo dos soldados israelenses com a cláusula de que um ato de guerra deveria ser considerado tal em "termos de sua natureza; incluindo a finalidade, localização ou perigo para a força de segurança como resultado da realização da operação". Em segundo lugar, a emenda acrescentou uma nova regra que dá ao estado a capacidade de invocar a "não responsabilidade" por um ato de defesa de guerra como argumento preliminar. Em caso afirmativo, o tribunal deve considerar o argumento e dar a sua decisão de acordo com o argumento (sem ouvir provas de qualquer tipo). Se o tribunal decidir que o ato é de fato um ato de guerra, o caso será arquivado sem que as provas sejam ouvidas. Terceiro, a lei original isentava o estado de sua responsabilidade por lesões e danos infligidos a residentes de estados inimigos. A emenda adiciona isenção de danos para "pessoas que não são cidadãos ou residentes de Israel, e são residentes de um território fora de Israel que foi declarado um 'território inimigo' em um decreto governamental." Esta disposição se aplicaria à Faixa de Gaza, por exemplo, que foi declarada uma "entidade inimiga" por Israel. Aqui, a nova emenda contradiz a decisão da Suprema Corte de 2005, na qual o tribunal derrubou uma disposição anterior que isentava totalmente o Estado de responsabilidade por danos resultantes de atos de guerra realizados em áreas declaradas pelo Ministro da Defesa como "zonas de conflito". Além disso, esta nova isenção se aplica retroativamente a 12 de setembro de 2005, a data da "retirada" de Israel de Gaza, permitindo que os casos pendentes nos tribunais sejam arquivados. Quarto, a emenda designa os tribunais dos distritos do sul e de Jerusalém como os únicos com autoridade para presidir casos relevantes, embora seja significativamente mais fácil para um grande número de advogados e demandantes palestinos acessar os tribunais em outros distritos.	2012

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 21 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA CIDADANIA (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Law of Return</i>	Permite que todo judeu imigre para Israel e se torne automaticamente um cidadão do estado. A lei também se aplica aos filhos e netos de judeus, bem como aos seus cônjuges e cônjuges de seus filhos e netos. Nenhuma lei comparável existe para garantir os direitos dos palestinos de imigrar ou receber a cidadania, mesmo que eles tenham nascido na área que agora é o Estado de Israel.	1950
<i>Citizenship Law</i>	O Artigo 2 (a) da Lei da Cidadania estipula que, “Todo emigrante sob a Lei do Retorno se tornará um cidadão de Israel como resultado direto do retorno.” O Artigo 3 da lei também priva os palestinos que eram residentes da Palestina antes de 1948 do direito de obter a cidadania ou o status de residência em Israel com base nas condições criadas para privar os refugiados palestinos do direito de retorno. A emenda nº 9 (Autoridade para Revogar a Cidadania) (2008) ao Artigo 11 da Lei da Cidadania revoga a cidadania por “quebra de confiança ou deslealdade para com o Estado”. “Quebra de confiança” é amplamente definida e inclui até mesmo o ato de naturalização ou obtenção do status de residência permanente em um dos nove estados árabes e muçulmanos listados por lei, e na Faixa de Gaza. A alteração permite a revogação da cidadania sem exigir uma condenação criminal.	1952
<i>Entry into Israel Law</i>	Esta lei rege a entrada em Israel de não cidadãos do estado. Concede tratamento preferencial a Oleh [um judeu que imigra para Israel sob a Lei do Retorno] e dá a eles o status de entrar como se fossem cidadãos do estado.	1952
<i>“Ban on family unification “ -Citizenship and Entry into Israel Law - (temporary)</i>	Proíbe a unificação familiar quando um dos cônjuges é cidadão israelense (na prática, quase todos são cidadãos palestinos) e o outro é residente do OPT (excluindo o colono judeu que vive no OPT). Pequenas exceções à proibição foram introduzidas em 2005, permitindo ao Ministério do Interior fazer exceções especiais à proibição, incluindo nos casos em que o marido tem mais de 35 anos de idade ou a esposa mais de 25 anos, em casos médicos especiais ou de trabalho, e para crianças menores de a idade de 14 para viver com o pai dentro de Israel. Uma emenda adicional em 2007 expandiu a proibição para incluir cidadãos e residentes do Irã, Líbano, Síria e Iraque. De acordo com a lei, uma decisão do gabinete acrescentou outras restrições em 2008, afetando os residentes da Faixa de Gaza. Embora a lei tenha sido originalmente promulgada como uma ordem temporária, sua validade foi repetidamente prorrogada pelo Knesset, tornando-a em vigor uma lei permanente. Milhares de famílias palestinas foram afetadas pela lei, forçadas a se separar, mudar para o exterior ou viver em Israel com medo de deportação constante.	2003

<p><i>Citizenship Law – Amendment N° 10</i></p>	<p>Promulgada em 28 de março de 2011, a lei permite que os tribunais revoguem a cidadania de pessoas condenadas por traição, espionagem, assistência ao inimigo em tempo de guerra, violação da soberania do Estado, serviço nas forças inimigas (conforme definido na lei penal israelense) e atos de terrorismo, conforme definido na Lei de Proibição de Financiamento do Terrorismo (2005), se solicitado a fazê-lo pelo Ministério do Interior, como parte de uma sentença criminal proferida. A cidadania só pode ser revogada se o réu tiver dupla cidadania ou então residir fora de Israel (caso em que a lei cria a suposição de que tal pessoa tem dupla cidadania). Se uma pessoa não tiver dupla cidadania ou não residir no exterior, ela receberá o status de residência em Israel em vez da cidadania, um rebaixamento que restringe severamente o direito à participação política. Em 26 de outubro de 2010, Adalah escreveu ao Presidente do Comitê de Assuntos Internos e Meio Ambiente do Knesset pedindo-lhe que não apoiasse a lei. Adalah argumentou que o caminho legítimo para lidar com tais supostos crimes é a lei criminal, e que a lei visava os cidadãos árabes de Israel e torna sua cidadania condicional, em linha com o grito de guerra político de direita de “sem cidadania, sem lealdade.” Esta nova alteração surge na sequência de uma alteração anterior feita à Lei da Cidadania em 2008 que prevê que a cidadania pode ser revogada por “violação de confiança ou deslealdade para com o Estado”. A revogação da cidadania é uma das medidas punitivas mais extremas à disposição dos Estados , e pode resultar em punição cruel e desproporcional, especialmente quando perseguida contra um determinado grupo de cidadãos, neste caso cidadãos palestinos de Israel. A lei foi proposta após a prisão e indiciamento do líder da sociedade civil árabe Ameer Makhoul sob a acusação de espionagem.</p>	<p>2011</p>
---	---	-------------

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 22 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS DIREITOS POLÍTICOS E CÍVIS E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>"Pardon Law" or "Amnesty Law" - Termination of Proceedings and Deletion of Records in the Disengagement Plan Law</i>	A Lei do Perdão, promulgada pelo Knesset em 25 de janeiro de 2010, isenta qualquer pessoa que foi condenada em relação à sua oposição ao plano de retirada de Gaza de 2005 de Israel da sanção legal, desde que não tenha recebido uma sentença de prisão. Ampliou a anistia antecipada concedida pelo Procurador-Geral, ao encerrar o processo contra réus primários acusados de delitos menores. De acordo com a lei, as acusações serão retiradas e os crimes serão excluídos de quaisquer registros criminais, a pedido do infrator. Esta lei estabelece um processo legal separado para as pessoas que foram acusadas durante uma manifestação contra o desligamento de Gaza do processo para as pessoas acusadas em outras manifestações políticas. Assim, discrimina efetivamente em bases ideológicas. Os cidadãos árabes palestinos, em particular, são submetidos a severos abusos físicos e verbais quando fazem manifestações, especialmente em eventos relacionados às suas crenças políticas ou ideológicas. Em 23 de fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal rejeitou uma petição pedindo o cancelamento da lei.	2010
<i>"Nakba Law" - Amendment No. 40 to the Budgets Foundations Law</i>	A “Lei Nakba” autoriza o Ministro das Finanças a reduzir o financiamento estatal ou o apoio a uma instituição se ela realizar uma atividade que rejeite a existência de Israel como um “Estado judeu e democrático” ou comemorar o “Dia da Independência de Israel ou o dia em que o estado foi estabelecido como um dia de luto”. Os palestinos tradicionalmente marcam o Dia da Independência oficial de Israel como um dia nacional de luto e organizam eventos comemorativos. A lei viola seus direitos e restringe sua liberdade de expressar sua opinião, e causará danos substanciais às instituições culturais e educacionais, além de consolidar ainda mais a discriminação. A lei causa grande dano ao princípio da igualdade e aos direitos dos cidadãos árabes de preservar sua história e cultura. A lei priva os cidadãos árabes de seu direito de comemorar o Nakba, uma parte integrante de sua história. Em 4 de maio de 2011, Adalah, ACRI, pais de crianças em idade escolar e ex-alunos entraram com uma petição contra a lei ao Supremo Tribunal, solicitando que considerasse a Lei Nakba inconstitucional. O Supremo Tribunal rejeitou a petição em janeiro de 2012, considerando que o caso era prematuro, uma vez que a lei não tinha sido usada contra nenhuma instituição específica.	2011
<i>"Anti-Boycott Law" - Prevention of Damage to the State of Israel through Boycott</i>	A Lei antiboicote, aprovada em 11 de julho de 2011, proíbe a promoção pública de boicote acadêmico, econômico ou cultural por cidadãos e organizações israelenses contra instituições israelenses ou assentamentos israelenses ilegais na Cisjordânia. Permite o ajuizamento de ações cíveis contra qualquer pessoa que solicitar boicote; isso cria um novo “delito civil” ou delito. Também proíbe uma pessoa que pede um boicote de participar de qualquer licitação pública. A lei também prevê a revogação de isenções fiscais e outros benefícios econômicos concedidos pelo Estado às associações israelenses, bem como a instituições acadêmicas, culturais e científicas que recebam apoio do Estado, se solicitarem ou se envolverem em boicote. O tribunal também pode conceder indenizações, incluindo danos punitivos, mesmo que nenhum dano real seja provado. Além disso, a lei prevê que as empresas israelenses, que declaram publicamente que não comprarão suprimentos ou bens manufaturados na OPT, possam ter seus benefícios patrocinados pelo Estado revogados. Como tal, a lei restringe severamente a liberdade de expressão e visa a oposição política não violenta à Ocupação.	2011

<p><i>"Anti-Terror" (Counter-Terrorism) Law</i></p>	<p>O projeto de lei "Contra-Terrorismo" se espalha por mais de 104 páginas. Ele contém definições amplas e vagas de terrorismo e organizações terroristas, que podem ser exploradas pelas autoridades policiais para criminalizar ações políticas legítimas de cidadãos palestinos de Israel e residentes palestinos da OPT. A lei consolida muitos regulamentos de emergência, que estão atualmente em vigor e que datam do período obrigatório britânico. O governo recentemente usou os regulamentos de emergência para proibir arbitrariamente o Movimento Islâmico em Israel. A lei inclui medidas draconianas para investigar detidos acusados de crimes de segurança; prevê o uso extensivo de evidências secretas em tribunais; limita o acesso dos detidos à revisão judicial; reduz os requisitos probatórios do estado em tais casos; cria novos crimes, incluindo qualquer expressão pública de apoio ou simpatia por um grupo terrorista; e aumenta drasticamente as sentenças máximas para pessoas condenadas por crimes de segurança. Pode resultar em graves violações dos direitos humanos e minar ainda mais os princípios democráticos em Israel. A lei fortalece e expande substancialmente os poderes da polícia e dos Serviços Gerais de Segurança (GSS, ou Shabak / Shin Bet) para suprimir atividades de protesto legítimas de cidadãos palestinos de Israel e residentes palestinos da OPT. Ele se soma a um sistema pré-existente que fornece um terreno fértil para as agências de segurança empregarem métodos ilegais na sala de interrogatório, o que inclui uma "ordem temporária" que isenta as agências de segurança de produzir documentação sonora ou visual de interrogatórios de detentos de segurança. O Knesset estendeu esta ordem, que cria condições que podem facilitar a tortura de suspeitos de segurança durante o interrogatório, em julho de 2015, pela terceira vez.</p>	<p>2016</p>
<p><i>"Stop-and-Frisk" Law - Amendment No. 5 to the Power for Maintaining Public Security Law</i></p>	<p>A lei amplia os poderes da polícia para deter e revistar indivíduos. Anteriormente, a polícia tinha permissão para parar e revistar uma pessoa apenas quando houvesse uma suspeita razoável de que ela estava portando uma arma escondida ou outro objeto destinado ao uso em atividades criminosas. A nova lei permite que a polícia pare e reviste as pessoas em caso de suspeita razoável de que ela está prestes a cometer um ato violento. Portanto, amplia significativamente os poderes da polícia para deter e revistar indivíduos com base em suspeitas muito mais gerais. A lei também autoriza a polícia a revistar qualquer pessoa presente em uma área declarada temporariamente como uma "zona de parar e revistar" por um chefe de polícia distrital, por motivos que incluem potenciais ameaças à segurança [suspeita de terrorismo]. A lei foi apresentada originalmente em 2011, mas não foi aprovada naquela época. Foi revivido durante a recente rodada de violência. Esse contexto aumenta os temores de que a lei crie um espaço maior para o uso discriminatório desses poderes abrangentes pela polícia para conduzir buscas arbitrárias e invasivas em palestinos, particularmente em Jerusalém Oriental, bem como contra membros de outros grupos marginalizados.</p>	<p>2016</p>

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 23 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DO DIREITO E PROCESSO PENAL (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basic Law: The Government</i>	<p>Ordens de Emergência Anterior (derivadas da) Lei e Portaria de Administração - 1948. Um estado de emergência pode ser declarado existente no estado de acordo com a Seção 9 (Regulamentos de emergência) subseção (a) deste decreto, que também autoriza qualquer ministro a fazer regulamentos de emergência no interesse da segurança do estado. A seção 9 foi excluída quando a Lei Básica: O Governo entrou em vigor. A Lei Básica concedeu o poder de declarar o estado de emergência ao Knesset e, em certas situações, ao governo. Também conferiu ao Primeiro Ministro poderes para fazer regulamentos de emergência no interesse da segurança do Estado. O estado promulgou dezenas de leis e ordens cuja aplicabilidade está ancorada no estado de emergência em curso, declarado pelo Knesset em 1948 e mantido continuamente desde então. O estado de emergência permanente tem sido usado para derrogar direitos básicos protegidos pelo direito internacional dos direitos humanos. Alguns exemplos legislativos dependentes deste estado de emergência contínuo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Lei de Poderes de Emergência (Detenções) - 1979 concede ao estado o poder de deter indivíduos em detenção administrativa por períodos indefinidamente prorrogáveis de seis meses. - O Decreto de Prevenção ao Terrorismo - 1948 enumera uma série de crimes, incluindo "pertencer a uma organização terrorista" e "apoiar uma organização terrorista". O decreto contém uma série de definições amplas de terrorismo e é frequentemente usado contra líderes políticos palestinos que expressam forte oposição à ocupação de Israel. Quase todos os partidos políticos palestinos na OPT são designados por Israel como "organizações terroristas". - Ordens de Tempo de Emergência (Viagem ao Estrangeiro) - 1948 impede, de acordo com o Artigo 5, qualquer cidadão de viajar para o estado listado na Lei de Prevenção de Infiltração (Delitos e Jurisdição) - 1954 sem a permissão do Ministro do Interior ou do Primeiro Ministro. A lei afeta principalmente os cidadãos árabes de Israel, já que todos os estados listados são estados árabes. 	1992
<i>Criminal Procedure Law (Detainee Suspected of Security Offence) (Temporary Order)</i>	Remove uma série de salvaguardas processuais essenciais para detidos suspeitos de crimes de segurança que são fornecidas a suspeitos de crimes. Embora aparentemente neutra, na prática a lei é usada apenas contra os palestinos, que constituem a esmagadora maioria dos detidos classificados por Israel como detidos de "segurança", despojando-os, assim, das salvaguardas processuais judiciais. A lei permite a detenção de um suspeito de segurança por até 96 horas antes de ser levado ao juiz, contra 48 horas em outros casos, e por até 35 dias sem ser indiciado, contra 30 dias em outros casos. Também permite que suspeitos de segurança tenham acesso negado a um advogado por até 21 dias, contra 48 horas em outros casos. Originalmente aprovada pelo Knesset como uma "ordem temporária" por 18 meses, a lei foi estendida em janeiro de 2008 por mais três anos.	2006
<i>Criminal Procedure Law - Interrogating Suspects - Amendment No. 4</i>	Isenta a polícia e a Agência de Segurança de Israel de fazer documentação de áudio e vídeo de seus interrogatórios de suspeitos de crimes de segurança. Embora ostensivamente neutra, a lei é usada exclusivamente contra os palestinos, a esmagadora maioria dos detidos de "segurança". Esta isenção viola os direitos constitucionais dos detidos à igualdade, dignidade e procedimentos legais justos, cria condições que podem facilitar a tortura de suspeitos durante o interrogatório e também afeta a confiabilidade das provas apresentadas perante o tribunal contra os suspeitos. Prorrogado em 2012 pela Emenda N° 6.	2008

<p><i>Extension of Detention - Criminal Procedure Law (Suspects of Security Offenses) (Temporary Order) - Amendment No. 2</i></p>	<p>Essa lei, promulgada em 20 de dezembro de 2010, foi projetada para estender a validade de procedimentos de detenção especiais e severos para os suspeitos de crimes de segurança. Embora neutro em sua aparência, na prática o projeto se aplicaria e seria usado principalmente contra palestinos de Gaza e cidadãos palestinos de Israel. Os procedimentos especiais permitem que as autoridades policiais atrasem a apresentação de um suspeito de segurança perante um juiz por até 96 horas após a prisão (em vez de 48 horas para os outros detidos). Também permite que os tribunais prorroguem a detenção de um suspeito de segurança por até 20 dias de cada vez (em vez de 15 dias) e realizem audiências de prorrogação de detenção em sua ausência. A este respeito, a lei procura contornar uma decisão do Supremo Tribunal de fevereiro de 2010 que derrubou o artigo 5 da Lei de Processo Penal (Detidos Suspeitos de Ofensas à Segurança) (Ordem Temporária) (2006), que estipulava que os suspeitos de segurança poderiam ter seus pré-detenção de julgamento prorrogado em sua ausência. A lei remove uma série de garantias processuais essenciais dos detidos, colocando-os em maior risco de tortura e maus-tratos e aumentando a probabilidade de falsas confissões.</p>	<p>2010</p>
<p><i>Israeli Prisons Ordinance - Amendment No. 40 (Meetings with Lawyers)</i></p>	<p>Permite que o Serviço Prisional de Israel (IPS) proíba os prisioneiros envolvidos em “crimes de segurança” de se encontrarem com seus advogados se o IPS “suspeitar” que tais reuniões podem levar à transferência de informações relacionadas a uma organização terrorista. A lei visa e discrimina os “prisioneiros de segurança”, que são em sua maioria palestinos, bem como seus advogados, que geralmente são palestinos. Em maio de 2012, havia mais de 4.600 presos políticos palestinos sendo mantidos como “prisioneiros de segurança” em prisões israelenses. De acordo com a lei, o IPS pode impedir reuniões de presidiários com advogados por 96 horas (anteriormente 24 horas), período que poderia ser estendido por até 14 dias (anteriormente 5 dias) com a aprovação do Ministério Público Estadual. Um tribunal distrital pode estender esta proibição por seis meses (anteriormente 21 dias) e até o período máximo de um ano (anteriormente três meses). O Supremo Tribunal pode prorrogar a proibição por períodos ilimitados após um ano (a supervisão do Supremo Tribunal era necessária após três meses ao abrigo da lei anterior). Essas restrições amplas aumentam ainda mais o isolamento dos prisioneiros e os impedem de acessar efetivamente os tribunais e obter reparação.</p>	<p>2011</p>
<p><i>Israeli Prisons Ordinance Amendment No. 43 - Prisoner-Attorney Meetings</i></p>	<p>Uma alteração adicional ao Decreto das Prisões de Israel foi aprovada em 14 de maio de 2012, permitindo restrições ao acesso dos prisioneiros de segurança a aconselhamento jurídico. De acordo com a nova lei, o Diretor do IPS pode restringir o número de advogados que podem visitar um prisioneiro ou grupo de prisioneiros por um período de três meses e estender o período por mais três meses com a aprovação do Procurador-Geral. A lei também permite que um tribunal distrital prorrogue o período de proibição por até seis meses de cada vez, sem exame de qualquer evidência contra o prisioneiro ou o grupo de prisioneiros.</p>	<p>2012</p>

<p><i>Criminal Procedure Law - Interrogating Suspects - Amendment No. 6</i></p>	<p>Esta emenda, que foi aprovada no Knesset em 4 de julho de 2012, estende o período da Emenda nº 4 à Lei de Processo Penal, que permite que os interrogatórios de “suspeitos de segurança” não sejam registrados. Quase todos os “detidos de segurança” são palestinos da OPT ou cidadãos palestinos de Israel. A lei, aprovada em 2002, exigia que a polícia fizesse gravações audiovisuais de interrogatórios de suspeitos acusados de crimes com pena mínima de dez anos. A lei estabeleceu um cronograma para sua implementação gradual, com as gravações de interrogatórios de “suspeitos de segurança” a se tornarem obrigatórias a partir de 2008, nos termos do Artigo 17. Naquele ano, porém, o Knesset aprovou uma ordem temporária estendendo a isenção até julho de 2012, dez anos depois a lei foi originalmente promulgada. Com a aprovação da alteração nº. 6, a isenção é prorrogada até julho de 2015. Notavelmente, o requisito de fazer gravações audiovisuais de interrogatórios não se aplica à Agência de Segurança de Israel (ISA) (também conhecida como GSS ou Shabak). Em 21 de dezembro de 2010, Adalah, juntamente com Médicos pelos Direitos Humanos-Israel, Al Mezan e o Comitê Público Contra a Tortura em Israel (PCATI), entraram com uma petição na Suprema Corte solicitando o cancelamento da isenção. A petição foi indeferida em fevereiro de 2013, com base na justificativa de que um novo Knesset tinha acabado de ser eleito, e o governo prometeu fazer um exame completo da emenda.</p>	<p>2012</p>
<p><i>Order stripping essential procedural safeguards from “security” detainees - Amendment No. 4 to the Criminal Procedure Law (Detainee Suspected of Security Offence) (Temporary Order)</i></p>	<p>A ordem prorrogou uma lei de 2006 que remove uma série de garantias processuais essenciais para detidos suspeitos de crimes de segurança que são fornecidos a suspeitos de crimes. A lei é oficialmente classificada como uma ordem “temporária”, mas já está em vigor há cerca de 10 anos. A sua validade expirava em dezembro de 2015, mas o novo despacho prorrogou-o por um período de um ano, até 31 de dezembro de 2016. O despacho permite a detenção do suspeito de segurança por até 96 horas antes de ser apresentado ao juiz, versus 48 horas nos demais casos e até 35 dias sem indiciamento, contra 30 dias nos demais casos. A ordem também permite que o suspeito não seja apresentado em audiências para estender sua detenção ou em audiências de apelação contra a detenção se a interrupção de uma investigação em andamento para comparecer à audiência for considerada altamente provável de frustrar os esforços para salvaguardar a vida humana. Também permite que suspeitos de segurança tenham acesso negado a um advogado por até 21 dias, contra 48 horas em outros casos. Embora aparentemente neutra, na prática a lei é usada quase exclusivamente contra os palestinos, que constituem a esmagadora maioria dos detidos classificados como detidos de “segurança”.</p>	<p>2015</p>
<p><i>Fines on parents of stone-throwers - Amendment No. 20 to the Youth (Care and Supervision) Law</i></p>	<p>Esta nova lei permite a imposição de multas diretas aos pais de menores condenados por cometer um crime listado no Código Penal israelense. Ele fornece o crime de atirar pedras como um exemplo, e este fato, combinado com seu momento durante a atual rodada de violência, dá origem a temores de que seja implantado de forma discriminatória contra os pais de crianças palestinas - cidadãos de Israel ou residentes de Jerusalém Oriental - condenados por atirar pedras e atos semelhantes que são levados aos tribunais civis israelenses. A lei viola os princípios mais básicos do direito penal: que a imposição de responsabilidade criminal e punição deve ser específica e se aplicar somente à pessoa que cometeu o crime. Punir os pais viola a proibição de punição coletiva, uma vez que não pode haver 'responsabilidade indireta' dos pais pelos atos de seus filhos.</p>	<p>2015</p>

<p><i>Mandatory minimum sentences for convicted stone-throwers - Amendment No. 120 to the Israeli Penal Code</i></p>	<p>Esta nova lei impõe sentenças mínimas de prisão obrigatórias para pessoas condenadas por atirar pedras ou atos semelhantes. A pena mínima é fixada em “um quinto da pena máxima” - 10 ou 20 anos - o que equivale a dois ou quatro anos. As sentenças mínimas obrigatórias não levam em consideração as circunstâncias individuais de cada caso. A nova lei visa essencialmente aos palestinos (os alegados atiradores de pedras) que são cidadãos de Israel ou residentes de Jerusalém Oriental, e que são levados aos tribunais civis israelenses. A lei é oficialmente uma “ordem temporária” e é válida por três anos. Muito poucas leis criminais israelenses contêm punições mínimas obrigatórias, pois removem a discricão dos juízes na imposição de punições; portanto, esta nova lei é uma medida severa. Além disso, embora a maioria dos atiradores de pedras sejam jovens, a lei não permite que os juízes dêem um peso razoável à opção de reabilitação. A nova lei segue a promulgação anterior de uma lei relacionada que acrescentou uma nova sentença máxima de 10 anos para pessoas condenadas por atirar pedras ou atos semelhantes, sem exigir prova de intenção de causar danos. A pena máxima pré-existente de 20 anos aplica-se nos casos em que os tribunais decidirem que houve tal prova de intenção.</p>	<p>2015</p>
---	---	-------------

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 24 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA CULTURA E DA LINGUAGEM (1939-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Trade with the Enemy Ordinance</i>	Essa lei britânica da era do Mandato ainda está em uso. Ela coloca uma proibição total em todas as formas de comércio com "cidadãos inimigos". A lei autoriza o Ministro do Interior a declarar os estados como "estados inimigos". Até agora, todos os "estados inimigos" são todos estados árabes e / ou muçulmanos. Como resultado, a lei restringe as relações, incluindo relações culturais e linguísticas entre os árabes palestinos em Israel e as nações árabes e muçulmanas em geral. Por exemplo, o lei tem sido usada para proibir a importação de livros em língua árabe publicados e / ou impressos no Líbano e na Síria, e para impedir que o autor árabe Ala Hlehel viaje ao Líbano para receber o prestigioso prêmio literário "Beirute 39". Em ambos os casos, Adalah apresentou petições ao Supremo Tribunal Federal e ganhou.	1939
<i>World Zionist Organization-Jewish Agency (Status) Law</i>	Autoriza a Organização Sionista Mundial, a Agência Judaica e outros órgãos sionistas fundados na virada do século 20 a funcionarem em Israel como entidades quase-governamentais, a fim de promover ainda mais os objetivos do movimento sionista.	1952
<i>Broadcasting Authority Law</i>	O mandato da Autoridade de Radiodifusão inclui programas de radiodifusão "para reforçar a identidade sionista do estado de Israel como um estado judeu e democrático" e que "Reflete a vida e os bens culturais de todas as tribos do povo de diferentes países" e "Refletindo a vida dos judeus nas comunidades da Diáspora." Em termos de língua árabe, uma das funções da autoridade é "manter transmissões em língua árabe para as necessidades da população de língua árabe e transmissões para promover o entendimento e a paz com os estados vizinhos de acordo com os objetivos básicos do estado."	1965
<i>Law of Yad Yitzhak Ben-Zvi (1969) and Law of Mikve Israel Agricultural School (1976)</i>	Dar reconhecimento estatutário às instituições culturais e educacionais e definir seus objetivos, inter alia, como desenvolver e cumprir os objetivos sionistas de promover a cultura e a educação judaicas às custas dos objetivos das minorias.	1969
<i>Second Authority for Television and Radio Law</i>	Estipula que a Segunda Autoridade para Televisão e Rádio, que controla o Canal 2 de Televisão e outros serviços, atuará para promover a criatividade na língua hebraica e dar expressão à herança judaica e aos valores do Judaísmo e do Sionismo. A autoridade transmitirá em língua árabe "para as necessidades da população de língua árabe" e "para promover o entendimento e a paz com os estados vizinhos de acordo com os objetivos básicos do estado", que incluem a preservação de Israel como um judeu e estado democrático.	1990
<i>Use of Hebrew Date Law</i>	Obriga o uso do calendário hebraico em todas as correspondências e publicações emitidas pelas autoridades estaduais. Não existe tal lei sobre o uso do calendário islâmico.	1998

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO –25 LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS DIREITOS ECONÔMICOS (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Child Vaccinations and Child Allowances - Economic Efficiency Law</i>	Uma seção separada da Lei de Eficiência Econômica (Emendas Legislativas para Implementar o Plano Econômico para 2009-2010) estipula que as crianças que não receberem as vacinas recomendadas pelo Ministério da Saúde não terão mais “abonos de crianças”. Esta disposição afeta principalmente as crianças beduínas árabes que vivem em Naqab (Negev), uma vez que a maioria das crianças que não recebem as vacinas vem deste grupo devido à inacessibilidade aos cuidados de saúde. O Ministério da Saúde fechou recentemente clínicas para “mães e filhos” em três cidades beduínas árabes que fornecem essas vacinas e reabriu apenas duas delas após o litígio da Suprema Corte por Adalah. Adalah apresentou uma petição ao Supremo Tribunal israelense em 7 de outubro de 2010, exigindo a anulação da emenda, que entrou em vigor em 15 de dezembro de 2010.	2009
<i>National Priority Areas - The Economic Efficiency Law - Legislative Amendments for Implementing the Economic Plan for 2009-2010</i>	Esta lei estende a permissão do governo para usar ampla descrição para classificar cidades, vilas e áreas como “Áreas Prioritárias Nacionais” (NPAs) e para alocar enormes recursos do estado sem critérios. A lei contradiz uma decisão histórica da Suprema Corte israelense de 2006 na qual o tribunal considerou uma decisão do governo de 1998 que classificou 553 cidades judaicas e apenas 4 pequenas vilas árabes como NPAs com status “A” no campo da educação inconstitucional. Em junho de 2010, após quatro anos de incumprimento por parte do estado e litígios adicionais, Adalah apresentou uma moção de desacato ao tribunal ao Supremo Tribunal contra o primeiro-ministro devido ao fracasso do governo em implementar a decisão do tribunal e a consequente perpetuação da discriminação contra os cidadãos árabes de Israel. Em fevereiro de 2011, a Suprema Corte rejeitou a moção de desacato depois que o gabinete do Procurador-Geral anunciou que o governo não estava mais usando as classificações proibidas.	2009
<i>Law to Strip Payments from a Current or Former Member of Knesset due to a Crime</i>	Nos termos desta lei, o Knesset pode reter salários e pensões de MKs atuais ou anteriores declarados pelo Procurador-Geral como supostos suspeitos ou réus ou pessoas condenadas por crime que é punível com pelo menos dez anos de prisão, e que não comparecem a um julgamento criminal ou investigação contra eles, inclusive por motivos de estarem fora do país. O alegado crime deveria ter sido cometido total ou parcialmente durante o período em que o suspeito ou réu era um MK. A lei foi elaborada em resposta ao exílio do ex-árabe MK Dr. Azmi Bishara (Balad / Tajamoa), que deixou Israel em março de 2007 depois que a polícia anunciou que ele era suspeito de dar informações ao Hezbollah durante a Segunda Guerra do Líbano. No entanto, o estado não apresentou uma acusação contra o Dr. Bishara ou apontou qualquer evidência clara contra ele. Esses fatos indicam a natureza arbitrária da lei; mesmo MKs contra os quais não há evidências claras podem ser prejudicados e perder suas pensões.	2011
<i>Revoking child allowances from parents of children convicted of security offenses - Amendment No. 163 to the National Insurance Act</i>	Esta nova lei retira o abono de família dos pais de uma criança condenada por acusações criminais que são classificadas como crimes de segurança. Tem como alvo menores palestinos que são cidadãos de Israel ou residentes de Jerusalém Oriental, e que são levados a tribunais civis israelenses. A Lei Nacional de Seguros declara explicitamente que os abonos de família pertencem aos filhos, mesmo que os pais recebam realmente esses pagamentos. Ao retirar o subsídio infantil da criança e de seus pais, a lei cria discriminação arbitrária entre menores que são condenados por crimes de segurança (principalmente palestinos) e outros menores condenados por outras acusações criminais, em violação do princípio fundamental de igualdade.	2015

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 26 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA EDUCAÇÃO (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>State Education Law</i>	A lei estabelece sistemas separados e independentes - escolas estaduais seculares e religiosas estaduais - para satisfazer as necessidades distintas da comunidade judaica. Ele codifica os objetivos do sistema educacional, que servem para o avanço da cultura judaica e da ideologia sionista. Enquanto o Artigo 2 (11), uma emenda adicionada à lei em 2000, enumera um dos objetivos da educação pública “Reconhecer a língua, cultura, história, herança e tradições únicas das populações árabes, e de outros grupos, no Estado de Israel, e para reconhecer os direitos iguais de todos os cidadãos de Israel”, essa linguagem fraca de reconhecimento não chega a exigir a incorporação desse objetivo no currículo e também diminui o status do árabe, uma língua oficial do estado.	1953
<i>Absorption of Discharged Soldiers Law - Amendment No. 7: Benefits for Discharged Soldiers</i>	De acordo com esta lei de junho de 2008, qualquer universidade ou estudante universitário registrado que tenha completado seu serviço militar e seja residente de uma "Área de Prioridade Nacional" designada como Naqab (Negev), Galiléia ou assentamentos judeus ilegais no A Cisjordânia receberá um “pacote de compensação”, incluindo mensalidades integral para o primeiro ano de educação acadêmica, um ano de educação acadêmica preparatória gratuita, benefícios de moradia para estudantes e outros. Este pacote de benefícios adiciona ao já extenso pacote de benefícios educacionais desfrutado por soldados dispensados em Israel. Os cidadãos árabes palestinos de Israel estão isentos do serviço militar e, portanto, excluídos do recebimento desses benefícios alocados pelo Estado. Prorrogado em 2010 pela Emenda Nº 12.	2008
<i>Absorption of Discharged Soldiers Law - Amendment No. 12</i>	De acordo com a lei, promulgada em julho de 2010, qualquer universidade ou estudante universitário que tenha concluído o serviço militar e seja residente de uma "Área de Prioridade Nacional" designada receberá um "pacote de compensação", incluindo: participação no pagamento de mensalidade; um ano de educação acadêmica preparatória gratuita; e benefícios adicionais em áreas como moradia estudantil. Este pacote de benefícios vai muito além e adiciona ao já extenso pacote de benefícios educacionais que é desfrutado por soldados dispensados em Israel. Em geral, os cidadãos árabes palestinos de Israel estão isentos do serviço militar por razões políticas e históricas e, portanto, são excluídos do recebimento desses benefícios atribuídos pelo Estado e discriminados com base em sua pertença nacional. Estende a Emenda Nº 7 à mesma lei.	2010

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 27 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>"Foreign Government Funding Law" - Law on Disclosure Requirements for Recipients of Support from a Foreign State Entity</i>	Impõe requisitos de relatórios invasivos às ONGs, exigindo que apresentem e publiquem relatórios trimestrais sobre qualquer financiamento recebido de governos estrangeiros ou doadores estrangeiros com financiamento público, incluindo informações sobre quaisquer compromissos orais ou escritos feitos aos financiadores. Esses detalhes também devem ser publicados nos sites das próprias ONGs, do Ministério da Justiça e do Registro de Associações. Embora o propósito declarado da lei seja a transparência, essas disposições são supérfluas, uma vez que todas as ONGs em Israel já são obrigadas, segundo a lei israelense, a listar seus doadores e outras informações financeiras em seu site e a relatar anualmente ao governo, especificando onde governos estrangeiros doaram dinheiro. Seu objetivo é antes prejudicar as ONGs de direitos humanos, já que essas restrições podem desencorajar o financiamento de governos estrangeiros. Em contraste, os grupos de colonos israelenses judeus não recebem tal financiamento, mas são financiados de forma privada e, portanto, não são afetados pela legislação. Além disso, a lei isenta especificamente a Organização Sionista Mundial, a Agência Judaica de Israel, o Apelo de Israel Unido, o Fundo Nacional Judaico e suas empresas subsidiárias de suas disposições. Portanto, o projeto de lei é inerentemente discriminatório. As ONGs palestinas em Israel e todas as ONGs que promovem os direitos palestinos são particularmente vulneráveis, uma vez que não buscam financiamento de fontes governamentais israelenses e têm acesso mais limitado a financiamento privado.	2011
<i>NGO "Funding Transparency" Law</i>	Esta lei visa organizações de direitos humanos. Exige que as ONGs que recebem 50% ou mais de seu financiamento de governos estrangeiros declarem esse fato em várias situações, incluindo em todas as suas publicações, relatórios escritos para membros do Knesset e tomadores de decisão, e em qualquer audiência ou discussão envolvendo um protocolo escrito; e em qualquer discussão oral realizada em um local onde funcionários públicos trabalhem. Uma versão anterior do projeto de lei também buscava obrigar os representantes dessas ONGs a usarem etiquetas no Knesset com seus nomes, organizações e o fato de receberem financiamento de governos estrangeiros; esta disposição foi removida da última minuta, datada de 18 de janeiro de 2016. As violações da lei serão puníveis com multa de NIS 29.200 (c. US \$ 7.500). A lei visa marcar, assediar e incitar organizações de direitos humanos que expressam opiniões críticas às políticas do governo, particularmente as políticas que discriminam ou prejudicam os palestinos na OPT e em Israel. As motivações políticas por trás da lei são claras, uma vez que todas as organizações sem fins lucrativos registradas já são exigidas por uma emenda à Lei das Associações promulgada em 2011 que impõe requisitos invasivos de relatórios às ONGs, exigindo que publiquem relatórios trimestrais sobre qualquer financiamento recebido de governos estrangeiros ou doadores estrangeiros com financiamento público. Assim, essas informações já estão publicamente disponíveis. Significativamente, a lei não exige transparência das doações recebidas de indivíduos privados, deixando as organizações de colonos de direita, que são fortemente financiadas por doadores privados dos Estados Unidos, não afetadas. Essa lei segue vários projetos de lei anteriores malsucedidos que buscavam reprimir as organizações de direitos humanos, ameaçando-as com o fechamento e / ou tributando sua renda. Os EUA, a UE, vários membros dos parlamentos europeu e alemão, entre outros, criticaram a lei e pediram ao governo israelense que não apoiasse sua promulgação.	2016

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 28 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DO DIREITO À TERRA E AO PLANEJAMENTO (1945-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Defense Regulations (Times of Emergency), Regulation 125 (Closed Zones)</i>	Autoriza um comandante militar a declarar fechada qualquer região do estado, impedindo assim a entrada de qualquer pessoa. Na prática, os regulamentos permitiram o desenraizamento das aldeias palestinas e impediram e continuam a impedir que os residentes das aldeias palestinas desenraizadas desde 1948 retornassem às suas terras.	1945
<i>Absentees' Property Law</i>	Define as pessoas que foram expulsas, fugiram ou deixaram o país após 29 de novembro de 1947, principalmente devido à guerra, bem como os seus bens móveis e imóveis (principalmente terras, casas e contas bancárias, etc.), como "ausentes". Bens pertencentes a ausentes foram colocados sob o controle do Estado de Israel com o Custodiante de Bens de Ausentes. A Lei de Propriedade de Ausentes foi o principal instrumento legal usado por Israel para tomar posse das terras pertencentes aos refugiados palestinos internos e externos, e propriedades Waqf muçulmanas em todo o estado.	1950
<i>Land Acquisition Law (Actions and Compensation)</i>	Hoje, aproximadamente 93% das terras em Israel (excluindo o OPT) pertencem ao estado e ao JNF. Apenas 3-3,5% são propriedade da população árabe, em comparação com 48% em 1948. A transferência maciça de terras localizadas dentro das fronteiras do estado na véspera do estabelecimento do estado de Israel em 1948 foi executada por meio de duas leis, a Lei de Aquisição de Terras (Ações e Compensação) e a Lei de Propriedade de Ausentes (1950). Através da Lei de Terras e Aquisições (Ações e Compensação), 1,2-1,3 milhões de dunams de terra foram expropriados da população árabe. Essas terras foram confiscadas de um total de 349 vilas e aldeias, além das "áreas edificadas" de cerca de 68 aldeias, cuja área exata não foi contemplada nas ordens de desapropriação.	1953
<i>Jewish National Fund Law</i>	Outorga ao Fundo Nacional Judaico (JNF ou Keren Kayemeth LeIsrael) - uma organização sionista que foi estabelecida em 1901 para coletar fundos com o propósito de comprar terras para o benefício exclusivo do povo judeu - autoridades governamentais, e oferece vantagens financeiras, incluindo impostos alívio, na compra de terras.	1953
<i>Israel Land Administration Law</i>	Estabelece a Administração de Terras de Israel (ILA). De acordo com a lei, o governo nomeia membros para o "Conselho de Administração de Terras de Israel" que, inter alia, determina a política de terras no estado. A lei atribui metade dos assentos do conselho ao governo e a outra metade ao JNF, garantindo assim a este órgão discriminatório um papel substancial na formulação das políticas fundiárias de Israel.	1960
<i>Basic Law: Israel Lands</i>	Estipula que a propriedade das "terras de Israel" - ou seja, terras sob o controle do estado, do JNF e da Autoridade de Desenvolvimento - não pode ser transferida de nenhuma maneira. No entanto, a lei permite a transferência da propriedade da terra entre essas três entidades, sabendo que o JNF pretende arrendar terras que possui apenas para judeus.	1960
<i>National Planning and Building Law</i>	A Lei de Planejamento e Construção Nacional, que estabeleceu o Conselho Nacional de Planejamento e Construção e os Comitês Distritais de Planejamento e Construção, não exige que o Conselho e os Comitês Distritais incluam representantes árabes-palestinos. Exige que outros grupos, como mulheres e instituições Yishuv, sejam incluídos seguindo a recomendação da Agência Judaica.	1965

<i>National Planning and Building Law -Limitation of Water, Electricity and Telephone</i>	O Artigo 157A proíbe as empresas de serviços públicos nacionais de conectar um edifício às redes nacionais de eletricidade, água e telefone se não houver uma licença de construção emitida por uma autoridade local. Embora neutro em sua aparência, na prática o Artigo 157A tem sido usado quase exclusivamente para desalojar residentes das aldeias beduínas árabes não reconhecidas no Naqab (Negev).	1965
<i>Public Lands Law (Eviction of Squatters)</i>	Uma emenda à lei, introduzida em 2005, ampliou os poderes das agências do ILA para operar por meio de ordens administrativas a fim de evacuar de acordo com a lei. A emenda de 2005 tinha como objetivo principal ser usada contra a população árabe de beduínos de Naqab (Negev).	1981
<i>Israel Land Administration Law - Amendment No. 7</i>	Institui ampla privatização de terras, especialmente de terras pertencentes a refugiados palestinos e pessoas deslocadas internamente, bem como terras nas quais são construídos assentamentos na Jerusalém Oriental ocupada e nas Colinas de Golã; permite a troca de terras entre o estado e o JNF, enfatizando a natureza discriminatória da Lei Básica: Terras de Israel; garante representantes da JNF em um novo Conselho de Terras sobre a política de terras de Israel.	2009
<i>Land (Acquisition for Public Purposes) Ordinance - Amendment No. 10</i>	Permite que o Ministério das Finanças confisque terras para “fins públicos”. O estado tem usado esta lei extensivamente, em conjunto com outras leis, como a Lei de Aquisição de Terras (1953) e a Lei de Propriedade de Ausentes (1950), para confiscar terras de propriedade de palestinos em Israel. A emenda nº 10 confirma a propriedade estatal das terras confiscadas de acordo com esta lei, mesmo quando não foram usadas para servir ao propósito original de confisco. Ele permite que o estado não use a terra confiscada para o propósito original de confisco por 17 anos, e impede que os proprietários de terras exijam a devolução de terras confiscadas não utilizadas para o propósito original de confisco se tiverem sido transferidas para terceiros, ou se mais de 25 anos se passaram desde o confisco. A emenda amplia a autoridade do Ministro das Finanças para confiscar terras para “fins públicos”, que segundo a lei inclui o estabelecimento e desenvolvimento de cidades, e permite ao Ministro declarar novos fins. Ele foi projetado para evitar que os cidadãos árabes de Israel apresentassem ações judiciais para reclamar terras confiscadas. Mais de 25 anos se passaram desde o confisco da vasta maioria das terras palestinas, e grandes extensões foram transferidas para terceiros, incluindo o discriminatório Fundo Nacional Judaico.	2010
<i>"Negev Individual Settlements" - Negev Development Authority Law - Amendment No. 4</i>	“Assentamentos individuais” são uma ferramenta usada pelo estado para fornecer às famílias judias israelenses individuais centenas e às vezes milhares de dunams de terra para seu uso exclusivo, como parte de uma política que visa maximizar a área que é exclusivamente para a população judaica. No Naqab (Negev), esses assentamentos foram vistos como parte de um plano para “salvar” a terra de certas demandas, como para empreendimentos comunitários por beduínos árabes na região. Existem cerca de 60 assentamentos individuais no Naqab, estendendo-se por mais de 81.000 dunams, geralmente estabelecidos sem permissão e contrários às leis de planejamento. A emenda nº 4, aprovada em julho de 2010, fornece ferramentas legais para o reconhecimento de todos os assentamentos individuais no Naqab e dá à Autoridade de Desenvolvimento de Negev o poder de fazer recomendações à Administração de Terras de Israel para alocar terras para esses assentamentos no futuro. Embora a emenda conceda status oficial aos assentamentos individuais, que são fornecidos com todos os serviços básicos, as aldeias beduínas árabes não reconhecidas no Naqab têm o status negado e seus 90.000-100.000 habitantes, todos cidadãos de Israel, vivem sem o mais básico dos serviços.	2010

<p><i>"Admissions Committees Law" - Cooperative Societies Ordinance - Amendment No. 8</i></p>	<p>A Lei dos Comitês de Admissão legaliza os “Comitês de Admissão” que operam em centenas de pequenas cidades comunitárias construídas em terras estatais no Naqab (Negev) e na Galiléia. A lei dá aos Comitês de Admissão, órgãos que selecionam candidatos a unidades habitacionais e lotes de terreno, liberdade quase total para aceitar ou rejeitar indivíduos de morar nessas cidades. Os Comitês incluem um representante da Agência Judaica ou da Organização Sionista Mundial, entidades quase-governamentais. Os Comitês, na prática, filtram os candidatos árabes palestinos e outros de grupos marginalizados. Embora uma das disposições da lei estabeleça o dever de respeitar o direito à igualdade e prevenir a discriminação, a lei permite que esses Comitês rejeitem candidatos considerados “inadequados para a vida social da comunidade ... ou o tecido social e cultural da cidade”, assim legitimar a exclusão de grupos inteiros. A lei também autoriza os Comitês de Admissão a adotar critérios determinados pelas próprias cidades comunitárias individuais com base em suas “características especiais”, incluindo aquelas cidades comunitárias que se definiram como tendo uma “visão sionista”.</p>	<p>2011</p>
<p><i>Foreign Property Ownership - Israel Lands Law (Amendment No. 3)</i></p>	<p>A emenda, aprovada em março de 2011, impede qualquer pessoa ou parte (pública ou privada) de vender terras ou alugar propriedades por um período de mais de cinco anos ou de legar ou transferir direitos de propriedade privada em Israel para “estrangeiros”. Segundo a lei, estrangeiros são quaisquer pessoas que não sejam residentes ou cidadãos de Israel, ou judeus, que tenham o direito automático de imigrar para Israel de acordo com a Lei do Retorno (1950).</p>	<p>2011</p>

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 29 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DOS SÍMBOLOS DE IDENTIDADE NACIONAL (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Flag and Emblem Law</i>	Adota a bandeira do Primeiro Congresso Sionista e do Movimento Sionista, uma combinação de um xale de oração e o Escudo de Davi, como a bandeira oficial de Israel. O emblema do Estado de Israel é um candelabro, um dos símbolos da era do Templo na história judaica. A lei foi emendada em 1997 para incluir o Artigo 2A(a), que exige que todos os edifícios públicos levantem a bandeira de Israel.	1949
<i>State Stamp Law</i>	Estabelece que o carimbo do estado deve ser colocado em todos os documentos oficiais. O selo do estado inclui a estrela de Davi e o candelabro, o emblema do estado.	1949

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 30 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Basic Law: The Knesset</i>	Uma emenda de 1985 acrescentou a Seção 7(A) à Lei Básica: O Knesset, que estabelece que, "uma lista de candidatos não deve participar das eleições para o Knesset se seus objetivos ou ações, expressa ou implicitamente, apontarem para um dos seguintes: (1) negação da existência do Estado de Israel como o estado do povo judeu; (2) negação da natureza democrática do estado; e (3) incitação ao racismo." Emendas em 2002 alteraram a Seção 7(A) (1) para "negação da existência do Estado de Israel como um Estado judeu e democrático" e adicionou a Seção 7(A) (3), "apoio à luta armada por um estado hostil ou uma organização terrorista contra o Estado de Israel" como uma base adicional para desqualificar candidatos e listas de candidatos. Esta lei é usada para tentar desqualificar candidatos árabes e listas de partidos políticos de concorrer nas eleições para o Knesset. - Emenda nº 39 (Candidato que visitou ilegalmente um estado hostil) (2008) ao Artigo 7A(a1) da Lei Básica: O Knesset nega o direito de se candidatar à eleição para o Knesset a qualquer indivíduo que visitou o país árabe e / ou estados muçulmanos definidos como "estados inimigos" - como Síria, Líbano, Iraque e Irã - sem permissão prévia do Ministro do Interior. A lei foi promulgada para dissuadir os membros árabes do Knesset de viajar para os chamados "estados inimigos". A emenda 9 promulgada em 07.08.1985, a emenda 35 em 22.05.2002, a emenda 39 em 09.07.2008.	1958
<i>Knesset Law</i>	Estabelece que, na sessão de abertura do Knesset, trechos da Declaração do Estabelecimento do Estado de Israel serão lidos, enfatizando a conexão exclusiva do Estado com o povo judeu.	1994
<i>Law of Political Parties - Amendment No. 12</i>	Regulamenta os procedimentos para o estabelecimento de partidos políticos em Israel. O Artigo 5(1) estabelece várias limitações [ideológicas] aos direitos de registro de partidos políticos semelhantes à Seção 7(A) (1) da Lei Básica: O Knesset, incluindo a proibição de registro de partidos que, por suas plataformas, "neguem a existência do Estado de Israel como um Estado judeu e democrático". A emenda ao Artigo 5 acrescenta a disposição de que um partido político que deseja concorrer às eleições para o Knesset não será registrado se seus objetivos ou ações, direta ou indiretamente, "apoiares a luta armada de um estado inimigo ou de uma organização terrorista, contra o Estado de Israel."	2002
<i>Regional Councils Law (Date of General Elections) Special Amendment No. 6</i>	Concede ao Ministro do Interior poder absoluto para declarar o adiamento da primeira eleição de um Conselho Regional após sua criação por um período indefinido de tempo. A lei estipulava anteriormente que as eleições deveriam ser realizadas dentro de quatro anos. O Knesset aprovou a lei pouco antes das eleições para o Conselho Regional de Abu Basma, que inclui dez aldeias beduínas árabes em Naqab (Negev). O resultado da lei é que o atual conselho nomeado pelo governo, composto por uma maioria de membros judeus israelenses, permaneceu no local.	2009

<p><i>Increased Governance and Raising the Qualifying Election Threshold – Bill to Amend Basic Law: The Government (1160)</i></p>	<p>Esta emenda, promulgada em março de 2014, aumenta o percentual mínimo de votos necessários para os partidos políticos obterem assentos no Knesset de 2% para 3,25%. A emenda para aumentar o limite mina a representação parlamentar da minoria árabe palestina em Israel em particular, mais do que outros grupos de cidadãos. O limiar aumentado impede que os partidos árabes disputem as eleições dentro de listas de partidos múltiplos que representam a ampla gama de suas crenças políticas e ideológicas. A emenda para aumentar o limite é uma instância da maioria do Knesset impondo sua vontade sobre a minoria árabe, em violação de seus direitos políticos.</p>	<p>2014</p>
<p><i>“Expulsion of MKs” Law - Amendment No. 44 to Basic Law: Knesset</i></p>	<p>Esta lei permite que uma maioria de 90 membros do Knesset (MKs) destituam um MK em exercício pelos três seguintes motivos, conforme enumerado na Seção 7A da Lei Básica: O Knesset: (1) negação da existência de Israel como judeu e democrático Estado; (2) incitação ao racismo; e (3) apoio à luta armada de um estado inimigo ou organização terrorista contra Israel. Portanto, permite que um representante eleito seja suspenso por seus pares por motivos ideológicos. No caso de uma ofensa criminal, membros permanentes do Palamento já podem ser expulsos do Knesset por uma condenação com torpeza moral sob as provisões existentes da Lei Básica: O Knesset. O projeto de lei constitui uma ferramenta legal adicional para a maioria judaica israelense no Knesset para deslegitimar e marginalizar ainda mais os representantes políticos eleitos da minoria palestina em Israel. Ele fornece um mecanismo para a maioria expulsar os MKs árabes e as listas políticas com base em considerações puramente políticas / ideológicas, apesar do claro conflito de interesses acarretado na votação dos MKs para destituir seus rivais políticos. O projeto veio em resposta direta a uma recente visita de três MKs árabes aos familiares de palestinos mortos pelas forças de segurança israelenses enquanto supostamente realizavam ataques, como parte dos esforços para garantir a devolução de seus corpos, que estão sendo retidos por Israel, para suas famílias.</p>	<p>2016</p>

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 31 – LEIS DISCRIMINATÓRIAS DA RELIGIÃO (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Law and Government Ordinance, Article 18A</i>	Designa os feriados oficiais do Estado, todos os quais são dias sagrados judaicos: Rosh Hashanah, Yom Kippur, dois dias de Sukkot, dois dias de Páscoa e Shavuot. O único outro feriado oficial é o Dia da Independência de Israel.	1948
<i>Protection of Holy Sites Law</i>	Capacita o Ministério de Assuntos Religiosos a designar os nomes dos locais sagrados em Israel. Até o momento, o Ministério de Assuntos Religiosos declarou 135 locais judaicos como locais sagrados e não declarou locais sagrados muçulmanos, cristãos ou drusos como locais sagrados reconhecidos.	1967
<i>Religious Jewish Services Law</i>	Autoriza o Ministério de Assuntos Religiosos a estabelecer conselhos religiosos em vilas, cidades e assentamentos judaicos. Financiados por órgãos governamentais estaduais e locais, esses conselhos religiosos atendem à população local em todos os assuntos religiosos, como a manutenção de instituições religiosas, cemitérios e túmulos em cada localidade. Não existe uma lei paralela que autorize o estabelecimento de conselhos religiosos não judeus desse tipo.	1971

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora.

QUADRO 32 – FONTES DO DIREITO (1948-2018)

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	ANO
<i>Foundations of Law Act</i>	O Artigo 1 estipula que quando o tribunal não consegue encontrar respostas para questões legais dentro das fontes legais existentes, os tribunais israelenses chegarão a uma decisão "à luz dos princípios de liberdade, justiça, equidade e paz da herança de Israel", garantindo assim a lei judaica (Halakha) status oficial dentro do sistema legal israelense.	1980
<i>Interpretation Law</i>	O Artigo 24 estabelece que as versões hebraicas das leis serão as versões orientadoras da lei. Esta disposição desconsidera o Artigo 82 da Ordem do Conselho da Palestina (1922), que estabelece o hebraico e o árabe como línguas oficiais do estado.	1981

FONTE: ADALAH, 2020 – adaptada e traduzida pela autora³⁸⁰.

³⁸⁰ Nota da fonte: tradução não oficial do hebraico para o inglês por Dr. Susan Hattis Rolef.